



abehache

Revista da Associação Brasileira de Hispanistas

23 2023
1º Semestre

abehache

Revista da Associação Brasileira de Hispanistas

n. 23
1º Semestre de 2023



Diretoria da ABH (2022-2024)

Leandra Cristina Oliveira (UFSC)
Presidenta

Viviane Cristina Garcia de Stefani (IFSP)
Vice-presidenta

Jorge Rodrigues de Souza Júnior (IFSP)
1ª secretário

Antonio Ferreira Silva Júnior (CAp UFRJ)
2ª secretário

Wagner Monteiro Pereira (UERJ)
1ª tesoureiro

Daniel Mazzaro Vilar de Almeida (UFU)
2ª tesoureiro

Edição eletrônica da Revista abehache - 2023

Revisão, diagramação, capa e arquivamento eletrônico: João Paulo Zarelli Rocha

Editores-Chefes

Leandra Cristina de Oliveira (UFSC) Wagner Monteiro Pereira (UERJ)

Comissão Editorial

Andrea Galvão de Carvalho (Col. Pedro II) Darío Gómez Sánchez (UFPE)
Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE) Fernanda Tonelli (IFSP)
Flávia Karolina Lima (IFMT) Jorge Hernán Yerro (UFBA)
Larissa C. A. Oliveira Benedini (IFSP) Luiza Santana Chaves (UFMG)
Xoán Carlos Lagares Diez (UFF)

Organização

Ana Karla Canarinos ((UERJ) Maria Isabel da Silveira Bordini (UFPR)

E-mail: revista.abh@gmail.com

Conselho Editorial

Ana Maria Camblong	Univ. Nacional de Misiones, Argentina
Azucena Palacios	U. Autónoma de Madrid, Espanha
Bernard Sicot	Université Paris X – Nanterre, França
Elisa Amorim	UFMG, Brasil
Enrique Foffani	Univ. Nacional de Rosario, Argentina
Heloísa Pezza Cintrão	USP, Brasil
Jens Andermann	Universität Zürich
Jorge Diaz Cintas	Imperial College London, Reino Unido
José Carlos Sebe Meihy	USP, Brasil
José Ribamar Bessa Freire	UERJ / UNIRIO, Brasil
Julio Pimentel Pinto	USP, Brasil
Julio Rodríguez Puértolas	U. Autónoma de Madrid, Espanha
María Elena Placencia	Birkbeck, University of London, Reino Unido
Mirta Groppi	USP, Brasil
Oscar Diaz Fouces	Universidad de Vigo, Espanha
Pablo Rocca	Univ. de la República, Uruguai
Pablo Vila	University of Temple, EUA
Patricia Willson	El Colegio de México, México
Raquel Macciucci	Univ. Nac. de La Plata, Argentina
Silvia Cárcamo de Arcuri	UFRJ, Brasil
Silvina Montrul	Univ. de Illinois, EUA
Susana Romano Sued	Univ. Nacional Córdoba, Argentina
Susana Zanetti	Univ. Nac. de La Plata / UBA, Argentina
Vera Sant'Anna	UERJ, Brasil
Virginia Unamuno	Conicet, Argentina
Viviana Gelado	UFF, Brasil
Walter Carlos Costa	UFSC, Brasil

SUMÁRIO

As literaturas do Sul-Global	5
Entrevista	
O debate atual da teoria literária no Brasil: uma entrevista com Fabio Durão ..	8
Dossiê	
Incidencia de los procesos de integración regional latinoamericanos en el estatuto de las lenguas y en la implementación de su enseñanza	18
Elvira Narvaja de Arnoux	
Rompiendo barreras: comparatismo y cartografías literarias en América Latina ..	38
Eduardo Coutinho	
Metáfora de la (in)visibilidad en el Sur: Elena Garro en traducción.....	51
María del Mar Paramos Cebey	
Machado tradutor, Machado traduzido: uma análise de <i>Dom Casmurro et les yeux de ressac</i>	67
Wagner Monteiro, Leonardo Santos de Macedo	
<i>Canto de Sirena</i> , de Gregorio Martínez Navarro: o retorno à encruza-epistêmica afro-andina	79
Lucy Miranda do Nascimento	
A discursivização da repressão e da liberdade em <i>Stella Manhattan</i> , de Silviano Santiago ..	96
Fabio Ávila Arcanjo	
A Parte dos Críticos de <i>2666</i> , de Roberto Bolaño, como análise da globalização ..	111
Fábio Roberto Mariano	
Manuel Pinto, o neorrealismo português e o modernismo florianopolitano. .	130
Natan Schmitz Kremer	
O processo identitário entre silenciamentos na obra de Abdulrazak Gurnah. .	151
Luccas César Bach	
Varietades del español en enseñanza L1: entre la actitud sociolingüística y la gramática. .	167
María López García	

AS LITERATURAS DO SUL-GLOBAL

O conceito de Sul-Global é uma abordagem que surgiu no campo dos estudos pós-coloniais e das relações internacionais para descrever uma perspectiva que reconhece as diferenças e desigualdades entre o chamado “Norte Global” (países desenvolvidos e industrializados) e o “Sul Global” (países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos). O termo “Sul” não é usado no sentido geográfico estrito, mas como uma metáfora para destacar as disparidades econômicas, políticas e sociais existentes no mundo. O mundo não é homogêneo, mas caracterizado por uma divisão desigual de poder e recursos, para a qual contribuiu o histórico de colonização desde o século XVI.

A noção de Sul Global enfatiza a necessidade de analisar as experiências, perspectivas e desafios enfrentados pelos países que foram sujeitados à exploração colonial, a fim de combater a injustiça global e promover o desenvolvimento sustentável. O conceito destaca as preocupações com a pobreza, a desigualdade social, a marginalização política, a dependência econômica e os efeitos do colonialismo e do neocolonialismo.

Isso posto, cabe destacar que a ideia de Sul Global também busca fortalecer a cooperação e solidariedade entre os países do Sul, promovendo a autodeterminação, a inclusão e a participação igualitária no cenário internacional. Essa abordagem procura dar voz e agência aos países do Sul Global, desafiando as hierarquias estabelecidas e buscando uma distribuição mais equitativa de poder e recursos no mundo.

No entanto, como já dito, é importante ressaltar que o conceito de Sul Global não se limita apenas a uma divisão geográfica, mas também reconhece que existem diferenças e desigualdades dentro dos próprios países do Sul Global. Há uma diversidade de contextos econômicos, sociais e políticos que precisam ser levados em consideração ao se analisar as dinâmicas globais e as lutas por justiça e igualdade.

Tendo essa discussão em vista, e considerando o recente debate teórico na literatura sobre obras literárias produzidas em países periféricos ao capitalismo, este dossiê reuniu artigos que discutem questões pós-coloniais na prosa, poesia e teatro dos países do Sul Global. Esse debate não se limita à geografia, mas simbolicamente representa o sofrimento humano diante das desigualdades sociais causadas pelo capitalismo, neoliberalismo, patriarcado e colonialismo. A temática do Sul Global problematiza as divisões profundas entre centro e periferia, civilização e barbárie, metrópole e colônia, no contexto dos saberes e das epistemologias, colocando as nações do Sul em uma posição subalterna e em dívida com os conceitos europeus e norte-americanos. Nesse sentido, as epistemologias do Sul surgem como uma resposta e uma proposta para a atual crise global, desafiando a hegemonia econômica e cultural de algumas poucas nações e propondo uma nova forma de contar a História, não mais a partir da perspectiva do homem branco europeu. Desse modo, reunimos artigos inéditos que abordem as contra-

dições e impasses presentes nessas literaturas marginalizadas e invisibilizadas em relação aos detentores do poder, com o objetivo de traçar novas possibilidades e mapear conceitos e epistemologias. Também realizamos uma entrevista com o professor Fabio Durão a respeito do estado atual da teoria literária hoje. Passamos, na sequência, a apresentar os textos aqui publicados.

A entrevista realizada com o professor Fabio Durão retoma as discussões de seus livros: *Teoria (literária) americana* (2011), *Metodologia de pesquisa em literatura* (2020) e *Ensinando literatura – a sala de aula como acontecimento* (2022), tendo em vista o debate atual da teoria literária no Brasil, bem como o seu ensino na Universidade.

O artigo de Elvira Arnoux, intitulado “Incidencia de los procesos de integración regional latinoamericanos en el estatuto de las lenguas y en la implementación de su enseñanza”, discute a formação de professores de línguas a partir de um enfoque glotopolítico. A pesquisadora, uma das principais referências da área, foca nos processos de integração regional para compreender as orientações dominantes no ensino de línguas.

O artigo de Eduardo Coutinho, “Rompiendo barreras: comparatismo y cartografías literarias en América Latina”, aborda o crescente interesse pelas relações entre o Brasil e os países latino-americanos nos níveis econômico, social e político. Para tanto, Coutinho analisa sobretudo a historiografia literária através de uma perspectiva comparatista entre os estudos de literatura brasileira e latino-americana.

O texto “Metáfora de la (in)visibilidad en el Sur: Elena Garro en traducción”, de María del Mar Paramos Cebey, aponta as razões da invisibilidade da obra da mexicana Elena Garro, tanto no México como fora de suas fronteiras geográficas e linguísticas. Partindo do princípio da tradução como forma de dar visibilidade ao subalterno, Cebey analisa a recepção da única obra de Garro traduzida e publicada no Brasil: *Los recuerdos del porvenir*.

Em “Machado tradutor, Machado traduzido: uma análise de *Dom Casmurro et les yeux de ressac*”, Wagner Monteiro e Leonardo Santos de Macedo, analisam como dois tradutores, distantes em mais de cem anos, problematizam a hierarquização entre original e texto traduzido. Para tanto, em um primeiro momento, os autores abordam as ideias de Machado de Assis no que diz respeito à tradução, tendo em vista seu papel relevante também neste campo no Brasil oitocentista. Em um segundo momento, analisam as escolhas de Anne-Marie Quint, tradutora francesa, em seu processo de versão de *Dom Casmurro* (1899) para *Dom Casmurro et les yeux de ressac* (2015).

O artigo, “*Canto de sirena*, de Gregorio Martínez Navarro: o retorno à encruza-epistêmica afro-andina”, de Lucy Miranda do Nascimento, analisa como a obra literária, *Canto de sirena* (1977), do escritor peruano Gregorio Martínez Navarro, problematiza questões referentes à configuração sociocultural latino-americana a partir dos diversos aportes culturais que se cruzaram e se reelaboraram no continente americano. Tendo em vista o projeto moderno de criação

das identidades nacionais dos países americanos recém independentes se estabelece mediante relações culturais conflituosas, a autora busca identificar nessa produção literária afro-peruana em que medida as contribuições teóricas de Ángel Rama sobre transculturação na narrativa latino-americana, assim como as de Antonio Cornejo Polar acerca das literaturas heterogêneas são representadas.

O artigo de Fabio Ávila Arcanjo, “A discursivização da repressão e da liberdade em *Stella Manhattan*, de Silviano Santiago” trata deste romance do crítico e escritor brasileiro, que traz como temas centrais a ditadura civil-militar brasileira e a repressão às sexualidades desviantes. O artigo se empenha em analisar, por intermédio da *semântica global* proposta por Maingueneau (2008), o procedimento de construção imagética operado na obra, considerando três categorias: *temas*, *vocabulário* e *modos de enunciação*.

Já o texto de Fábio Roberto Mariano, “A parte dos críticos de 2666, de Roberto Bolaño, como análise da globalização”, pretende investigar a natureza da apropriação feita por Bolaño dos dispositivos literários do *campus* ou *academic novel*, gênero consolidado no mundo anglófono. O autor lança a hipótese de que, ao abordar o ambiente universitário e destacar os professores universitários como protagonistas, são apresentadas reflexões sobre a globalização a partir de uma perspectiva do Sul global, com ênfase nas hierarquias do conhecimento na estrutura global estabelecida desde o final do século XX.

Na sequência, no artigo de Natan Schmitz Kremer e Alexandre Fernandez Vaz, “Manuel Pinto, o neorrealismo português e o modernismo florianopolitano”, são examinadas as contribuições de Manuel Pinto, um intelectual português atualmente esquecido, nas páginas da Revista Sul, um periódico literário modernista de Florianópolis durante o período do meio do século XX. O texto aborda a disputa entre o neorrealismo português e as vanguardas estéticas, que se desenrola a partir das obras críticas e poéticas do autor, e que representa o conflito envolvendo o realismo socialista nas décadas de 1940 e 1950.

O artigo “O processo identitário entre silenciamentos na obra de Abdulrazak Gurnah”, de Luccas César Bach, tem por intuito realizar uma análise do processo de identificação do sujeito (i)migrante no romance *Gravel Heart* (2017), do mencionado escritor tanzaniano. Na era pós-moderna, a identidade é caracterizada por um constante movimento de sobreposição de fragmentos, criando a ilusão de uma unidade. No caso dos imigrantes, essa identidade torna-se altamente volátil devido à sua posição marginal na sociedade imperialista contemporânea.

Finalmente, o artigo da seção varia, intitulado “Variedades do espanhol no ensino de L1: entre a atitude sociolinguística e a gramática”, de María López García, propõe implementar usos reais da língua no trabalho escolar de gramática. A hipótese do trabalho é que a variedade regional implica a revisão do conceito de norma padrão subjacente ao exercício escolar.

Maria Isabel Bordini (UFPR)

Ana Karla Canarinos (UERJ)

O DEBATE ATUAL DA TEORIA LITERÁRIA NO BRASIL: UMA ENTREVISTA COM FABIO DURÃO

O tema deste volume, “As literaturas do Sul Global”, parte de uma tentativa de pensar e analisar as diversas literaturas que estão situadas na periferia do capitalismo. Para além de uma questão literária, Sul Global é também um conceito teórico e político, que trata das desigualdades sociais causadas por diferentes esferas, como a do capitalismo, neoliberalismo, patriarcado e do colonialismo. Sob este aspecto, a teoria literária das últimas décadas aborda estas questões a partir das diferentes vertentes do pós-colonialismo e do decolonialismo.

No Brasil, o debate da teoria ainda é embrionário, seja pela postura do “nacional por subtração”, que preconiza a importação, a cada ano, de novas modalidades teóricas; seja pelos poucos professores e pesquisadores de teoria literária no Brasil, uma vez que a teoria ainda não é analisada a partir de um ponto de vista metateórico, mas sempre como uma ferramenta que deve ser aplicada ao texto literário. A problemática formação de teoria literária no Brasil – bem como seu ensino – já foi destacada por diversos intelectuais, entre eles, Luiz Costa Lima. Nos últimos anos, a teoria tem assumido maior destaque nas universidades brasileiras, sobretudo considerando a autonomização da área e a separação da Literatura Brasileira. Atualmente, Fabio Akcelrud Durão é o intelectual brasileiro que consistentemente aborda as implicações da teoria no contexto atual, os seus impactos na crítica literária, e a sua recepção em países de modernização tardia.

Diferentemente de boa parte da produção acadêmica na área de estudos literários na universidade brasileira, Durão analisa a teoria (literária) americana não enquanto conceitos que devem ser aplicados na literatura – gesto que apaga tanto a teoria como o seu objeto – e tampouco aborda o material de maneira árida, estéril e autorreferente. Durão analisa a teoria tendo em vista as contradições imanentes, seus diferentes vetores, algo que não pode ser colocado dentro de um compartimento disciplinar preexistente. No entanto, a impossibilidade de dispensar a teoria nos estudos literários não significa aplicá-la como uma tecnologia de interpretação. Isto posto, o autor aponta que é necessário o seu esquecimento enquanto uma ingenuidade autoconsciente. Ou seja, a teoria deve ser internalizada no leitor de tal modo que o seu autor seja apagado, deixando o pensamento livre. Esse gesto interpretativo se evidencia nas respostas de Fabio Durão nas diversas questões sobre teoria, literatura e ensino na entrevista.

Fabio Durão atualmente é professor Livre-Docente do Departamento de Teoria Literária da Unicamp. Graduiu-se em Letras Português/Inglês pela UFRJ, realizou o mestrado em Teoria Literária pela Unicamp e o doutorado na Duke University, onde foi orientado por Frank Lentricchia e Fredric Jameson. É au-

tor de *Ensinando Literatura* (Parábola, 2022), *Metodologia de pesquisa em literatura* (Parábola, 2020), *O que é crítica literária?* (Parábola/Nankin, 2016), *Essays Brazilian* (Global South Press, 2016), *Fragments Reunidos* (Nankin, 2015), *Modernism and Coherence* (Peter Lang, 2008) e *Teoria (literária) americana* (Autores Associados, 2011). Coeditou, entre outros, *Modernism Group Dynamics: The Politics and Poetics of Friendship* (Cambridge Scholars Publishing, 2008); e organizou *Culture Industry Today* (Cambridge Scholars Publishing, 2010). Publicou diversos artigos no Brasil e no exterior, em periódicos como *Critique*, *Cultural Critique*, *Luso-Brazilian Review*, *Parallax*, *The Brooklyn Rail* e *Wasafiri*. Seus interesses de pesquisa incluem a Escola de Frankfurt, o modernismo de língua inglesa, a teoria crítica brasileira e ensino de literatura.

1) Em *Ensinando literatura – a sala de aula como acontecimento* (2022), o André Cechinel e você trabalham com a ideia de que a literariedade não existe como algo em si e afirma que não existe um discurso literário *per se*, porque a literatura é indissociável de uma atividade interpretativa que performativamente a caracteriza como tal. Defendem que, dessa maneira, “o ‘literário’ deixa de ser um predicado *a priori* do texto para se converter em um resultado da experiência de leitura, ou seja, ele só pode ser conferido retroativamente, segundo aquilo que foi capaz de gerar” (DURÃO; CECHINEL, 2022, p. 16). Assim, a literatura é pensada como algo processual, que só adquire sentido em ato. Como consequência, ensinar literatura consistiria menos na transmissão de um conteúdo específico do que no desenvolvimento de uma *postura interpretativa*, “um modo específico de se relacionar com os textos que favorece a interpretação, uma espécie de sensibilidade ou sintonia em relação à língua e à forma da obra” (DURÃO; CECHINEL, 2022, p. 22).

Sabemos que a literatura, hoje, perde espaço na vida cultural devido ao surgimento de novas mídias (cinema, televisão, redes sociais) e ao advento de novas formas de ficcionalidade (filmes, séries, videogames etc). Considerando que a literatura não é responsável por fornecer conhecimentos imediatos e nem diretrizes morais, há alguma contribuição específica da literatura, algo que lhe seja exclusivo e pelo qual ela deva ser preservada e ensinada hoje?

Eu teria duas coisas a dizer aqui. A primeira refere-se a uma representação muito comum da literatura como algo frágil e que precisa, como vocês dizem, ser “preservada”. Não me sinto muito confortável com esse adjetivo, porque ele traz algo de moral consigo, uma associação meio que *a priori* entre literatura e o Bem. Com bastante esforço da imaginação talvez conseguíssemos imaginar uma sociedade igualitária, na qual ninguém tivesse a sua subsistência ameaçada, e na qual

todos tivessem tempo de livre de sobra para se dedicar a ler, a escrever e conversar sobre textos. Em um mundo assim, no qual a escrita de verdade e a leitura pra valer estivessem plenamente socializadas, a literatura não seria reconhecível como tal para nós, ela se tornaria outra coisa, talvez precisasse até de outro nome. Ou seja, do jeito que ela existe hoje, a literatura é cúmplice da sociedade dividida em classes e baseada na exploração do trabalho dos pobres e dos miseráveis. É claro que também conseguimos imaginar, agora com bem menos dificuldade, um mundo no qual a literatura seria expulsa da universidade, e teria seu círculo de alcance reduzido ao mínimo. Ela se retiraria para a esfera dos endinheirados em uma nova configuração, que provavelmente misturaria algo dos salões do século XVIII com o espírito da corte da Idade Média. A literatura não precisa ser preservada, porque não vai acabar, é muita história, muita imaginação, muita inteligência, em suma, é algo rico demais para simplesmente desaparecer. A política das Letras não é uma de preservação, mas de democratização. Esse é o lado forte da literatura.

Acontece que por outro ângulo ela é algo de bastante débil. Como vocês dizem, se colocarmos obras literárias lado a lado a todas essas estranhíssimas formas simbólicas atuais do mundo digital, como as redes sociais, os streamings e os games, perceberemos que elas não têm como competir. Isso é importante para o ensino, pois não acho que seja produtivo apresentar a literatura como se ela pertencesse ao mundo do entretenimento. Se ela for situada ali, perde de lavada para todo o resto, não consegue ser nem mais interessante que um anúncio inteligente. Ao invés de tentar mostrar a literatura como algo divertido, é mais vantajoso abordá-la como algo diferente de todo o resto.¹

Meio que de improviso, eu sugeriria três conceitos interligados como forma de comparação aqui: imersão, exposição de si, e compulsão. O primeiro é o mais antigo, pois já estava presente no velho cinema, mas a tendência geral é a de um aprofundamento crescente do envolvimento sensorial pelo 3D, que num futuro próximo incorporará também o aspecto tátil online, possivelmente fazendo do sexo virtual algo bem comum. Já as redes sociais levam a uma exposição de si que se converte em segunda natureza: aonde quer que a pessoa vá, ela traz consigo o olhar de um outro – mesmo no banho se sente como sendo vista. Isso não enfraquece, mas reforça o império do Eu, que fica bem certinho no centro do mundo. A compulsão, por fim, tem a ver com a estrutura dos games e o cálculo competentíssimo dos programadores na distribuição de gratificações e frustrações, de

¹ O André Cechinel fez um comentário interessante a esse respeito: “Quando abordamos a literatura como algo diferente de todo o resto, me parece que passamos a falar de uma certa ideia particular de literatura, que seria preciso separar da “literatura” enquanto etiqueta genérica nas prateleiras das livrarias, pois essa noção genérica está longe de passar por uma crise ou de precisar ser preservada. Ela acomoda bem, inclusive, esses três elementos que você cita abaixo: a imersão, a exposição de si e a compulsão.”

modo a manter a pessoa o maior tempo possível conectada: tudo isso, é claro, regado a muito espírito competitivo. Vale a pena contrastar esses três conceitos com a leitura de literatura concebida como uma experiência estética forte. Existe sem dúvida uma imersão, mas ela não é sensorial, mas intelectual, principalmente no livro de papel. Os estímulos aqui são os mais discretos possíveis, o branco e preto silenciosos da página, uma pobreza perceptiva que permite o pleno funcionamento do raciocínio e da imaginação misturados, como se fossem uma coisa só (e talvez sejam). A exposição de si é o contrário do que ocorre na leitura, pois para que esta aconteça com eficácia, nós temos que nos apagar diante daquilo que o objeto estabelece como sua disciplina; a obra é o sujeito do processo e nós temos nos adequar a ela, temos que seguir as suas regras e o seu modo interno de funcionamento. Uma das coisas que caracteriza o bom leitor é a sua capacidade de aniquilar temporariamente o eu. Por fim, a literatura certamente possui um aspecto de compulsão e vício (tenho amigos que ficam de mau humor se passam muitos dias sem ler um livro), mas ele gera o oposto do antagonismo. Quando você lê é impossível não surgirem impressões e ideias, que você naturalmente vai querer compartilhar com alguém, e se essa pessoa também tiver lido e estiver aberta à conversa, eis que surge o germe de uma comunidade, mediada pela experiência do objeto. Ou seja, quanto mais a literatura perde espaço na sociedade, tanto mais ela se torna interessante ao fornecer aquilo que a sociedade não consegue mais dar.

Resumindo então, tentei falar de duas oposições dialéticas da literatura, que é ao mesmo tempo frágil e forte, deslocada e central.

2) Diante da perda de espaço da literatura, a poesia parece ser a expressão que menos se acomoda aos tempos atuais, em uma sociedade que produz incessantes estímulos espetacularizantes e os bombardeia constantemente contra indivíduos que oscilam entre um estado de excitação e outro de cansaço e tédio. Neste cenário, de produção incessante de conteúdo, qual seria o papel da poesia?

Vou retomar o gesto argumentativo da pergunta anterior. De fato, a poesia é o gênero literário que mais sofre em termos de circulação. O romance reina a tal ponto soberano, que parece por vezes se confundir com o literário; o conto, por ser curto, se adequa a uma sociedade sem tempo, e o teatro, por incrível que pareça, tem ainda o seu fiel e resiliente público cativo. Também do ponto de vista da crise da literatura – uma crise que já fez cem 100 anos e que já passou por diversas transformações – a poesia talvez tenha sido a que mais foi abalada, pois é defensável que a morte do eu lírico seja mais contundente do que a do narrador onisciente, ou da coerência das ações no palco. Seja como for, se mudarmos o ângulo

(como naquela cena memorável do *Matrix*, na qual a câmera gira em torno de Trinity parada no ar), percebemos que os princípios formais, aquilo que é constitutivo para a poesia, que a torna o que ela é, são socialmente imprescindíveis. A mesma lógica de exacerbação da penetração do capitalismo no âmbito da linguagem, esse o bombardeio de mensagens, que chamei de superprodução semiótica em um texto, é o que faz com que o ritmo e a rima tornem-se mais necessários do que antes. É estranho dizer isso, mas o núcleo da imaginação ficcional de nosso tempo, a propaganda, não vive sem recursos poéticos de composição. Um slogan inevitavelmente vai ter uma rima, assonância ou aliteração, um paralelismo métrico ou semântico, em suma, alguma espessura de linguagem que sublinhe as características do produto. A poesia está então morta e viva ao mesmo tempo, não como um zumbi, que é a mistura das duas coisas, mas na coexistência dos opostos, como um vaga-lume que piscasse e apagasse ao mesmo tempo – se é que essa imagem se sustenta. Girando o parafuso mais um pouco ainda, percebemos que existem formas sociais vivas que merecem atenção; no rap, por exemplo, há um desejo enorme de poesia, ainda por cima ligado a uma prática comunitária e performática. Seria muito positivo se algo do espírito do rap fosse trazido para a aula de poesia – não que o professor vá trazer raps para serem lidos em sala, mas que ele procure gerar o mesmo tipo de espontaneidade e imediaticidade. Uma estratégia inicial que costuma funcionar consiste em destruir bem destruído aquela associação entre poesia e o etéreo e inefável. É claro que ela pode ser isso, mas pode ser tantas outras coisas, como agressiva e violenta, abjeta, pornográfica, sacrílega, vexaminosa, irracional, absurda e incompreensível. Com efeito, esse impulso de desmistificação está na base daquilo que o André e eu falamos em *Ensinando Literatura*: retirar as obras dos píncaros da cultura, de qualquer relação de reverência, de qualquer ideia de capital simbólico, e se lambuzar com aquilo que os textos têm a oferecer.

3) A universidade parece ser, atualmente, um dos últimos refúgios da literatura. Em seu livro *Metodologia de pesquisa em literatura* (2020), você afirma que:

O enraizamento da literatura no ambiente acadêmico é tão inevitável quanto problemático: inevitável porque, como veremos, a universidade hoje no Brasil é um ambiente social *sui generis*, no qual há mais liberdade para o exercício da literatura; problemático porque esse espaço não é realmente livre, na medida em que se faz reger por princípios que, quando naturalizados e automatizados, facilmente se tornam opressores. (DURÃO, 2020, p. 14).

Quer dizer, a literatura paga um preço pela guarida que encontra no ambiente institucional, e esse preço é, como se afirma no livro, a “transformação da literatura em veículo de obtenção de conhecimento”. Há uma intensificação da objetividade e a implantação de uma lógica de finalidade no processo de institucionalização da literatura. Diante disso, perguntamos: é possível e/ou necessário que a pesquisa acadêmica, feita dentro dos muros da universidade, reinsira a literatura em outros espaços sociais?

De novo, a resposta é sim e não. Que a literatura possa circular em outros ambientes que não o universitário é obviamente algo positivo, mas temos que tomar cuidado para não idealizar o espaço extramuros. Se por um lado é importante que a universidade pública se abra para a sociedade, também o é, e talvez até mais, que se proteja dela. A alma da sociedade é mercantil, é o princípio de troca, a circulação de mercadorias, a lógica do lucro – muito mais agora com precarização da seguridade social. Quando todos são incentivados a se ver como autoempresas (imaginam-se como empresários de si mesmos, mas na realidade são precários empregados de si mesmos), a racionalidade do cálculo administrativo e da utilidade enraíza-se até os poros mais profundos do eu. Num mundo assim, algo tão inútil como a literatura torna-se rigorosamente ininteligível; na melhor das hipóteses, a pessoa vai assistir e aguenta a leitura pública de um livro por causa da imagem que isso gera, e que pode ser de algum modo ser lucrativa como capital simbólico. Em suma, a circulação pela circulação talvez seja pior do que a simples ausência, que pelo menos pode gerar o choque quando da descoberta.

Por outro lado, não precisamos pensar o espaço da universidade como algo monolítico ou homogêneo. Evidentemente, há o âmbito da competição e da seleção, como no caso das provas, bancas, processos seletivos, tudo que envolve notas e conceitos; e, infelizmente, existe também uma tendência crescente à burocratização das Humanidades, como quando um aluno de pós chama de artigo o trabalho final da disciplina. Daria para derivar todo um diagnóstico da área a partir desse equívoco terminológico... Mas vamos deixar isso para outra oportunidade, e focar no seu contrário, pois a universidade pode ser um local de troca genuína para além do que há nela de formal – daí a centralidade da cantina, tão importante quanto a biblioteca. Mais do que isso: se pensarmos que numa conversa sobre literatura implica uma *postura de apropriação* do assunto, ou seja, que você se posiciona, expressa e defende uma opinião sobre ele, então podemos imaginar que essa postura pode ser levada para a sala de aula (com diferentes graus de sucesso, dependendo do professor), e também para as atividades de extensão. Há potencial para isso, porque universidade é mais porosa do que pode

parecer – e o fato de que ela é pública e gratuita é imprescindível para isso. Uma imagem que me agrada para pensar uma universidade exitosa é a do vórtice, que se estende para o exterior, mas a partir de sua dinâmica própria, não como um imperativo a priori, seja por causa de uma sensação de culpa pelo isolamento, ou desconfiança daquilo que não tem utilidade imediata.

4) Em *Teoria (literária) americana*, você afirma que a Teoria é “resultado de uma exacerbação dos metadiscursos da teoria literária, que agora passam a constituir um campo (semi)autônomo” (DURÃO, 2001, p. 13). Uma das consequências diretas da autonomização da Teoria é a transformação de toda linguagem em Texto, em que tudo tem potência para se transformar em objeto de Teoria. A criação imensa de novas teorias todos os anos, com diversos objetos de estudo, tão em moda atualmente: *cultural studies*, *queer studies*, *post-colonial studies*, *subaltern studies*, *disability studies*, *afro-american studies*, *latinola studies*, *Jewish studies*, *film and media studies*, etc., etc., etc. (DURÃO, 2001, p. 14) são prova disso. Tendo em vista esse processo que você nos apresenta em seu livro, você pode discorrer sobre a relação do critério da novidade da teoria e o desenvolvimento cada vez mais veloz do neoliberalismo?

A pergunta já está oferecendo a resposta e realmente é muito importante refletir sobre o modo de produção acadêmico em sua relação com o propriamente econômico. De fato, a substituição frenética de arcabouços teóricos, com prazo de validade cada vez mais curtos, lembra muito a dinâmica da moda, que por sua vez corporifica a lógica da mercadoria à perfeição. Para o capitalismo, não importam as propriedades concretas das mercadorias, mas que elas sejam vendidas; uma estratégia comum é a obsolescência programada, construir o objeto de modo a que ele não funcione depois de um certo tempo. Mas não se pode fazer isso com tudo, e aí surge a moda, que representa uma mudança a partir de um acordo coletivo das pessoas, e não das características materiais do objeto. Isso funciona para a teoria, principalmente se atentarmos para que tipo de acordo temos e por meio de que pessoas. Em relação aos *studies*, é interessante encarar a palavra como um sufixo teórico que transforma um determinado conteúdo em um campo de pesquisa. Qualquer substantivo pode entrar aqui e você pode tentar imaginar os seus, como *cats and dogs studies*, *cuteness studies*, *imbecility studies*, *absence studies* ou *study studies*... O que está sendo significado no caso é a capacidade de estruturação institucional, pois para cada um desses estudos você precisa de uma revista, de uma associação, de eventos, e, se a coisa pegar mesmo, de contratações e até departamentos próprios. Sem contar que existe algo da lógica do esquema das pirâmides aqui, uma vez que os primeiros a chegar, que divul-

garão a nova área para colegas e alunos, levarão vantagem e pegarão o grosso do bolo, ao passo que quem vier mais tarde corre o risco de ficar sem nada. A coisa fica ainda mais complicada quando nos damos conta de que o núcleo da formação das teorias está nos Estados Unidos, o que nos coloca meio que no final da fila, a não ser que você seja uma pessoa antenada que importe a nova “virada”, ou o novo “paradigma” antes dos outros. Isso fica muito estranho quando o próprio conteúdo da novidade tem a ver com você; não sei é trágico ou cômico ler um brasileiro falando do pós-colonial, ou do *global South*, a partir das posições e dos argumentos de lugares neocoloniais no Norte global. Não se trata do *conteúdo* de tais argumentos e teorias, que muitas vezes são interessantes, e sempre muito bem intencionados, mas do fato de que não passam por um crivo crítico, não são a rigor avaliados, mas simplesmente explicados ou aplicados.

Dito isso, é importante deixar claro que não se trata de negar a teoria e ser contra ela, como se fosse possível ser antiteórico, mas considerá-la como objeto, o que performativamente significa colocar-se em uma posição emancipada como sujeito crítico. A teoria possui uma capacidade de trazer inteligibilidade às coisas que é entusiasmante, que pode ajudar a dar sentido à vida, nem que tal sentido seja por vezes bastante distópico, e formar pequenas comunidades interpretativas; ao mesmo tempo, existe uma imaginação teórica, que na sua capacidade de plasmar conceitos, identificar fenômenos e perceber detalhes, possui algo de poético. Essa imaginação, no entanto, está ligada a um problema central da teoria, que é a sua estrutura de promessa, e que gera aquilo que chamo de falácia proléptica. Cada nova articulação teórica traz necessariamente consigo a promessa de uma validade mais ampla do que o contexto no qual surge; ela diz que será produtiva no encontro com outros objetos e em situações diferentes. Acontece que há uma espécie de divisão do trabalho e essa atividade de aplicação da teoria sobra para os teóricos menores, porque aqui a imaginação teórica não vai muito longe. A falácia está então em prometer uma sobrevida futura, quando o bacana mesmo é a formulação conceitual no presente; esse futuro então é só uma virtualidade que permite o funcionamento da imaginação teórica, é uma motivação do procedimento, como diriam os Formalistas Russos. Esse extinguir-se em seu aparecimento alia a teoria tanto à arte contemporânea, em seu caráter de performance, quanto ao mundo das mercadorias mais avançadas em seu caráter mais destrutivo, como nas garrafas de plástico descartáveis.

5) Um de seus textos mais conhecidos é o “Do texto à obra”, título de seu livro epônimo de ensaios lançado em 2019. Neste ensaio você aborda a neutralização de conceitos como “indústria cultural”, de Theodor Adorno, e “sociedade do espetáculo”, de Guy Debord. Em 1973, Roberto Schwarz lançou *Ao Vencedor*

as *Batatas*, cujo texto de abertura se intitula “As ideias fora lugar”, expressão que virou um conceito largamente utilizado em diversos trabalhos acadêmicos para pensar diferentes domínios artísticos. Você considera que “as ideias fora do lugar” pode ter se tornado um conceito neutralizado depois de tantas abordagens? Você considera que a neutralização do conceito é consequência do seu envelhecimento?

Essa pergunta é excelente, porque me permite complementar a resposta anterior, que talvez tenha ficado meio confusa. A obra do Roberto Schwarz pode ser vista como uma espécie de antídoto àquilo que a teoria tem de problemático, pois ela não se presta à aplicação. O Schwarz procura falar a partir dos objetos, ou, melhor ainda, ele fala mais *nos* textos do que *sobre* eles. Os conceitos não têm a primazia, eles na realidade são nomes dados a percursos de leitura. “Ideias fora do lugar” não é uma noção que aparece primeiro e depois é confrontada com algum objeto, mas ao contrário é o título dado a um processo interpretativo, Por isso é tão difícil lidar com o Schwarz como teoria, porque o cerne da coisa não está no conceito, mas no procedimento, na atenção ao detalhe, na imaginação crítica que consegue discernir implicações amplas para palavras aparentemente singelas, (como acontece muito na leitura que ele faz de *Minha vida de menina*), na articulação de hipóteses interpretativas, na escrita, que espantosamente mistura termos bem coloquiais e formais de um jeito que funciona. Eu diria então que ler o Schwarz para extrair conceitos, como fazemos com a teoria, não é muito proveitoso, em vez disso, vale mais a pena prestar atenção, além, é claro, das ideias de seus textos, ao modo como eles são feitos. Se for para falar em aplicação, em adaptação, ou alguma outra forma de instrumentalização (a teoria tem tudo a ver com isso, ela se preocupa o tempo todo com ferramentas analíticas), em suma, algo para pegar e usar depois, então teríamos que pensar em um *impulso*, uma maneira de encarar e lidar com os textos, e não em algo pronto, um produto.

6) No Brasil, a importação da teoria tornou-se uma questão, sobretudo após a chegada do estruturalismo, pós-estruturalismo, marxismo, estudos culturais, a partir da década de 1960. A importação de diferentes teorias, fruto de um forte desejo pela atualização e pela novidade, gerou uma espécie de hibridismo entre Teoria e crítica literária no Brasil, tornando muito difícil separar os dois domínios. Luiz Costa Lima, em *Dispersa Demanda* aponta que a produção de Antonio Candido, Afrânio Coutinho e Haroldo de Campos eram apenas metodologias de literatura e não teoria. Como você entende a teoria produzida no país?

Essa pergunta engloba várias questões. Em primeiro lugar, acho que o problema não está exatamente na importação de teorias, pois é importante ler o que acontece em outros países, inclusive (talvez principalmente?) aquelas teorias das quais discordamos. Eu frequentemente critico colegas com os quais tenho muitas afinidades intelectuais, filosóficas e políticas, por não se disporem a ler e a comentar teorias alheias. O problema está em importar e engolir direto, não digerir o que vem de fora, não fazer a coisa passar pelo crivo da experiência, não se colocar em uma posição enunciativa capaz de recusar, ao menos parcialmente, o que é teorizado. Não me lembro de ter visto algum derrideano brasileiro dizer “aqui Derrida está errado”; como pode um filósofo que escreveu milhares de páginas não ter errado nunca?

Mas talvez a própria metáfora da importação seja questionável. Queixar-se a respeito da ausência de uma teoria *brasileira*, já é algo que pertence ao horizonte do subdesenvolvimento. Os americanos não chamam a teoria que fazem de teoria americana; somente os não-americanos o fazem, justamente para criticar o imperialismo teórico ianque. Pior ainda, o termo “filosofia francesa” é americano; a versão original, em francês, do livro de François Cusset sobre o assunto se chama *French Theory*. Quando você está no centro, e não na periferia, a questão centro x periferia desaparece. Como ato de fala, esse lamento, então, tem algo de curioso, porque reforça aquilo que do qual pretende fugir. Por outro lado, temos a ironia de que a teoria brasileira com mais penetração no exterior, a de Roberto Schwarz, foi toda ela centrada no Brasil. Daí uma reviravolta dialética: na periferia, reivindicar cosmopolitismo converte-se em provincianismo e a imersão na experiência local permite a configuração, ou mesmo o deslocamento, da ideia do todo.

O último aspecto da pergunta que eu gostaria de comentar refere-se à oposição entre teoria e crítica, que eu acho que mereceria ser mais bem teorizada e criticada, pois ela na realidade nomeia uma divisão do trabalho intelectual que não necessitaria ser aceita de antemão. A crítica possui um objeto limitado e um campo de validade estreito, ela pode ir fundo naquilo que lê, mas suas conclusões restringem-se a esse pequeno universo; a teoria é o contrário, ela trabalha com escopo não apenas amplo, mas aberto, como vimos na questão da falácia proléptica. A partir dessa descrição já se pode ver como ambas são frustrantes: de um lado, ideias que não voam, porque estão presas demais à concretude de um objeto, de outro, ideias que voam demais, porque não possuem o lastro da materialidade de um objeto de análise. O ideal seria romper essa dicotomia em um tipo de crítica que acolhesse a teoria, sem abrir mão da especificidade e da riqueza do material: usando outros termos, uma prática interpretativa que conseguisse fundir o horizonte estreito da obra com o alargado da sociedade e da história. – E não é que sem querer a gente trombou em uma caracterização da dialética?

INCIDENCIA DE LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL LATINOAMERICANOS EN EL ESTATUTO DE LAS LENGUAS Y EN LA IMPLEMENTACIÓN DE SU ENSEÑANZA

Elvira Narvaja de Arnoux¹

Resumen: Se parte de la relevancia del enfoque glotopolítico en la formación de los docentes de lenguas. Focalizando en la situación actual se sostiene la necesidad de considerar los procesos de integración regional para comprender las orientaciones dominantes en relación con la enseñanza de lenguas y los alcances que se les asigna a cada una. Luego de una breve historización de las políticas lingüísticas desde la creación del MERCOSUR, se señalan las nuevas instancias organizativas regionales, destacando la importancia para el progresismo latinoamericano de la revitalización de la CELAC. El artículo se detiene en los últimos encuentros de esta organización, que muestran la tensión entre una propuesta de integración continental y otra que se afirma en el latinoamericanismo y se exponen las reducidas medidas en el campo del lenguaje a las que se refiere la Declaración de Buenos Aires de 2023. Se conjetura acerca de la incidencia de las dos posiciones en la definición de políticas lingüísticas y se propone una mirada crítica acerca de dos propuestas que surgen de otros espacios: el plurilingüismo de la Unión Europea y el bilingüismo español/portugués, desprendido de lo político regional, sostenido por el iberoamericanismo.

Palabras clave: Integración regional; Políticas lingüísticas; CELAC; Panamericanismo; Latinoamericanismo.

Resumo: Partimos da relevância do enfoque glotopolítico na formação de docentes de línguas. Focando na situação atual, reforçamos a necessidade de considerar os processos de integração regional para compreender as orientações dominantes na relação com o ensino de línguas e os alcances que se atribuem a cada uma. Após uma breve historização das políticas linguísticas desde a criação do MERCOSUL, apresentamos as novas instâncias organizativas regionais, destacando a importância para o progressismo latino-americano a revitalização da CELAC. O artigo centra-se nos últimos encontros desta organização, que mostram a tensão entre uma proposta de integração continental e outra que se afirma no latino-americanismo, e expõem as reduzidas medidas no campo da linguagem presentes na Declaração de Buenos Aires de 2023. Conjecturamos sobre a incidência das duas posições na definição de políticas linguísticas e propomos um olhar crítico sobre duas propostas advindas de outros espaços: o plurilinguismo da União Europeia e o bilinguismo espanhol/português, desprendido do político regional, sustentado pelo ibero-americanismo.

Palavras-chave: Integração regional; Políticas linguísticas; CELAC; Pan-americanismo; Latino-americanismo.

¹ Doctora en Lingüística. Profesora Emérita de la Universidad de Buenos Aires. E-mail: elviraarnoux@gmail.com.

Cuando se habla de monolingüismo en la enseñanza de lenguas extranjeras se remite, en general, al peso del inglés en ese campo. También se lo hace cuando se consideran las opciones de lenguas en la producción del conocimiento. En diferentes trabajos he tratado de mostrar la incidencia de los procesos de integración regional en las decisiones glotopolíticas referidas al estatuto de las lenguas. En este trabajo nos centraremos, como en otros, en la relación español/portugués e inglés en el marco latinoamericano, aunque no dejaremos de hacer referencia al tratamiento de las lenguas indígenas y a la incidencia del proyecto de integración continental. Por otra parte, articularemos la situación que se presenta en la actualidad con las últimas expresiones organizativas a nivel regional que plantean el objetivo de la integración.

En un primer momento, nos referiremos a la importancia de la formación política y lingüística de los profesores de lenguas, que es uno de los ejes propuestos en el panel que dio origen al artículo.² Luego esquematizaremos el proceso que lleva a la posición dominante del inglés en la enseñanza de lenguas, refiriéndonos particularmente a la situación argentina. En una tercera instancia, consideraremos las nuevas propuestas organizativas que sostienen la integración latinoamericana y nos detendremos en el intento de revitalización de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) por parte del progresismo latinoamericano y las tensiones que se pueden visualizar en sus últimos encuentros entre una posición que tiende a la integración de todo el continente americano y otra que se sigue afirmando en el latinoamericanismo. Estas vacilaciones nos permiten explicar, en parte, la limitación de las políticas lingüísticas que aparecen anunciadas en ese marco y que no conciben con las múltiples referencias a la Unión Europea como modelo, ya que no aparecen, como mostraremos, en los organismos regionales actuales reflexiones en profundidad sobre el papel político de las lenguas. Sin embargo, se ha popularizado entre los profesores de lenguas la concepción plurilingüe de las orientaciones glotopolíticas en Europa, de allí que atendamos a ella en el apartado final y señalemos cómo la migración acrítica a nuestra región obstaculiza la comprensión de una realidad que difiere marcadamente del modelo al que se apela (Bourdieu y Wacquant, 2001 han analizado otras migraciones conceptuales). Asimismo, nos referiremos a la postulación de un bilingüismo español/portugués por parte de las instituciones iberoamericanas (Comunidad Iberoamericana de Naciones y Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI) pero a la ausencia de consideración de su valor político en relación con Latinoamérica.

² El artículo retoma algunos puntos y amplía otros de la presentación en el panel “Formación política y lingüística de profesores de lenguas: desafíos frente al monolingüismo”, XII Congreso Brasileiro de Hispanistas, 31/8-3/9/2022.

Formación glotopolítica de los profesores de lenguas

Desde los inicios de los procesos de integración regional se ha insistido en la importancia de introducir en las carreras de formación docente, particularmente las de docentes de escuela primaria y de enseñanza de lenguas, una perspectiva social sobre el lenguaje que atienda a la incidencia de este en los procesos políticos y, a la vez, a la influencia de estos últimos sobre la dinámica de las lenguas según los diversos momentos históricos. En la Argentina, en los años noventa, asociada a la creación e implementación del Mercosur se ha planteado, sobre todo desde la universidad, la necesidad de incluir un espacio destinado a la problemática glotopolítica en el primer año de los profesorado de lenguas y los propios de la formación de maestros, para reflexionar sobre los aspectos sociohistóricos de su práctica.

¿Qué implica esto? Por un lado, interrogarse sobre las funciones sociales que cumple el habilitar el ingreso de diferentes sectores a la cultura escrita y a determinadas lenguas y variedades, atendiendo a los requerimientos de la sociedad en cada momento. Por el otro, analizar los modos de actuar desde el espacio de las lenguas sobre las subjetividades en la construcción de los imaginarios que operan sobre las identidades sociales. Asimismo, reconocer las formas de distribuir y regular el capital lingüístico, que se implementan para operar las diferencias socialmente significativas en el ejercicio de la palabra pública. Por otra parte, comprender el sentido histórico de las intervenciones en el espacio del lenguaje propuestas o realizadas por las instituciones estatales, organismos internacionales, colectivos con peso social, intelectuales destacados, asociaciones de docentes, partidos políticos... Y atender a las representaciones sociolingüísticas y a su relación con ideologías dominantes y de resistencia, así como en cada etapa es importante reconocer las relaciones de fuerza que sostienen las respectivas posiciones. Saber, incluso, que en esto no se pueden dejar de lado aspectos más amplios como la importancia de los intereses y valores de las corporaciones multinacionales y el apoyo que dan a ellos las políticas gubernamentales y de organizaciones internacionales en decisiones acerca del desarrollo y el destino de las lenguas (Ricento, 2015). Un ejemplo de nuestra historia reciente es cómo el triunfo de las políticas de impronta gerencial ligadas a las multinacionales y a los intereses financieros se manifestó con inusitada rapidez en el campo glotopolítico (con la imposición del inglés en desmedro del español realizada por las administraciones de Michel Temer y Jair Bolsonaro, en Brasil), lo que mostró que los gobiernos eran conscientes del peso de las lenguas en la construcción de los imaginarios y de las identidades políticas.

Hacia el monolingüismo en la enseñanza de lenguas

Para comprender la posición dominante del inglés que lleva al “monolingüismo” o a su privilegio en el espacio educativo, consideramos necesario historizar los procesos que se dan a nivel regional, que involucran al español y al portugués, desde la década del noventa.

Como aspectos o antecedentes significativos debemos reconocer, en una temporalidad más extensa, la competencia después de Yalta entre el inglés y el ruso como lenguas mundiales y la fuerte inclinación hacia el primero con posterioridad a la caída del muro de Berlín. Asimismo, debemos considerar la tendencia, en el marco del neoliberalismo, de los países centrales, particularmente Estados Unidos, a defender en sus fronteras el valor identitario de la lengua propia y desconocer afuera tanto el valor identitario de las otras lenguas como los aspectos culturales “nacionales” asociados al inglés proponiendo una variedad internacional aparentemente despolitizada. También debemos atender a cómo en el marco de panhispanismo se ha planteado tempranamente la necesidad de acoplarse con el inglés, lo que ha llevado al desarrollo de un español general y de una prosa informativa cercana a la lengua que se toma como referencia (Arnoux, 2020) en un apoyo, entre otros, a los dispositivos de traducción.

No nos referiremos al lugar dominante del inglés como supuesta lengua de la ciencia, sostenida en gran parte por los sistemas de evaluación aunque no coincida con muchas de las prácticas efectivas de producción del conocimiento (Beigel; Jackson 2022), que se debate intensamente en la actualidad (Arnoux, 2016; Le Lievre, 2016; Hamel, 2017) y que también incide en el valor simbólico de esa lengua. Esta valorización no tiene en cuenta los notables avances en la traducción automática, que vuelve vetustas las discusiones sobre la lengua de las ciencias y la lengua de comunicación internacional.

En relación particularmente con la Argentina aunque nos referiremos a otras situaciones nacionales, haremos una reseña esquemática de los respectivos estatutos de las lenguas en las últimas décadas.

Durante la década del noventa se multiplicaron las declaraciones del Mercosur educativo que insistían en la importancia de conocer la lengua del vecino (en nuestro caso, el portugués). A partir de la universidad se hicieron numerosas propuestas desde la introducción de la otra lengua en las carreras de formación docente o la implementación de diferentes formas de sensibilizar respecto de la lengua y cultura del Brasil y desarrollar la intercomprensión en ambas lenguas (tanto en asignaturas lingüísticas como no lingüísticas) hasta la creación de un establecimiento secundario universitario bilingüe español/portugués (Arnoux, 2010). Sin embargo, en el país se implementaba masivamente la enseñanza del inglés, en la medida en que los funcionarios pensaban que el

MERCOSUR (Mercado Común del Sur) era una instancia transitoria en el camino hacia el ALCA (Área de Libre Comercio de las Américas) con cabeza en Estados Unidos. Para evitar las resistencias en el campo educativo, se categorizó al inglés (en los borradores que llevarían al Acuerdo-Marco N° 15 de 1998, del Consejo Federal de Cultura y Educación) primero como *lengua franca* y luego como *lengua de comunicación internacional* “que hermana e integra a una comunidad universal de usuarios sin fronteras geográficas ni políticas, que escucha, habla, lee y escribe en inglés. [...] El inglés se ha transformado en la *lengua franca* natural y, al hacerlo, se ha ido alejando de sus raíces culturales”. La versión final oficial, que retoma el borrador, fue la siguiente:

El inglés como lengua de comunicación internacional cumple un rol fundamental en este campo a partir de su pertinencia como espacio de encuentro habitual entre hablantes de lenguas diferentes para facilitar la comunicación social, científica o técnica. Adopta rasgos de inteligibilidad general, es decir aquéllos no asociados con ninguna variedad o cultura de origen particular, facilitando, sin embargo, la entrada a muchas culturas. (Consejo Federal de Cultura y Educación, 1998).

De esto se derivaba que el aprendizaje del inglés, en la medida en que se desprendía de sus aspectos culturales, conformaba subjetividades globales. Y se dejaba de lado tanto el peso glotopolítico de los centros anglófonos como los requerimientos de la integración regional (Arnoux, 2018).

Con el nuevo siglo, La Ley de Educación Nacional, N° 26.206 de 2006, estableció en su artículo 87, sin determinar jerarquías: “La enseñanza de al menos un idioma extranjero será obligatoria en todas las escuelas de nivel primario y secundario del país”. En la medida en que se tendía a la participación política de la ciudadanía, que cristalizaría en la puesta en marcha del Parlasur (Parlamento del Sur), se comienza a pensar en el desarrollo de diversas modalidades de bilingüismo español/portugués. A ello tendieron las leyes de oferta obligatoria de una u otra lengua en la enseñanza media. En el caso argentino, la Ley N° 26.468 promulgada a comienzos del 2009, cuya implementación fue muy limitada porque no se hizo lo que requería: actuar sobre las representaciones acerca del portugués con campañas públicas, información a los funcionarios, sensibilización de los padres y un estímulo para la preparación de material didáctico, como lo hizo Brasil con el programa del libro didáctico (en ese caso, en español). Esta política lingüística, a pesar de las limitaciones señaladas, difiere fundamentalmente de la Alianza del Pacífico, integrada por Chile, Perú, Colombia y México, y creada en 2011 con marcada influencia de Estados Unidos, que propone un bilingüismo español/inglés, definido explícitamente como política de Estado sobre todo en Colombia (Arnoux, 2018).

Con el avance neoliberal posterior, se va imponiendo ese modelo de la Alianza del Pacífico. De ello son expresión en el Mercosur: la supresión de la ley de oferta obligatoria del español y la ubicación como lengua obligatoria del inglés en Brasil y el dejar de lado, en el gobierno de Mauricio Macri en la Argentina, toda política que privilegiara al portugués. Más aún, en el debate presidencial de octubre de 2019 este candidato propuso llevar la enseñanza de inglés a todo el país desde el jardín de infantes. La propuesta fue ampliada en Facebook, señalando que las clases se darán con sistema de videoconferencias en las que participarán docentes con conocimientos avanzados en el idioma, además de la asistencia presencial del docente en el aula. Esto fue criticado fuertemente por los docentes de inglés que plantearon que era un sistema en el que el profesor remoto dicta la primera clase y luego el maestro de grado, que generalmente no sabe inglés, ayuda a los estudiantes en las dos clases siguientes siguiendo un plan de clase en español diseñado por el Consejo Británico y en coordinación con el profesor remoto. En síntesis, la política lingüística neoliberal acentúa la socialización de las elites en inglés. Y en los otros casos su enseñanza se destina a crear consumidores y se asienta en el imaginario de que es un vehículo para la movilidad social y económica. La voluntad de crear consumidores se expresa en la notable expansión de la enseñanza de inglés pero en la poca calidad de esa enseñanza para la mayoría de las escuelas públicas.

En la actualidad asistimos a cambios políticos en la región, cuya incidencia en el campo glotopolítico todavía no se define. En la Argentina, la pandemia y las crisis pospandemia mantienen la situación glotopolítica anterior, a pesar de algunos debates y formas de resistencia. La falta de acciones significativas puede deberse también a las tensiones en el espacio regional a las que nos referiremos luego, en relación con la CELAC.

Nuevas propuestas organizativas que sostienen la integración latinoamericana

En los últimos años han ido surgiendo, con dinámicas y alcances diferentes, PROSUR (Foro para el Progreso de América del Sur), en marzo de 2019; el Grupo de Puebla, en julio de 2019, y RUNASUR (Foro de Integración por una América Plurinacional), en mayo de 2021.

El primero se presenta como “un espacio de diálogo y colaboración sudamericana”, que busca diferenciarse de UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas). Los firmantes del acuerdo son presidentes: en un primer momento, la Argentina de Macri, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay y Perú (los cambios de gobierno han incidido en su constitución ya que Chile ha abandonado el espacio y Argentina tiene una actitud crítica). En su Declaración en Chile, del 22 de marzo de 2019, el PROSUR plantea el objetivo de “renovar y fortalecer el pro-

ceso de integración de las naciones de América del Sur, en un marco institucional **flexible** que permita encarar con **eficiencia** y **eficacia** los retos que plantea el mundo de hoy”. Los términos que destacamos evidencian la ideología neoliberal que lo anima.

El Grupo de Puebla, por su parte, se refiere al emprendimiento como “un espacio de reflexión y de intercambio político en Latinoamérica”. Reemplaza el “diálogo” por la “reflexión”, marcando su pertenencia ilustrada a un “grupo de librepensadores” como señaló el chileno Marco Antonio Enríquez-Ominami (11/7/2020), que había hablado también de un “grupo de hombres y mujeres libres”. También reemplaza “colaboración” por “intercambio político” y acentúa esta dimensión que implica luchas por el poder, en la reiteración de este término: “hombres y mujeres de **poder** que queremos **poder** para transformar” (15/5/2020). Se presenta, así, como expresión colectiva del “progresismo latinoamericano” (Arnoux; Zaccari, 2022).³

Finalmente, RUNASUR considera que representa no a los presidentes ni a los “librepensadores” sino a los que están comprometidos con la “liberación” retomando un término ligado a las luchas sociales previas pero agregando un sintagma que remite a posicionamientos indígenas, dominantes en Bolivia. Así, en Cochabamba, Evo Morales, uno de los proponentes dice:

La Runasur tiene una meta, unir a los movimientos sociales – sean indígenas, obreros, de la clase media y magisterios– con profesionales, intelectuales y la meta es luchar para una verdadera liberación de toda América plurinacional, de los pueblos para los pueblos (TÉLAM, 2/5/2021).

El Grupo de Puebla, al buscar una institucionalidad mayor, se inclina por la CELAC (Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños), creada en 2011, en Caracas. De allí, que en el *Manifiesto progresista* (10/2/21) sostenga:

El Grupo de Puebla propone **un proceso de convergencia de sus actuales mecanismos de integración subregional** hasta llegar a un escenario de articulación y diálogo en la CELAC, donde hoy concurren los 34 países de la región.

Esto se expresa en la presencia de muchos de sus miembros en distintos encuentros de la CELAC y en la elección, como presidentes *pro tempore*, de Andrés Manuel López Obrador (2021), de México, y de Alberto Fernández (2022), de Argentina, miembros reconocidos del progresismo. Recordemos que la CELAC se crea con posterioridad a UNASUR, para ampliar la influencia a los países de

³ Las citas del Grupo de Puebla fueron transcriptas de los videos que el propio grupo ha subido a su página web (<https://www.grupodepuebla.org>).

América Central y del Caribe y, particularmente, a México. Este último participa de la integración regional de América del Norte con Estados Unidos y Canadá, el NAFTA (Tratado de Libre Comercio de América del Norte), y existe también en la zona el CARICOM, la Comunidad del Caribe.

La CELAC es un espacio de tensiones entre dos proyectos históricos: la Patria Grande, que contempla la unión de América Latina, y el Panamericanismo, cuyo impulso inicial fue la Doctrina Monroe (1823) y cuyo lema “América para los americanos” fue interpretado, a pesar de los discursos de apoyo a la independencia de los países latinoamericanos, como una expresión de colonialismo: todo el continente (América) para los estadounidenses (americanos). Es interesante observar como esa tensión se expone en los últimos eventos de la CELAC y explica las limitadas iniciativas glotopolíticas en ese marco.

Tensiones entre la integración latinoamericana y la integración continental

Dos posiciones conviven en los últimos encuentros de la CELAC:

- Destacar declamatoriamente los aspectos culturales e identitarios que unen a los países latinoamericanos, marcar las potencialidades de la región y proponer, en algunos casos, el modelo de la Unión Europea.
- Plantear la integración continental, aunque se lo haga en términos meramente económicos y se sostenga el respeto a la identidad latinoamericana.

En el Seminario Internacional “Unidad en la diversidad” (CELAC-CAF, 18/8/2022), el lema, que se repite en la presentación del organismo y en el panel de cierre, curiosamente, es resultado de la migración de la fórmula de la política lingüística de la Real Academia Española (RAE) –propuesta en el 2004 y que ocultaba tras lo políticamente correcto modos de dominio– a un nuevo espacio. El accionar de esa institución fue develando cierto aspecto engañoso de la formulación en la medida en que planteaba el respeto a la diversidad, atendiendo a las nuevas situaciones, pero ejercía un centralismo marcado en cuanto a la legitimación de las diferencias lingüísticas ya que las variantes más aceptadas eran las que remitían al centro, que era finalmente el que definía los grandes instrumentos normativos. Si bien la isotopía en la que la fórmula se inscribe, en la CELAC, no es la lingüística sino la política, la primera no puede dejar de tener cierta presencia, cuando reflexionamos glotopolíticamente. Podemos pensar en lo reprimido que aflora e interrogarnos, desde esa enunciación formulística, acerca de cuál es el centro que determina la unidad en el campo del lenguaje (ya que políticamente es la unión de América Latina y el Caribe). La respuesta puede ser que, aunque en el seminario no se hable de lenguas, es una de las formas de remitir implí-

citamente al monolingüismo que algunos buscan construir en la enseñanza de lenguas y en la legitimación de una única lengua científica. Esto puede asociarse con lo que se presenta otra vez que es el peso del panamericanismo encabezado por Estados Unidos.

El modelo de la Unión Europea aparece en el español José Luis Rodríguez Zapatero, ex presidente del gobierno español y participante habitual de las reuniones del progresismo latinoamericano, y con menos euforia en el presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador. El primero lo plantea en los límites de América Latina, como es habitual, y el otro en el marco, inhabitual, de una integración continental. Télam (18/8/2022) informa que Rodríguez Zapatero anima a la CELAC y al presidente Alberto Fernández a que “haga de este momento el **momento fundacional de la unión política latinoamericana**, cuyo horizonte último sea una constitución para Latinoamérica, que dé una ciudadanía plena, una solidaridad con justicia social y una igualdad”. Como acentúa la dimensión política y “los valores de la cooperación y la solidaridad” prefiere hablar de “unión” en lugar de “integración”. En esto resuenan las decisiones que estuvieron en la base de la creación de UNASUR, en la que se optó por “unión”.

López Obrador, por su parte, deambula entre la afirmación de una identidad latinoamericana y la propuesta de una integración continental. Así, al mismo tiempo que recurre a la autoridad de los próceres (“Decía Martí, en Nuestra América, que debemos injertar al mundo en nuestros pueblos de América pero el tronco debe seguir siendo el nuestro, **no perder nuestra identidad, lo que somos**”) propone “**no descartar la posibilidad de una integración de todo el continente**, lo venimos proponiendo nosotros. Tenemos un acuerdo con Estados Unidos y Canadá y vamos avanzando y tenemos buenos resultados”. En esta última apreciación parece no incidir ni el muro ni la situación crítica de muchos migrantes mexicanos (solo señala que 40 millones están trabajando en Estados Unidos). Extrañamente habla del posible modelo de la Unión Europea, que tiende a lo político y a la construcción de una ciudadanía común (“Tenemos que pensar para tener que competir con otras regiones, en **algo así como la Unión Europea**”) pero propone la integración al NAFTA o la implementación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), que son acuerdos fundamentalmente económicos (en el campo político existe la cuestionada Organización de Estados Americanos, OEA). Tal vez reminiscencias de experiencias históricas y gestos actuales en la relación del capital y el trabajo le hacen hablar de utopía:

Tenemos que convencer a los países de Canadá y Estados Unidos. Debe cambiar la política intervencionista. Se debe respetar la soberanía de los países y pensar que nos necesitamos y podemos fortalecernos mucho. [...] Tienen capital, mercado pero no fuerza de trabajo y eso se tiene en América Latina y el Caribe.

No se puede crecer sin fuerza de trabajo. La misma importancia que tiene el capital la tiene el trabajo, ¿por qué no integramos manteniendo la soberanía? Puede parecer una utopía...

En el encuentro de la CELAC 2023 refuerza la postura. Proyecta el sueño de Bolívar a todo el continente americano y lo muestra como algo tratado por los gobernantes del NAFTA:

Nosotros buscamos la unidad, la integración, el sueño de nuestro libertador Simón Bolívar, pero no solo la unidad, la unión, estrechar nuestras relaciones en América Latina y el Caribe sino en todo el continente americano, eso lo acabo de expresar en la visita que nos hizo el primer ministro Trudeau y el presidente Biden. Vamos hablando y vamos preparando la unidad de todo el continente americano [...] podemos unirnos en todo el continente [...].

Como esto no corresponde al imaginario latinoamericanista, que como señalamos percibía en el panamericanismo un nuevo colonialismo y cuya propuesta del ALCA fue rechazada en el 2005, marca una distancia (“que no haya hegemónías”) respecto de la Doctrina Monroe:

Algo que es fundamental es que nos respetemos, que se haga a un lado esa política caduca, anacrónica, de América para los americanos, la doctrina Monroe y que **no haya hegemónías y que se respete la independencia de todos los países**. Bajo esas condiciones tenemos que buscar la unidad de todos los pueblos, de todos nuestros gobiernos, de nuestra América.

El cierre resignifica el sintagma de Martí “Nuestra América” y lo hace extensivo a todo el continente.

Como respuesta a la idea de que nuestras posibilidades en ese vínculo continental se reducían al aporte de la fuerza de trabajo, tal como lo planteara López Obrador en el seminario de agosto del 2022, la mayoría de los presidentes exaltó las notables potencialidades de la región. Entre muchas otras, las matrices energéticas diversificadas y el potencial de crecimiento de las energías renovables, la ubicación en nuestros territorios de algunos de los principales biomas, los recursos naturales estratégicos como minerales críticos, las parcelas significativas de la biodiversidad del planeta, y la importancia de recursos acuíferos claves para el futuro de la humanidad, el potencial de los océanos, nuestra creación intelectual.

Las propuestas de acciones conjuntas fueron también numerosas, incluso fuera del evento ya que, por ejemplo, Lula y Fernández propusieron el desarrollo de una moneda común que pueda extenderse a otros países, como una forma de evitar la dependencia del dólar. Brasil también lanzó la convocatoria a reunión

de los países amazónicos para liderar en forma soberana las iniciativas para cuidar la Amazonia.

Una intervención dentro de la Cumbre que anclaba fuertemente en el imaginario latinoamericanista fue la de Lula, que expresaba el regreso de Brasil a la CELAC. Así como México se mostraba como la avanzada de Norteamérica sobre el sur del continente, Brasil se ponía claramente a la cabeza de un proyecto de integración latinoamericano y caribeño. No es casual en ese sentido el homenaje que realiza a Darcy Ribeiro, “que se dedicó a repensar nuestra región como una comunidad latinoamericana y caribeña [...] fue uno de nuestros mayores pensadores [...] fue uno de los primeros en hablar de nuestra unidad en la diversidad. Esa Patria Grande por la cual se batieron tantos antes de nosotros”. Recordemos que Darcy Ribeiro, influido por la representación de nación asociada a una lengua común, atenuaba marcadamente las diferencias entre el español y el portugués (Arnoux; Del Valle 2010). Lula recuerda la primera reunión cumbre de América Latina y el Caribe, en Bahía en 2008, en la que se reunieron “sin ninguna tutela extranjera”, que permitió lanzar la CELAC en 2011. A eso se refiere también Ralph Gonsalves, presidente *pro tempore* electo al decir “el gran guerrero Lula estaba allí en el principio, en Bahía; fue una reunión maravillosa, gracias por esa iniciativa tuya, en ese sentido. La verdad que estoy seguro que estás feliz de ver cómo han crecido tus bebés y el trabajo que hemos hecho”.

Paralelamente, se realizaron actividades promovidas por la CELAC Social que integraba organizaciones y movimientos sociales, fuerzas políticas y centrales sindicales. El segundo considerando de la Declaración de sus miembros se inicia señalando “que la unidad de América Latina y el Caribe es una condición para alcanzar la verdadera independencia”. A ello se agrega, entre otros, “tomar un sendero de desarrollo que dé fin a las inaceptables brechas con los países centrales; obturar la posibilidad de que nuestra geografía devenga un territorio de disputas entre potencias ajenas a ella”. Se acentúa el gesto contestatario con formulaciones como las siguientes:

Es innegable, en este sentido, la responsabilidad de organismos internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) en tanto instrumentos de una estrategia de sometimiento de los países periféricos al capital transnacional, con el destacado apoyo de Estados Unidos, en alianza con grupos locales. Rechazamos toda forma de colonialismo o neocolonialismo en América Latina y el Caribe.

Retoma en cierta medida los planteos de RUNASUR: “la unidad de nuestra región debe construirse desde el pie, con la participación protagónica de las fuerzas políticas y las organizaciones y movimientos sociales”.

Si me he detenido en los polos de la disputa, es porque si bien las lenguas no ocupan el frente de la escena, el devenir del proceso de integración llevará a tomar decisiones que las involucren. Es evidente que la integración continental acentuará el peso del inglés así como un proyecto latinoamericanista se apoyará en la difusión de las lenguas mayoritarias propias en relación con el importante universo de las lenguas indígenas que conforman en su articulación con las otras un entramado defensivo que puede llevar a una propuesta emancipatoria.

Las referencias a las lenguas en la Declaración de Buenos Aires de la Cumbre de la CELAC, 2023

En la Declaración de Buenos Aires de la VII Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC, 2023) se presentan tres puntos referidos a las lenguas indígenas, que en este texto se ponen en el frente de la escena, marcados por un subtítulo que expone el sintagma:

Lenguas indígenas⁴

64. **Destacamos** el “Lanzamiento Regional del Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas 2022-2032” que ha sido configurado para visibilizar, conservar, revitalizar y promover el uso activo, libre espontáneo de las lenguas indígenas a nivel local, nacional y regional; y **reafirmamos** nuestra disposición para continuar desarrollando políticas públicas y acciones internacionales que integren los aspectos de diversidad lingüística y el multilingüismo en los esfuerzos del desarrollo sostenible, y así coadyuven al éxito del Decenio;

El lanzamiento regional sigue a la proclamación del período 2022-2032 como Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas, realizada por la Asamblea General de Naciones Unidas en diciembre del 2019, y al lanzamiento de la UNESCO como organismo principal de aplicación, en abril del 2022. El apoyo apela a enunciados generales sostenidos por las fórmulas aceptadas: “diversidad lingüística”, “multilingüismo”, “desarrollo sostenible”. Se inscribe, como es común en el progresismo latinoamericano actual, en la serie de acciones y propuestas de los organismos internacionales. En ese sentido, retoma la propuesta del punto 27 de la Declaración de la XXVII Cumbre Iberoamericana realizada en Andorra en el 2020 que aprueba la Iniciativa Instituto Iberoamericano de Lenguas Indígenas (IIALI) que se plantea fomentar “la conservación y el desarrollo de las lenguas indígenas habladas en América Latina, a través del diseño e implementación de políticas lingüísticas y culturales para el fomento de su uso, promoción y preservación”. Invita, así, a los Estados de la CELAC a participar en él (ya había

⁴ Los resaltes en negritas son del original; en itálicas, me pertenecen.

aparecido el apoyo al establecimiento en la Declaración de la VI Cumbre, apartado 27):

65. **Acogemos** con beneplácito la creación del Instituto Iberoamericano de Lenguas Indígenas para fomentar el uso, la conservación y el desarrollo de las lenguas indígenas habladas en América Latina y el Caribe, trabajando desde los Estados a fin de garantizar los derechos culturales y lingüísticos. Asimismo **invitamos** a los Estados de América Latina y el Caribe a ser parte de la creación y el fortalecimiento del Instituto Iberoamericano de Lenguas Indígenas, y que se puedan sumar esfuerzos de cooperación para apoyar esta iniciativa;

Reitera en una Declaración Especial lo señalado en otra de la Cumbre de México (2021) respecto de las lenguas indígenas, lo que sintetiza en el apartado siguiente:

66. **Refrendamos** nuestro compromiso con lo estipulado en la declaración especial sobre el Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas 2022-2032, emitida en el marco de la VI Cumbre de la CELAC, celebrada el 18 de septiembre de 2021, en la Ciudad de México, en la que se reconocen sus derechos individuales y colectivos, incluyendo su derecho de revitalizar, utilizar, fomentar y transmitir a las generaciones futuras las lenguas y tradiciones orales, filosóficas, sus sistemas de escritura y su literatura, por lo que **reconocemos** la importancia de establecer alianzas para coordinar acciones conjuntas al respecto;

Es, entonces, respecto de las lenguas indígenas que aparecen iniciativas glotopolíticas, no surgidas de un espacio de reflexión de la CELAC sino en consonancia con las propuestas de organismos internacionales. En relación con las otras lenguas de la región, que desde los comienzos del Mercosur habían tenido un peso importante que dio lugar a medidas glotopolíticas de envergadura en los aparatos educativos, solo aparece una referencia a un curso de español a diplomáticos del CARICOM:

Cooperación entre academias diplomáticas

81. **Manifestamos** la importancia del programa de cooperación en enseñanza del idioma español dirigido a funcionarios diplomáticos de la Comunidad del Caribe (CARICOM), implementado durante el año 2022 por el Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN) de la República Argentina, y **recomendamos** su continuidad en el tiempo como herramienta concreta y permanente de integración [...];

82. **Valoramos** la realización del curso de español para principiantes, llevado adelante en colaboración con la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación,

la Ciencia y la Cultura (OEI) y *dirigido a funcionarios y agentes públicos de habla inglesa de los países del Caribe, como una herramienta estratégica para acercar a los países de la CELAC a través del lenguaje;*

Si bien la actividad está destinada a un sector numéricamente reducido, muestra, por un lado, la preocupación por difundir una de las lenguas mayoritarias de la región y, por el otro, la entrevista importancia del Caribe en el establecimiento de lazos económicos y tal vez políticos (la prensa señaló que el nuevo presidente *pro tempore* era un aliado del gobierno nicaragüense). Lo primero se evidenció en el discurso de Lacalle Pou, el presidente de Uruguay, que al valorar las cumbres de la CELAC señaló, en primer lugar, que es “una instancia única para dialogar con los países del Caribe; y, para garantizar ese equilibrio regional, Uruguay anticipadamente ha apoyado la presidencia de San Vicente y las Granadinas para la próxima presidencia *pro tempore*”, en el marco de una propuesta de crear una zona de libre comercio desde México al sur, que tenga en cuenta, según su posición, los intereses de los países y no los aspectos ideológicos.

En el último punto de la Declaración de Buenos Aires se hace referencia a la lengua del país elegido para el cargo:

111. **Saludamos** a la presidencia Pro Tempore entrante de San Vicente y las Granadinas, *primer país del Caribe anglófono* en asumir dicha responsabilidad, le **aseguramos** todo nuestro apoyo y le **auguramos** éxitos en el desempeño de dicha función;

El destacar la condición de anglófono señala al inglés como lengua de la región y remite, a su manera, a lo que se evidenció sobre todo en la intervención de López Obrador en los últimos encuentros de la CELAC respecto de la posibilidad de una integración continental.

El plurilingüismo de la Unión Europea y su migración a Latinoamérica. El iberoamericanismo

El tema del estatuto de las lenguas y de su enseñanza ocupa un lugar relevante en los debates dentro de la Unión Europea y esto de una u otra forma ha llegado a Latinoamérica y ha nutrido algunas reflexiones. De allí la importancia de hacer una referencia a la perspectiva sobre el plurilingüismo que aparece como el eje orientador de las políticas lingüísticas de aquel bloque. En su elaboración ha intervenido fuertemente el Consejo de Europa, integrado por 46 Estados miembros (incluidos los que participan en la Unión Europea). Creado en 1949, con posterioridad a la Segunda Guerra Mundial, en el mismo año en el que se creó la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), ha acompañado el

proceso de conformación de la Unión Europea, que cristaliza a comienzos de los años noventa, a partir de los logros de la Comunidad Económica Europea.

El Consejo ha planteado tempranamente el conocimiento de la diversidad lingüística y cultural como forma de superar los sangrientos enfrentamientos del pasado. En la actualidad insiste enfáticamente en la educación plurilingüe e intercultural incidiendo en las políticas lingüísticas y educativas de la Unión Europea, bloque que incluye numerosos países (27 en la actualidad) con lenguas diversas. Las orientaciones, al mismo tiempo que afirman la condición de oficial de las reconocidas así por los respectivos Estados (24) da importancia a las lenguas de las regiones interiores, que en la mayoría de los casos han sufrido procesos de minorización. El plurilingüismo se presenta como la forma posible de ir construyendo una ciudadanía europea, que vaya atenuando las identidades nacionales, lo que se vislumbra como necesario para sostener la dimensión política del espacio regional.

Se señala la Convención Cultural Europea, de 1954, como el inicio de la reflexión sobre el plurilingüismo asociada, desde lo cultural y lo comunicativo, a la defensa de los valores democráticos (Bedou, 2018). Una instancia importante es la elaboración del *Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación* (2001), que permite considerar programas y evaluaciones a partir de una grilla común, que da la posibilidad de conformar “un mercado común de las lenguas” que funcione como garantía para los consumidores y como una condición de movilidad profesional (Beacco, 2004). En el *Marco* y en la *Guía* (Beacco; Byram, 2003) se valora la competencia plurilingüe y pluricultural no solo para comunicarse en una Europa tan diversa sino también para realizar nuevos aprendizajes lingüístico-culturales para lo cual la activación “meta”, la gestión de repertorios heterogéneos (con competencias, niveles de dominio y empleos diferentes) y la capacidad de proyectar saberes de una a otra situación son esenciales. Es indudable su importancia glotopolítica en una Europa tan heterogénea (ya que no solo estimula destrezas comunicativas sino “benevolencia” o tolerancia frente a lo diferente y la capacidad de identificarse con un espacio político multilingüe y multicultural), y lo es también en el campo de la “nueva economía” ya que interviene en el desarrollo del área de servicios, en la que viejas y nuevas migraciones colaboran (Canut y Duchêne 2011). Por otra parte, desde el punto de vista pedagógico el reconocimiento de que las lenguas no son guardadas en compartimentos mentales estrictamente separados sino que se relacionan entre sí e interactúan permite desplegar nuevas estrategias en los aprendizajes.

Sin embargo, varios estudiosos han planteado las limitaciones que se observan en las prácticas educativas respecto del plurilingüismo. Beacco y Cherkaoui Messin (2010) lamentan, por ejemplo, que los estudiantes que participan en los

programas educativos de intercambio no desarrollan un interés por las lenguas del país receptor porque a menudo siguen sus estudios en inglés y esta anglización no solo no responde a la proclamada preocupación por la diversidad sino que también reitera la preeminencia absoluta dada a menudo al conocimiento del inglés en los sistemas educativos europeos, que lleva a la desvalorización de las otras lenguas. Otros cuestionamientos se centran en la deshistorización que operan los documentos respecto de las situaciones nacionales y el armado de la Europa política y de sus políticas lingüísticas y culturales. Adami (2017), por ejemplo, señala que las instituciones europeas presentan los discursos como atemporales, como puros discursos de expertos que se apoyan en la ideología inatacable de los Derechos del Hombre, y destaca que la exaltación de la diversidad y la exacerbación de identidades de todo tipo, salvo las nacionales, sirven a la conformación de un gran mercado económico en el que es necesario borrar estas últimas. Las identidades nacionales son atacadas mientras avanza, según el autor citado, el compresor monolingüe real, el todo-inglés, que se evidencia en que la casi totalidad de los dispositivos europeos en favor del plurilingüismo se presentan en subtítulos en inglés y solo son accesibles en esa lengua.

En síntesis, el plurilingüismo es una respuesta productiva, a pesar de las tensiones en la práctica, a una determinada situación sociohistórica, por lo tanto no es deseable que migre acriticamente a otras, como ha ocurrido en gran medida respecto de las propuestas de integración en América Latina. Incluso no podemos desconocer que desde la perspectiva de las políticas de un país o de una región no todas las lenguas tienen el mismo estatuto o jerarquía –lo que se evidencia en las políticas de cada país europeo– como tampoco son iguales los vínculos que se entablan con otros países. El lugar de las lenguas no solo depende de los espacios sociales y de los requerimientos productivos sino también de la voluntad de intercambio motivada por diversas razones, entre ellas las geopolíticas (Arnoux; Bein 2015).

En el caso del Mercosur, si bien la perspectiva ética y pedagógica asociadas con el plurilingüismo pueden hacer aportes significativos, la situación del bloque es completamente distinta ya que dominan dos lenguas mayoritarias, omnipresentes, en cada caso, en gran parte de los intercambios habituales en diferentes esferas sociales, con una fuerte presencia planetaria (según datos que se reiteran, como los del Instituto Cervantes para el español, este es hablado por 580 millones de personas, de las cuales 483 millones son hablantes nativos, y el portugués por alrededor de 260 millones de hablantes, 221 millones como primera lengua). A esto se agrega el reconocimiento de oficialidad del guaraní (un número importante de hablantes son bilingües con las otras dos lenguas). Como hemos señalado, la enseñanza del español o el portugués ha sido planteada desde los comien-

zos del bloque para no solo facilitar las comunicaciones sino también desarrollar el conocimiento del otro próximo. Con la creación de UNASUR, que tendía a un regionalismo contrahegemónico y a una atención marcada por la dimensión política de la integración se reconocieron como lenguas oficiales, además de las citadas, el inglés y el neerlandés, pero las lenguas de trabajo siguieron siendo el español y el portugués. Con la CELAC se incluyó como oficial también el francés pero la situación en la dinámica interna no ha variado.

Creemos que todo proyecto de integración regional latinoamericana deberá contemplar el desarrollo de un bilingüismo español/portugués con diferentes alcances y modalidades si tiende hacia una conformación política y esto implicará también políticas respecto de las lenguas amerindias, entre otras, que sean aprendidas en sus zonas de influencia por hablantes de una u otra de las lenguas citadas. En todos los casos, la perspectiva pedagógica que el plurilingüismo ha adoptado en el campo de la enseñanza de lenguas puede suministrar estrategias eficaces, pero atendiendo siempre en la selección de aquellas a los rasgos que definen la situación glotopolítica latinoamericana.

Por otra parte, debemos destacar que la Comunidad Iberoamericana de Naciones, que está integrada por países de América y Europa de lengua española o portuguesa, insiste en las declaraciones de sus Cumbres en el impulso a iniciativas de promoción del bilingüismo. En ese sentido ha valorado las experiencias en relación con la intercomprensión de lenguas próximas y la utilización de interlenguas o lenguas de contacto. Pero no atiende al alcance político regional y plantea el bilingüismo en el marco amplio de los variados países que la integran desprendiendo las lenguas de su función histórica en situaciones concretas. Así como el plurilingüismo en sus aspectos ideológicos obturan la mirada sobre nuestra realidad, el iberoamericanismo despolitiza la cuestión de la relación español/portugués en nuestra región. De allí la importancia de una reflexión glotopolítica que articule los procesos políticos con las políticas lingüísticas reconociendo las relaciones de fuerza en las que estas se inscriben.

Reflexiones finales

En la formación glotopolítica de los docentes es esencial la comprensión de la función social de las lenguas que enseñan y de sus alcances en cada situación histórica. Nos hemos centrado en la actualidad y en relación con los procesos de integración regional en el marco de la globalización. En ella se despliegan, siguiendo el desarrollo económico respectivo y los alcances políticos, integraciones centrales, secundarias y periféricas. Estas últimas, como la latinoamericana, no solo viven tensiones internas producto de los distintos posicionamientos sino también son objeto de acciones externas que tienden a influirlas, entre otros as-

pectos, ideológicamente.

Debido a que los encuentros cumbre de gobernantes son ámbitos privilegiados como expresión de las diferencias, nos hemos detenido en los últimos organismos que se han creado y, sobre todo, en los encuentros de la CELAC. En estos se vislumbran dos posiciones, una que avizora un proceso de integración continental que amplíe el existente en América del Norte y otro que sigue enarbolando las banderas de un latinoamericanismo que tienda a hacer realidad la Patria Grande. Estas vacilaciones, creemos, son responsables de la limitada reflexión glotopolítica que ha acompañado las reuniones que tratamos y del mantenimiento de las situaciones nacionales existentes, herederas del avance neoliberal. Como manifestación de este, dos ideologías lingüísticas han adquirido peso: el plurilingüismo tal como se ha elaborado en la Unión Europea y el bilingüismo español/portugués tal como surge del iberoamericanismo. Respecto de las propuestas a las que han dado lugar, es necesaria una perspectiva crítica que a la vez que considere sus condiciones de producción y su distancia con los requerimientos propios de una posible integración latinoamericana, recupere propuestas que desde el punto de vista pedagógico o investigativo puedan ser útiles.

Referencias

ADAMI, Hervé. Politiques linguistiques et politiques d'intégration en Europe: analyse des fondements idéologiques, *Revue TDFLE*, n. 70, 2017. Disponible en https://doi.org/10.34745/numerev_1266. Acceso: 15/1/2023.

ARNOUX, Elvira N. de. De la "unidad en la diversidad" al "español auxiliar internacional" en discursos y dispositivos promocionales panhispánicos. In: GREUßLICH, Sebastian; LEBSANFT, Franz (Ed.). *El español, lengua pluricéntrica. Discurso, gramática, léxico y medios de comunicación masiva*. Bonn: Bonn University Press, Vandenhoeck & Rupprecht / V & R Unipress, 2020.

ARNOUX, Elvira N. de. Apuntes para el estudio de las ideologías lingüísticas: en torno a las representaciones del inglés en la Argentina. *abeache - Revista de la Asociación Brasileira de Hispanistas*, n. 13, p. 10-27, 2018.

ARNOUX, Elvira N. de. Integraciones regionales sudamericanas: Mercosur y Alianza del Pacífico. Políticas del lenguaje y discursos políticos: In: *Publicación extraordinaria*. Trelew: Instituto de Investigaciones Lingüísticas y Literarias de la Patagonia (ILLPAT), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco, 2018.

ARNOUX, Elvira N. de. Minorización lingüística y diversidad: en torno al español y al portugués como lenguas científicas. In: RINESI, Eduardo; SMOLA, Julia; CUELLO, Camila; RÍOS, Leticia (Ed.). *Hombres de una república libre. Universidad, inclusión social e integración cultural en Latinoamérica*. Los Polvorines: Universidad de General Sarmiento, 2016, p. 251-267.

ARNOUX, Elvira N. de. Reflexiones glotopolíticas: hacia la integración sudamericana. In: ARNOUX, Elvira; BEIN, Roberto (Ed.). *La regulación política de las prácticas lingüísticas*, Buenos Aires: EUDEBA, 2010.

ARNOUX, Elvira N. de; ZACCARI, Verónica. El Grupo de Puebla: memorias que se activan en el progresismo latinoamericano. In: ARNOUX, Elvira; BEIN, Roberto (Ed.). *Semiótica y política en el discurso público*. v. 2. Buenos Aires: Biblos, 2022, en prensa.

ARNOUX, Elvira N. de; BEIN, Roberto. Hacia una historización de las políticas de enseñanza de lenguas. In: ARNOUX, Elvira; BEIN, Roberto (Ed.). *Políticas lingüísticas y enseñanza de lenguas*. Buenos Aires: Biblos, 2015, p. 13-50.

ARNOUX, Elvira N. de; DEL VALLE, José. Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo. *Spanish in Context*, número especial sobre "Ideologías lingüísticas", John Benjamins, 2010, p. 1-24.

BEACCO, Jean-Claude; BYRAM, Michael. *Guide pour l'élaboration de politiques linguistiques éducatives en Europe. De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue*, Projet 1, Divisions des politiques linguistiques. Estrasburgo: Conseil de l'Europe, 2003.

BEACCO, Jean-Claude. L'Europe des langues aujourd'hui: de technique en politique. *Synergies Italie*, n. 1, 2004, p. 42-50.

BEACCO, Jean-Claude; CHERKAOUI MESSIN, Kenza. Les politiques linguistiques européennes et la gestión de la diversité des langues en France, *Langue Française*, n. 167, 2010, p. 95-111.

BEDOU, Stéphanie. Éducation plurilingue et interculturelle : de l'impulsion politique du Conseil de l'Europe à la pratique de classe. *Sciences de l'Homme et Société*. 2018. dumas-01835052. Disponible en <https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-01835052>.

BEIGEL, Fernanda; JACKSON, Luiz Carlos (Ed.). Dossiê-Monolingüismo ou multilingüismo na produção de conhecimento? *Tempo social*, v. 34, n. 3, 2022.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Las argucias de la razón imperialista*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

CANUT, Cécile; DUCHÊNE, Alexandre. Instrumentalisations politiques et économiques des langues : le plurilingüisme en question, *Langage et Société*, n. 136, 2011, p. 5-12.

CELAC. Declaración de Buenos Aires. VII Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños. Buenos Aires, 24 de enero de 2023. Disponible en: <https://www.lacommunis.org/wp-content/uploads/2023/01/CELAC-DECLARACION-DE-BUENOS-AIRES->

Version-Final.pdf; Declaración de Buenos Aires de la Cumbre de la CELAC 2023; Declaración de la CELAC Social 2023.

CONGRESO DE LA NACIÓN ARGENTINA. *Ley de Educación Nacional* 26206, 2006.

CONSEJO FEDERAL DE CULTURA Y EDUCACIÓN. *Acuerdo Marco para la enseñanza de lenguas*, Serie A 15, 1998.

GRUPO DE PUEBLA. Manifiesto progresista. 2021. Disponible en: <https://www.grupodepuebla.org/manifiestoprogresista>.

HAMEL, Rainer Enrique. Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina. In: GARCÍA DINIZ, Alai; ARAUJO PEREIRA, Diana; KAMINSKI ALVES, Lourdes (Org.). *Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização*, San Carlos: Pedro & João Editores, 2017, p. 229-261.

INSTITUTO CERVANTES. *Anuario del Español en el mundo*. Centro Virtual Cervantes, 2015. Disponible en : <http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/>. Acceso : 21 ago. 2016.

LE LIEVRE, Françoise (Ed.). *Langues et cultures en la internationalisation de l'enseignement supérieur au XXIe siècle. (Re)penser les politiques linguistiques: anglais et plurilinguisme*. Berna: Peter Lang, 2016.

PROSUR. Declaración Presidencial sobre la Renovación y el Fortalecimiento de la Integración de América del Sur, Santiago de Chile, 22 de marzo de 2019. Disponible en <https://www.minrel.gob.cl/minrel/noticias-antteriores/declaracion-presidencial-sobre-la-renovacion-y-el-fortalecimiento-de-la>.

RICENTO, Thomas. Political Economy and English as a 'Global Language'. In: RICENTO, Thomas (Ed.). *Language Policy & Political Economy. English in a Global Context*. Nueva York: Oxford University Press, 2015.

TÉLAM. Nace Runasur: el foro de integración por una América Plurinacional que impulsa Evo Morales. 2 de mayo de 2021. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202105/552685-impulsado-por-evo-morales-nace-runasur-un-foro-de-integracion-para-una-america-plurinacional.html>.

TÉLAM. Alberto Fernández se reunió con Rodríguez Zapatero, Mujica, Cerezo y Samper. 18 ago. 2022. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202208/602132-alberto-fernandez-reunion-zapatero-samper-mujica-cerezo.html>.



ROMPIENDO BARRERAS: COMPARATISMO Y CARTOGRAFÍAS LITERARIAS EN AMÉRICA LATINA

Eduardo Coutinho¹

Resumen: Ha surgido en las últimas décadas un interés cada vez mayor por las relaciones entre Brasil y los países hispanoamericanos en el nivel económico, social y político. Sin embargo, estas relaciones son todavía tímidas en la esfera de la cultura, y especialmente en la producción literaria. No son muchos los estudios que abordan a la literatura brasileña y la de los países hispanoamericanos, buscando establecer un verdadero diálogo entre ellas. En el campo de la historiografía literaria, la cuestión es aún más compleja. Con todo, han surgido recientemente algunas historias marcadas por una nueva concepción del género historiográfico y por una perspectiva comparatista que se caracterizan sobre todo por un fuerte sentido de inclusión y que han conquistado un espacio más expresivo en las letras del continente. En este ensayo, tejeremos consideraciones sobre esta nueva historiografía y sobre las contribuciones que ella ha portado a los estudios literarios latinoamericanos.

Palabras clave: América Latina; Comparatismo; Estudios Literarios; Nueva Historiografía.

Resumo: Tem surgido nas últimas décadas um interesse cada vez maior pelas relações entre o Brasil e os países hispano-americanos nos planos econômico, social e político. Entretanto, estas relações ainda são tímidas no que diz respeito à esfera da cultura, e particularmente da produção literária. Não são muitos os textos que abordam a literatura brasileira e a dos diversos países hispano-americanos, buscando estabelecer um verdadeiro diálogo entre elas. No plano da historiografia literária, a questão é ainda mais complexa. Mas nessa área têm surgido recentemente algumas histórias, marcadas por novas concepções do gênero historiográfico e por uma perspectiva claramente comparatista que se caracterizam sobretudo por um forte sentido de inclusão e que vêm conquistando

¹ Professor Titular Emérito de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde exerceu também, de 1990 a 1994, a função de Diretor Adjunto de Pós-Graduação. Além de sua atividade docente na UFRJ, tem sido Professor Visitante em diferentes universidades no Brasil e no exterior (La Habana, Cuba; Córdoba, Argentina; Bochum, Alemanha) e Distinguished Visiting Professor na University of Illinois-Urbana/Champaign, EUA. Foi Vice-Presidente da Oficina Literária Afrânio Coutinho (OLAC) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), e membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. É membro fundador e Ex-Presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), Ex-Vice-Presidente da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC/ICLA), membro do PEN Clube Internacional, Membro da Academia Carioca de Letras e Consultor Científico de diversas agências de fomento à Educação (CAPES, CNPq, FAPERJ, FUIJB).

um espaço cada vez mais significativo nas letras do continente. Neste ensaio, teceremos algumas considerações sobre essa nova historiografia e sobre as contribuições que ela tem trazido para os estudos literários latino-americanos.

Palavras-chave: América Latina; Comparatismo; Estudos Literários; Nova Historiografia.

Ha surgido en las últimas décadas un interés cada vez mayor por las relaciones entre Brasil y los países hispanoamericanos en el nivel económico, social y político. Sin embargo, estas relaciones son todavía muy tímidas en la esfera de la cultura, y especialmente en la producción literaria. No son muchos los estudios que abordan más de cerca la literatura brasileña y la de los países hispanoamericanos, focalizando por una perspectiva comparatista sus semejanzas y diferencias, de modo a establecerse un verdadero diálogo entre esas voces. En el campo de la historiografía literaria, la cuestión es aún más compleja, a despecho de la existencia de reivindicaciones como la de Henríquez Ureña que, al publicar su *Corrientes literarias en América Latina*, ya en la década de 1940, incluye a Brasil en el conjunto. Con todo, en esa área han surgido, desde fines del siglo XX al presente, algunas historias marcadas por una nueva concepción del género historiográfico y por una perspectiva claramente comparatista que se caracterizan sobre todo por un fuerte sentido de inclusión y que han conquistado un espacio cada vez más expresivo en las letras del continente. En esta ponencia, tejeremos algunas consideraciones sobre esta nueva historiografía y sobre las contribuciones que ella ha portado a los estudios literarios latinoamericanos.

La relación entre discurso literario e identidad nacional, aunque pueda parecer natural o inevitable, es una construcción relativamente reciente. Así como el concepto de “nación”, identificado a “estado-nación”, que es visto hoy día como una creación del siglo XVIII, la noción de “literatura nacional” se originó en fines del mismo siglo, particularmente con los románticos alemanes, que divulgaron la idea de que una literatura se define por su afiliación nacional, y por el hecho de que debe incorporar lo que se comprendía como las características específicas de una nación. La premisa que subyace a esa visión es la de que la humanidad se divide en grupos homogéneos, aunque distintos los unos de los otros, y marcados por un conjunto único de valores y preocupaciones, que constituyen el “carácter nacional” (Corse, 1997, p.1-17). Este conjunto de ideas nacionalistas los condujo a la ilusión de que tanto la nación como las literaturas nacionales son hechos naturales, que surgieron sin la interferencia de individuos específicos. Contrarios a esta postura, que dominó durante casi dos siglos, teóricos recientes, dedicados a la cuestión, buscan demostrar que las naciones son, para emplear la expresión de Benedict Anderson (1983), “comunidades imaginadas”, creadas en contextos

históricos específicos y asociadas a intereses políticos de grupos determinados, y que las literaturas nacionales son construcciones elaboradas para sostener la identidad de una nación y conferirle un *status* necesario para su proyección en la arena de las disputas internacionales.

Si las literaturas nacionales, en vez de reflejos de un supuesto “carácter nacional”, son, en realidad, construcciones que no sólo contribuyen, sino juegan un rol importante en la formación de una nación – y aquí hágase mención a Huxley (1959), que ha afirmado que “las naciones son en gran parte inventadas por sus poetas y novelistas” – los dos conceptos se encuentran estrechamente relacionados, y son incluso interdependientes: las literaturas nacionales son al mismo tiempo productos y constituyentes parciales de la nación y de su sentido colectivo de identidad nacional. A eso se sigue que cada literatura nacional irá constituirse a la diferencia de otra u otras, y consolidarse a través de un canon, cuya base histórica es el nacionalismo, y cuya principal preocupación es su singularidad. Sin embargo, como este canon se define con referencia a otros, también evidentemente mutables, y esta referencia también cambia de acuerdo con el momento histórico, la “literatura nacional” no será nunca un concepto homogéneo, sino al contrario una construcción en abierto, con amplias y diversas facetas, y que cambiará de acuerdo con las necesidades de afirmación y autodefinición de cada momento.

En América Latina, la construcción de cánones literarios nacionales siempre estuvo vinculada al proceso de formación y constitución de las naciones. De ahí la preocupación, presente en la producción literaria de los diversos países latinoamericanos, con la especificación de su singularidad, definida por rasgos que los difieren los unos de los otros y de sus matrices europeas. Con todo, esa preocupación siempre se ha expresado por una perspectiva ontológica, que ha llevado frecuentemente a una identificación entre la nación y su producción. Se buscaba constituir un *corpus* literario que fuera la expresión fiel del “espíritu nacional”, una especie de entidad abstracta homogénea, que ha muchas veces recibido designaciones como las de “brasilidad”, “argentinidad” o “mexicanidad”.

La independencia política de la mayoría de los países latinoamericanos, ocurrida en las primeras tres décadas del siglo XIX, ocasionó, en el medio intelectual de la época, una ola patriótica, que puede ser vista como el deseo de dotar a las nuevas naciones de lo que Antonio Candido ha muy bien definido, respecto al Brasil, como “una literatura equivalente a las europeas, que exprimiera de modo adecuado a su realidad propia”, o, en otras palabras, de una “literatura nacional” (Candido, 1981, 2, p. 9-10). La literatura era considerada, en ese período de la vida latinoamericana, como parte de un esfuerzo constructivo más amplio, que buscaba contribuir hacia la grandiosidad de la nación recién formada. Ella era

el respaldo necesario para la proyección de la imagen de esta nación, y debería presentar un perfil propio. Construir una literatura nacional vino a ser una especie de misión para los escritores de América Latina, que se echaron, entonces, en la búsqueda de aspectos que pudieran conferir especificidad a su producción, y, en consecuencia, volverla distinta, e incluso, por esta misma particularidad, a la altura, de la que venía de Europa. Sin embargo, en su afán de delinear lo que debería ser una literatura propia, esos escritores cayeron en contradicciones, que han conferido un carácter especial a la producción de la época: movimientos estéticos europeos era importados por la *intelligentsia* latinoamericana y transformados en contacto con la nueva tierra, pero la visión de mundo que los había originado se mantenía muchas veces casi inalterada, lo que ocasionaba, en el discurso literario, disonancias insolubles. Se afirmaban valores locales con una mirada internalizada de Europa y se defendía la construcción de una nueva tradición, que tenía como referencia la antigua matriz.

En el siglo XIX, el discurso literario en América Latina no se disociaba mucho del político. Al contrario, ambos se hallaban comprometidos con el proyecto común de constitución de las naciones recién creadas; de ahí su preocupación con el idioma nacional y con una temática que representara al continente. Surgieron extensas polémicas sobre las diferencias del español y del portugués de América y los movimientos estéticos se volvían hacia cuestiones locales, aunque vistas por una perspectiva europea. El Romanticismo, movimiento dominante en Europa en aquella época, no estuvo inmune a esas contradicciones. Importado por las elites intelectuales latinoamericanas, él pasó, en el nuevo contexto, por expresiva transformación, pero mantuvo, por otro lado, gran identidad con los ideales europeos que habían contribuido para su formación. Fiel a sus premisas básicas, que clamaban por originalidad y singularidad, tanto en lo individual como en lo colectivo, el nuevo estilo ha estimulado en América Latina el culto a los elementos locales, que pasaron a dominar a la producción literaria. Esos elementos, que se extendían desde la fauna y flora tropicales hasta la configuración del indígena como símbolo de la nueva tierra, fueron ampliamente utilizados por novelistas y poetas, pero eran en general abordados por una perspectiva exótica. El indio era idealizado a la manera de Chateaubriand y casi siempre concebido como una figura contradictoria: físicamente era el habitante de la nueva tierra, el americano, pero sus valores eran los de un caballero de la Edad Media europea, anacrónico y ajeno a su contexto.

El sentimiento de dependencia que marcó a los intelectuales latinoamericanos ha cambiado considerablemente en el siglo XX, primero con los movimientos de Vanguardia en América Hispánica y el Modernismo en Brasil, y en seguida con el llamado *boom* de la narrativa de mediados del siglo. De modo diverso a lo

que pasó en el siglo XIX, cuando los movimientos estéticos eran simplemente importados y adaptados al contexto latinoamericano sin que se tuvieran en cuenta las diferencias del contexto de recepción, con las Vanguardias hispanoamericanas y el modernismo brasileño las importaciones de los movimientos europeos pasaron por un proceso de transculturación según el cual los rasgos de esos movimientos se mezclaron con elementos locales, y han dado origen a algo nuevo, con un perfil propio, pero en cuya configuración se reconocían aspectos tanto de esos movimientos locales como de las Vanguardias europeas. En la narrativa de mediados del siglo, este fenómeno se subrayó de tal modo que ha generado una extraordinaria proyección de la literatura latinoamericana en el plano internacional hasta el punto de influenciar otras expresiones literarias y de permitir un diálogo en pie de igualdad con la producción proveniente de los contextos hegemónicos. Es el caso, por ejemplo, del rol ejercido por García Márquez con la publicación de *Cien años de soledad*, y antes de él, por Borges, cuya obra Foucault declara haber sido el punto de partida de su libro *Les mots et les choses* (1966).

Esa toma de conciencia de parte de los escritores latinoamericanos marca la transición de un sistema jerárquico, típico de todo proceso de colonización, basado en la dicotomía centro *versus* periferia, para una situación de equilibrio vuelta hacia la búsqueda de un verdadero intercambio. Sin embargo, pese a su importancia, el fenómeno parece haberse restringido a la creación literaria. Los discursos de la teoría, la crítica y la historiografía literarias, como el discurso de la enseñanza de la literatura, continuaron a tomar como referencia a las obras producidas en Europa y se limitaron a reproducir las voces provenientes del viejo continente. La Crítica literaria latinoamericana, como ha señalado Octavio Paz (1967), no se ha nutrido, de manera general, de un pensamiento propio, y como tal no ha llegado a constituir una tradición. Hay, sin duda, casos aislados de intelectuales latinoamericanos que han tejido lúcidas reflexiones sobre la literatura del continente, pero lo que ocurría casi siempre era la simple importación de corrientes del pensamiento europeo, que pasaban a ser empleadas indiscriminadamente como modelos de evaluación estética. Ese fenómeno, ya bastante significativo en el siglo XIX, sigue teniendo fuerte presencia aún hoy. Basta, por ejemplo, echar una mirada a la enseñanza de la literatura para observarse la cantidad de corrientes teóricas que se suceden prontamente sin que el pasaje de una a otra corresponda, como afirma Roberto Schwarz (1987, p. 30), “al agotamiento de un proyecto”. No hay un proyecto intelectual que defina a la actuación de esas corrientes ni una reflexión sólida que evalúe con criterios la contribución que ellas puedan portar a la Crítica y la enseñanza de la literatura. Lo que prevalece es el puro gusto por la novedad, la moda, y la actitud colonizada de importar a toda costa el producto de la metrópolis.

Del mismo modo que esas corrientes del pensamiento eran importadas con avidez de Europa y sus conceptos y categorías eran considerados fundamentales a la apreciación estética, los movimientos y escuelas literarias latinoamericanos eran siempre vistos por la Crítica como extensiones de sus equivalentes europeos, y los autores y obras como inferiores a sus contemporáneos de la metrópolis. En este caso también el elemento de afuera se revestía de un carácter de ejemplaridad, y la producción de Latinoamérica, relegada a un nivel secundario, no pasaba de un reflejo estilizado de los modelos creados en Europa. Se estudiaba a la literatura latinoamericana a través de paralelos desventajosos que la ponían siempre en posición de inferioridad y se clasificaban autores y movimientos a la luz de una historiografía ajena e inadecuada. El resultado inevitable era la acen-tuación de la dependencia y la ratificación incontestable del estado de colonialis-mo cultural aún dominante en el continente.

El hecho de el discurso literario fornecer respaldo a la construcción de las naciones recién creadas ha dado origen a los cánones de los diversos países lati-noamericanos, y la creación de esos cánones fue consolidada por las historias literarias escritas a partir de entonces. Tales historias, que se han vuelto una ref-erencia para el estudio de la literatura en América Latina, eran básicamente de dos tipos: vueltas o específicamente hacia una única nación o hacia el continente como un todo, y en este último caso eran divididas de acuerdo con un criterio nacional, es decir, cada parte era dedicada a una de las diferentes naciones que integraban al continente. Mismo cuando la nación no era la principal referencia en la división de los capítulos, sino periodos políticos o movimientos estéticos, había una especie de subdivisión dentro de los capítulos, según la cual las diver-sas producciones nacionales eran distinguidas las unas de las otras. La produc-ción literaria que hacía parte de esas historias o que era simplemente mencionada en ellas era siempre la que había sido definida como canónica, o sea, la literatura producida en idiomas europeos y expresa a través de géneros o estilos acordados a los patrones europeos. Así, todo tipo de manifestación literaria que no se adec-uara a esos modelos era considerada no-representativa de esos países y excluida de esas historias literarias.

El caso de Brasil es un poco distinto del de las otras naciones latinoamerica-nas por tratarse del único país del continente en que se habla el portugués. Allá, no se van a encontrar historias literarias vueltas hacia el continente como un todo, sino solamente hacia el país como una unidad nacional. Sin embargo, los mismos criterios empleados en la creación de historias literarias hispanoamericanas se encuentran también allí: la única producción literaria que se tiene en cuenta es la escrita en portugués y en conformidad a los géneros y estilos europeos. Toda la producción presente en géneros populares como la “literatura de cordel” no era

considerada literatura, ni tampoco el gran número de narrativas o de expresiones poéticas presente en la tradición oral de las comunidades indígenas y africanas. Las historias literarias brasileñas, como también las hispanoamericanas, se limitaban en general al canon, construido por las clases dominantes de la sociedad, que, contradictoriamente, estaban creando nuevas naciones basadas en aquellas contra las cuales luchaban, pero cuya visión de mundo habían interiorizado.

El estudio de la literatura en América Latina presentó las mismas tendencias que en Europa, es decir, en fines del siglo XIX predominó la perspectiva historicista, y en mediados del siglo XX hubo una predominancia de las corrientes formalistas provenientes sobre todo del Formalismo Eslavo, de la Estilística española, alemana y suiza, del New Criticism angloamericano y del Estructuralismo francés. Sin embargo, ese cambio de perspectiva no tuvo el mismo efecto que en Europa. La búsqueda de universales presente en esas corrientes y el anhelo de crearse modelos que fueran extensivos a cualquier contexto, sin tener en cuenta diferencias históricas y culturales entre el *locus* de producción y el de recepción, contribuyó a ratificar el estado de dependencia cultural aún dominante en el continente. El discurso de la Teoría Literaria adquirió aires de ciencia, volviéndose totalitario y a-histórico, y, como los polos más avanzados de los estudios literarios se localizaban en las grandes ciudades del occidente europeo y los teóricos más relevantes o vivían o eran provenientes de aquellos locales, sus teorías eran importadas ciegamente y aplicadas a la literatura latinoamericana. Además, como sus reflexiones habían originado de un corpus literario proveniente de aquellas metrópolis, esa producción adquiriría una dimensión universal y era vista como ejemplar. El resultado fue una visión profundamente etnocéntrica y mono-cultural que tomó la producción tanto literaria como teórica de Europa como referencial canónico y calificó a la producción latinoamericana como secundaria o periférica. Esa visión alcanzó su punto culminante en los años dorados del Estructuralismo francés cuando incluso los textos latinoamericanos seleccionados para ser estudiados en las escuelas y universidades eran casi siempre los que hacían parte del canon de cada país del continente, que había sido erigido con base en los modelos europeos. Todo tipo de producción popular o de grupos no-privilegiados, como las comunidades indígenas o africanas presentes en todo el continente, era dejado de lado y rotulado peyorativamente de folclórico.

Con el advenimiento de la Desconstrucción y de los Estudios Culturales y Poscoloniales, la manera tradicional de abordaje del fenómeno literario sufrió un duro golpe en América Latina. Con la primera de esas corrientes, la perspectiva binaria que se hallaba en la base del pensamiento estructuralista fue puesta en jaque y se pasó a adoptar una perspectiva más inclusiva. Con los Estudios Culturales, las estructuras cristalizadas de la metafísica occidental que favorecían

a ciertas culturas y tipos de conocimiento en detrimento de otros fueron cuestionados, y la reacción que se desarrolló contra todo tipo de sistema homogeneizador ha dado lugar a otros tipos de discurso hasta entonces excluidos de la órbita de los estudios literarios y a la producción de otras culturas que no pertenecían al canon. Finalmente, con los Estudios Poscoloniales, surgió una gran reacción a todo tipo de jerarquía de poder y se pasó a defender el estudio de las relaciones recíprocas entre formas y producciones literarias provenientes de fuentes diversas y universos culturales distintos. En la esfera de la Literatura Comparada, por ejemplo, la literatura latinoamericana pasó a ser vista no más como puramente influenciada por la europea, sino como una producción capaz de establecer un diálogo en pie de igualdad con ella. El resultado de esos cambios fue el cuestionamiento de algunos de los principales pilares que sostenían el modelo nacional y la búsqueda de alternativas: los conceptos de “nación”, “idioma” y “literalidad” dejaron de ser vistos como los únicos referenciales para los estudios literarios y los cánones de las llamadas “literaturas nacionales” se volvieron motivo de intensos debates.

El cuestionamiento del concepto de “nación”, cuya identificación con la idea de estado-nación fue revelada por Benedict Anderson y otros como una construcción del siglo XVIII, resultante de intereses políticos y económicos específicos, y por tanto pasible de desconstrucción, llevó muchos historiadores literarios contemporáneos a ver a la relación entre literatura y nación no más como dominante en la constitución de sus historias. Esos investigadores tomaron conciencia de que, así como la nación, había otras “comunidades imaginadas”, basadas en referenciales de otra suerte como idioma, etnia o religión, que también poseían una producción vigorosa, y pasaron a considerar a ese hecho en la constitución de sus historias. Los historiadores literarios latinoamericanos no constituyen excepción a esa regla. Ellos comenzaron a ver que el propio concepto de nación era una construcción europea que había sido impuesta arbitrariamente al continente por las clases dominantes de la sociedad de modo a hacer prevalecer sus intereses, y en consecuencia pasaron a tener en cuenta otros referenciales, relativizando la autoridad del modelo tradicional.

Además, el modelo que tomaba a la nación como referencial principal en la constitución de historias literarias en general no tenía en cuenta ni las diferencias regionales dentro de una misma nación ni la existencia, tan común en Latinoamérica, de una región cultural y/o social que trasciende las fronteras de diversas naciones, como es el caso de las regiones andina o amazónica, o aún de regiones como la ocupada por un pueblo como el Aymara, que fue posteriormente dividida por razones políticas en cuatro países distintos. Al considerar esas cuestiones, los nuevos historiadores han generalmente optado por una no-

ción de cartografía que, sin descartar completamente a la idea de nación, tienen también en cuenta otros referenciales, como la noción de “región cultural”, que puede ser simplemente parte de una determinada nación o una región que la trasciende, incluyendo en este último caso a más de un país. En ese tipo de historia literaria, una región como la amazónica, o como los Andes o el Caribe, puede figurar tanto en los capítulos dedicados a los países de que hace parte como en un capítulo aislado como región cultural específica.

Así como en el caso de la nación, la indagación que se ha desarrollado respecto al concepto de “idioma” también tuvo un rol importante en la constitución de historias literarias, y en América Latina ese elemento ha sido particularmente relevante en función del número de idiomas aún hablados en el continente. Al cuestionar a los idiomas europeos dominantes como única forma de expresión en los países latinoamericanos, ese nuevo tipo de historiografía ha dejado de lado todo tipo de visión monolítica de la realidad del continente y ha dado lugar a la posibilidad de inclusión de un número considerable de registros lingüísticos alternativos provenientes de grupos hasta entonces excluidos de la esfera de los estudios literarios. Esas construcciones lingüísticas se extienden desde idiomas realmente distintos, como el quechua, *náuhalt* o guaraní, hasta estilos marginados, como los “dialectos populares”, e incluyen a los registros resultantes de la fusión del idioma de grupos de inmigración reciente con la lengua oficial del país en cuestión. Obsérvese en ese sentido que los idiomas europeos hablados en América Latina son en gran parte el resultado de un proceso de transculturación que les ha conferido un perfil propio.

De acuerdo con esa perspectiva, cada vez más frecuente en América Latina, no es más posible abordarse a la producción literaria del continente por medio de cualquier modelo lingüístico que busque eliminar las contradicciones entre los diferentes pueblos y culturas, o, en otras palabras, que busque conferir homogeneidad a lo que es diverso. El carácter múltiple y plural de la producción latinoamericana requiere el abandono de cualquier discurso monolítico sobre ella y rechaza el sujeto fuerte y bien-establecido que sostiene ese discurso, dando lugar a la heterogeneidad de ambos esos elementos, y consecuentemente a un tipo de expresión complejo y con múltiples facetas. Al ver a la cuestión por esa perspectiva, los intelectuales latinoamericanos han vuelto audible un gran número de voces que habían sido silenciadas hace siglos. Con eso, comunidades indígenas y afrodescendientes cuyas producciones nunca habían sido consideradas con seriedad pasaron a ser estudiadas en el medio académico y muchos centros especializados han sido creados para el desarrollo de esos estudios. La producción de nuevos grupos de inmigrantes de origen diverso, pero sobre todo de Europa y Asia, pasaron también a ser estudiados, y nuevas áreas de especialización fueron creadas en las universidades.

Finalmente, con el cuestionamiento que se ha hecho respecto al concepto de “literalidad”, los nuevos historiadores de la literatura pasaron a incluir en sus obras otros tipos de discurso que trascienden a la escritura puramente artística o imaginativa y pertenecen a la cultura en general. Entre esos, se encuentran textos que tradicionalmente hacían parte de otras áreas del conocimiento, como la Antropología, la Sociología, la Historia o la Filosofía, y que ahora son también considerados fundamentales para el conocimiento de la Literatura. Ahora, además del estudio de textos, géneros, estilos y topos, que por tanto tiempo dominaron las obras de Historia Literaria, se le ha dado importancia también al análisis del campo en el que la experiencia literaria fue producida. El resultado es que los discursos sobre la Literatura adquirieron un nuevo enfoque que pone en jaque las barreras entre las disciplinas instituidas por el pensamiento iluminista, y el canon ha perdido su sentido unívoco y autoritario, volviéndose, lo más posible, una estructura flexible, pasible de constante reformulación.

No hay duda de que esas transformaciones no ocurrieron de modo simple o armonioso. En la enseñanza de la literatura, por ejemplo, se ha verificado una clara disputa entre dos posiciones distintas que, al principio, asumieron un tono bastante radical. De un lado, hubo docentes que, entusiasmados con la abertura del canon, pasaron a utilizar en sus cursos solamente textos anticanónicos, es decir, textos hasta entonces considerados inaceptables en cursos de Literatura, y de otro lado, ha surgido una reacción en nombre de valores estéticos que parecían haber sido dejados de lado o relegados al mismo nivel de otros tipos de discurso. Esas posiciones extremas no duraron mucho, pero sus consecuencias todavía pueden ser sentidas, aunque en menor grado, cuando se comparan los currículos de universidades diferentes y a veces la configuración de diferentes institutos dentro de la misma institución. En muchos casos, todavía se adopta la perspectiva nacional, pero en muchos otros se nota una tendencia creciente hacia la adopción de una perspectiva más flexible que busque sustituir todo tipo de visión homogénea en el estudio de Literatura por un constante cuestionamiento de cualquier tipo de estructura fija, sea respecto a los viejos principios (nacionalistas o lingüísticos) con que nuestros cánones han sido creados, sea con relación al carácter excluyente de los estudios literarios que insistían en la superioridad del elemento estético sobre los demás tipos de discurso. En este último caso, los cánones que sirvieron de base a las diversas literaturas latinoamericanas y que respaldaron su construcción como estados-nación con un idioma oficial europeo han perdido su carácter hegemónico y los *corpora* literarios utilizados en los cursos de esas instituciones no más se restringen al aura de la estética tradicional.

En la producción de historias literarias no se puede hablar de la misma dis-

puta, porque los cambios ocurridos en este campo son aún muy recientes. Hasta el presente, se siguen publicando historias literarias tradicionales, pero al lado de otras altamente innovadoras, y estas últimas se han vuelto cada vez más apreciadas. Junto a estas historias innovadoras y como resultado de las investigaciones en el área, ha sido publicado un gran número de versiones “no-oficiales” de historias literarias, sobre todo producidas por grupos minoritarios, marginados hasta recientemente. Entre las historias innovadoras surgidas en las últimas décadas, vale mencionar a tres, si no más, por el grado de innovaciones que han introducido: la serie *América Latina: palabra, literatura y cultura*, organizada por Ana Pizarro y publicada en tres volúmenes por el Memorial de América Latina, en São Paulo, en el año 1993, la serie *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*, coordinada por Mario Valdés y Djelal Kadir, y publicada en inglés por la Oxford University Press, en 2004, y la serie *Historia comparada de las literaturas argentina y brasileña*, organizada en seis tomos por Marcela Croce y publicada por la editora Villa María, en Córdoba, Argentina, de 2016 a 2019.

Las tres series constituyen un ejemplo de los cambios que se han verificado recientemente en el área de la Historiografía Literaria en América Latina – el abandono de todo tipo de narrativa maestra, basada en nociones de progreso y evolución, y la búsqueda constante de un tipo de narrativa plural y provisorio que no sólo tenga en cuenta las especificidades de la producción cultural del continente, sino también aborde a esos aspectos por una perspectiva distinta, es decir, por una perspectiva basada en el *locus* de enunciación del hombre latinoamericano. Los tres proyectos expresan la conciencia de la importancia de esas cuestiones y constituyen una tentativa de abordaje de la Literatura Latinoamericana por una perspectiva diferente. Son proyectos ambiciosos que han portado importantes contribuciones, pero que también presentan, como suele ocurrir con proyectos de esa dimensión, algunas limitaciones. Con todo, en términos generales, ellos constituyen un paso en adelante en el ámbito de la historiografía literaria en el continente, y son, principalmente, un estímulo a mayores investigaciones en el área.

Los proyectos mencionados revelan la importancia creciente de la historiografía literaria en el continente, y sobre todo la necesidad de búsqueda de nuevas perspectivas en la construcción de historias literarias que no sólo tengan en cuenta las contribuciones que han surgido en el área por las corrientes internacionales, como la Nueva Historia, empezada con los *Annales* en la primera mitad del siglo XX y que más tarde ha dado origen a la Historia de las Mentalidades y de la Vida Cotidiana, sino que también expresen una mirada que parta del propio continente, o, en otras palabras, de su propio *locus* de enunciación.

Referencias

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BHABHA, Homi, org. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15-18 Century*, vol. I, *The Structures of Everyday Life: The Limits of the Possible*. Trad. Sian Reynolds. London: Collins, 1981.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6th ed. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CROCE, Marcela, org. *Historia literaria de las literaturas argentina y brasileña*. 6 vols. Villa María, Eduvim, 2016.

CORSE, Sarah M. *Nationalism and Literature*. Cambridge: Cambridge UP, 1997.

COUTINHO, Eduardo F. "Brazilian Modernism". In: EYSTEINSSON, Astradur & LISKA, Vivian, orgs. *Modernism*. 2 vols. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publ. Co., 2007, p. 759-768.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada: reflexões*. São Paulo: Annablume, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms. The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalisms since 1780: Programme, Myth, Reality*. London: Cambridge UP, 1990.

HUXLEY, Aldous. *Texts and Pretexts*. London: Chatto & dus., 1959.

PAZ, Octavio. *Corriente alterna*. México: Siglo XXI. 1967.

PIZARRO, Ana, org. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. 3 vols. Sao Paulo: Memorial/Campinas: UNICAMP, 1993.

RAMA, Ángel. *La transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.

VALDÉS, Mario & KADIR, Djelal Kadir, orgs. *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*. 3 vols. Oxford: Oxford UP, 2004.



METÁFORA DE LA (IN)VISIBILIDAD EN EL SUR: ELENA GARRO EN TRADUCCIÓN

María del Mar Paramos Cebey¹

Resumen: El principal objetivo de este trabajo es identificar las razones de la invisibilidad de la obra de la mexicana Elena Garro, tanto en México, como fuera de sus fronteras geográficas y lingüísticas. Basándonos en el principio de la traducción como forma de dar visibilidad al subalterno, nos detendremos en la recepción de su única obra, hasta el momento, traducida y publicada en Brasil: *Los recuerdos del porvenir*, publicada dos años después de las celebraciones del centenario de su nacimiento que siguieron perpetuando su invisibilidad como autora y manteniéndola fuera del canon literario del boom latinoamericano.

Palabras clave: Elena Garro; Literatura Hispanoamericana; Invisibilidad femenina; Traducción literaria; Metáfora del Sur.

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é identificar as razões da invisibilidade da obra da mexicana Elena Garro, tanto no México como fora de suas fronteiras geográficas e linguísticas. Partindo do princípio da tradução como forma de dar visibilidade ao subalterno, nos deteremos na recepção de sua única obra, até o momento, traduzida e publicada no Brasil: *Los recuerdos del porvenir*, publicada dois anos após as comemorações do centenário de seu nascimento que continuou a perpetuar sua invisibilidade como autora e a mantê-la fora do cânone literário do boom latino-americano.

Palavras-chave: Elena Garro; Literatura hispano-americana; Invisibilidade feminina; Tradução literária; Metáfora do Sul.

Aquí estoy, sentado sobre esta piedra aparente. Solo mi memoria sabe lo que encierra. [...] Estoy y estuve en muchos ojos. Yo solo soy memoria y la memoria que de mí se tenga.

¹ Professora no curso de Letras-Tradução Espanhol, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Literatura e outras artes (Poslit / UnB), mestre em Linguística Aplicada (PGLA /UnB) e licenciada em Filologia Hispânica (Universidade de Santiago de Compostela). Tem experiência nas áreas de Tradução e de Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) e centra suas pesquisas em: Didática da tradução/versão, Ensino de ELE, Tradução pedagógica, Tradução literária (tradução (d)e teatro; tradução de literatura infantil e juvenil), Estudos decoloniais e Feminismos. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Curso de Letras-Tradução Espanhol (UnB).

Hay días como hoy, en los que recordarme me da pena. Quisiera no tener memoria o convertirme en el piadoso polvo para escapar a la condena de mirarme.

Elena Garro

Introducción

La literatura escrita por mujeres siempre ha estado vegetando en el margen, cuestionada, criticada y sin poder aspirar a ser leída como textos literarios, cualidades que, generalmente, solo se atribuía a obras escritas o publicadas, por escritores, porque las obras escritas por mujeres solían clasificarse dentro de una categoría tan poco clara, como desprestigiada, una especie de “literatura femenina”, en el que podía caber tanto literatura romántica, folletinesca, como poesía o novelas de ciencia ficción.

De acuerdo con Adami (2019, p. 60), esta idea de lo femenino lo sitúa “lado a lado con las ideas de errancia e incompletitud” y solo se preocuparían por el género de quien escribe. Desde una perspectiva política, Hollanda (1992, apud Adami, 2019, p. 60) defiende que si por un lado hay una necesidad de luchar contra el poder patriarcal, si clasificamos la literatura como “femenina”, nos llevaría a crear una “estética femenina basada en la exclusión” y que estaría directamente relacionada con una escritura no sobre la sensibilidad, pero sobre la opresión y su combate. Aun así, todo un mosaico de formas de escritura y de asuntos sería reducido a una sola característica, la experiencia de violencia y discriminación hacia las mujeres (Adami, 2019, p. 60). Abogamos por una evaluación de los contextos sociohistóricos en los que se estructuraron estas nociones de identidad femenina. Por consiguiente, y en la línea de Adami (2019), sustituiremos la reivindicación de “literatura femenina” por “literatura hecha por mujeres”, pues aunque el término pueda parecer más vago, permite que estos textos puedan entenderse como fruto de múltiples sujetos, épocas y temas.

Una de las características de la literatura hecha por mujeres es la forma que tienen de interpelar los discursos hegemónicos, así como reinterpretar la cultura tradicional. Por ello, se hace necesario conocer esas voces femeninas que reconstruyen la memoria de un pueblo, así como la ficción, algo que le confiere apropiarse de un nuevo lenguaje, un lenguaje propio, que Elena Garro supo diseñar con maestría.

No obstante, debemos empezar preguntándonos: ¿Quiénes eran las mujeres que escribían? De acuerdo con Virginia Woolf, una mujer para escribir una obra de ficción debía tener dinero y una habitación propia, es decir, una mujer debía contar con independencia económica y personal. Y esta era una condición con la que no todas podían contar. Pocas eran las representantes, ya que la mayor

parte de ellas no tenían acceso a la escolarización o, en el caso de que sí lo tuvieran, no solían permitirles que malgastasen su tiempo con ese tipo de actividades. Excepciones como Sor Juana Inés de la Cruz, (México, 1648-1695), que en el siglo XVII, dos años antes de su independencia, ya inició lo que se conoce como literatura escrita por mujeres. En su obra prosística y poética, Juana Inés cuestionaba las condiciones de la mujer en la iglesia católica y luchaba por el derecho a la educación y a la creatividad. En el siglo XIX, era escaso el número de mujeres que contaban con independencia económica y con una “habitación propia” Contamos, de todas formas, con ejemplos como Juana Manso, Maria Firmina dos Reis o Nísia Floresta. Sin embargo, ellas se encontraban marginadas cultural, política, social y económicamente, al tiempo que se les concedía poca autoridad intelectual y eso se perpetúa a lo largo del siglo XX.

Poco a poco la situación mundial de la mujer cambia y en Latinoamérica también es posible vislumbrar ese proceso. Un número mayor de escritoras hispanoamericanas aparece en destaque, aunque, pasan a la historia como frágiles, que se caracterizan por ser mujeres que expresaron un mundo interior lleno de intensidad lírica, sin miedo ni vergüenza de ser mujer, de sentirse artística y libre. Probablemente por eso, aparecen como personas extrañas, enfadadas y muy sensibles (Guardia, 2013, p. 21). Y se refiere a nombres como Alfonsina Storni, que se suicidó; Delmira Agustini, que fue asesinada por su propio marido; María Luisa Bombal, que intentó asesinar a un examante; Gabriela Mistral, única mujer Premio Nobel de literatura, que sufrió el fallecimiento de un hijo adolescente; Rosario Castellanos, que falleció en Tel Aviv víctima de un “choque eléctrico oficial”, según la versión oficial; aunque se especula sobre la teoría de un suicidio o, incluso, un asesinato y, por supuesto Elena Garro, quien aparte de vivir a la sombra del que fuera su marido por 27 años, también sufrió las consecuencias del 1968. Como le dijo un tío intelectual a la uruguaya, radicada en Barcelona, Cristina Peri Rossi (2016): “Bueno, aprende: las mujeres no escriben. Y cuando escriben, se suicidan”.

De acuerdo con Pérez Salazar (2016), el periodista que entrevista Rossi (2016), *La historia de Cambridge de la literatura femenina de América Latina* (2015) tiene un capítulo titulado Boom y Boomito, donde se registra lo paradójico de que un movimiento que contó con el apoyo principal –se puede decir que fue la gran impulsora– de una mujer, la editora y agente Carmen Balcells, no incluyera a mujeres. Posiblemente, porque Balcells, como producto de su época, “no estaba lista para ver que las escritoras latinoamericanas estaban escribiendo ficción cautivadora desde los años 50, aunque en una producción que permanecía aislada”.

De acuerdo con Elena Poniatowska, una autora mexicana de finales del siglo XX y también galardonada con el Premio Cervantes de Literatura consideraba al respecto que:

Es un gran mundo de mujeres olvidadas, bueno, salvo Frida Kahlo que ahora es casi la Virgen de Guadalupe, pero en general las otras eran muy olvidadas y no sólo eso, sino muy expuestas, consideradas locas. En México, las mujeres que se salían del camino establecido eran satanizadas y tenían una vida muy dura. Y acababan en cierto momento enloqueciendo de tanto que sentían que eso era lo que el público quería que ellas fueran. Que demostraran con su vida que ellas no eran normales. (Rossi, 2016).

A Elena Garro se la recuerda –o conoce– como la (primera) esposa de Octavio Paz. Pero, ¿en qué medida este olvido, esta invisibilidad, o este silencio, tiene relación con el gran prestigio de Octavio Paz?

Una vida llena de silencios

Elena Garro Navarro nació el 11 de diciembre de 1916 en la ciudad de Puebla (México). Hija de padre español (asturiano, concretamente) José Antonio Garro –a quien dedicaría su célebre obra *Los recuerdos del porvenir*– y de Esperanza Navarro Benítez, mexicana, de Chihuahua. En 1937 inició sus estudios de literatura en la Universidad Autónoma de México, carrera que no pudo concluir por su boda con Octavio Paz. El ballet y el teatro fueron sus dos grandes pasiones, siendo coreógrafa y actriz en la Escuela de Teatro de la Universidad Autónoma de México. Eso la ayudaría más tarde en su trabajo como dramaturga (una de las principales de su país). Tras su boda con Octavio Paz viajó a España en un momento delicado, ya que estaba en plena guerra civil (1936-1939), que terminaría con la victoria de los nacionales y la posterior victoria del general Francisco Franco.

Durante su estancia en España tuvo contacto con personajes del mundo de la cultura como María Zambrano, José Ortega y Gasset y Vicente Huidobro, entre otros. Fruto de esa experiencia en tierras españolas es su obra *Memorias de España* (1937). Tras su regreso a México, un año más tarde, desarrolló una importante y exhaustiva labor como periodista y, poco después, nacería su única hija: Helena Paz Garro. La familia Paz Garro se trasladaría a Estados Unidos y a París, donde Octavio Paz iniciaba una carrera como diplomático. Allí tuvo contacto con otros intelectuales como André Breton, Albert Camus, Jean Genet, Jorge Luis Borges, César Vallejo y Bioy Casares, este último figura muy importante en su vida.

También vivió en Japón y en 1952 se traslada a Suiza, donde, enferma², escribió la magnífica novela *Los recuerdos del porvenir*. Un año más tarde regresaría con su familia a México donde seguirá escribiendo teatro. De esta época son obras como *Los pilares de Doña Blanca* o *Un hogar sólido*. Pero la vida diplomática de

² Tuvo mielitis y parálisis del lado izquierdo del cuerpo.

su marido les impedía estar mucho tiempo en un mismo destino, por lo que los años siguientes, la familia los pasaría entre Nueva York, París, ciudad de México y, cuando en 1962, a Octavio Paz lo designan embajador de México en Nueva Delhi (India), la pareja decide separarse definitivamente.

Si hasta el momento, su vida en pareja no fue demasiado feliz, menos de una década después sucedería otro de sus peores momentos de su vida y que, sin duda, contribuyó mucho a su “silenciamiento”, “invisibilidad”, “olvido” o “ninguneo”, como afirman autores como Kahmann (2020) y Earle (2010). En octubre de 1968 participó en el movimiento del 68, donde aún hoy es difícil saber cuál fue su papel. Vapuleada por todas las partes, ya que se le acusa de estar a favor de los estudiantes y, al mismo tiempo, a favor del gobierno y en contra de los intelectuales. De acuerdo con Cavalcanti (2016, p. 42), “Garro denunciaba tanto la pasividad de los intelectuales, a quienes acusaba de callarse para vivir del erario público, como la explotación en el campo, la condición de la mujer y la corrupción.” Incluso fue acusada de actuar como espía de la CIA (Nájar, 2017).

Tras estos duros acontecimientos, Elena y su hija se autoexiliaron en Estados Unidos hasta 1974, cuando se fueron a España, que estaba viviendo sus últimos años de régimen dictatorial y donde vivieron hasta 1981, cuando se rumorea que “se la invitó” a abandonar el país, como una de las condiciones impuestas por su exmarido Octavio Paz para acudir a recibir el Premio Cervantes de Literatura, concedido ese mismo año. Tras otra etapa de exilio en París, regresaría a su México natal, concretamente a Cuernavaca, donde viviría hasta el fin de sus días, un 22 de agosto de 1998.

A pesar de que siempre escribió poesía a escondidas, esta última etapa de su vida la dedicó a este género, aunque estos poemas permanecieron desconocidos durante décadas, hasta que vieron la luz, en 2016, en una recopilación de Patricia Rosas Lopátegui titulado *Cristales de tiempo* (NÁJAR, 2017). De acuerdo con la investigadora, quien tuvo acceso a los diarios de Elena, a Octavio Paz no le gustaba la competencia en casa (la poesía era su terreno) y, conocedor del talento de Elena, impidió su desarrollo intelectual, por lo que innumerables veces se vio obligada a quemar sus escritos para evitar problemas conyugales.

Los recuerdos del porvenir, escrita como hemos visto, entre 1952 y 1953, no vio la luz hasta 1963, el mismo año en el que Julio Cortázar publicaba *Rayuela*, y Mario Vargas Llosa, *La ciudad y los perros*. Esta es considerada por gran parte de la crítica como la obra cumbre de Elena Garro en la que muestra “una madurez expresiva, colmada de territorios poéticos. Bajo una atmósfera de desesperanza y muerte, la novela se inscribe en uno de los mejores exponentes del realismo mágico” (Adami, 2019). Garro escribió otras novelas como *Testimonio sobre Mariana* (1981); cuentos, como “La semana de colores” (1964), traducidos a otros idiomas

y reeditados más tarde bajo el título de uno de sus cuentos más famosos: “La culpa es de los tlaxcaltecas”. Sin embargo, y a pesar de la brillantez de sus textos, Elena Garro se empeñó más en una labor que le apasionaba: el teatro. Su extensa obra dramática está compuesta por obras como *Los pilares de doña Blanca* y *Un hogar sólido*. Pese al reconocimiento que tuvo, especialmente por *Los recuerdos del porvenir*, Elena Garro se consideraba lectora de profesión y su verdadera vocación era el teatro.

El teatro siempre estuvo presente, incluso en su obra no dramática. Por eso, es posible afirmar que la mexicana “nunca pudo desprenderse de sus moldes y de sus esquemas teatrales, ni siquiera cuando escribía prosa” (Cavalcanti, 2016). Verificar si en *Recuerdos del porvenir* tiene “personajes que fingen o actúan delante de los demás”, haciendo alusión a la presencia de esta característica dentro algunas de las novelas de Garro (ver si esto sucede en *Recuerdos del porvenir*. También verificar si hay personajes que se disfrazan o imitan a otros: quiénes son y cómo lo hacen).

Cuatro características que expresan lo teatral en Garro: el desdoblamiento de la actuación, el teatro dentro del teatro, la presencia de metamorfosis y la existencia de cantos y estribillos. Una vez que la tesis constata la presencia y la repetición de las características antes reseñadas dentro de las obras teatrales, comienza su rastreo dentro de la obra narrativa completa de Garro, para poder así demostrar cómo su teatro se prolonga dentro de su obra narrativa. (Cavalcanti, 2016, p. 109).

A pesar de nuestro gusto por la obra dramática de Elena Garro, en este trabajo nos centraremos en *Los recuerdos del porvenir*, no solo por su calidad estética y literaria, por su pionerismo en el realismo mágico, sino por ser la primera –y única obra, hasta el momento—de Elena Garro que circula, en portugués bajo el título de *As lembranças do porvir*, por territorio brasileño.

Como hemos visto anteriormente, Garro escribió esta novela una década antes de su publicación, en Suiza, durante una dura enfermedad y a base de cortisona. Sin atreverse a publicarla, la guardó en un baúl, junto a poemas dedicados a Bioy Casares, su gran amor, según le confesó la propia Elena a su amigo y crítico literario Emmanuel Carballo. Años después, la rescataría y la publicaría, animada por su entonces esposo, al que le encantó, rescatándola del baúl y del fuego, ya que Elena Garro quemó muchas de sus obras.

En *Los recuerdos del porvenir*, Garro homenajea a Iguala, su pueblo natal, al que da el nombre de Ixtepec, pueblo que es protagonista y narrador, ya que él mismo cuenta su propia historia. Sin duda, la novela que inaugura el realismo mágico en México, pues pese a publicarse años más tarde, se escribió antes de *Pedro Páramo*.

Una de las principales innovaciones de la obra es la dualidad que Garro le concede al tiempo: por un lado está el tiempo de la cultura occidental, moderna; por otro el tiempo prehispánico, mítico. Otra innovación “garreana” también está en el título, ya que puede parecer algo que carece de sentido, porque ¿es posible recordar lo que todavía no se ha producido?

En lo que respecta a la temática de la obra, no resulta fácil definirlo, ya que estamos ante un texto muy complejo, en el que, amén de jugar con la temporalidad, también lo hace con la narrativa, al transformar la realidad para lograr una realidad imaginaria. Además de la revolución cristera, también no menos importantes son asuntos como las pasiones humanas, la marginalización de las mujeres y la libertad política. En definitiva, es posible decir que estamos ante una historia de amor que termina de forma trágica para las familias y para el pueblo, Ixtotec, un pueblo mexicano que está dominado cruelmente por el general Francisco Rosas, donde la resistencia, la violencia y, principalmente, el amor será el amor será el sentimiento más fuerte, aunque no siempre pueda verse de forma positiva.

De acuerdo con Gaona (2021), *Los recuerdos del porvenir* “es también una novela de contrastes: de mujeres lectoras que, pese a todo, culpan a otras mujeres de sus desgracias, y de un pueblo racista que sin los indígenas no podrían sostener un levantamiento armado”. Por eso, y aunque ella no se considere feminista, se puede decir que esta obra es autoficción. Porque Elena “soñaba con un mundo más justo pero inalcanzable, metaforizado en parte en Ixtotec, el pueblo y escenario fantasmal”, un reflejo onírico del ambiente que ella vivió en su niñez en Iguala.

Por consiguiente, estamos ante una representante del Sur que padece los problemas de serlo: mexicana (por lo tanto, representante de la literatura periférica), mujer (problemas de patriarcado), a lo que aumentó el hecho de vivir a la sombra de su marido, uno de los máximos exponentes del boom del siglo XX, movimiento en el que el Norte (España) tuvo un papel relevante. Y, por ello, no deja de ser curioso ya que Barcelona era la capital de la literatura latinoamericana, ya que allí residían y trabajaban el editor Carlos Barral y la agente literaria Carmen Balcells, además de autores como García Márquez, Vargas Llosa, Donoso, Julio Cortázar (a camino entre París y Barcelona), etcétera.

En su tesis doctoral, Mercedes Cavalcanti (2016), destaca la dualidad tan exacerbada que levanta Elena entre sus críticos: algunas la enaltecen y la defienden incondicionalmente –Patricia Rosas Lopátegui y muchos se ensañan con ella, con un odio casi enfermizo, confundiendo el papel de mujer, ciudadana, con el de escritora. Sin embargo, tanto los defensores, como quienes la detestan, permiten mostrar en sus textos la belleza de su obra, y el talento de esa escritora que “aturde e hipnotiza”.

Porque, como bien afirma la chicana Gloria Anzaldúa (2000, p. 232) al afirmar que escribe para registrar lo que los demás apagan cuando ella habla. Así como para reescribir todo lo que es incorrecto sobre ella y las demás personas.

Razones de su invisibilidad

Elena Garro no era una mujer que dejase a nadie indiferente y su obra tampoco. Por ello, nos parece pertinente visitar la invisibilidad de mujeres como Elena Garro dentro del contexto en el que vivieron y escribieron y que coincidió con el boom de la literatura latinoamericana (hispanoamericana, principalmente) y en esa invisibilidad se encuentra una gran metáfora: el patriarcado. De acuerdo con Gaona (2021), toda la obra es una gran metáfora, especialmente al descubrir que Ixtepec es el retrato de la infancia de Garro en Iguala. También podemos encontrar un “paralelismo de una comunidad ocupada por los militares de Francisco Rojas, y la resistencia femenina ante la dominación patriarcal de su cuerpo”.

Elena Garro vivió y publicó en una época en la que se desarrolló un fenómeno literario sin precedentes en la literatura hispanoamericana. Este fenómeno literario que se intensificó en la segunda mitad del siglo XX, principalmente en las décadas de 1960 a 1980, visibilizando nombres de la literatura hispanoamericana, como Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, y un sinnúmero de nombres masculinos, no solo se puede explicar por su (innegable) mérito literario. Hay varias razones para ese fenómeno, entre ellas la presencia en Barcelona de Carlos Barral (editor de Seix Barral) y, fundamentalmente, la agente literaria Carmen Balcells.

Otro fenómeno importante, a la par o posterior del anterior, es la gran cantidad de premios Nobel que se le concedieron a autores hispanoamericanos: Miguel Ángel Asturias (1867), Pablo Neruda (1971), Gabriel García Márquez (1982), Octavio Paz (1990). Gabriela Mistral ya había sido galardonada en 1945 y años después, le tocó a Mario Vargas Llosa (2010), el último hasta la fecha. Es menester recordar que, durante esas tres décadas, la literatura en español recibió 6 de sus 11 premios Nobel –cuatro hispanoamericanos y dos españoles: Vicente Aleixandre (1977) y Camilo José Cela (1989). No es baladí la idea de que estos importantes premios no solo tienen un cuño literario, sino también –tal vez, excesivo– político.

La premiación literaria es uno de los principales impulsos para la traducción de una obra y, con ello, darle mayor circulación en prácticamente todas las lenguas occidentales para llegar a un número considerable de lectores.

Pese a que la crítica considere que la obra de Elena Garro se caracteriza por su genialidad literaria sin límites, por una fantasía en la que resulta difícil

delimitar la realidad de la imaginación, ésta no tuvo la divulgación, la crítica, ni el estudio a la altura que se merecía, por la misoginia a la que fue sometida la autora. Y así, el patriarcado existente en México, en Latinoamérica y en el mundo en general, le impuso un silencio casi forzado, por dos motivos: el primero, por ser la esposa de Octavio Paz que, si bien podría haberle abierto muchas puertas y le posibilitó codearse con grandes nombres de la literatura y la intelectualidad internacional –gracias al prestigio de su marido y a su profesión de diplomático– también le supuso vivir a la sombra de éste y soportar innúmeras humillaciones. De acuerdo con Earle (2010), Garro le confiesa a Luis Enrique Ramírez que “nunca me enojé con Octavio. Él fue quien se enfadó conmigo, y tenía razón: le hice muchas majaderías’ Pero queda claro que casi siempre ella –no él– fue la víctima. En Memorias de España, 1937 se registran muchos enojos y desprecios de su marido”. (Earle, 2010, p. 884)

El otro gran hecho importante y que la lapidaría para siempre fue su participación en el movimiento del 68, como hemos comentado anteriormente. Fue, por consiguiente, doblemente silenciada por el patriarcado: por su marido y por el pueblo mexicano y su posterior autoexilio, de 1972 a 1993.

Pese a convivir con el mundo diplomático, por estar casada con uno, y frecuentar estos ambientes durante décadas, a Elena Garro le faltaba diplomacia y le sobraba franqueza y sinceridad. “Perdió la batalla. Con ello, perdieron las mujeres y los desdichados indios y campesinos, despojados de sus tierras, sus techos, su dignidad y, en algunos casos, sus vidas. Ganaron los corruptos, libres, por fin, del peligro de una voz tan obstinada” (Cavalcanti, 2016, p. 43).

Se suele conocer a Gabriel García Márquez como el padre del realismo mágico, con su novela *Cien años de soledad* (1967), paternidad que comparte con el mexicano Juan Rulfo y su *Pedro Páramo* (1955). Sin embargo, antes de estos, el realismo mágico ya tenía madre conocida: María Luisa Bombal, con su novela *La amortajada* (1938), y también Elena Garro, que varias décadas después publicaría su magistral *Los recuerdos del porvenir* (publicada en 1963, pero escrita una década antes).

A Elena Garro también se la considera como la fundadora del realismo mágico con *Los recuerdos del porvenir*, obra galardonada con el premio Xavier Villaurrutia en 1963. Pero no solo esta obra forma parte, sino que ella inventó el realismo mágico en el teatro. Pese a todo ello, en 2016, la editorial Drácena publica la obra *Reencuentro de personajes*, con la siguiente sinopsis: “Reencuentro de personajes germina del odio que Elena Garro le profesó desde su divorcio y de la forma más irritante posible a su exmarido, el Premio Nobel Octavio Paz”.

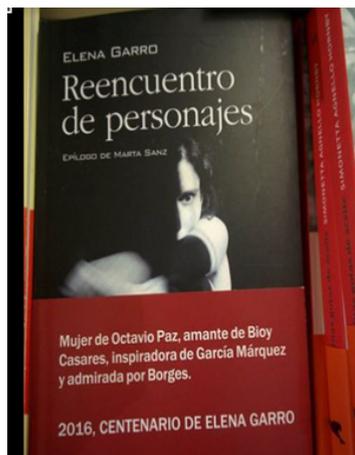
En su obra *El asesinato de Elena Garro*, Patricia Rosas Lopátegui, una de las principales estudiosas de Garro, relata la violencia que padecía Garro a manos de

Octavio Paz. Además, Rosas Lopátegui considera que la mexicana merecía una disculpa pública por la leyenda negra que crearon alrededor de su obra (no por falta de calidad literaria, sino por su vida personal) y que la sigue invisibilizando y manteniendo en un ruidoso e incómodo silencio (Nájar, 2017). Octavio Paz todavía tiene mucho peso.

Pese a no considerarse feminista, Elena Garro siempre combatió en sus obras, esa injusticia a la que fue sometida, la suya y la de todas las mujeres, pese a haber quedado “del lado incorrecto de la historia”. En 2016, año del centenario del nacimiento de Elena Garro, apenas unos pocos trataron de entender y visibilizar su obra. La supuesta leyenda negra de su vida todavía prevalece. ¿Sería igual si no se tratara de una mujer? ¿Harían lo mismo si no fuera por el peso de Octavio Paz? ¿Por qué no interesa entender mejor esa leyenda sobre su vida, que tanto la perjudicó como mujer e intelectual, y sigue silenciándola como periodista, poeta, cuentista, novelista y dramaturga? ¿A quién beneficia ese ostracismo de Garro, una de las intelectuales más brillantes de la segunda mitad del siglo XX?. Porque mientras no se la “desconstruya” oficialmente, Elena Garro seguirá siendo una autora silenciada, no traducida, no leída y, por ende, subalterna. De ahí que la traducción sea una herramienta de visibilidad y liberación de su obra.

Y fue precisamente en 2016, un año de homenajes, lo que debería ser una ocasión de reestablecer su dignidad e intentar situarla en ese peldaño que su calidad literaria le permite estar, cuando vuelve a ser vapuleada y atacada misógicamente. Si otrora México (el norte del Sur) le había dado la espalda, décadas después, el Norte, la otra línea del pensamiento abisal repetía la historia, aunque –desde nuestro punto de vista– de una forma mucho más ultrajante.

Resulta insultante el tratamiento que Garro recibió por parte de algunos intelectuales y editoriales. Una de las más conocidas es la repercusión de la reedición, por parte de la editorial española Drácena, de su novela Reencuentro de personajes, publicada inicialmente en 1982. En la capa, una fotografía en blanco y negro del rostro “apagado” de una mujer triste. El título de la obra aparece en un tamaño mucho mayor que el de la autora (algo que no suele ocurrir al reeditar una obra que es un homenaje, y muchísimo menos si se tratara de un escritor hombre). Y para más inri, la edición venía con una cinta roja con el siguiente texto destacado: “Mujer de Octavio Paz, amante de Bioy Casares, inspiradora de García Márquez y admirada por Borges. 2016, CENTENARIO DE ELENA GARRO”.



La editorial eliminó la misógina cinta roja, así como el paratexto de su página web, donde indicaba que lo que movía la escritura de Garro era su odio a Octavio Paz. Asimismo, defendió los paratextos iniciales con el argumento de que ese texto (misógino) tenía el objetivo de dar a conocer a la autora en España y, de esta manera, insertarla en el canon literario latinoamericano. Pese a ello, ese paratexto no fue posible borrarlo de los libros impresos, ni siquiera de muchísimos sitios donde todavía permanece presente. Concretamente, en Amazon todavía podemos ver, en 2023, el siguiente texto:

Qué duda cabe que *Reencuentro de personajes* germina del odio que Elena Garro le profesó desde su divorcio y de la forma más irritante posible a su exmarido, el Premio Nobel Octavio Paz. Un rencor que extendió a toda una clase social: la aristocracia mexicana, tan desdeñosa y misógina entonces. Pero, como tal rencor, no podía ser sino una torturadora obsesión que, para poder desfogarse en plenitud, tuvo que involucrarse en las máscaras de este insólito relato.³

Este no es un hecho aislado, a lo largo de ese año abundaban titulares de índole bastante sospechosa, como el firmado por Jan Martínez Ahrens (2016)⁴, en el diario español *El País*, bajo el título de “Elena Garro, una escritora contra sí misma” y le sigue el copete o subtítulo “México celebra el centenario de la auto-destructiva autora, envés obsesivo de Octavio Paz”.

Tanto la cinta, como la disculpa de la editorial y los diferentes titulares es ver cuán arraigada está la misoginia en la cultura y, por ende, en la sociedad. De acuerdo con Pierre Bourdieu, en *A dominação masculina* (2021 [1998]), Elena

³ <https://www.amazon.com.br/Reencuentro-Personajes-Elena-Garro/dp/1539572102>

⁴ Director de EL PAÍS-América. Fue director adjunto en Madrid y corresponsal jefe en EE UU y México. En 2017, el Club de Prensa Internacional le dio el premio al mejor corresponsal. Participó en Wikileaks, Los papeles de Guantánamo y Chinileaks. Licenciado en Filosofía, máster en Periodismo y PDD por el IESE, fue alumno de García Márquez en FNPI.

Garro solo puede ser reconocida como una alteridad a figuras masculinas y no se menciona a la grandeza de su vida y obra, como el hecho de ser una de las pioneras y voces más importantes del realismo mágico; como una de las máximas exponentes del teatro hispanoamericano; como una autora que dominaba con maestría diferentes géneros literarios: cuento, novela, teatro, poesía; como una activista política que lucha por la causa de los estudiantes, campesinos, la crítica a la superficialidad de muchos intelectuales; como una escritora premiada: Premio Xavier Villaurrutia (1963), Premio Grijalbo (1981), Premio Bellas Artes de Narrativa (1996), Premio Sor Juan Inés de la Cruz (1996).

Elena Garro en traducción: su llegada a Brasil

Es de todos sabido que la literatura ocupa una posición central en el polisistema literario brasileño ya que Brasil, consume aproximadamente un 70% de literatura traducida. Sin embargo, a pesar de este consumo de literatura extranjera, Brasil siempre le ha dado la espalda a las literaturas hispanoamericana y española.

Por ello, la traducción ocupa un lugar importantísimo –central– en el sistema literario, que encuentra en ésta una herramienta para poder no sólo innovar su repertorio literario, sino consolidarlo e impulsar nuevos géneros menos conservadores.

Coincidimos con la idea de Kahmann (2020) de que la literatura traducida ocupa un papel central en el sistema literario brasileño porque cumple dos de las tres razones de Even-Zohar, a saber: es periférica y relativamente joven. Si bien la literatura mexicana no es tan joven como la brasileña, también puede considerarse periférica en el sentido de que no se configura como un espacio literario autónomo, puesto que en ambas –brasileña y mexicana– los mecanismos de consagración de obras y autores siguen estando vinculados a condiciones extraliterarias: dominaciones políticas, dominaciones socioeconómicas, género, raza, ideología y demás formas de dominación que impide, de acuerdo con Kahmann (2020) romper con el pensamiento *abissal* de Boaventura Sousa Santos (2010), que delega a unos la civilización y a otros la barbarie.

Este pensamiento *abissal* de Santos (2010) es un sistema de valores basado en distinciones visibles e invisibles, que divide la realidad en dos universos diferentes, imposibilitando la copresencia en ambos lados. Visto desde el Sur, del lado del colonizado, del lado de allá están las sociedades colonizadoras/metropolitanas; y de este lado, los dominados, los colonizados.

En este sentido, es imperativo hacernos la pregunta de Spivak (2010), ¿Puede hablar el subalterno? Quizá pueda hablar, pero para comunicarse necesita, imperativamente, a alguien que lo escuche. Y para que esa voz subalterna pueda llegar a escucharse, contamos con la importancia de la traducción. Para estos casos, es

necesario contar con la sensibilidad de la traductora, alguien que sepa escuchar a la persona, a la cultura subalterna y sepa traducirla rompiendo las estructuras coloniales, para que su voz llegue a alguien que quiera, sepa y necesite escucharla.

La creación de editoriales pequeñas (y medianas) han hecho un trabajo que se caracteriza por la amplitud temática y en las que podemos destacar la traducción de autoras hispanoamericanas premiadas.

A Elena Garro, hasta el momento, solo se le conoce la traducción de una obra, *As lembranças do porvir*, traducida por Iara Tizzot, en 2018 y publicada por *Arte & Letra*. Esta pequeña editorial, así como otras que se han creado en los últimos años, a saber: *Todavía*, *Relicário*, *Benvirá*, *Mundaréu*, *Moinhos*, *Elefante*, *Jabuticaba*, *Pinard* o *Fósforo*, entre otras, están jugando un papel importantísimo en la publicación de obras de autoría hispana e hispanoamericana en Brasil, principalmente obras de autoría femenina.

Si en el siglo XX, el boom hispanoamericano estaba compuesto por hombres: Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, Octavio Paz, Jorge Luis Borges, Mario Benedetti, Carlos Fuentes. Nombres femeninos ganaron fuerza ya al final del siglo, a partir de los años 1990, con nombres como las mexicanas Elena Poniatowska y Laura Esquivel, y la chilena Isabel Allende, entre las más destacadas.

El siglo XXI parece que el *boom* es femenino. Autoras como Mariana Enríquez, Ariana Harwicz, Gabriela Cabezón Cámara, Andrea Jeftanovic, Alejandra Costamagna, María Fernanda Ampuero, así como las mexicanas Fernanda Melchor o la dramaturga Sabina Berman han sido galardonadas y sus obras ya han sido traducidas al portugués. Y este interés por la literatura hispanoamericana ha provocado que obras de autoras invisibilizadas o silenciadas del siglo XIX y, principalmente, del siglo XX, empiecen a traducirse y, por lo tanto, a circular por Brasil. Es el caso de María Luisa Bombal, Silvina Ocampo o Elena Garro.

Pese al poco conocimiento que se tiene de Elena Garro en Brasil, no podría haber entrado en el polisistema literario brasileño con mejor pie. Iara Tizzot, una de las principales traductoras literarias brasileñas de Garro, ya ha firmado traducciones de autores como Teresa de la Parra, Juan José Arreola, Pedro Antonio de Alarcón, principalmente para la editorial *Arte & Letra* y fue posible gracias al “estímulo del Programa de Apoyo da la Traducción (PROTRAD) dependiente de instituciones culturales mexicanas” (Garro, 2019, p. 2).

Paratextualmente, vemos algunas diferencias sobre las ediciones en español. Si bien echamos de menos una foto de Elena Garro en la solapa interna, justo encima de su presentación, ésta no hace alusión a ningún hombre de su vida –como hemos visto con la reedición de una novela suya por una editorial española con motivo del centenario de su nacimiento. Incluso, omite una infor-

mación que puede ser relevante, para que la lectora y el lector no la identifiquen –o no lo asocien– exclusivamente a su exmarido. Eso queda claro en: “*Elena Garro (1916-1998) foi uma intelectual ímpar, que atuou em teatro, imprensa e universo editorial. Deixou os estudos na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e iniciou sua carreira como jornalista na década de 1940*” (Garro, 2019, solapa). Embora tenhamos visto neste nosso trabalho que uma das razões de ter abandonado os estudos universitários foi uma decisão do marido: “Me casé porque [Paz] quiso, pero desde entonces nunca me dejó volver a la universidad” (Earle, 2010, p. 884).

Eso mismo sucede en la contracapa, donde se puede leer:

Elena Garro é uma das grandes autoras mexicanas, fundamental para compreender uma das literaturas mais importantes do mundo. As lembranças do porvir (1963), escrito quatro anos antes de Cem anos de solidão, é considerado o início do Realismo Mágico, gênero que marcou toda a América-latina durante os anos 60 e 70. Garro rechaçava essa denominação, alegando que era apenas um rótulo para aumentar as vendas. Entre seus temas mais comuns estão a marginalização das mulheres, o racismo e a liberdade política. (...) Elena Garro e toda sua fundamental obra estavam inéditas no Brasil. (Garro, 2019, contraportada).

En la primera solapa cuenta con un texto, a modo de prefacio, de la investigadora y especialista en Historia de México, Mariana Adami, una de las grandes estudiosas de Garro en Brasil. Em el texto, Adami empieza con una sinopsis de la obra y finaliza con:

Entrelaçando ficção e história, Elena Garro escreve uma narrativa arrebatadora sobre um dos dramas mais sensíveis para o México no século XX: o autoritarismo do Estado pós-revolucionário. As lembranças do porvir é um livro emblemático da literatura mexicana, pois toca em feridas profundas e coloca em disputa memória e histórias nacionais. A novela recebeu o Prêmio Xavier Villaurrutia (1963) e inaugurou uma série de obras políticas da autora (Garro, 2019, oreja).

La portada, obra del ilustrador brasileño Fede Tizzot, donde se puede ver, sobre fondo blanco, cinco hombres (indígenas) colgados de un árbol. Tanto el árbol, como las personas de la portada aparecen en marrón. Un dibujo gráfico fuerte y poético. Esta imagen se repetirá en las siguientes páginas pares dedicadas a la información paratextual, a modo de marca de agua: una de ellas en negro y gris sobre fondo blanco y la siguiente en gris claro sobre fondo blanco.

Como vemos, Elena Garro ha llegado tarde a Brasil y, quizá, impulsada por este nuevo boom de autoras del siglo XXI que también pretende dar a conocer a las autoras silenciadas de siglos anteriores. No obstante, su presentación en

Brasil (en 2018) está libre de esos vicios patriarcales, misóginos y rancios que habíamos observado dos años antes en España.

Esto nos permite, a modo de conclusión, observar este proceso de traducción de literatura hispanoamericana –sea de mujeres silenciadas, sea de mujeres actuales– con ilusión y optimismo y nos obliga a recuperar un comentario de Gaona (2021): “Leo en la cuenta de Twitter de una chica: ‘Hoy recibí una invitación para una entrevista sobre Octavio Paz. Les dije que la verdad no sabía mucho sobre el esposo de Elena Garro’. ¡Cómo cambian las cosas!, ¡qué vueltas da la vida!”.

Referencias

ADAMI, Mariana. Leituras em voz alta, leituras em silêncio: a produção intelectual de Elena Garro e os estudos de gênero. *Revista Aedos*, v. 11, n. 25, p. 52-73, 2020.

AHRENS, Jan Martínez. Elena Garro, una escritora contra sí misma. *El país*, 15 oct. 2016. Disponible em: https://elpais.com/cultura/2016/10/13/babelia/1476359923_131235.html. Acceso en: ene. 2023.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, 2000. p. 229-236.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BURKE, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter; POCHIA, Hisia R. (Org.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 13-46.

CAVALCANTI, Maria Mercedes R. P. *Ficcionalización del mito del eterno retorno: Los recuerdos del porvenir* de Elena Garro. Tesis de Doctorado. 2016.

DOMÍNGUEZ MICHAEL, Christopher. El asesinato de Elena Garro, de Patricia Rosas Lopátegui. *Letras Libres*, México, p. 74-76, octubre 2006.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. São Paulo, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

EARLE, Peter G. Octavio Paz y Elena Garro: una incompatibilidad creativa *Revista Iberoamericana*, v. LXXVI, n. 232-233, p. 877-897, jul-dic. 2010.

GARRO, Elena. *Los recuerdos del porvenir*. México: Alfaguara, 2019.

GARRO, Elena. *As lembranças do porvir*. Tradução de Iara Tizzot. Curitiba: Arte & Letra, 2019.

GAONA, Jesús Pérez. Los recuerdos del porvenir: aquí la ilusión se paga con la vida. *+cultura*, Librerías Gandhi, 15 ene. 2021. Disponível em: <https://mascultura.mx/los-recuerdos-del-porvenir-aqui-la-ilusion-se-paga-con-la-vida/>. Acesso em: ene. 2023.

GUARDIA, Sara Beatriz. Literatura e escrita feminina na América Latina. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 18, n. esp. 1, p. 15-44, 2013.

JARAMILLO VILLARRUEL, Jorge. El continuo asesinato de Elena Garro. *Amor y cohetes*, 1 dic. 2000. Disponível em: <https://amorycohetes.wordpress.com/2016/12/01/el-continuo-asesinato-de-elena-garro/> Acesso em fevereiro de 2023.

KAHMANN, Andrea Cristiane. O norte de Sur e as condicionantes para manter-se ao centro: o caso de María Luisa Bombal. *Caderno de Letras, Pelotas*, n. 30, p. 29 - 47, 2018.

KAHMANN, Andrea Cristiane. Circulação da escrita de mulheres hispano-americanas no Brasil: uma crítica a partir da história da tradução. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-15, ene.-mar.

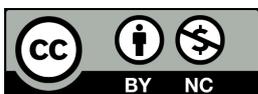
MARSAL, M. H. Elena Garro, adeshora: figuras literarias de la abyección. *Revista Criação & Crítica*, n. 13, p. 83-90, 2014.

NÁJAR, Alberto. “Agente de la CIA”, “traidora” en Tlatelolco, ¿quién es la verdadera Elena Garro, la escritora maldita de México? *BBC*, 4 sep. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40183676>. Acesso em: ene. 2023.

ROSSI, Cristina Peri; SALAZAR, Juan Carlos Pérez. “Las mujeres no escriben. Y cuando escriben, se suicidan”: las escritoras latinoamericanas durante el Boom. *BBC*, 1 sep. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37176102>. Acesso em: ene. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31- 83.

SCHMIDT, Simone Pereira. Traduzindo a memória colonial em português: raça e gênero nas literaturas africanas e brasileira. *Anuário de Literatura*, v. 18, p. 99–114, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18nesp1p99>. Acesso em: fev. 2023.



MACHADO TRADUTOR, MACHADO TRADUZIDO: UMA ANÁLISE DE *DOM CASMURRO ET LES YEUX DE RESSAC*

Wagner Monteiro¹

Leonardo Santos de Macedo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar como dois tradutores, distantes em mais de cem anos, problematizam a hierarquização entre original e texto traduzido. Para tal, em um primeiro momento, apresentamos as ideias de Machado de Assis no que diz respeito à tradução, tendo em vista seu papel relevante também neste campo no Brasil oitocentista. Do mesmo modo, analisaremos as escolhas de Anne-Marie Quint, tradutora francesa, em seu processo de versão de *Dom Casmurro* (1899) para *Dom Casmurro et les yeux de ressac* (2015). Portanto, ao propor uma comparação entre Machado de Assis tradutor, e Machado de Assis traduzido, lançaremos um olhar à história da tradução desde o final do século XIX à contemporaneidade.

Palavras-chave: Machado de Assis; tradução; francês; português.

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de verificar cómo dos traductores, distantes en más de cien años, problematizan la jerarquización entre original y texto traducido. Para ello, en un primer momento, presentaremos las ideas de Machado de Assis en lo que se refiere a la traducción, teniendo en vista su papel relevante también en este campo en el Brasil decimonónico. Del mismo modo, analizaremos las elecciones de Anne-Marie Quint, traductora francesa, en su proceso de versión de *Dom Casmurro* (1899) para *Dom Casmurro et les yeux de ressac* (2015). Por lo tanto, al proponer una comparación entre Machado de Assis traductor, y Machado de Assis traducido, apreciaremos la historia de la traducción desde fines del XIX hasta la contemporaneidad.

Palabras clave: Machado de Assis; traducción; francés; portugués.

1. Introdução

a partir da década de 1970, começou a desenvolver-se uma teoria cujo foco eram os estudos da tradução. Ao longo destes últimos cinquenta anos, no entanto, a teoria da tradução seguiu por diferentes caminhos, a partir do *background*

¹ Professor de língua e literatura espanhola da UERJ. Docente de tradução do Programa de Pós-graduação em Letras na mesma instituição. e-mail: wagner.hispanista@gmail.com

² Graduando em Letras Português-Francês na UERJ. É graduado em Filosofia pela UNISUL e é especialista em Tradução pela Universidade Candido Mendes.

teórico dos mais distintos intelectuais. Se há uma possível unanimidade nesse campo e sobretudo na teoria da tradução literária – que mais nos interessa – é a de que não há um consenso em qual caminho o tradutor deva seguir. Entretanto, a barreira que mais foi rompida nessas últimas décadas foi a hierarquização entre o texto original e o traduzido. Se há, sem dúvida, uma reciprocidade entre os dois polos – original e traduzido –, não se pode ignorar o trabalho criativo do tradutor literário, com suas escolhas e trabalho linguístico de um novo texto ficcional que surge.

Assumimos como pressuposto a natureza necessariamente interferente, criativa e transformadora dessa prática. Esse modo de entender a tradução resiste à compreensão que a reduz a uma mecânica meramente conservadora, para a qual as obras originais constituiriam corpos fechados em sua essencialidade, e o texto traduzido, como produto dessa prática, não passaria de uma espécie quase sempre precária de símile. (Cardozo, 2021, p. 12).

Esse caráter criativo da tradução é denominado “tradução-adaptação” pela filósofa Barbara Cassin. Para a autora a transformação do texto literário é artística, mas ao mesmo tempo política, uma vez que o tradutor é consciente da transformação que está propondo e da recepção que este novo texto terá nesse novo tempo e espaço:

Cada tradução-adaptação é uma oportunidade para transformações, exclusões e adições substanciais. Para fazer justiça aos trabalhos em andamento, seria necessário produzir o que eu chamaria, a partir de Leibniz, de “geometria das diferenças”, não o ponto de vista de Deus, o ponto de vista de todos os pontos de vista, mas, em sua variedade, a rede de adições, omissões, mudanças nas citações e críticas das traduções canônicas para esta ou aquela língua. (Cassin, 2022, p. 43).

Barbara Cassin vai ainda mais longe, ao refletir sobre a possível “intraduzibilidade” entre as línguas. Esse conceito é importante e vastamente discutido entre teóricos contemporâneos – no Brasil destaca-se a teoria de Haroldo de Campos –, porque sublinha o fato de que não existe equivalência exata sintática, semântica, ou lexical entre as línguas. Isto posto, se desconsiderarmos o componente criador na tradução, relegaremos ao tradutor o papel de um mau copiadador, que tenta traduzir em outra língua aquilo que não tem tradução:

O mesmo fenômeno de homonímia se produz também no nível da sintaxe. A transparência da tradução verdadeira é, para Benjamin, sobretudo o efeito da “literalidade na transposição da sintaxe”, arcada no muro que a sintaxe ergue diante da língua

do original. É importante dizer o quanto as coisas se complicam quando percebemos que a homonímia não afeta apenas o sentido das palavras, mas também corrói diretamente o sentido das frases [...] Dessa forma, é quase impossível passar para o francês, sem multiplicar as notas do tradutor no rodapé, qualquer uma das refutações sofisticadas desse tipo dadas por Aristóteles [...]. (Cassin, 2022, p. 61).

Deste modo, ao longo das próximas páginas refletiremos brevemente sobre a consciência do trabalho de Machado de Assis como tradutor e analisaremos que caminho a tradução ao francês de *Dom Casmurro* segue, a partir da problematização de alguns trechos da obra. Como ponto de partida, podemos lançar uma pergunta polêmica: que teoria da tradução seguimos? E Machado de Assis, assim como outros autores oitocentistas, em quê se baseava para traduzir uma obra literária? Para tentar responder, vale a pena mencionar o fato de a teoria da tradução ter se desenvolvido majoritariamente em ambiente universitário, acadêmico. Muitas das cátedras que têm se proposto a ensinar tradução na graduação e na pós-graduação desenvolvem estudos mais historiográficos e menos teóricos. Com efeito, são cursos que ensinam a História da Tradução, mas que não se debruçam sobre questões teóricas que embasaram as traduções ao longo dos séculos. Não preconizamos, porém, um curso que se desprenda do *éthos* em que as traduções foram realizadas. Pelo contrário, a perspectiva histórica deve sinalizar mecanismos que problematizem questões culturais e estrangeiras.

A operação historiográfica atua de maneira similar. O passado, tal como ocorreu, é inapreensível. Ainda assim, a ciência histórica nos permite acessar elementos pouco evidentes do passado e, por meio deles, “estrangeirizar” nosso presente. No que tange aos estudos de História da Tradução, tal exercício é essencial no sentido de entender que traduzir pode ter significados distintos em tempos distintos. (Cubas, 2021, p. 45).

Como afirma Caroline Jaques Cubas (2021), o contexto em que as traduções são realizadas, bem como o projeto de cada autor, são fundamentais para analisar as propostas de tradução de um autor como Machado de Assis. Segundo a autora, para Charles Antoine, por exemplo, “a tradução era o instrumento que possibilitava suas denúncias”, já para Antoine Berman, “a resistência se realizava no ato tradutório (e, portanto, não seria uma consequência dele).” Já Carlos Drummond de Andrade é um exemplo de autor no século XX que acreditava que traduzir era “escrever novamente um livro alheio” (Cubas, 2021, p. 40). Já Machado de Assis teria buscado um equilíbrio entre esses dois extremos, não permitindo que a produção literária nacional fosse dominada nem pelo poder da tradição estrangeira, nem pela oposição radical dessa produção. A estratégia

seria a “apropriação” de textos estrangeiros e não sua “mera tradução”. (Bellei, 1987, p. 61).

Na próxima seção verificaremos de que maneira Machado de Assis concebia a tradução literária. Embora o autor não tenha escrito um ensaio sobre métodos de tradução, verificaremos se sua práxis indica um trabalho que repensa a tradução enquanto uma outra obra de ficção, com suas particularidades, ou como afirma Cardozo (2021), como uma “forma de vida singular”.

2. Machado tradutor

Segundo Barreto (2007), Machado de Assis traduziu quarenta e oito textos de diferentes gêneros literários, seja poesia, teatro, ensaio, conto ou romance. Muitos deles não foram traduzidos do idioma em que foram escritos, uma prática comum até a metade do século XX. Como o francês era o idioma que mais dominava, Machado se dedicou principalmente à tradução de literatura francófona. No entanto, o romancista e tradutor carioca também traduziu a obra de diversos autores ingleses, já que muitas das peças de teatro e romances preferidos do autor estavam escritos em inglês.

Como afirma [Eliane] Ferreira (2004, p. 123): “pode-se afirmar que Hamlet, Otelo, Romeu e Julieta e Macbeth foram seus textos prediletos”. Isso é evidente no romance “Dom Casmurro”, comparado ao Otelo de Shakespeare e até, em alguns casos, motivo de acusação de plágio por parte de Machado [Cf. a discussão apresentada por Ferreira (2004, p. 166) com Helen Caldwell (2002), e também os ensaios de Afrânio Coutinho (1959) sobre as influências de Machado de Assis e a “teoria do molho”]. (Barreto, 2007, p. 3).

De acordo com Barreto (2007), Machado de Assis “se apropria” de diversas passagens de autores como Shakespeare, com uma roupagem sua. Isso demonstra uma modernidade no trabalho de Machado, que vai na direção oposta de uma tradução fiel, como ainda era propagado na virada do século XIX para o XX, com desvios do texto fonte que claramente foram intencionais.

“[...] as referências adquirem uma roupagem machadiana com novos significados: irônicos, galhofeiros [...] Machado sempre se valia de citações de Shakespeare, ora para invertê-las, ora para questioná-las”. Ou seja, essas citações/traduições já revelam uma concepção do traduzir, uma forma de entender e realizar a tradução, que está implícita na obra machadiana. (Barreto, 2007, p. 3).

O próprio Machado, ao comentar a tradução de *Morte de Sócrates*, de

Lamartine, demonstra que o processo de tradução exige um componente criativo do tradutor, um “suspirar” como o poeta do texto original. Não seria exagero afirmar que para Machado seria necessário ser poeta para traduzir poesia, para compreender a frescura do texto original:

Não li toda a tradução da Morte de Sócrates, nem a comparei ao original; mas as páginas que cheguei a ler pareceram-me dignas do poema de Lamartine. O próprio tradutor declara que empregou imenso cuidado em conservar a frescura original e os toques ligeiros e transparentes do poema. Essa devia ser, sem dúvida, uma grande parte da tarefa; para traduzir Lamartine é preciso saber suspirar versos como ele. As poucas páginas que li dizem-me que os esforços do poeta não foram em vão. (Assis, 1997 *apud* Ferreira, 2004, p. 129).

Em um dos textos mais conhecidos de Machado, “Instinto de Nacionalidade” (Assis, 1873 *apud* Souza, 2014, p. 46), o autor já criticara a homogeneidade das tradições. Deste modo, a apropriação de diferentes culturas se configura como um projeto estético que alcançaria sua produção literária. Ou seja, de certo modo, podemos dizer que Machado promulgava uma hibridez cultural que seria mais desenvolvida por Oswald de Andrade e os antropofagistas das primeiras décadas do século XX. Assim, o contato entre diferentes culturas e a hibridez cultural mantêm relação com uma tradução que proponha esse diálogo de maneira menos subserviente a uma determinada cultura.

Machado de Assis entende por originalidade o efeito da apropriação modificadora da forma de origem, isto é, “copiar a civilização existente e adicionar-lhe uma partícula é uma das forças mais produtivas com que conta a sociedade em sua marcha de progresso ascendente” (Ferreira, 2004, p. 60).

A direção oposta a uma tradução fiel, citada acima, mantém uma relação estreita com a tendência observada no século XIX – sobretudo na França – de traduções *belas infidéis*. Isto é, nas primeiras décadas do século XIX, houve um movimento em solo francês de traduzir de maneira livre, mais criativa. De acordo com José Lambert, “as traduções que mais sucesso obtêm são muitas vezes as verdadeiras “belles infidèles”, e são autores desse tipo de textos que ingressam na Académie: Letourneur e Defauconpret não serão admitidos entre os ‘imortais’, e sim Ducis (como sucessor de Voltaire).” (Lambert, 2011, p. 171). Machado de Assis, como grande admirador da literatura francesa, certamente tomou conhecimento dessa tendência e pode ter sido influenciado por ela em seu processo de tradução literária. Vejamos no exemplo abaixo como Machado recria a peça *Chasse au lion*, de Vattier e De Najac (1860). Tanto o título como os nomes das per-

sonagens são todos os alterados, em uma adaptação proposta pelo autor:

Chasse au lion	Hoje avental, amanhã luva
De Rouvroy	Durval
François	Bento
Florette	Rosinha

(Assis, 1860 *apud* Ferreira, 2004, p. 84).

Ferreira (2004) disserta que o trabalho de Machado como autor de ficção – e aqui incluímos a tradução – constitui um “pecúlio comum”. Esse conceito machadiano, segundo a autora, relaciona-se com um “comércio intelectual geral”, ou “um mercado onde todas as nações oferecem seus bens” (Ferreira, 2004, p. 64). Deste modo, alinhado ao conceito de *Weltliteratur*, de Goethe, estaria o de *Weltmarkt*, que afetaria a produção de Machado e de outros autores oitocentistas. Nesse pecúlio comum, a tradução e a apropriação cultural aparecem em romances do autor. Ferreira (2004) comenta a opção de Machado em traduzir “I can give not what men call love”, verso famoso de Shelley por “Eu não posso dar o que os homens chamam amor... e é pena” em *Memorial de Aires* (Ferreira, 2004, p. 109). Machado, ao inserir “e é pena”, acaba por propor uma tradução-adaptação, como propôs Barbara Cassin (2022), transforma e adiciona aquilo que lhe parece conveniente em seu último romance. “Machado de Assis, em todas as traduções que fez, “se permitiu algumas licenças”, as quais demonstram que, para ele, o traduzir não deveria ser um ofício de menor valor que qualquer outro na carreira de um escritor, embora assim continue a ser considerado por alguns críticos.” (Ferreira, 2004, p. 148)

Finalmente, podemos afirmar que Machado foi um dos primeiros autores que perceberam que os tradutores também mereciam protagonismo e que seus trabalhos deveriam revelar aspectos criativos. As adaptações e modificações que propôs ao longo de sua carreira demonstram uma tentativa de ruptura na hierarquização entre original e texto traduzido.

Na próxima seção, verificaremos se a tradução ao francês de *Dom Casmurro* também problematiza essa hierarquização e como a tradutora soluciona possíveis passagens bastante localizadas no contexto do Rio de Janeiro do final do século XIX.

3. Machado traduzido

Faremos, nesta seção, uma análise da tradução ao francês de *Dom Casmurro*. Em um primeiro momento, destacaremos os dois pontos que mais chamaram atenção: a decisão da tradutora de modificar o título e a escolha de traduzir, no corpo do texto, o apelido “Casmurro” para “Monsieur du Bouru”. Posteriormente, destacaremos cinco passagens consideradas como prejuízos para a tradução e,

para finalizar, cinco destaques interessantes que mostram uma tentativa de tradução-adaptação bem-sucedida.

O título escolhido por Machado, “Dom Casmurro”, é, na verdade, o apelido de Bento Santiago, o Bentinho, o narrador e personagem principal do romance. A tradutora mantém o “Dom Casmurro” mas acrescenta “et les yeux de ressac”, uma passagem emblemática no romance que se refere a Capitu, esposa de Bentinho e peça principal em uma trama que ainda gera debates acalorados pela sua suposta culpa em uma possível traição.

Poderíamos questionarmos se seria realmente necessário acrescentar “et les yeux de ressac” ao título da obra, pois isso demonstraria claramente um acréscimo, como Machado fizera ao traduzir o famoso verso de Shelley que citamos acima. No entanto, a tradutora tem a vantagem de conhecer toda a repercussão que a personagem Capitu teve ao longo da história e, ao acrescentar esse complemento ao título, ela está, intencionalmente, colocando Capitu no título do romance. E se o ato de traduzir é cada vez mais considerado uma forma criativa e técnica de dialogar com a obra, a tradutora opta aqui por adaptar o título, mantendo-o e em português, mas acrescentando uma espécie de explicação – ou descrição – da protagonista em francês.

Fica claro que há dois pontos de vista que devem ser levados em consideração: um cultural e outro comercial. Em outros países, o romance em questão não é tão popular e estudado nas escolas como aqui no Brasil. Muitos brasileiros, mesmo sem ter lido o romance, conhecem os nomes dos personagens e sabem que a trama do livro gira em torno de um possível caso de traição e, além disso, há os que conseguem associar a ideia de “olhos de ressaca” a Capitu, o que fez com que a expressão produzisse todo um significado em associação a mulheres que compartilhariam as mesmas características que ela. Além desse viés cultural, há também um certo apelo comercial. A literatura brasileira não é lida de forma massiva fora do Brasil, o que faz com que o contato com a obra se dê por meio de indicação, ou mesmo uma certa curiosidade aleatória sobre o conteúdo do livro. Há uma grande possibilidade de que um possível leitor do romance queira ler a obra porque sabe que a trama traz uma mulher interessante em um conflito com um marido ciumento. E, ao colocar “et les yeux de ressac”, a tradutora está revelando a metáfora que caracteriza essa personagem sem, no entanto, “explicar” o porquê de sua criação, fato que o leitor descobrirá no decorrer do livro.

Outro ponto de destaque é a opção de criar um apelido em francês para Dom Casmurro. Logo no início do romance, a tradutora chama Bentinho de “Monsieur du Bouru” (Quint, 2002, p. 7). E simplesmente não faz uma relação, ao nosso ver, tão direta com o título do livro. Talvez uma nota de página mais detalhada sobre o peso do apelido e a forma como ele era encarado na época e, com

isso, manter o nome em português, mantivesse uma sensação de estranhamento, na contramão de uma atitude etnocêntrica. Como se trata do título do livro, esse peso da repetição se torna necessário para que não nos esqueçamos da característica principal do personagem. A tradutora tampouco optou por um apelido correspondente em francês, posto que “casmurro” tem um significado bastante marcado em português e que poderia ter um correspondente em francês.

Destacando aspectos linguísticos da obra, podemos sublinhar alguns fragmentos que podem ser vistos como uma crítica ao trabalho da tradutora. No capítulo 1, temos a passagem “je revenais de la ville à Engenho Novo” (Quint, 2002, p. 7) que no original está como “vindo da cidade para o Engenho Novo” (Assis, 2015, p. 906). Aqui há um forte componente cultural envolvido, pois perde-se a ideia de “centro” do Rio e dá a entender que Engenho Novo é um interior muito distante. Para os cariocas, é muito comum falar “vou ao Rio” mesmo morando na cidade do Rio de Janeiro. Isto é, a ideia principal seria dizer que estamos indo ao centro histórico do Rio em si, lugar em que o comércio e os serviços são intensos. A tradução literal não consegue transpor essa ideia, uma sutileza que fica imperceptível em outra língua.

Ainda no capítulo 1, na passagem “que je connais de vue et qui ôte son chapeau quand il me croise” (Quint, 2002, p. 7), que no original se encontra “que eu conheço de vista e de chapéu” (Assis, 2015, p. 906), há uma flagrante perda da expressividade que ocorre por um problema de interpretação da expressão idiomática dentro do contexto: a tradutora buscou explicar a expressão, fazendo com que a espontaneidade não fosse tão precisa. A expressão “conhecer de vista e de chapéu” refere-se a pessoas que identificamos visualmente mas, em alguns casos, nem sabemos o nome e, em um gesto de educação e cortesia, os homens levantavam o chapéu (acessório praticamente obrigatório na época do romance) para deixar claro que não ignoravam o indivíduo que passava por eles. Talvez por não ter nada equivalente em língua francesa, a opção foi dizer claramente a ação de levantar o chapéu, algo que pode soar estranho para quem não conhece determinadas regras sociais de etiqueta de uma sociedade específica.

Já no capítulo 2 há um interessante exemplo de adaptação que excluiu uma proposital ambiguidade. No texto de Machado encontramos: “Meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” (Assis, 2015, p. 907), e a tradutora utilizou os seguintes termos: “Mon but évidente était de relier les deux extrémités de ma vie, et de recréer dans ma vieillesse mon adolescence” (Quint, 2002, p. 9). Interessante observar que ao usar “fim”, há uma clara intenção de ambiguidade. O contexto seria o próprio objetivo de reconstruir a casa em que passara a infância e, por um outro ponto de vista, fazer disso o “fim” de sua vida, ou seja, não ter mais planos importantes e apenas esperar o passar

da velhice até à morte. Já em língua francesa a escolha foi pela palavra “but”, que não gera o mesmo peso expressivo necessário para o contexto.

No capítulo 6, temos no original o seguinte trecho em que o narrador descreve o Tio Cosme: “Formado para as serenas funções do capitalismo, tio Cosme não enriquecia no foro: ia comendo” (Assis, 2015, p. 911) e que ao francês foi traduzido como: “Fait pour des fonctions sereines de capitaliste, oncle Cosme ne s’enrichissait pas au barreau : il gagnait sa vie” (Quint, 2002, p. 19). Nessa pequena passagem há duas situações que merecem destaque: traduzir “formado” por “feito” perde o duplo sentido original de quem apenas estudou para essa função inferior ou se realmente era “feito” para isso. Além disso, em português, a expressão “Ir comendo” tem um sentido muito mais expressivo (e depreciativo) do que apenas “ganhar a vida”.

Chegando no capítulo 9, temos uma escolha que nos parece bastante equivocada. O capítulo é construído sobre uma pessoa cuja profissão não sabemos, mas que claramente está ligada à música, devido a inúmeras metáforas. No original, o que lemos é simplesmente “e ele saía a bradar” (Assis, 2015, p. 913) e podemos imaginar qualquer coisa sobre quem seria esse “ele”. Na verdade, apenas no final do capítulo é que descobriremos que se trata de um músico, mais precisamente um tenor. No entanto, a tradutora “facilita” a vida dos leitores e já “entrega” a surpresa logo no início, ao dizer que “et le ténor partait clamant” (Quint, 2002, p. 24). Essa antecipação de quem se fala faz a leitura ser mais objetiva e acaba com a pequena surpresa no fim do capítulo.

Vale destacar que são poucos os problemas detectados no ótimo trabalho realizado por Anne-Marie Quint, que demonstra uma enorme sensibilidade e profundo conhecimento da obra de Machado de Assis. O primeiro destaque positivo que podemos mencionar diz respeito à tradução de “em segredinhos” (Assis, 2015, p. 908), no capítulo 3. Anne-Marie Quint usa a expressão francesa “Il font des messes basses” (Quint, 2002, p. 13), que o dicionário *Larousse* (2009, p. 580) define como “dire ou faire des messes basses: faire des apartés, des confidences à quelqu’un à voix basse en présence d’autres personnes”. É notadamente uma excelente tradução para a expressão, pois traduz a imagem poética que o diminutivo, tão polivalente em português, mantém.

No capítulo 5, temos uma tradução construída em um bonito processo metonímico, pois “sapé do pobre” (Assis, 2015, p. 910) é traduzido ao francês como “chaumière du pauvre” (Quint, 2002, p. 16), em um jogo de palavras extremamente criativo, pois “chaume” seria literalmente palha, e “chaumière” seria uma casa pobre com o telhado de palha. Quando pensamos em casa de sapé, imaginamos que seja constituída de barro. Deste modo, a tradutora usou uma metonímia de forma bastante precisa, pois o telhado da casa de sapé é de palha. Ela tomou o

telhado pela casa, criando uma imagem que mantém o sentido original.

Em uma passagem no capítulo 5, podemos observar, mais uma vez, uma ótima adaptação proposta pela autora. Ao traduzir o original “mas nem tudo é ótimo neste mundo” (Assis, 2015, p. 910) para “mais qu’est ce qui est absolument parfait en ce bas monde?” (Quint, 2002, p. 17), Anne-Marie, além de colocar o ponto de interrogação – que não está presente no original –, adiciona o léxico “bas”, o que dá uma conotação bem mais pessimista ao trecho original. Mas é interessante perceber que o uso do “bas” faz sentido, pois é como se a tradutora colocasse características machadianas no próprio Machado e fazendo com que os leitores franceses se aproximassem ainda mais do estilo do romancista brasileiro.

No capítulo 8, temos um exemplo dentro do universo musical: “o preparo das rabecas, a sinfonia” (Assis, 2015, p. 913) passou para o francês como “où les violons s’accordent, où la symphonie” (Quint, 2002, p. 23). A rabeca é de origem árabe e surgiu entre os séculos XIII e XIV. Instrumento que fora muito popular na Idade Média, é precursora do violino. De fato, o mais coerente seria Machado usar algum instrumento da orquestra clássica (a rabeca não faz parte dela), mas talvez ele quisesse dar um toque de brasilidade ao trecho. No entanto, a tradutora adaptou a metáfora para a sua própria realidade, pois em língua francesa lhe pareceu mais coerente o uso de violino. Aqui temos um claro exemplo de tradução que retira o caráter estrangeiro e o adapta à cultura do texto traduzido.

Um detalhe final pode ser retirado do capítulo 7, pois um objeto tão famoso nos séculos passados, sinal de luxo e estilo, o “pente de tartaruga” (Assis, 2015, p. 912), foi traduzido elegantemente para “peigne d’écaille” (Quint, 2002, p. 22). É interessante perceber o trabalho de pesquisa que a tradutora empreendeu, pois em francês há uma palavra para o que compõe o pente: “écaille”, que nada mais é do que o material que recobre a carapaça das tartarugas. Já em português, pela falta de um termo exato, apenas se diz que é “feito de tartaruga”, ou seja, o “pente feito do material presente na carapaça das tartarugas”.

Conclusão

Ao longo das duas seções que compõem este artigo, pretendemos explorar dois momentos distintos dentro da história da tradução. O primeiro no século XIX, com Machado de Assis, e o segundo no início do século XXI, a partir da tradução de *Dom Casmurro*, realizada por Anne-Marie Quint, ao francês. Embora seja consenso entre teóricos da tradução contemporâneos que a noção de fidelidade nos estudos tradutórios foi paulatinamente cada vez mais questionada a partir da segunda metade do século XX, a análise de fragmentos de Machado nos mostrou uma faceta que vai na contramão desse senso comum.

Machado demonstrou, em grande medida, ser não apenas um romancista

inovador, que modificou a forma romanesca no século XIX brasileiro, mas também um tradutor atento, que soube questionar até certo ponto a hierarquização entre texto original e traduzido. Os acréscimos e modificações propostos pelo autor configuram-se como estratégias bastante modernas para o contexto oitocentista brasileiro.

Finalmente, Anne-Marie Quint empreende um trabalho bastante moderno de tradução de *Dom Casmurro* ao francês. O acréscimo no título e diversas modificações propostas pela autora demonstram uma tradutora atenta, mas que em alguns momentos acaba por não respeitar aspectos estrangeiros da obra de Machado.

Portanto, embora Machado de Assis e Anne-Marie Quint estejam distantes em mais de meio século, seus trabalhos de tradução não parecem seguir por vias absolutamente opostas. Machado é, portanto, moderno não apenas como romancista, como também como tradutor.

Referências

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. In: *Obras completas*, v. 1. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. p. 904-1043.

ASSIS, Machado de. *Instinto de Nacionalidade*. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

BARRETO, Eleonora Frenkel. O original na tradução de Machado de Assis. *Scientia Translationis*, n. 4, p. 1-12, 2007.

BELLEI, Sérgio. *The Raven*, by Machado de Assis. *Ilha do desterro*, n. 17, 1º semestre, p. 47-62, 1987.

CARDOZO, Maurício Mendonça. História da Tradução: a questão do objeto, o objeto em questão. In: CESCO, Andréa et al. *História da Tradução: potências de um diálogo*. Florianópolis: Rafael Copetti, 2021.

CASSIN, Bárbara. *Elogio da tradução*. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

CUBAS, Caroline Jaques. Tradução como resistência: lugares da história na História da Tradução. In: CESCO, Andréa et al. *História da Tradução: potências de um diálogo*. Florianópolis: Rafael Copetti, 2021.

FERREIRA, Eliane Fernanda Cunha. *Para traduzir o século XIX*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

LAMBERT, José. "Literaturas, tradução e (des)colonização" in GUERINI, Andréia. *Literatura e tradução: textos selecionados de José Lambert*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

LAROUSSE - *Dictionnaire de Français*. Paris: Larousse, 2009.

QUINT, Anne-Marie. *Dom Casmurro et les yeux de ressac*. Paris: Éditions Métailié, 2002.



CANTO DE SIRENA, DE GREGORIO MARTÍNEZ NAVARRO: O RETORNO À ENCRUZA-EPISTÊMICA AFRO-ANDINA

Lucy Miranda do Nascimento¹

Resumo: Nesse artigo analisamos como a obra literária *Canto de sirena* (1977) do escritor peruano Gregorio Martínez Navarro problematiza questões referentes à configuração sociocultural latino-americana a partir dos diversos aportes culturais que se cruzaram e se reelaboraram no continente americano. Considerando que o projeto moderno de criação das identidades nacionais dos países americanos recém independentes se estabelece mediante relações culturais conflituosas, buscamos identificar nessa produção literária afro-peruana em que medida as contribuições teóricas de Ángel Rama sobre transculturação na narrativa latino-americana, assim como as Antonio Cornejo Polar acerca das literaturas heterogêneas são representadas.

Palavras-chave: Canto de Sirena; Gregorio Martínez Navarro; Literatura afro-peruana; Encruzilhada epistemológica; Heterogeneidade.

Resumen: En este artículo analizamos cómo la obra literaria *Canto de sirena* (1977) del escritor peruano Gregorio Martínez Navarro problematiza cuestiones referentes a la configuración sociocultural latinoamericana a partir de los diversos aportes culturales que se cruzaron y se reelaboraron en el continente americano. Considerando que el proyecto moderno de creación de las identidades nacionales de los países americanos recién independentes se establece mediante relaciones culturales de conflictos, buscamos identificar en esta producción afroperuana en qué medida las contribuciones teóricas de Ángel Rama sobre transculturación en la narrativa latinoamericana, así como las Antonio Cornejo Polar acerca de las literaturas heterogéneas son representadas.

Palabras-clave: Canto de Sirena; Gregorio Martínez Navarro; Literatura afroperuana; Cruce epistemológico; Heterogeneidad.

¹ É professora Adjunta do Curso Letras Línguas Portuguesa e Espanhola e Respectivas Literaturas da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Estudos de Linguagens - área de concentração Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL-UFMT). Atua principalmente nas seguintes áreas: Literaturas em Língua Espanhola, Literaturas Latino-americanas, Literaturas Afro-latino-americanas, manifestações artísticas e saberes afro-indígenas e de povos originários latino-americanos.

Introdução

A formação dos países latino-americanos se estabelece mediante a relação nem um pouco harmoniosa e igualitária entre culturas diferentes, resguardando as peculiaridades sócio-históricas de cada país, esse processo se inicia com o encontro, ou melhor, o choque entre a cultura dos colonizadores europeus e a dos povos originários e, posteriormente, com a cultura dos negros africanos trazidos para as colônias americanas na condição de escravos, sendo pertinente ressaltar que os africanos eram oriundos de diversas etnias do continente africano. Dentro desse contexto de cruzamento pluricultural a diversidade não foi considerada, visto que a cultura privilegiada e disseminada como única foi a que representava os detentores do poder, ou seja, uma concepção centrada na imagem do homem branco europeu católico e no intuito da manutenção de seus interesses econômicos o conhecimento nas recém nações americanas também foi referenciado no europeu, o que Aníbal Quijano (2005) coloca como a colonialidade do poder e do saber como um modo tenaz de colonialismo moderno, eurocentrado e capitalista. Assim, os saberes dos povos subalternos de igual maneira foram postos à margem, invisibilizados e negados e o epistemicídio se instaurou como uma outra forma de apagamento, como explica a pesquisadora brasileira Sueli Carneiro (2005).

A América Latina se estabelece como um lugar de encruza e, apesar das estratégias do poder para escamotear as diversidades culturais e cognoscentes, é inegável os aportes socioculturais dos povos marginalizados na sua configuração identitária. Nesse sentido, as produções literárias de escritores descendentes desses povos, as quais na maioria das vezes não pertencem ao cânone, colaboram num entendimento e reconhecimento mais horizontalizado da diversidade latino-americana. É o caso do escritor peruano Gregorio Martínez Navarro (1942-2017), conhecido como Goyo e autodeclarado como zambo, por ser filho de pai de origem quéchua e mãe afrodescendente. Ele, juntamente com os escritores Nicomedes Santa Cruz, Enrique López Albújar, Antonio Gálvez Ronceros, entre outros, é na atualidade um dos nomes mais conhecidos da literatura afro-peruana. A produção literária de Navarro começou na década de setenta expressando acerca da comunidade rural e o homem do campo afrodescendente da costa peruana.

De tal modo que o labor cauteloso com a linguagem popular é uma de suas características artísticas, bem como o resgate da sabedoria do sujeito afro-andino, o que reflete a riqueza linguística e cultural não somente da região andina, mas de modo geral do Peru, conforme María Milagros Carazas Salcedo (2004) explica que a convivência entre o hispânico, o andino e o negro e depois o oriental, fez com que o país se configurasse como o Perú de todas las sangres, aludindo à

construção do imaginário nacional peruano reafirmada no livro *Todas las sangres* (1964), do escritor peruano José María Arguedas (1911-1969). Essa metáfora é muito utilizada para definir a variedade étnico-racial e cultural peruana e é muito adequada visto que se trata de uma nação extremamente heterogênea. A celebração da heterogeneidade do país é válida, entretanto, é relevante questionar se o conhecimento que a sociedade peruana tem sobre os diversos grupos é homogêneo e se é dado a eles o mesmo valor simbólico. Assim, trataremos aqui sobre o segundo livro publicado de Gregorio Martínez Navarro, o *Canto de sirena*, de 1977, a fim de se pensar acerca da heterogeneidade cultural e os outros saberes persistentes e existentes na sociedade peruana considerando as contribuições teóricas a respeito de transculturação na literatura de Ángel Rama (2001) e literaturas heterogêneas de Antonio Cornejo Polar (2003), dentre outros investigadores que problematizam sobre a influência negro-africana na identidade cultural latino-americana.

América Latina: espaço-encruzilhada-transcultural-heterogêneo

Na década de quarenta o antropólogo cubano Fernando Ortiz publica o ensaio intitulado *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar* (1940) em que ele analisa Cuba a partir de dois produtos cubanos importantes, o tabaco e o açúcar. O ensaio reflete a respeito do conceito aculturação, muito usual até então, para abordar o contato entre diferentes grupos sociais, propondo assim o uso do termo transculturação concebendo-o como primordial na compreensão do histórico-cultural cubano e, de modo análogo, da América Latina, pois o referido vocábulo expressa os variadíssimos fenômenos que originam-se em Cuba e suas complexas transmutações culturais. De acordo com Ortiz (1983, p. 90), a transculturação reflete as diferentes fases do processo de transição de uma cultura para outra porque não é somente adquirir uma cultura diferente, conforme o termo aculturação propõe, e sim que o processo resulta também “la pérdida o desarraigo de una cultura precedente, lo que pudiera decirse de una parcial desculturación, y, además, significa la consiguiente creación de nuevos fenómenos culturales que pudieran denominarse de neoculturación”.

A partir das contribuições de Ortiz, o crítico literário Ángel Rama resgata o conceito de transculturação para analisar os seus desdobramentos na literatura latino-americana e explica que inicialmente a transculturação na narrativa implica em uma parcial desaculturação mediante algumas perdas necessárias, a qual não é avaliável sem que ocorra de modo paralelo uma reaculturação para intensificar as características internas e identitárias de uma cultura. Rama aponta que esses dois processos possibilitam o entendimento do trabalho de neoculturação na apreensão de elementos de uma cultura modernizada, assim, o confronto entre duas forças engendra três passos de ação que são destruição, reafirmação e absorção, o que no âmbito literário demonstra o alto nível de liberdade seletiva

do escritor. No que tange ao nível linguístico o crítico uruguaio afirma que o escritor oscila entre dois extremos representados nas seguintes resoluções:

a acomodação nas línguas indígenas autóctones ou o manejo dos dialetos regionais do espanhol, português ou francês, ou a adoção de uma língua estritamente literária, como fora a dos “modernistas” hispano-americanos do século XIX, ou inclusive uma reconstrução arcaica de modelos originais. (Rama, 2001, p. 219).

Tratando-se das questões regionalistas os autores transculturadores registram a ausência das linguagens dialetais, rurais ou urbanas, bem como, das línguas indígenas. por outro lado, eles ampliam o campo semântico regional e a ordem sintática na medida em que na região andina são criadas equivalências espanholas para o quéchua, estruturando uma língua artificial e literária. O discurso literário resgata as línguas e dialetos regionais porque esses escritores, ao mesmo tempo que trazem uma unificação linguística no texto literário, eles não fazem uso da língua literária aprendida, mas sim a da sua própria língua. nesse sentido, o discurso se consolida como uma unidade linguística que elabora diálogos em estruturas intelectualizadas, dado que “o autor se reintegra na própria comunidade linguística, falando a partir dela, com uso desembaraçado de seus recursos idiomáticos” (Rama, 2001, p. 201). Assim, há criação artística que não busca imitar a partir de uma ótica exterior e sim interior porque o escritor se orgulha de pertencer à comunidade regional elaborada ficcionalmente.

Para Rama a transculturação na narrativa é uma resposta do escritor ao conflito resultante da imposição da cultura modernizada em relação a sua cultura de formação, considerando o pressuposto que a cultura da modernidade na América Latina se estabelece de modo geral como única e se opõe à pluralidade das culturas regionais das quais muitos escritores fazem parte, desencadeando conflitos culturais classificados pelo crítico em três categorias. O primeiro conflito elencado por ele como o mais problemático se trata da antiga separação entre as culturas indígenas e as de dominação provenientes da conquista espanhola, que tem a região andina (Bolívia, Equador e Peru) como exemplo de rigidez cultural; o segundo é o conflito entre regiões interiores esquecidas que em outro período tiveram situações favoráveis para a criação de culturas ricas que não puderam progredir, contudo, resguardaram uma tradição mestiça. Esses dois tipos de conflitos correspondem à realidade do espaço representado na obra *Canto de sirena*, que se trata de Coyungo, uma comunidade interiorana da região andina do Peru que é o local onde o escritor Gregorio Martínez Navarro nasceu. É um lugar de encontros entre andinos e afrodescendentes porque tratava-se de uma fazenda algodoeira com proprietários de origem espanhola que atraiu por muitos anos

trabalhadores rurais de distintos lugares e culturas, inclusive o próprio escritor trabalhou nessa fazenda durante sua adolescência. Isso fez com que ele crescesse nesse espaço de encruzilhada de diversos saberes, tanto populares como ancestrais, como exemplifica o pesquisador Alfredo Villar sobre a influência cultural de Coyungo para Martínez Navarro (2017): “ahí compartió aguardiente y coca con los indios, conoció el sexo sin pudor de los humildes y las melodías del violín andino haciendo zapatear a los mulatos”.

Considerando a encruzilhada como concepção de cruzo cultural e as relações culturais conflituosas no continente americano, os estudos de Rama sobre a transculturação na narrativa influenciaram o crítico literário Antonio Cornejo Polar na análise de literaturas que cruzam diferentes universos socioculturais, que foram denominadas por ele como literaturas heterogêneas e para quem o conceito de heterogeneidade trata de:

procesos de producción de literaturas en las que se intersectan conflictivamente dos o más universos socio-culturales, de manera especial el indigenismo, poniendo énfasis en la diversa y encontrada filiación de las instancias más importantes de tales procesos (emisor/discurso-texto/ referente/ receptor, por ejemplo). Entendí más tarde que la heterogeneidad se infiltraba en la configuración interna de cada una de esas instancias, haciéndolas dispersas, quebradizas, inestables, contradictorias y heteróclitas dentro de sus propios límites (Cornejo Polar, 2003, p. 10).

Cornejo Polar segue explanando que a condição colonial consiste na negação identitária dos que foram colonizados, destruindo os vínculos que lhes conferiam identificação para impor outros alinhados aos interesses do colonizador. Dentro desse contexto conflituoso ele interroga se é possível falar de um sujeito latino-americano único ou se seria melhor falar de um sujeito constituído por instável rompimento e intersecção de muitas identidades oscilantes e heteróclitas, concluindo que é muito difícil assumir dentro do espaço americano a hibridez e heterogeneidade desse sujeito, pois:

introyectamos como única legitimidad la imagen monolítica, fuerte e inmodificable del sujeto moderno, en el fondo del yo romántico, y porque nos sentimos en falta, ante el mundo y ante nosotros mismos, al descubrir que carecemos de una identidad clara y distinta (Cornejo Polar, 2003, p. 14).

Para ele é importante a desmitificação desse sujeito universal e unidimensional e a reivindicação da sua profundidade heterogênea, para que se possa romper com os discursos da homogeneidade sob o qual existe um desejo, configurando

assim, uma harmonia impossível. Cornejo Polar assim como Rama compreende que a literatura latino-americana, em especial a andina, possui como caráter definidor a “extraña condición de totalidad que está hecha, paradójicamente, con el tramado de una muy compleja red de confrontaciones” (Cornejo Polar, 2003, p. 81). Os dois críticos se dedicam de modo mais aprofundado à literatura andina com ênfase na relação entre a cultura dos originários dessa região e a oriunda do colonizador branco espanhol, sendo necessário o entendimento de outros arcaísmos teóricos a respeito dessa relação referente aos negros africanos e seus descendentes americanos, os afro-americanos.

Nesse sentido, retomamos o conceito da encruzilhada pois, conforme afirma a pesquisadora brasileira Leda Maria Martins (2021, p. 25), “a cultura negra é uma cultura das encruzilhadas”, na tradição africana de origem iorubá,² a encruzilhada é lugar de abertura de novos caminhos e de ligação. Segundo Tássio Ferreira (2019), a lógica da encruza não reconhece apenas uma perspectiva nem encerra em si o trajeto, mas sim estabelece conexões, o que se alinha à ideia de transculturação colocada por Ortiz no sentido de possibilitar que as culturas negras transpassem, permitindo a não sobreposição de formas, mas o cruzamento de pontos de encontro. Também é pertinente ressaltar que a encruzilhada é uma concepção filosófica-religiosa de sentidos complexos visto que este lugar de cruzo é ordenado por Èsù Elegbára, o senhor das trocas e das encruzas. A autora explica que Exu (Èsù) é aquele que permeia todas as ações de criação e interpretação do conhecimento, sendo considerado como mediador entre os deuses (orixás) e os humanos, operacionalizando um canal de comunicação, já que na mitologia africana ele representa o propagador da narração. Portanto, para ela o termo encruzilhada como operador conceitual nos possibilita a “interpretação dos trânsitos sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter- e transculturais, nos quais se confrontam e dialogam, nem sempre amistosamente, registros, concepções e sistemas simbólicos diferenciados e diversos” (Martins, 2021, p. 21).

A noção de encruzilhada como conceito epistêmico e filosófico imbrica os movimentos contra coloniais realizados pelos afro-americanos como modo de resistência e manutenção de seus saberes tradicionais mediante a prática da cimarronaje, o que no Brasil se denomina como movimento quilombola. O termo cimarronaje origina-se da palavra espanhola cimarrón/cimarrona que traz as seguintes acepções no Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola: adjetivo para se referir a um animal doméstico que foge; dito de um animal selvagem não domesticado; sobre uma planta que é uma variedade silves-

² Segundo o pesquisador Denilson Lima Santos (2018), em Bantos e Iorubás nas Américas: a intelectualidade e a discursividade ancestral de Abdias do Nascimento e Manuel Zapata Olivella, o grupo iorubá juntamente com o banto representam os dois maiores grupos étnicos africanos que vieram para a América Latina.

tre de uma espécie com variedade cultivada; adjetivo de sentido marítimo usado para aludir ao marinheiro pouco trabalhador e desaforado; e por último, o sentido que se desdobra a partir do colonialismo nas Américas, que é para referir-se ao escravizado que se refugiava nos montes em busca de liberdade. Pensando na relação colonial entre Espanha colonizadora e os países latino-americanos como colonizados, notamos que as primeiras conotações são utilizadas para denominar animais e plantas sempre no sentido de selvageria ou como um desvio de conduta daquele que não obedece, que é insolente, ou seja, os sentidos são para explicar aquilo ou aquele que não seguem o que é estabelecido pela norma padrão, seja por sua condição primitiva ou por ser indisciplinado.

Contudo, apesar das conotações negativas que o léxico *cimarrón* congrega dentro da explicação eurrreferenciada, o fato de ser *cimarrón* arregimenta atos de resistência que foram essenciais para a sobrevivência do africano e das suas epistemologias no continente latino-americano. A *cimarronaje* nos países hispano-americanos não se configura somente pelas fugas dos escravizados das fazendas, mas também como um modo de construir no contexto americano espaços de liberdade e, ao mesmo tempo, recriar uma identidade própria. O investigador equatoriano Franklin Miranda Robles (2011) aponta que o exercício de *cimarronaje* representou uma maneira autêntica e efetiva para lograr a liberdade e a permanência cultural, porque nele se recuperava o imaginário africano para reelaborar juntamente com a multiplicidade americana uma identidade diferente e outra vez resistente, sendo também:

un mecanismo de autodeterminación sociocultural cuya reelaboración estructural permanente en los diversos ámbitos y momentos de la vida de este pueblo lo convierte en una génesis identitaria relacional desde la que se puede advertir una historia común subcontinental y, por lo tanto, pensar en una totalidad afrolatinoamericana heterogénea (Miranda Robles, 2011, p.41).

Para Miranda Robles a *Cimarronaje* foi o primeiro núcleo heterogêneo a partir do qual se construiu a cultura afro-latina porque por um lado faz referência à escravidão e as suas consequências mediante os processos de luta pelo fim da dominação colonizadora, e por outro lado, legitima a reconstrução identitária considerando sua complexidade histórica e sua multiplicidade.

Canto de sirena, memória popular coyungana

Como mencionado o escritor Gregorio Martínez Navarro nasceu em Coyungo e seu livro *Canto de Sirena* retrata esse espaço de cruzamento cultural na medida em que traz o relato em primeira pessoa do personagem Candelario Navarro, habitante dessa região, o que é uma referência no que tange à elabo-

ração de uma imagem literária inovadora a respeito do afrodescendente, pois mostra esse personagem negro como protagonista e narrador dessa narrativa. Candelario Navarro, também chamado de Candico, é um ancião de oitenta e dois anos que rememora sua vida, relatando suas andanças por muitos lugares do Peru, sua movimentada vida amorosa e a história da antiga fazenda de Coyungo, onde viveu por algum tempo e para onde ele retorna após anos de peregrinação, traçando um paralelo memorialístico das mudanças ocorridas nesse lugar. O seu sobrenome Navarro e o fato de ser de Coyungo não são somente elaborações ficcionais, pois Cornelio Candelario Navarro Arenaza era primo do escritor e a narrativa resgata as histórias contadas por ele a Gregorio em uma narrativa marcada pela oralidade, o que denota o aspecto heterogêneo da escrita de Martínez em valorizar os traços da linguagem oral e popular em seu processo criativo.

O enredo inicia-se com o retorno do personagem protagonista a Coyungo após alguns anos, sendo que ele regressa a contragosto por encargo de José Enrique Borda, o dono de Coyungo, porque Borda queria realizar uma escavação e dentre os muitos ofícios aprendidos por Candico um deles foi o de huaquero, escavador de sítios arqueológicos. Ao voltar no ano de 1946, o personagem relata como tudo estava diferente de quando partiu em 1914, após “treintaidós años de andaje y peligarderio” (Martínez Navarro, 1988, p. 15) ele voltava sozinho, sem familiares, sem ao menos um cachorro como ele ironiza, carregando sua mala em uma mão e sua sonda para escavação na outra. Ao descer do caminhão que o levou, sente um aperto na garganta devido ao estranhamento que o lugar lhe passa, como ele expõe:

Aturdido, maniado, me di cuenta que estaba en medio de una ranchería de casas de adobe pintadas de blanco con puertas de color verde, un verde vivo que le devolvía a uno el aliento, pero todo era completamente distinto de como lo dejé en 1914, ese año de la guerra cuando me fui siguiendo a una mujer, y ya no me acomodaba, no hallaba la forma, la ranchería había crecido hasta formar un cuadro cerrado en los cuatro costados, solo que el Pampón que le decíamos La Plaza continuaba igual de árido y seco [...]. La ranchería de adobe se me hacía enorme, casi un pueblo, comparada a la forma como la dejé el año 14 que eran apenas unas cuantas casas, contaditas, para las cuatro o cinco familias que se vinieron de Acarí en burro, con hijo chiquito, con perro, con gallina, y que atravesaron los médanos de Poroma primero, de Marcona y Tunga después y todavía más acá Jumana, hasta bajar, conteniendo el cuerpo, por Aguasalada, pisando con los talones y jalando a las bestias porque en la bajada los animales no podían afianzar el paso sino que se chorreaban por la arena como un resbaladero (Martínez Navarro, 1987, p. 16).

O relato segue o fluxo ininterrupto de recordações do personagem sobre

Coyungo, ao mesmo tempo, que se vincula a outras lembranças construindo uma grande rede de memórias. Recorda que antigamente as terras de Coyungo pertenciam a Don Félix Denegri, um coronel que usou do seu poder para tomar posse de muitas terras, e Candelario conta que ninguém ignorava que essa foi a origem do poder dele, porque para “él no había no y hacía y deshacía a su antojo” (p. 19). Com a morte de Denegri, seus filhos, conhecidos como los locos, não conseguiram governar a herança deixada e “después de su muerte, luego, se fue a la mierda Lucasi, Coquimbo, El Molino, Cascajal, Sahuacari, El Arenal, Chaviñilla, Vijoto, Chocavento, Cerro Colorado y todos los fundos que componían sus dominios” (p. 22). Os novos donos disseram que não arrendariam as terras pois nelas trabalhariam peões assalariados para a plantação e colheita de algodão, dessa maneira surge a fazenda algodoeira de Coyungo, a qual atraiu diferentes famílias para trabalhar.

Candelario narra um momento de sua infância em que Don Denegri recebeu muitas mangas que vieram de Ica, e Candico conta que na região onde eles viviam não tinha essa fruta, desse modo, Denegri as comeu “con ansia y sin control, como si nunca más en su vida fuese a comer” (p. 74). Era em torno de cinquenta mangas, que ele comeu sozinho, Candico afirma que sabia a quantidade porque foi ele que pacientemente contou os caroços atirados da torre por Denegri. Após recolher os caroços, os colocou para secar para “chupármelas de una en una hasta sacarles el último jugo para saber por mi propia experiencia y mi paladar cuál era el gusto de esa fruta que ninguno muchacho de mi edad había probado ni visto siquiera en dibujo” (p. 74). Foi a forma que ele encontrou para experimentar a fruta dada a sua condição subalterna e o jeito “soberbio y altanero” (p. 77) de Don Félix Denegri.

Experimentação e aprendizagem são características de Candelario, dado que demonstra curiosidade para aprender e conhecer outros lugares, por isso, resolve sair de Coyungo em 1914 e passa trinta e dois anos peregrinando pelo Peru colecionando experiências e conhecimentos. São diversos saberes reunidos que vão desde o popular ao científico, como exemplo pode-se elencar algumas situações: como quando foi ajudante do arqueólogo peruano Julio César Tello (1880-1947), considerado o primeiro arqueólogo indígena (quéchua) da América do Sul, realizando para ele o trabalho de huaquero; dos conhecimentos aprendidos nos livros quando tinha doze anos e frequentou o Colegio Molino; das práticas em outros ofícios exercidos como guarda-costas, agricultor e mordomo de fazenda.

Assim como a sabedoria popular vivenciada com sua comunidade de origem afro-andina, tais como: o conhecimento da sua prima Carmen Barrio para castrar animais; a arte culinária oriental de Pun Sen para preparar e condimentar

carnes de animais, principalmente a de cachorro, a preferida de Candico; a precisão de seu filho Eduardo para matar qualquer animal em um único golpe de faca; a artimanha que aprendeu com seu tio Metreque, tamboreiro de uma banda, para conquistar as mulheres e “sacarles música y repique del cuerpo” (p. 81); a preparação de tônicos e remédios naturais feitos de ervas e animais que aprendeu com os descendentes indígena e africano; o conhecimento para distinguir as folhas e ervas que eram comestíveis; a dança sambamalató que aprendeu com seu primo Atilio Arenaza. Para Ulises Zevallos Aguilar (2019, p. 400) isso faz com que Candelario Navarro seja qualificado como multifacético e migrante porque “estas dos características le han permitido sobrevivir en un espacio social de mucha pobreza, evitar el trabajo duro y mantener una relativa independencia”.

Candelario Navarro: o testemunho do griot

Canto de Sirena, ao recriar a vida de Candelario Navarro, não expressa somente a memória individual do protagonista, mas, sim, um conjunto de memórias coletivas dos povos que habitaram Coyungo e as localidades adjacentes, como um canto coral que congrega várias vozes conforme a epígrafe inicial do livro coloca: “Esto no es una historia, es un canto: en octubre, mes de los zorros, cantan las sirenas” (Martínez, 1988), o que dialoga com o título da obra. Para Marina Gálvez Acero a obra é uma “novela testimonio del colectivo negro y cholo que habita la costa sur peruana” (1992, p.65), visto que Gregorio Martínez, na posição de letrado, ao recolher e elaborar o testemunho do ancião Candelario Navarro, expressa um conjunto de vozes construindo inclusive o testemunho coletivo histórico-cultural desse grupo étnico peruano. A pesquisadora destaca a importância dessa obra por sua característica testemunhal dado que a modalidade de testemunho dá voz ao outro, sendo que esse outro na maioria dos casos não é um sujeito em posição hegemônica, plasmando a “voz de un yo que lucha contra la desigualdad que implica la dicotomía yo/el otro” (Gálvez, 1992, p. 64). Ela acrescenta sobre o crescimento de obras de caráter testemunhal nos últimos anos a partir da publicação na década de sessenta do livro *Biografía de un cimarrón*, do escritor cubano Miguel Barnet (1940).

A respeito do testemunho de Candico e sua mediação por Gregorio Martínez o estudioso literário e antropólogo Martín Lienhard considera Canto de Sirena um testemunho literário, pois é um relato que nunca foi apresentado como documento antropológico. Ele ressalta que Martínez, para elaborar a obra, fez uso de gravações, as quais o antropólogo suíço teve acesso após muito insistir para que o escritor as emprestasse, e afirma que muitas partes do testemunho do personagem principal foram criadas por Goyo. Contudo, Lienhard, em entrevista concedida a Eduardo Huaytán (2010, p. 69), afirma que Canto de sirena: “es un doble

testimonio: el de Candelario Navarro y el del propio Gregorio. Un ‘testimonio’ que descuella, ante todo, por su alta calidad literaria. No sé si la literatura peruana ha producido, en las últimas décadas, obras de la misma calidad o no”. Sendo assim, por mais que se trate da história de vida e/ou testemunho de Candico, é pertinente considerar que Goyo não é aquele escritor que se encontra distanciado das situações narradas, visto que ele, de certo modo, também pertence à coletividade representada tal qual seus pais, seus irmãos, seus parentes e seus amigos de infância, reverberando assim um canto polifônico da memória coletiva da comunidade afro costeira de Coyungo. Em 1977, logo após a publicação de *Canto de sirena*, Martínez concedeu uma entrevista a Ricardo González Vigil e fez a seguinte declaração acerca da obra: “con un criterio tradicional *Canto de sirena* no sería una novela, ya que no cuenta una historia, no desarrolla un argumento. Es más bien un canto” (Vigil, 1977, p. 15 apud Bustamante, p. 29).

O escritor afro-peruano buscava alinhar dentro das possibilidades estéticas a sua produção escrita com o relato oral de Candico, já que ele mesmo afirmou em outro momento da entrevista que a sua obra “no es la biografía de Candico, sino, más bien, los grandes discursos que daba sentado en los troncos para explicarse la realidad” (Vigil, 1977, p. 15 apud Macedo, p. 19). Mesmo tratando-se do relato construído a partir dos fluxos recordatórios do protagonista, ele é fidedigno e cumpre a sua função de arquivo dado que, de acordo com o escritor do Mali, Amadou Hampâté Bâ, nas comunidades de tradição oral a função da memória é mais desenvolvida fazendo com que o testemunho seja considerado como qualificado. A confiabilidade do relato de Candico se atestava por ele ter vivenciado o narrado e, simultaneamente, presenciar as mudanças ocorridas ao longo dos seus oitenta e dois anos, para tanto ele descreve em diversos momentos os câmbios sofridos em Coyungo devido à gestão exploratória dos latifundiários, como podemos ver no fragmento abaixo:

Quando salí, el año 14, Coyungo era solo monte que apenas había cinco casas de carrizo con barro, pero ese mismo año, los socios, Fracchia y Grondona comenzaron a sembrar algodón, no el de ahora sino una de mata enorme, del tamaño de un árbol [...] pero yo que llego el año 46 y todo estaba cambiado, había capilla, panteón, ranchería de casas de adobe y casahacienda donde vivía el administrador, mejor dicho el adulete, el lameculo de los blancos que en ese tiempo era el Cabezón Ismael Elías, no ves que José Enrique Borda recibió Coyungo de la viuda de Fracchia pero nunca vivió acá, ni un solo día se quedó, nadie puede decir en tal fecha pasó la noche acá, únicamente llegaba de visita traído por un mal viento, a controlar la marcha de la hacienda, a infundir miedo a la gente con su aparición repentina y su cara amarrada y gestosa que no miraba a nadie [...] (p. 67-68).

A região compreendida por Coyungo foi um lugar marcado pela exploração dos recursos naturais e pela opressão dos seus habitantes, assim como pela ausência de melhorias para a classe popular trabalhadora, o que provavelmente ocasionou a partida de muitos em busca de melhores oportunidades, como ocorrido com Candelario e com Gregorio Martínez. Na atualidade, Coyungo possui em torno de duzentos habitantes distribuídos em noventa famílias sendo a maioria delas de afrodescendentes que vivem da pequena agricultura e a pesca de camarões; dado o número pequeno de habitantes e o falecimento dos mais velhos a conservação da memória desse lugar encontra-se comprometida. Dessa maneira, o costume de Candido de contar histórias e transmitir seu conhecimento foram de suma importância para a manutenção da memória de Coyungo, da sua origem, da sabedoria e da linguagem do seu povo.

Os africanos trazidos para a o continente americano eram oriundos de civilizações de tradição oral e Candelario como afrodescendente teve contato com os mais velhos que usavam da prática oral para transferência de conhecimentos, portanto, as suas narrações orais eram testemunhos repassados de geração para geração, porque junto das questões biográficas do narrador personagem encontram-se outras que são coletivas e marcam a presença e a contribuição negro-africana em Coyungo. De forma que é possível relacionar o personagem Candelario aos griots originários das tradições de matriz africana, porque, de acordo com M'bare N'gom Faye, em uma sociedade que se apoia na escritura acorde com o padrão eurocêntrico, a tradição oral depende muito da memória e são os griots os responsáveis pela sua preservação e sua transmissibilidade dada a sua habilidade oratória. O pesquisador complementa ao dizer que o griot é um “individuo polifacético y de multiples talentos que desempeña un papel de primer orden en las relaciones intra e interétnicas de la sociedad donde se desenvuelve” (N'gom, 2003, p. 30), sendo inclusive os detentores da memória institucionalizada.

Contudo, dentro da tradição africana, além dos griots existem outros integrantes da sociedade habilitados para guardar a memória ancestral, dentre eles encontram-se os anciões como transmissores do acervo cultural da coletividade a qual pertence, confluente, Hampâté Bâ ressalta que, na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima. Por conseguinte, nas civilizações africanas os mais velhos eram representantes da tradição viva por serem sabedores de antigos segredos da comunidade e conhecedores das potencialidades das ervas. De modo semelhante, além de ter uma idade avançada e ter peregrinado por muitos lugares, Candelario também conhecia as propriedades das folhas, como ele conta: “ese apego a la especulación me llevó a preparar tónicos, miel de nabo, esencia de alfafa, extrato de guaranga, aunque al comienzo mucha gente tenía descon-

fianza [...]” (Martínez Navarro, 1987, p. 88), de modo que o protagonista carregue em si características de um griot generalista, que são aqueles que, de modo geral, são contadores de histórias e grandes viajantes, consonante Hampâté Bâ (2010, p. 202) expõe que “o homem que viaja descobre e vive outras iniciações, registra diferenças e semelhanças, alarga o campo de sua compreensão”.

Hampâté Bâ e M’bare N’gom são concordantes ao afirmarem sobre a importância de que o griot e o ancião saibam manejar a palavra falada ao ponto que ela possa encantar a quem ouve e que eles carreguem dentro de si o dom de contar histórias. Candelario possuía tal habilidade tendo em vista a própria declaração de Goyo de que seu primo passava horas sentado dissertando sobre a vida e contava com ouvintes atentos envolvidos pelo seu modo de narrar; e o talento de Candico para a oratória advém de sua ancestralidade porque segundo ele a sua mãe possuía o dom para oralizar como um canto: “Oyéndola a veces uno se quedaba orillando el río, pero cuando se le daba por hablar en verso, o cuando comenzaba a hilvanar una punta de refranes de la época de la esclavitud” (p. 52). O fato do protagonista mencionar o período da escravidão demonstra que sua mãe esteve mais próxima das tradições negro-africanas, logo, aprendeu com os depositários da herança oral a habilidade para repassar oralmente os saberes ancestrais, tal qual os afro-americanos que fizeram uso do discurso oral como instrumento de cimarronaje para recuperar e repassar os valores africanos, o que possibilitou a criação de uma identidade negra tanto no Peru como em outros países americanos.

O poeta malinês afirma que a tradição africana considera a fala como um dom divino, atribuindo a ela o poder criador pois, como ensina a tradição bamba-ra do Komo, a Palavra (Kuma) “é uma força fundamental que emana do próprio Ser Supremo, Maa Ngala, criador de todas as coisas. Ela é o instrumento da criação: ‘Aquilo que Maa Ngala diz, é!’” (Hampâté Bâ, 2010, p. 170). A um só tempo, a palavra possui a função de conservar e destruir, portanto, é produtora ativa da magia africana. Segundo Hampâté-Bâ (2010) a palavra falada é a arte de atrair e encantar quem a ouve, habilidade que Candico detalha ao mencionar sobre um habitante de Coyungo que a possuía de modo igual ao da sua mãe:

A los años dio la casualidad que conocí en Coyungo a un hombre que por su manera de hablar se parecía mucho a mi madre, todos sus modales eran de verse, su paciencia, la forma como manejaba las palabras. Se apellidaba Galagarza, era flaco, pescuezudo y canoso. Sanito y bueno, en sus cabales, hablaba versando. La gente abandonaba sus quehaceres para escucharlo, el muchacho ya no iba a comprar el achiote que lo habían mandado rápido para hacer el ahogado, se quedaba embebecido, oyendo, encabezando para después urdir él también sus chilindrinas (Martínez, 1987, p. 53).

Tanto na construção acerca de sua mãe como na de Galagarza, Candelario emprega o verbo oír (oyéndola/ oyendo) no gerúndio como meio de enfatizar a continuidade dessas narrações em sua memória, o que corresponde a capacidade do griot para oralizar seu discurso e, ao mesmo tempo, fixá-lo de modo indelével como um arquivo mesmo se tratando de palavras ditas e não escritas, o que contraria a ideia ocidental de registro. É a voz que tem o poder de penetração na alma, como algo profundo e irreversível, é a palavra falada que embala, encanta e seduz, como uma forma de magia, como um canto de sereia.

Considerações finais

A leitura de Canto de sirena nos proporciona o reconhecimento de diferentes universos que se entrecruzam numa configuração transcultural que transitam entre o regional e o moderno, o oral e o escrito, o testemunho e a ficção, de igual maneira, o cruza entre as epistemologias de origem andina, afrodescendente, europeia, oriental, popular, científica que configuram a identidade de Coyungo e, metonimicamente, do Peru e da América Latina. A própria questão da movimentação e o acúmulo de aprendizagens do protagonista Candelario expressam o sujeito heterogêneo que se encontra em uma encruzilhada epistêmica diversa ao estar em constante contatos culturais, relacionando-se ao que Cornejo Polar (2003, p. 15) idealiza a respeito do sujeito que poderia “desparramarse por el mundo, nutriéndose de varios humus histórico y culturales sin perder por eso su condición de tal. Un sujeto – otra vez – heterogéneo”.

A configuração heterogênea recria novos saberes a partir dos conhecimentos adquiridos tal qual o processo de cimarronaje de reinvenção e autoafirmação dos saberes tradicionais, regionais e ancestrais no continente americano. De acordo com Grada Quilomba (2019), descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento é uma tarefa urgente, o que se torna possível mediante perspectivas contracoloniais e anti-epistemicida fundamentadas em produções artísticas e acadêmicas que se assentam num posicionamento multicultural e horizontal.

Tanto Goyo como Candico, para além da ficção, são homens que representam o processo transcultural heterogêneo do sujeito afro-andino na realidade sociocultural americana e que na atualidade ainda sofrem marginalização e preconceito. Para exemplificar como um dos muitos episódios de racismo no Peru, temos o artigo intitulado ¿Cuál es el problema de no ser blanco?, de Marco Avilés, publicado recentemente no periódico El País³ onde ele disserta sobre a atual situação política peruana em que o novo governo de Dina Boluarte reprimiu de for-

³ Disponível para acesso em <https://elpais.com/mexico/2023-02-04/cual-es-el-problema-de-no-ser-blanco.html>.

ma violenta os protestos ocorridos em regiões andinas, o que acarretou na morte de cinquenta manifestantes, posto que o presidente do Conselho de Ministros tenta justificar o injustificável ao alegar que o Exército e a Polícia agiram assim porque os seus agentes não entendiam a língua dos manifestantes. Infelizmente, essas práticas truculentas são corriqueiras em muitos países, principalmente naqueles que passaram pelo colonialismo.

Em *Canto de sirena* a curiosidade do protagonista em aprender encena os diferentes tipos de aprendizagens que lhe constitui como um ser pensante que confronta o ideário construído a respeito do afro-andino como um ser ignorante, realizando a confrontação de um sujeito consciente que denuncia e critica as estruturas do poder e do saber: “En lugar de la diversidad de inventos inútiles que solo sirven para matar gente y sembrar hambruna, deberían dedicarse a inventar comida [...] inventan bomba, cohete, ya deberían haber hecho alimento, bitute, para atajar la hambruna que cada día se nos pega más” (p. 145). Assim, Candelario Navarro é, ao mesmo tempo, o guardião da memória de Coyungo e o griot que a transmite, é o sujeito que se encontra permanentemente na encruzilhada heterogênea epistemológica em uma prática cimarrona que dissemina e (re)potencializa os saberes ancestrais.

Referências

BUSTAMANTE RAMOS, Paul Christian. *La interculturalidad crítica y funcional en el discurso de Candelario Navarro en la novela Canto de sirena de Gregorio Martínez*. Tesis (Maestría) - Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Facultad de Letras y Ciencias Humanas. Unidad de Posgrado. Repositorio institucional Cybertesis UNMSM, Lima, 2017.

CARAZAS, María Milagros Salcedo. *Imágen(es) e identidade del sujeto afroperuano en la novela peruana contemporánea*. Tesis (Magíster) – Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Facultad de Letras y Ciencias Humanas. Unidad de Postgrado, Lima, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do não ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

CORNEJO POLAR, Antonio. *Escribir en el aire. Ensayo sobre la heterogeneidad socio-cultural en las literaturas andinas*. Lima: CELACP, 2003.

FERREIRA, Tássio. *Pedagogia da Circularidade Afrocênica: diretrizes metodológicas inspiradas nas ensinagens da tradição do Candomblé Congo-Angola*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, 2019.

GÁLVEZ ACERO, Marina. *Narrativa y testimonio popular: Gregorio Martínez*.

Centro Virtual Cervantes, 1992. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/11/aih_11_4_009.pdf Acesso em: ago. 2019.

HAMPÂTÉBÂ, Amadou. A tradição viva. In: *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

HUAYTÁN, Eduardo; CANAZA, Edwin. Los textos híbridos no pueden formar tradición: entrevista a Martín Lienhard. *Tinta Expresa – Revista de Literatura*. Año IV, n.º 4. Lima, p. 61-71, 2010.

MACEDO JANTO, Gloria. *Canto de sirena: oralidad y memoria*. 1. ed. Lima, Perú: Hipocampo Editores, 2008.

MARCO, Valeria de. *A Literatura de Testemunho e a violência de Estado*. São Paulo: Lua Nova, 2005.

MARTÍNEZ NAVARRO, Gregorio. *Canto de Sirena*. Lima: Mosca azul editores, 1987.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021. Edição do Kindle.

MIRANDA ROBLES, Franklin. Cimarronaje cultural e identidad afrolatinoamericana. Reflexiones acerca de un proceso de autoidentificación heterogéneo. *Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 264, julio-septiembre, pp. 39-56, 2011.

N'GOM FAYE, M'baré. Tradición oral africana y su supervivencia en la transafricanía: El caso del Perú. In: ESPINO, Gonzalo (Ed.): *Tradición oral, culturas peruanas: una invitación al debate*. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2003, pp. 27-38.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula de. *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina: Coimbra, 2009.

SANTOS, Denilson Lima. Bantos e Iorubás nas Américas: a intelectualidade e a discursividade ancestral de Abdias do Nascimento e Manuel Zapata Olivella. *Revista da ABPN*, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p.765-793, jan. 2018.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación). Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

QUILOMBA, Grada. *Memórias da plantação* – Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RAMA, Ángel. *Literatura e cultura na América Latina*. Org. Sandra Guardini T. Vasconcelos; Flavio Aguiar. SP: Edusp, 2001.

VILLAR, Alfredo. *Gregorio Martínez: el último cantor popular*. El dominical/El comercio Perú, agosto de 2017. Disponível em: <https://elcomercio.pe/eldominical/gregorio-martinez-cantor-popular-noticia-449413-noticia/>. Acesso em: dez. 2021.

ZEVALLLOS AGUILAR, Ulises. Huaquería y arqueología. Una propuesta decolonial en Canto de sirena (1976) de Gregorio Martínez Navarro. *Cuadernos de Literatura*, n. 23, v. 45, p. 397-413, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cl23-45.hapd>. Acesso em: set. 2022.



A DISCURSIVIZAÇÃO DA REPRESSÃO E DA LIBERDADE EM *STELLA MANHATTAN*, DE SILVIANO SANTIAGO

Fabio Ávila Arcanjo¹

Resumo: Este artigo toma como *corpus* o romance *Stella Manhattan*. A obra conduz o leitor a uma jornada pontuada por um procedimento de construção imagética de personagens pautados por valores, crenças e desejos, embora destoantes, inseridos em um mesmo momento discursivo, a saber, a ditadura militar brasileira. Importa destacar que o palco dos conflitos instaurados entre as personagens é a cidade de Nova York, onde vive Stella Manhattan/Eduardo, uma personagem, que se divide em duas: Eduardo, um jovem de classe média que é forçosamente enviado por seus pais para a cidade estadunidense, em função de sua indesejável (pela norma vigente) orientação sexual; e Stella, uma inscrição da liberdade sexual e de uma tentativa de fuga da moralidade. O foco central desse trabalho é analisar, por intermédio da *semântica global* proposta por Maingueneau (2008), o procedimento de construção imagética operado na obra, considerando três categorias: *temas*, *vocabulário* e *modos de enunciação*.

Palavras-chave: Ditadura; Sexualidade; Valores; Semântica global.

Abstract: The novel *Stella Manhattan* serves as the corpus for this essay. This story takes the reader on a trip marked by the construction of imagery of individuals led by ideals, beliefs, and wants that, while distinct, are placed in the same discursive moment, namely the Brazilian military dictatorship. It should be noted that the setting for the characters' conflicts is the city of New York, where *Stella Manhattan/ Eduardo* lives. Eduardo is a character who is divided into two: Eduardo, a middle-class young man who is forcibly sent to the American city by his parents because of his undesirable (considering the current norm) sexual orientation; and Stella, an inscription of sexual freedom and an attempt to escape

¹ Doutor em Linguística pelo Programa de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, sou pesquisador colaborador em nível de Pós-doutorado junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Departamento de Teoria Literária -, com financiamento FAPESP e sob supervisão do Professor Doutor Márcio Seligmann-Silva. Sou vinculado ao Núcleo de Discurso da UFMG (NAD-UFMG), além de fazer parte dos grupos de pesquisa Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ? ELAD, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Retórica e Argumentação (UFMG), Mídia e Memória, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Sou membro da Associação Brasileira de Retórica e Associação Latino-americana de Retórica, fazendo parte do comitê organizador de congressos e simpósios propostos por tais associações. Minha produção científica tem como ponto de partida a teoria literária, análise do discurso, teorias da comunicação e os estudos em argumentação, com o foco voltado para temas como cinema, memória, mídia, Holocausto, questões de gênero e direitos humanos.

morality. The primary goal of this study is to examine the image formation technique used in the work in question using the global semantic proposed by Maingueneau (2008), with three categories in mind: themes, language, and modes of enunciation.

Keywords: Dictatorship; Sexuality; Values; Global Semantic.

Introdução

Inicialmente, convém destacar um elemento que chama a atenção na obra *Stella Manhattan*, escrita por Silvano Santiago, e esse elemento, pontuemos, transcende ao mesmo tempo que se entrelaça com a trama. Estamos falando da temporalidade. Expliquemos melhor: a narrativa se passa no ano de 1969, tendo sido escrita em 1985 e republicada pela Companhia das Letras em 2017. Que tipos de efeitos de sentido são produzidos, levando em consideração essas marcações temporais?

O romance se inicia estabelecendo dois marcos (temporal e espacial), cruciais para o entendimento da conjuntura política, social e cultural que envolve a história: Ilha de Manhattan, Nova York, 18 de outubro de 1969. Há, nessa data, duas lógicas antagônicas: o recrudescimento da repressão e da intolerância (o AI-5 havia sido baixado no dia 13 de dezembro de 1968); e o espírito da contracultura, que traz o valor da liberdade sexual como um dos seus pilares (o festival de Woodstock, por exemplo, aconteceu entre os dias 15 e 18 de agosto de 1969, há pouco mais de 150 km de Manhattan). Essa ideia de liberdade sexual é relativa, haja vista, o marcante acontecimento da rebelião de Stonewall², mencionada por Silvano Santiago no prefácio. A percepção desse antagonismo é fulcral, pois ele perpassa a construção imagética da personagem central do livro.

Stella Manhattan, aliás Eduardo da Costa e Silva, com terno da Bloomingdale's, camisa de colarinho abotoado e gravata com listras verticais dos Brooks Brothers, há ano em meio chegou malvestido e deprimido a Nova York. Apesar de não ser da carreira, veio trabalhar no consulado brasileiro lá no Rockefeller Center. Puseram-no na seção de passaportes, com a função de atender o público. (Santiago, 2017, p. 20).

É possível afirmar que *Stella Manhattan* é uma faceta que emerge a partir da forçosa ida de Eduardo da Costa e Silva para os Estados Unidos, em função de um comportamento sexual julgado intolerável pelos seus pais. Ela funciona-

² Uma série de manifestações da comunidade LGBT em oposição à truculência da polícia de Nova York, que invadiu, no dia 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, agredindo e prendendo inúmeros frequentadores do local. As manifestações duraram seis dias e foram importantes para marcar uma posição em relação à libertação sexual e à luta por direitos mobilizada pela comunidade LGBT.

ria, portanto, como uma inscrição de um espírito de liberdade (mais próximo aos valores cultuados pela contracultura), em detrimento de uma personagem que é apresentada por meio de um léxico marcado pela negatividade – “chegou mal vestido e deprimido” – em diálogo com a ideia de repressão vivenciada por Eduardo em seu país de origem.

Importa voltar o olhar para a questão da temporalidade, mencionada anteriormente. Silviano Santiago escreve esse romance em 1985 e o próprio autor enfatiza que, em primeiro lugar, ele fora escrito em “tempos de AIDS”, o que impulsionou uma construção ainda mais negativa da imagem dos homossexuais – a doença originária do vírus HIV foi identificada, no passado, como “câncer gay”. Ademais, segundo o autor, o romance é nostálgico da revolução, lembrando que o Brasil ainda experienciava um governo ditatorial, embora arrefecido (o movimento das *Diretas Já*, por exemplo, antecedia o presente da enunciação de *Stella Manhattan* em pouco tempo, daí o espírito revolucionário de um momento presente, que foi resgatado por Silviano Santiago com o olhar no passado). Por fim, o relançamento da obra em 2017 impulsiona uma fricção com o que era vivenciado pelo Brasil naquele período: a presidente Dilma Rousseff havia sofrido um golpe, sendo retirada do cargo poucos meses antes do relançamento de *Stella Manhattan*, o que desencadeou, de forma ainda mais marcada, o recrudescimento de valores nostálgicos em relação à ditadura militar. Dessa forma, *Stella Manhattan* funciona como uma espécie de contradiscurso.

Diante disso, é válido apresentar, de forma dirimida, o gesto de análise a ser empregado no presente artigo. *Stella Manhattan* traz uma série de personagens que, de certa forma, semiotizam os valores cultuados naquele momento, tanto em uma lógica contrária à repressão da ditadura militar (Stella/Eduardo, Marcelo) quanto em um movimento de legitimação da barbárie (Aníbal). Além disso, é importante lidar com uma personagem que se situa em uma espécie de entre-lugar, o coronel Viana, que pertence ao aparato totalitário do governo brasileiro, ao mesmo tempo em que adota comportamentos sexuais que vão de encontro ao que era considerado aceitável por uma extrema direita moralista e, muitas vezes, hipócrita.

Nosso olhar se voltará, perante o exposto, para algumas personagens centrais na obra em questão, na tentativa de discutir melhor o processo de discursivização, tanto do discurso revolucionário quanto do discurso legitimador da violência de Estado. Para tanto, iremos nos municiar das contribuições de Dominique Maingueneau (2008 [1984], p. 75), em seu clássico estudo *Gênese dos discursos*, no qual temos o modelo da *semântica global*, um procedimento que “não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus “planos”, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação”.

O mencionado modelo prima em lidar com sete categorias para a realização de uma análise integrada, sendo elas: a intertextualidade, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de coesão, os temas, o vocabulário e o modo de enunciação. Privilegiaremos as três últimas, em função do limitado espaço concedido para a escrita de um artigo científico, lembrando que quaisquer outras categorias podem ser perfeitamente utilizadas em outros gestos de leitura a serem, porventura, realizados para analisar o romance em pauta.

O quadro teórico metodológico

Para este artigo, buscamos desenvolver a leitura do supracitado romance de Silviano Santiago, lançando mão de contribuições do multifacetado campo da análise do discurso de linha francesa. Para o pesquisador brasileiro Wander Emediato (2020, p. 23), há “três séries diferentes de pensamento sobre o discurso, que permitiriam a emergência de objetos diferentes de discurso, assim como epis-temes, categorias conceituais e práticas de análises distintas”. A primeira dessas séries estaria na ordem do representacional (chamada, muitas vezes, de análise do discurso de primeira geração), formada por nomes como Michel Pêcheux, Catherine Fuchs e Denise Maldidier. A segunda série recebe a nomeação de tendência enunciativa e pragmática, que, ao contrário da primeira, tem uma relação menos implicada com questões ideológicas e com os pressupostos de um sujeito tido como assujeitado pelo inconsciente e pela ideologia. Nessa série, os nomes mais proeminentes são os de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau. A terceira série emerge por intermédio de uma tendência sociocognitiva do discurso e lida com conceitos como memória interdiscursiva, memória cognitivo-discursiva, palavras-acontecimento etc. Os principais entusiastas dessa corrente são Marie-Anne Paveau, Sophie Moirand e Teun van Dijk.

Uma vez explicado, de forma dirimida, o caráter multifacetado do campo no qual nos inscrevemos, é interessante pontuar o aparato a ser mobilizado para analisar o romance *Stella Manhattan*. Por esse ângulo, o nosso olhar estará ancorado na segunda tendência, de cunho enunciativo e pragmático, com o fundamental trabalho desenvolvido por Dominique Maingueneau. O autor, conforme apontamos anteriormente, lança, em 1984, *Genèses du discours*, no qual encontramos o eficiente aparato analítico da *semântica global*. Maingueneau apresentou uma série de categorias (a intertextualidade, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de coesão, o modo de enunciação, o vocabulário, os temas), em meio a um olhar que concedia a primazia ao interdiscurso³, no intuito de investigar, de forma comparada, a circulação, na França da segunda

³ “Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (Maingueneau, 2008, p. 35-36, grifos nossos).

metade do século XVII, de dois discursos, a saber, o discurso humanista devoto⁴ e o discurso jansenista⁵. É válido pontuar que esses discursos não circulavam de forma harmoniosa⁶, instaurando-se, à face do exposto, uma dinâmica de discurso x contradiscurso.

A mesma lógica se opera em Stella Manhattan, no sentido de que temos ali o discurso oficial, mobilizado por partidários da ditadura militar, e que na obra em questão é semiotizado pela personagem Aníbal, um professor universitário subserviente ao estado de exceção implementado no Brasil. Não apenas Aníbal, vale enfatizar, mas quase todo o aparato administrativo do setor de passaportes, no qual trabalha Eduardo/Stella, joga com base nas regras impostas pelos militares, a despeito de seus funcionários estarem vivendo em outro país. Há uma lógica, ao redor da vida de Stella Manhattan, que não a deixa escapar, por um lado, do discurso autoritário militar e do outro, do discurso revolucionário contrário ao anterior. Este último emerge na obra em questão, principalmente, com a personagem Marcelo Carneiro da Rocha que, em diversas passagens, permite-nos adentrar nos meandros de um aparelho de resistência, desvelando os conflitos internos, incoerências e inconstâncias desse tipo de organização.

Gesto de análise

Conforme apontamos anteriormente, a semântica global será o nosso ponto de ancoragem analítica, mais particularmente, por meio das categorias *temas*, *vocabulário* e *modo de enunciação*. Iniciemos falando a respeito dos temas (e não se pretende, nesse espaço, apresentar uma definição hermética), que significam basicamente o assunto tratado em determinados discursos. Importa destacar que os discursos portadores de temáticas distintas estão longe de trazerem a originalidade e o ineditismo como marcas registradas. Eles, ao contrário, inscrevem-se em condições de emergência que incorreriam, muitas vezes, em repetições ressignificadas de valores outrora circulados.

⁴ “Ligada à Contrarreforma católica, essa corrente teológica procurava harmonizar a reatualização do humanismo antigo característico da Renascença, com as exigências do dogma, dando importância aos traços de devoção destinados aos fiéis, independentemente de sua posição social. Entre os humanistas devotos, destacou-se a Companhia de Jesus, formada por jesuítas no século XVI, mais precisamente em 1549, com a missão de modernizar intelectualmente a Igreja e de expandir a fé católica...” (Souza-e-Silva, 2012, p. 101)

⁵ “O jansenismo, como doutrina religiosa e moral, surgiu formalmente em 1640, no qual Jansenius [...] retomou e defendeu as ideias de Santo Agostinho sobre a relação entre a graça divina e a natureza humana. A graça divina – eficaz porque sem ela o homem não pode fazer o bem – relacionada à questão da predestinação – segundo a qual Cristo morreu apenas por alguns homens – era, há muito tempo, discutida no interior da Igreja, cuja tese ortodoxa sempre foi em direção contrária: a vontade humana é livre e, se pecamos, não é porque a graça nos falta, mas porque escolhemos pecar” (Souza-e-Silva, 2012, p. 101-102)

⁶ “Tanto os humanistas devotos quanto os jansenistas disputavam entre si a confissão das grandes famílias nobres e a educação de crianças e jovens. É, pois, nesse contexto que se situa *Gênese*” (Souza-e-Silva, 2012, p. 102).

[...] se se decompõe em um conjunto de temas um discurso cuja especificidade parece à primeira vista não apresentar a menor dúvida, muito frequentemente fica claro que praticamente nenhum dos temas é realmente original, dado que ele se reencontra em múltiplos outros discursos, até nos seus adversários. Passando para um nível mais abstrato, o do sistema de restrições do espaço discursivo⁷, torna-se possível definir um novo modo de repartição das diferenças e das semelhanças; não se dirá mais que dois discursos antagonistas partilham esse ou aquele tema, já que sua oposição é global, de um sistema de restrições a outro. (Maingueneau, 2008, p. 82).

Uma observação interessante a ser oferecida por Maingueneau dá conta do recorte diferenciado no que diz respeito a distintos sistemas de restrição. Isso quer dizer que o discurso em favor do autoritarismo e o discurso de resistência constroem temas mediante uma relativa divergência. O autor assevera a integração semântica de todos os temas em um discurso dado, contudo “esses próprios temas se dividem em *temas compatíveis* e em *temas incompatíveis*. Os primeiros convergem semanticamente com o sistema de restrições; os segundos, não, mas mesmo assim estão integrados...” (Maingueneau, 2008, p. 84). Notemos, a título de ilustração, a seguinte passagem de *Stella Manhattan*, que traz um diálogo estabelecido entre Marcelo e Aníbal, portadores de discursos diametralmente opostos:

“O homem fraco em si não existe”, interrompe Marcelo, “pode haver o homem doente, mas isso é outra coisa. O homem fraco é um produto. Um produto da nossa –

Vocês não querem deixar o homem fraco viver. Hitler se esconde por detrás da sua teoria, da sua utopia. E depois dizem que nós somos os nazistas. Temos compaixão do homem, cuidamos dele para que não morra à míngua. Essa é a função, a legítima função do Estado: proteger o cidadão que não é capaz de se manter com dignidade, ou que não é capaz por esta ou aquela razão. (Santiago, 2017, p. 134).

Do que se trata esse diálogo? O que estaria em jogo na fala das personagens? Pensando na lógica dos temas, há uma incompatibilidade clara nos discursos

⁷ Maingueneau examina o interdiscurso mediante a emergência de uma tríade. Em primeiro lugar, temos o *universo discursivo*, “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 2008, p. 33). O *campo discursivo*, por seu turno, é a instância de constituição do discurso, “o que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo, e isso em razão de sua evidente heterogeneidade” (Maingueneau, 2008, p. 34). Por fim, apresenta-nos, nessa discussão, o *espaço discursivo*, que funciona como uma instância de recorte operado pelo pesquisador. Os *espaços discursivos* são “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (Maingueneau, 2008, p. 35).

so projetados por elas. O tema do discurso de Aníbal, por exemplo, gira em torno da necessidade de um Estado que cuida dos mais fracos. Há, de certa forma, a construção da imagem de um Estado bondoso, que precisaria ser forte para não deixar que as pessoas mais fragilizadas morram “à míngua”. Aos olhos de Marcelo, esse discurso teria outro tema, e isso é explicitado no romance, qual seja a necessidade de manutenção de um *status quo*, com o Estado construindo a figura do homem fraco, por meio de políticas públicas liberais e autoritárias, para que ele possa estender ainda mais o seu domínio. Notemos como esses dois temas trazem incompatibilidades entre si. De um lado, a construção da imagem de uma instância caridosa, do outro a percepção da emergência de valores paternalistas e autoritários inscritos em um discurso “envernizado”.

No que diz respeito ao *vocabulário*, o que se pode afirmar, com base em Maingueneau (2008), é a ausência de pertinência de uma análise pautada na palavra em si mesma. Interessante observar, ao contrário, aquilo que o próprio pesquisador francês entende como *signos de pertencimento*. Os sentidos expressos em determinados itens lexicais variam de acordo com a conjuntura, isto é, mediante condições de emergência específicas. Para a pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau, “descrever a memória em termos linguísticos seria, então, quase ao extremo, descrever o uso da própria língua na produção de discursos historicizados” (Paveau, 2013, p. 91). Vejamos o diálogo construído entre Viana (militar que ajudou Eduardo a encontrar trabalho em Nova York) e o próprio Eduardo. Vale enfatizar que Viana, militar homossexual, enxergou, fundamentado nesse favor prestado a Eduardo, a possibilidade de este o ajudar em seus encontros sexuais secretos:

[...] Eduardo se esforça para lembrar.
“Quando te disse que era também entendido”.
Eduardo riu de novo, intrigando mais o Viana.
“É a palavra – *entendido*”.
“Que que há de mau com a palavra?”
“Nada”.
“Nada?”
“Sei lá, é de salão. Meio gozada. De bicha para bicha, a gente diz que é bicha mesmo. Ou então fanchona, se for o caso”. (Santiago, 2017, p. 55).

Notemos como o *vocabulário*, com base no diálogo anterior, possui uma entrada fundamental para que se possam apreender determinados efeitos de sentido. Em primeiro lugar, temos a contraposição entre itens lexicais que estariam situados no mesmo campo semântico. De um lado, temos o emprego, digamos, atenuado – *entendido* – de uma caracterização para o sujeito homossexual. Por outro lado, há uma marcação mais estigmatizada – *bicha* –, que se vincula mais

fortemente em um mecanismo de injúria ao qual os homossexuais comumente são submetidos. Para Eribon (2008, p. 94), “a força da injúria e do estigma é tal que conduz o indivíduo a fazer tudo para não ser considerado um dos membros daquele “conjunto” designado e constituído pela injúria”.

Curioso notar que há, na fala de Eduardo, um movimento contrário ao que é apontado por Didier Eribon, e a chave de resposta para isso pode passar pela tentativa de instaurar um gesto de resistência, já que o signo *bicha*, ao invés de ser uma entrada injuriosa, passa a exercer a função de uma possível marcação identitária. Marie-Anne Paveau identifica esse mecanismo como *plasticidade axiológica*, cuja ideia é construir uma ressignificação semântica, com o fito de permitir aos agentes “[...] brincar com os valores das palavras, que só são lidas e inscritas nos discursos a partir dos dados do ambiente” (Paveau, 2015, p. 326). A instauração desse dispositivo estaria centrada numa maior aceitação de si, e isso se dá, muitas vezes, mediante o emprego vocabular. Viana utiliza o termo *entendido* para dirimir, em um gesto de assimilação ao valor dominante e repressor, sua orientação sexual. Eduardo, por intermédio de uma estratégia de contra-ataque, ao contrário, ressignifica um item lexical injurioso. Eribon (2008, p. 94-95) tece importantes palavras a respeito dessa estratégia:

[...] compreendemos que, por conseguinte, só a aceitação de si como membro do “coletivo” visado e a solidariedade mínima como *gay* com os outros *gays* (e com as lésbicas) pode servir de ponto de apoio a uma resistência eficaz à injúria e ao processo de estigma dos homossexuais na sociedade. Essa luta não decorre apenas da mobilização política, nem mesmo da criação cultural. É uma transformação de si e do mundo que passa por cada gesto cumprido, por cada fala pronunciada para se libertar, tanto quanto possível, do peso da homofobia interiorizada.

Toda essa discussão, de alguma forma, possibilita-nos pensar, por exemplo, na emergência de dois temas: a assimilação e dissimulação dos homossexuais x a resistência contra a intolerância construída por esses sujeitos. Ao mesmo tempo em que se percebe essa possibilidade de tipificação temática, temos a construção da imagem desses sujeitos homossexuais, por meio de uma maneira específica de dizer nomeada por Maingueneau (2008) de *modo de enunciação*. Para essa categoria, é mister pontuar a existência de uma conjugação entre uma maneira específica de dizer que remete a uma maneira de ser, daí a pertinência em lidar com a categoria retórica do *éthos*. No entendimento do filósofo belga Michel Meyer (2007, p. 35, grifos nossos):

O *éthos* é um domínio, um nível, uma estrutura – em resumo, uma dimensão –, mas isso não se limita àquele que fala pessoalmente a um auditório, nem mesmo a um autor que se esconde atrás

de um texto e cuja “presença”, por esse motivo, afinal, pouco importa. O éthos se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas.

É a partir dessa categoria que iremos estabelecer alguns gestos de análise da obra de Silviano Santiago. Uma das palavras-chave para o entendimento do éthos é, justamente – e isso fica claro no excerto anterior –, a ideia de identificação. Não estamos lidando aqui com sujeitos empíricos, haja vista o fato de estarmos diante de uma obra de ficção. Contudo, temos a construção imagética de sujeitos passíveis de factualidade, que, porventura, irão adotar determinados valores, crenças e anseios. Em *Stella Manhattan*, vale observar, temos a mobilização de diferentes códigos axiológicos, o que contribui, de forma decisiva, para uma leitura conjuntural a respeito do momento político e cultural vivenciado pelo Brasil. Uma boa forma para entender esse procedimento de construção imagética, no romance em questão, é voltar o olhar para o confronto de personalidades instaurado pela ficção. Observemos o recorte a seguir:

Para Stella a substituição do presidente Costa e Silva pela tróica militar entrava num ouvido e saía pelo outro. Stella era muito pouco nacionalista. Queria uma verdade política nova e libertária, de uso pessoal e coletivo, que imaginava calado sem chegar a formular, mesmo porque não seria capaz. [...] Foi deixando Stella sair das paredes do quarto, sair de casa, descer o elevador, andar na rua, conversar com as pessoas, desmunhecar, que Eduardo foi se distanciando politicamente dos brasileiros que buscava. (Santiago, 2017, p. 24-25).

No processo mencionado acima, há um claro deslizamento no que tange à construção de personalidade. No início de nosso texto, Eduardo foi apresentado como sendo alguém tímido, retraído e que se vê perdido na vastidão de uma grande cidade. Além disso, a mudança espacial implica uma modificação axiológica – do Brasil do AI-5 para a Nova York de Woodstock. Talvez esse cenário, longe de se configurar em um paraíso, mas digamos mais propício para o processo de reinvenção de si, tenha possibilitado a emergência de Stella Manhattan. São duas personalidades distintas em um mesmo indivíduo. O curioso é que esse alheamento político registrado em Stella parece não acontecer com Eduardo, já que ele (seria um heterônimo?) emerge nas situações burocráticas e, principalmente, quando há uma crise na aparente assepsia que Nova York poderia lhe oferecer, considerando a situação política autoritária vivenciada no Brasil. É para escapar disso que entra em cena Stella Manhattan, cujo objetivo era criar uma “política nova e libertária”, coadunando com um interessante posicionamento defendido

pelo filósofo francês supracitado Didier Eribon, em sua pródiga leitura a respeito do postulado teórico desenvolvido por Michel Foucault.

À metafísica do sujeito e da libertação veiculada pelos grandes discursos da profecia política, mas também a todas as injunções à submissão e a todas as exortações à resignação, podemos opor a ideia de “subjetivação”, isto é, de um trabalho de transformação e de invenção de si mesmo que seria pensado, de acordo com os termos de Foucault, como “uma crítica prática na forma da superação possível”. (Eribon, 2008, p. 408).

Acreditamos que o dispositivo do *modo de enunciação* constrói uma personagem (Stella), que se conecta com aquilo que fora observado por Eribon assentado em Foucault. O modo de enunciação, destarte, “obedece às mesmas restrições que regem o próprio conteúdo do discurso. Não apenas o modo de enunciação torna-se frequentemente tema do discurso, mas, além disso, esse conteúdo acaba por ‘tomar corpo’ por toda parte” (Maingueneau, 2008, p. 93). A constituição do éthos, para Maingueneau, implica a construção de um tom e de uma corporalidade, daí a margem para se pensar em uma ideia de identificação, já que as personagens do romance se tornam palpáveis graças a uma espécie de projeção.

Apresentemos, agora, a construção de dois éthos notadamente antagônicos, respectivamente Marcelo e Aníbal, se analisarmos no ponto de vista político.

Marcelo Carneiro da Rocha codinome Caetano, quando veio para Nova York ensinar veio também com uma outra missão, a de se juntar a um recém-constituído grupo de guerrilheiros liderado por Vasco (codinome). Em torno de Vasco foi-se formando, a partir de 1969, uma célula composta na maioria por estudantes brasileiros já residentes em Nova York, alguns trabalhando, e ainda por artistas que tinham se transferido para os Estados Unidos pelas mais diversas razões. (Santiago, 2017, p. 174).

Ai, meu jovem, tudo isso que você diz é uma imensa futilidade! Não perca tempo. Séculos e séculos de tradição nos legam o livro como ele é, e a leitura tal como ela é. Atos isolados de rebeldia e anarquia intelectual já nascem mortos, ou são abortos de uma inteligência doentia ou malsã [...]. Melhor artista é o que canaliza com mais propriedade as suas respostas à história da cultura. Caso contrário, faz qualquer coisa que dura vinte minutos, e ponto! Desaparece no ar como bolha de sabão. Dura vinte minutos porque ninguém entende, ninguém incorpora essa, digamos, coisa à sua vivência como a gente incorpora um grande livro que foi apreciado através da leitura tradicional... (Santiano, 2017, p. 132).

É notório o quão destoantes são as duas visões de mundo defendidas por Marcelo e por Aníbal. No primeiro excerto, temos a descrição de uma persona-

gem que transita entre dois mundos: o meio acadêmico – ele vai fazer um pós-doutorado em Nova York – e o meio da militância de esquerda, com esse estágio pós-doutoral funcionando como uma espécie de pretexto para contribuir em sua causa revolucionária. No segundo excerto, voltamos a trazer o diálogo entre Marcelo e Aníbal, focando na voz do segundo. Temos um professor universitário amplamente subserviente em relação ao *status quo*. Trata-se, portanto, de uma personagem que aposta fundamentalmente na repetição e na reprodução em detrimento da transformação. O éthos projetado, aqui, é o de tradicionalista, que não acredita na possibilidade de uma transformação suscitada pela manifestação artística (o debate acima, entre outras coisas, versa sobre questões estéticas).

O tema central da interação entre as personagens pode ser pensado mediante um confronto entre o conservadorismo e o reacionarismo contra o progressismo e a tentativa de se libertar de ideias preconcebidas. Sabemos que o produto da fala de Aníbal é a opressão e a barbárie, ao passo que a consequência de um *modus operandi* como o adotado por Marcelo é, justamente, o desenvolvimento de uma literatura de teor testemunhal, uma vez que personagens como Marcelo foram vítimas de barbáries de adeptos aos valores cultuados por personagens como Aníbal. A respeito da arte como um dispositivo de resistência e de reencenação da barbárie, Márcio Seligmann-Silva (2010, p. 118), ancorado em Theodor Adorno e Walter Benjamin, tece relevantes observações:

Do nosso ponto de vista, esse “testemunho” da barbárie que Benjamin e Adorno veem como estando latente em todo documento de cultura possui um significado claramente duplo. Por um lado, ele indica e denuncia a história como história da opressão; por outro lado, em termos de uma visão política ampliada, que penetra as modernas concepções de nossa psique e de nosso corpo, esse testemunho é também o que preserva o elemento recalcado pela cultura, uma vez que, nas palavras de Adorno, a arte é “porta-voz histórico da natureza oprimida”.

À vista disso, a posição de Aníbal é de justificação do documento de cultura e de uma forma tradicional de lê-lo. Marcelo, por outro lado, objetiva denunciar esse documento de cultura por intermédio de uma arte crítica, evocando aquilo que Seligmann-Silva (2022), assentado em Walter Benjamin, entende como *destruição dialética*, uma “destruição que garante o novo espaço de imagem, *Bildraum*, que ele (Benjamin, 2012) descreve de modo mais concreto como um ‘espaço de corpo’” (Seligmann-Silva, 2022, p. 223-224).

Essa ideia de uma repetição x transformação emerge em outro momento, no livro de Silviano Santiago. E, à vista disso, voltamos a focar Eduardo/Stella Manhattan, agora em fricção com outro sujeito homossexual, o imigrante cubano Paco. Aqui, iremos perceber a contraposição entre a assimilação (adotada por

Paco) contrastando com a tentativa de reinvenção de si, aos moldes do que foi defendido por Eribon.

Para Paco, bicha tem de ter pudor, assim como uma mujer que es verdaderamente, una hembra, tem que ser recatada. E Paco não podia nem de longe imaginar que Eduardo o dava como exemplo perfeito de bicha assumida. Já se comporta como alguém que não é homem nem é mulher. Paco tem estilo. Um estilo que não chega a ser individual, só dele, mas um estilo que recobre, que é resumo e síntese dos gestos e comportamentos inventivos da classe. Em conversa com Eduardo, Marcelo lhe disse que a principal característica da bicha hoje é a de uma constante busca de estilo próprio. (Santiago, 2017, p. 215).

Na passagem anterior, o narrador traz uma afirmação passível de críticas, em função de um caráter, de certa forma, paradoxal. Ele “pinta” Paco como uma personagem que possui estilo, algo que coadunaria com a imagem construída para uma instância actancial que prima em apresentar comportamentos inventivos. Ao mesmo tempo, Paco assevera a necessidade do recato, do sigilo, que flerta com a assimilação. Ele, destarte, não é adepto da desinibição, pois com ela há uma perda do:

Sentido da conveniência. Eduardo diz que isso é ser assumido, e isso é legal paca. São mais é possuídos pelo diabo, contesta Paco. *Mira a esta maricona de negro, como puede vestir-se como se viste y salir por la calle como se fuera día de carnaval. Será que perdeu o pudor a desgraçada?* (Santiago, 2017, p. 215).

A reinvenção de si e a luta contra o processo de silenciamento e de assimilação estão distantes do posicionamento de Paco. Eribon (2008) pontua que a externalização de sua orientação sexual significa a libertação do peso de uma identidade enrijecida e imposta de fora para dentro.

Com efeito, a obrigação de mentir consiste em manter presa no segredo da consciência uma boa parte de si mesmo. O que corresponde a constituir um gueto psicológico para ali dissimular a identidade sexual e afetiva e, portanto, uma boa parte daquilo que define a personalidade, preservando-a, assim, do olhar exterior e das possibilidades de injúria, do insulto, da desvalorização. Mas, como vimos, o “armário” só oferece uma segurança incerta, sempre ameaçada e, com frequência, fictícia. (Eribon, 2008, p. 124).

Algo amplamente distinto parece ser mobilizado por *Stella Manhattan*, lembremo-nos, por exemplo, em um dos fragmentos destacados da obra em questão, que essa personagem buscava criar uma “verdade política nova e libertária”. Essa “política” dialoga, conforme pontuamos anteriormente, com a recusa de um

enrijecimento identitário em prol da emergência de uma força criadora, por intermédio de “resistências que não operam apenas pelo gesto da recusa, mas podem igualmente tomar a forma de uma experimentação de novas práticas, de novos modos de existência” (Eribon, 2002, p. 394).

Os possíveis temas, encerrados em uma dinâmica de discurso x contradiscurso, concernentes à construção da imagem das personagens Stella e Paco seriam: a assimilação x libertação; silenciamento consentido x externalização das novas práticas libertárias; gueto psicológico x *destruição dialética*. Stella parece semiotizar a necessidade de um movimento exotópico, caracterizado pela retirada da máscara e pela fuga de um cárcere imposto externamente, mas, também, internamente, pois esse aprisionamento, e Paco simboliza isso de forma clara, é acolhido em prol de regras de etiqueta desenvolvidas por um *status quo* que prima em silenciar grupos alheios às normas estabelecidas.

Um gesto de conclusão em meio a um final em aberto

Stella Manhattan possui uma estrutura fragmentada, com uma narrativa, predominantemente, cronológica, no sentido de que as personagens são apresentadas ao leitor de forma fracionada. A construção das imagens dessas personagens, conforme apontamos, dá-se a partir de contraposições, que possibilitam identificar temáticas que se tipificam por intermédio da formulação de discurso x contradiscurso.

Há duas questões centrais que se entrecruzam: em primeiro lugar, os efeitos de um Estado repressor diante de grupos de dissidentes, culminando na ínfima margem de manobra que o sujeito homossexual possui nesse estado de coisas. Curioso notar que isso se dá, tanto no homossexual dissidente (Eduardo e Marcelo) quanto no homossexual assimilado e partícipe da estrutura de violência (Viana). Sobre este, temos uma passagem marcante que parece funcionar como um gatilho para os acontecimentos subsequentes na vida de Eduardo/Stella:

O Viana falou então de um apartamento bem fuleiro e barato (duzentos dólares o aluguel por mês) que tinha encontrado na avenida Amsterdam entre as ruas 75 e 76. É bairro de negro drogado e de porto-riquenho bêbado, só que não tem perigo de encontrar alguém conhecido ao dobrar a esquina. “Já pensou, eu todo fardado de preto dando de cara com o embaixador!”. Além do mais os vizinhos são gente que não enjeito. Casa tudo. (Santiago, 2017, p. 60).

O trecho acima semiotiza o imperativo caráter do segredo, da discrição, uma vez que um homossexual militar, em meio àquele estado de coisas, seria intolerável. Por isso que Viana pede a Eduardo que o aluguel do citado apartamento seja feito em seu nome. Há, ainda, outra questão marcante: por que o

local para os prazeres secretos de Viana deveria ser em uma região caracterizada com termos tão pejorativos? A pobreza do lugar, formado por sujeitos alçados à condição de abjeção, parece dialogar com o fato de a orientação sexual de Viana ser, igualmente, abjeta. Não há espaço para tais atos em locais tidos como “civilizados”. A hipocrisia é denunciada na obra em questão, já que o modelo de conservadorismo e reacionarismo, o professor Aníbal, por exemplo, igualmente adota comportamentos sexuais com sua esposa que flertam marcadamente com, segundo o discurso vigente, a “imoralidade”.

Ademais, concatenando as discussões realizadas até o momento, é importante notar que o dispositivo teórico da *semântica global*, de Dominique Maingueneau, mostrou-se significativo para lidar com a contraposição discursiva existente em *Stella Manhattan*. Identificar os temas, o vocabulário e o modo de enunciação foi relevante para a realização de uma leitura conjuntural. Leitura essa que nos permitiu identificar o discurso oficial – dos militares –, cujo *modus operandi* consiste em apagar o discurso dissidente.

No início do texto, falamos da temporalidade como uma chave de leitura da obra em questão e, por conseguinte, precisamos, à guisa de conclusão, pensar no que se deu em proximidade ao ano de 2017 (ano de publicação pela Companhia das Letras), já que os valores autoritários e repressivos voltaram a ser mobilizados culminando na eleição de um notório entusiasta do estado de exceção. Convém pontuar que esses valores, pautados no agenciamento da violência, voltaram à tona em função de um passado que não foi devidamente perlaborado, uma vez que o Brasil se viu à mercê de uma *cadeia de negações*, cujo vértice é a lei de anistia de 1979 (Seligmann-Silva, 2022).

O final de *Stella Manhattan* é aberto, contudo ele nos permite estabelecer uma leitura que nos leva ao entendimento de que o sumiço de Eduardo/Stella seria um efeito de sentido que simboliza o desejo dos agentes da violência. A existência de Paco era tolerável, pois ele se mantinha no *sítio da outridade* (Seligmann-Silva, 2022). Já Eduardo/Stella rompia o imperativo limite entre a vida privada e a esfera pública, rompendo a chamada “situação ‘normal’”, já que esta é definida como tal pelo fato de que, ‘normalmente’, como diz a linguagem de todos os dias, a homossexualidade não é *dizível* ou, o que não é muito diferente, com frequência, não é *dita*” (Eribon, 2008, p. 131).

Referências

BENJAMIN, W. *Magia e técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Rev. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Brasiliense, 2012.

EMEDIATO, W. Problemáticas Contemporâneas nos Estudos do Discurso: Por uma Análise Integrada. In: EMEDIATO, W; MACHADO, I. L; LARA, G. M. P. (Org.). *Teorias do discurso – novas práticas e formas discursivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 19-56.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEYER, M. *A retórica*. Trad. Marly N. Peres; rev. téc. Lineide Salvador Mosca. São Paulo: Ática, 2007.

PAVEAU, M-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

SANTIAGO, S. *Stella Manhattan*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA-E-SILVA, M.C. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, R. et al. (Org.). *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 99-118.



A PARTE DOS CRÍTICOS DE 2666, DE ROBERTO BOLAÑO, COMO ANÁLISE DA GLOBALIZAÇÃO

Fábio Roberto Mariano¹

Resumo: Em sua tese de doutorado, *O Romance Monstruoso*, Antonio Xerxenesky apresenta a hipótese de que *2666*, de Roberto Bolaño, é um romance que funciona a partir da paródia. “A Parte dos Críticos”, a primeira das cinco partes de *2666*, se constrói, para Xerxenesky, sobre a ideia do *campus novel*, gênero consolidado no mundo anglófono. A partir deste pressuposto, esse artigo tem por objetivo investigar a natureza da apropriação feita por Bolaño dos dispositivos literários do *campus* ou *academic novel*, olhando para suas conceituações mais recentes e analisando os deslocamentos realizados pelo autor. A hipótese que se levanta é a de que, ao tematizar o meio universitário e colocar os professores universitários no centro do enredo, o autor tece considerações sobre a globalização de uma perspectiva do Sul global, sobretudo focando as hierarquias do conhecimento na estrutura global armada a partir do fim do século XX.

Palavras-chave: Roberto Bolaño; Campus novel; Academic novel; Literatura hispano-americana; Globalização.

Resumen: En su tesis doctoral, *La Novela Monstruosa*, Antonio Xerxenesky presenta la hipótesis de que *2666*, de Roberto Bolaño, es una novela que trabaja desde la idea de parodia. *La Parte de los Críticos*, la primera de cinco partes de *2666*, para Xerxenesky, está constituida en torno al *campus novel*, género consolidado en el mundo anglófono. Desde esta suposición, este artículo investiga la forma de apropiación que hace Bolaño de dispositivos literarios del *campus* o *academic novel*, mirando sus conceptualizaciones más recientes y analizando desplazamientos que el autor elige realizar. La hipótesis que se plantea es que, al tematizar el medio universitario y les poner a los profesores en el foco de la trama, el autor teje consideraciones acerca de la globalización desde una perspectiva del Sur global, enfatizando especialmente las jerarquías del saber en la estructura global creada al fin del siglo XX.

Palabras clave: Roberto Bolaño; Campus novel; Academic novel; Literatura hispano-americana; Globalização.

¹ Bacharel em Estudos Literários, mestre e doutorando em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Língua Portuguesa e Língua Inglesa do Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) da mesma universidade. E-mail: fabiomprofessor@gmail.com.

Em sua tese de doutorado, *O Romance Monstruoso: 2666, de Roberto Bolaño*, Antonio Xerxenesky levanta a hipótese de que a primeira parte que compõe essa obra, “A Parte dos Críticos”, seja uma paródia do gênero que se denomina *campus novel*.² A definição desse gênero vem sendo trabalhada, sobretudo nos últimos trinta anos, a partir de um imenso corpus focado nos Estados Unidos e na Inglaterra, com especial atenção à relação do gênero com questões específicas como as dinâmicas de poder (Rossen, 1993), a representação do feminino (Showalter, 2005), a mutilação corporal (Leuschner, 2006) e a localização social do professor universitário na classe média americana (Williams, 2012). A própria terminologia *campus novel* é objeto do debate crítico, que a substitui, no sentido que conviria adotar para a referência feita por Xerxenesky (2019, p. 2), por *academic novel*. Ao afirmar, portanto, que o gênero “quase não é tornado objeto de estudo de forma acadêmica” (Xerxenesky, 2019, p. 41), o autor da tese não leva em consideração um debate amplo e diverso que poderia contribuir para a hipótese que levanta.

Este artigo aprofunda a sugestão de Xerxenesky, propondo uma interpretação de “A Parte dos Críticos” de 2666 construída sobre três pilares. O primeiro deles é a apropriação feita por Bolaño do *academic novel*. Uma vez que a bibliografia crítica sobre o gênero se constitui majoritariamente em língua inglesa, é essa a tradição que se levará em consideração e como parâmetro de comparação aqui. O segundo pilar é a atenção que o autor dispensa ao desdobramento, na América Latina, de questões sociais relacionadas à globalização. No próprio 2666, pode-se apontar o crime organizado e a corrupção das instituições nacionais e internacionais; em outras obras suas, as redes internacionais de apoio entre os regimes ditatoriais, as comunidades de exilados (e sobretudo de exilados latino-americanos) e o espraiamento do fascismo para além da Europa são temas recorrentes. Por fim, o terceiro dos pilares é a justaposição entre a violência e o mundo do conhecimento e das artes típica do estilo do autor. Colocadas em tensão, essas três bases são utilizadas para propor uma leitura de Bolaño como romancista que adota uma perspectiva do Sul global. Dito de outra maneira, o que se busca é uma leitura de “A Parte dos Críticos” como *academic novel* subvertido e manipulado desde uma mirada crítica, permeado pela violência, e que expõe as contradições e as assimetrias da globalização.

² A ideia desse artigo surge a partir de discussões sobre o romance em encontros de estudos com Gabriel Morais Medeiros, pesquisador também do IEL-UNICAMP e especialista na obra de Roberto Bolaño, ao qual agradeço profundamente e ao qual devo o contato com parcela significativa da bibliografia aqui referida.

1. Romance acadêmico

Definida como objeto acadêmico de estudo pela primeira vez nos Estados Unidos por John O. Lyons em *The College Novel in America* (1962), a ideia de que os romances que tematizam a universidade e colocam no centro de seus enredos os envolvidos na vida da instituição traçou um longo caminho. A premissa de Lyons é a de que essa localização esteja na autoria: os autores das obras foram ou são professores ou alunos de alguma universidade. Autores posteriores, como Thelin (1988; 2009) e Kramer (1981; 2004) retomam a terminologia do *college novel*, mas deslocam o conceito da autoria para a tematização: os protagonistas, e não os autores, pertencem ao meio universitário nos estudos de ambos. Kramer não apenas estuda, mas cataloga os exemplares do gênero numa bibliografia anotada. Se com Lyons existe uma definição, as mais de seiscentas obras abordadas por Kramer em *The American College Novel* demonstram que há produção, nos EUA, para que se possa configurar um corpus significativo de estudo do gênero.

Uma nova geração de críticos mudará a terminologia de *college* para *campus* ou *academic novel*: trata-se de Rossen (1993), Showalter (2005), McGurl (2005, 2009), Leuschner (2006), Lodge (2008), Williams (2012) e Antène (2015). Showalter (2005, p. 1-4) trata ambos como intercambiáveis. Williams (2012), entretanto, estabelece uma inovação importante ao separar o *campus* do *academic novel*. Partindo do mesmo corte temporal que esse conjunto de autores, o marco do início do gênero nos anos 1950, Williams (2012) separa o *campus novel*, aquele que representa os alunos, do *academic novel*, que enfoca professores e administradores universitários; os *fifties* são, para ele, o momento em que a representação de alunos na ficção declina e a de docentes e administradores toma seu lugar, o que significa, também, uma mudança nos eixos temáticos.³ Consolida-se, assim, o foco nos romances protagonizados por docentes, reitores e chefes de departamento. Os primeiros são, de fato, os personagens de “A Parte dos Críticos” de 2666, de Bolaño.

O estabelecimento das profissões dos personagens, entretanto, não é o suficiente para que uma obra se configure como *academic novel*. Enquanto Lodge (2008, p. 3) destaca a importância da unidade espacial do campus, Showalter (2005, p. 3) aponta que “os romances acadêmicos operam sobre um conjunto de convenções, temas, tropos e valores.” A princípio, seria fácil pensar que o critério de Lodge está ausente no romance de Bolaño. Não é possível estabelecer um espaço físico único no qual a ação de “A Parte dos Críticos” se desenvolve, e mesmo os *campi* que aparecem não são desenhados em linhas claras: as uni-

³ Não caberia esmiuçar, nesse artigo, os desenvolvimentos específicos de cada autor; vale, no entanto, sinalizar que, no geral, eles estabelecem a ligação entre as leis, nos EUA e na Inglaterra, que garantem o acesso à universidade aos veteranos de guerra como fato social que engendrará a expansão universitária nos dois países, expansão essa que ocorre tanto em termos numéricos quanto em termos de classe, gênero e raça.

versidades nas quais cada um dos protagonistas realiza sua trajetória não são descritas em profundidade; as comunidades locais nas quais estão inseridos não estão no primeiro plano; a política intradepartamental é, para suas carreiras, irrelevante. Qualquer sinal de um espaço que tenha delimitação física está descartado. Conseguimos observar, contudo, os tropos, temas convenções e valores colocados por Showalter, sobretudo através do dispositivo dos congressos. Se não há um espaço físico, há um ambiente de trabalho claramente colocado. Os críticos não travam disputas com seus chefes de departamento ou os presidentes de suas universidades, mas têm suas “batalhas” com os outros especialistas em Archimboldi colocadas em primeiro plano. É através delas que desenvolvem suas relações profissionais e pessoais e, sobretudo, é através delas que são caracterizados enquanto acadêmicos. Há uma opção por caracterizar a profissão não pelas experiências da pesquisa e da sala de aula (embora elas estejam, também, representadas), mas sim pela participação nos congressos. Bolaño demarca seus protagonistas como acadêmicos não a partir do espaço de uma universidade, mas sim da presença no espaço compartilhado, internacional e descentralizado dos congressos acadêmicos.

A colocação de Showalter sugere não apenas uma caracterização do gênero, mas uma chave de leitura. Permite-nos conjeturar a delimitação de uma fronteira entre um romance em que o personagem principal é um docente universitário de um *romance acadêmico* de fato. Se fazemos essa distinção, “É porque os gêneros existem como instituição que funcionam como ‘horizontes de expectativa’ para os leitores, como ‘modelos de escritura’ para os autores.” (Todorov, 1980, p. 49). Ao alinhar a institucionalização do gênero (demonstrada acima) ao conceito de *horizonte de expectativa*, de Jauss (1994), Todorov muda o olhar que se lança para a breve afirmação de Showalter. Partindo-se do princípio de que o público leitor que admitimos aqui é um público amplo, ou seja, que não compartilha do dia a dia dessas instituições (tal como um romance que tematiza a vida militar não é lido apenas por pessoas que pertencem a um exército), o que pode ser levantado como constituinte das expectativas que se colocam no horizonte? O que proponho é uma observação dessas expectativas focando a ideia da existência de uma *demarcação de uma fronteira* entre os mundos interior e exterior à universidade como dispositivo ficcional. Isso permite levantar perguntas sobre como Bolaño levaria essa demarcação a cabo em “A Parte dos Críticos” de 2666 e quais as consequências interpretativas das opções que ele faz.

2. Demarcando a fronteira

Mais que qualquer outra atividade acadêmica, é a participação em congressos o que caracteriza Liz Norton, Piero Morini, Jean-Claude Pelletier e Manuel

Espinoza como docentes acadêmicos. O fato de que esses críticos se debruçam sobre a obra de Benno von Archimboldi, um autor vivo, mas recluso, coloca a tensão do dentro-fora da academia de maneira peculiar, uma vez que posiciona o autor fora do ambiente no qual circulam os críticos. Isso ocorre num contexto em que escritores de sucesso são convidados por universidades nas condições de artista residente, professores de escrita criativa, ou simplesmente para eventos como palestras e congressos. Os quatro estudiosos, desse modo, tudo sabem sobre Archimboldi, menos aquilo que mais desejariam saber: quem é de fato. O conhecimento acadêmico não lhes basta para resolver esse mistério, porque ele está para além da fronteira.

Outra maneira de ver o mundo exterior é olhar para a representação dos dispositivos que se encontram fisicamente fora das universidades, mas que são fundamentais para o enredo: os hotéis, restaurantes e mesmo as casas em que ocorrem os encontros dos personagens. Se o mundo acadêmico é desenhado através das cenas dos congressos, o mundo exterior é delimitado sobretudo pelo signo do *turismo*, que vai sendo construído gradualmente, a partir do mote do encontro inicial dos quatro personagens, até ser levado às últimas consequências na porção final de “A Parte dos Críticos”, quando decidem viajar para o México em busca de uma pista do paradeiro de Archimboldi. O fato de poderem fazê-lo – e de poderem, de qualquer modo, viajar com facilidade e desimpedidos – tem que ver com o estado global das coisas. Afinal, os quatro protagonistas são cidadãos da classe média-alta europeia nos anos fundamentais de estruturação da globalização tal como compreendida no século XXI; a descrição dos primeiros encontros entre eles se dá, inclusive, com algumas menções aparentemente casuais de Bolaño ao fato:

Antes, Pelletier y Morini se habían conocido durante las jornadas de literatura alemana celebradas em Leipzig em 1989, *cuando la DDR estaba agonizando*, y luego volvieron a verse em el simposio de literatura alemana celebrado em Mannheim em diciembre de ese mismo año (y que fue un desastre, con malos hoteles, mala comida y pésima organización). En el encuentro de literatura alemana moderna, celebrado em Zurich em 1990, Pelletier y Morini coincidieron con Espinoza. Espinoza volvió a ver Pelletier em *el balance de literatura europea del siglo XX celebrado em Maastricht em 1991* [...]. (Bolaño, 2017, p. 23. Grifos nossos.)

A agonia da DDR, referência clara a um dos grandes eventos, se não o grande evento, que inaugura uma nova ordem mundial e decreta o fim da guerra fria, vem seguida, logo adiante, de um balanço da literatura europeia do século XX que acontece em 1991 – ano da dissolução da URSS, outro ano/fato fundamental nessa transição de ordens. A formulação da frase nos permite, com algu-

ma imaginação, pensar que o século XX estava terminado e que, portanto, era momento de fazer seu balanço (literário, no caso específico desses acadêmicos). Entre esses dois eventos, há a menção ao simpósio realizado em Mannheim na qual os universos do turismo (a comida e o hotel) e os da academia (a organização) se misturam no mesmo “desastre” de qualidade. Tênuo no princípio, a fronteira entre os dois mundos vai se desenhando conforme passam a abundar as cenas de encontros nos restaurantes e nos hotéis, até que, enfim, progressivamente, as viagens em busca do paradeiro de Archimboldi passem a guiar, cada vez mais, os deslocamentos do grupo, o que culmina na viagem ao México.

O mundo exterior à academia vai se materializando, assim, a partir de dois elementos entrelaçados, Archimboldi e o turismo, o segundo em função do primeiro. Desenvolvem-se, também, em função dos desdobramentos próprios da vida pessoal do grupo: as relações amorosas desenvolvidas entre Pelletier, Espinoza e Norton e, posteriormente, entre Norton e Morini. Movimentando-se através da Europa (e, depois em direção ao México) sem nenhuma dificuldade, nada se interpõe a seus deslocamentos. Isso revela suas posições num determinado arranjo de coisas:

No mundo do pós-guerra espacial, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial. (Bauman, 1999, p. 16).

O estabelecimento de sua trajetória como turistas – e como turistas cada vez menos conectados a um trabalho acadêmico e mais a uma pesquisa pessoal – coloca os quatro críticos claramente como membros de uma classe média-alta europeia. Mais do que uma afirmação sobre as possibilidades financeiras e materiais do grupo, essa condição denota exatamente a sua mobilidade – que, para além das despesas óbvias de passagens aéreas, hotéis, alimentação, etc., não precisa ser paga, comprada ou conquistada. No arranjo assimétrico da globalização, há pessoas que, de saída, são “mais móveis” que outras – e que, ademais, podem se deslocar entre as diferentes porções do espaço, com suas diferentes características, quase sem ruídos. Bolaño vai removendo gradualmente a marca estritamente profissional das viagens e conduzindo, ao longo da narrativa dos quatro acadêmicos, o deslocamento do mundo universitário ao seu exterior.

Mas o que implica a condição de turista, para além do dispositivo da viagem, ou dos ambientes característicos – o hotel, os meios de transporte, os restaurantes? Bauman (1999, p. 95) explica isso contrapondo-a à condição do refugiado:

A extensão ao longo da qual os de “classe alta” e os de “classe

baixa” se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de *mobilidade* – sua liberdade de escolher onde estar. [...] os que vivem no ‘alto’ estão satisfeitos de viajar pela vida seguindo os desejos do seu coração, podendo escolher seu destino de acordo com as alegrias que oferecem. Os de “baixo” volta e meia são expulsos do lugar em que gostariam de ficar. (Em 1975 havia 2 milhões de emigrantes sob os cuidados do Alto Comissariado da ONU para refugiados. Em 1995 esse total tinha subido para 27 milhões.) Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés, de modo que é como se estivessem de qualquer forma se mudando. [...] Podem ocupar um lugar extremamente pouco atraente que abandonariam de bom grado – mas não têm nenhum outro lugar para ir, uma vez que provavelmente em nenhum outro lugar serão bem recebidos e autorizados a armar sua tenda.

A contraposição faz lembrar que, para o turista, é sempre possível o retorno à casa – e à segurança. Se podem empreender uma busca de longas distâncias e se distanciar de seus trabalhos, é porque esses acadêmicos têm para onde voltar, e sabem que sua volta significará um retorno à normalidade e à estabilidade. Mais que isso, sua condição privilegiada de turistas passa pelo acesso não à cidade em si na qual estão localizados, mas a um mapa muito específico dentro dela, pautado pela ideia de segurança e mediado por uma relação que já não é a de cotidiano, de convívio. Paralelamente ao desenvolvimento dessa figura do turista na globalização, Bauman (1999, p. 55) também descreve uma organização urbana segregada, a partir da premissa do “inimigo interior”; “Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções.” O turista da virada do século XX para o XXI não é, pois, apenas alguém dotado de mobilidade internacional, mas alguém capaz de se mover, mesmo nos locais para onde viaja, apenas nos espaços que são, a princípio, seguros. É importante lembrar que esses espaços seguros não são impermeáveis; não se afirma, aqui, que o turista se move sempre com segurança, assim, como as classes mais altas não se movem apenas com segurança. Trata-se de um mapeamento dos espaços como seguros e não-seguros, os segundos devendo ser evitados pelos membros das classes privilegiadas:

Na China contemporânea, os novos-ricos construíram comunidades isoladas de acordo com o modelo idealizado de uma cidade ocidental “típica”; perto de Xangai, por exemplo, há uma réplica “real” de uma cidadezinha inglesa, com uma rua principal, *pubs* uma igreja anglicana, um supermercado Sainsbury etc.; a área toda é isolada das cercanias por uma redoma invisível, mas nem por isso menos real. Não há mais hierarquia de grupos sociais dentro da mesma nação: os moradores dessa cidade vivem num universo em que, em seu imaginário ideológico, o mundo circundante da “classe baixa” simplesmente não existe. Os

“cidadãos globais” dessas áreas isoladas não seriam o verdadeiro contraponto dos que moram em favelas e outras “manchas brancas” ou “lacunas” da esfera pública? Na verdade, eles são os dois lados da mesma moeda, os dois extremos da nova divisão de classes. A cidade que melhor personifica essa divisão é São Paulo, no Brasil de Lula, que ostenta 250 helipontos em sua área central. Para evitar o perigo de se misturar com gente comum, os ricos de São Paulo preferem utilizar helicópteros, de modo que, olhando para o céu da cidade, temos realmente a impressão de estar numa megalópole futurista do tipo que se vê em filmes como *Blade Runner* ou *O quinto elemento*, as pessoas comuns enxameando as perigosas ruas lá embaixo e os ricos flutuando num nível mais alto, no céu. (Žižek, 2011, p. 18).

Por isso, talvez, o turista será visto como alguém que não circula, de fato, pelo lugar onde está, mas por um “lugar-sem-lugar (literalmente a “utopia”) do espaço mediano, espaço limiar, entre-espaço – o espaço da própria viagem, a abstração industrial do aeroporto, ou a dimensão maquinal do avião ou do ônibus.” (Bey, 2014). A fundo, o espaço no qual se deslocam os quatro críticos – um espaço idealmente seguro – é o espaço de sua busca por Archimboldi. Não os interessa em especial o que este ou aquele lugar tenha, ainda que se possa notar a qualidade da comida, da moradia, etc. O que interessa é o quanto esse espaço está perto de seu objeto de desejo final – enquanto vão se desenvolvendo, paralelamente, os episódios do desejo sexual do triângulo amoroso Espinoza-Norton-Pelletier. Do mesmo modo, cada pessoa encontrada é um instrumento para a busca que, ao fim e ao cabo, é frustrada. Para explicar a impossibilidade de encontrar Archimboldi, é possível postular a hipótese de que o espaço no qual ele se move não está apenas fora da academia, mas também fora da esfera segura do turismo; ele é, assim, invisível para aqueles que nela permanecem. Bey, contrapondo à figura do turista a do dervixe como o viajante capaz de ter uma experiência real do lugar para onde vai, oferece uma possibilidade de conceituação:

Eu penso na viagem como fractal em sua natureza. Ela tem seu lugar fora do mapa como texto, fora do consenso oficial, como aqueles padrões escondidos e encravados que se aninham dentro das infinitas bifurcações das equações não-lineares, no estranho mundo da matemática do caos. Em verdade, o mundo não foi completamente mapeado, porque as pessoas e suas vidas cotidianas foram excluídas do mapa, ou tratadas como “estatística sem rosto”, ou esquecidas. Nas dimensões fractais da realidade não-oficial todos os seres humanos – e até vários grandes lugares – continuam únicos e diferentes. (Bey, 2014).

Nas últimas páginas de “A Parte dos Críticos”, no entanto, Pelletier, Espinoza e Norton vão se aproximando das “dimensões fractais”, das pessoas tra-

tadas como “estatísticas sem rosto”. Na última página da parte (p. 207), Pelletier afirma categoricamente que sabe que Archiboldi está lá, mas que eles nunca poderão encontrá-lo. Podemos pensar, com Bey, que é exatamente nessa “matemática do caos” onde a realidade não oficial mantém os seres humanos e lugares únicos e diferentes é exatamente onde Archiboldi está localizado. Liz Norton se recusa a entrar nessa região, Pelletier e Espinoza desistem de se aprofundar nela, e Morini, aquele que pela idade e pela condição física é o mais vulnerável numa situação de insegurança, nem mesmo viaja. Mas não seria exatamente ali onde deveriam estar, ou ali que sua atividade deveria chegar? Se a fronteira entre o mundo interno e o externo à universidade é traçada através do signo do turismo, podemos vê-la, agora, com mais clareza: os espaços turísticos são de fato *a fronteira* entre os dois mundos, o lugar onde eles se tocam – e esse lugar é o não-espaco, o lugar-sem-lugar. O mundo exterior, sempre muito maior que o universitário, obviamente, não é constituído de sua fronteira; é em suas profundezas, cujo acesso não pode ser mediado pelo dinheiro do consumo-turismo, mas pelas relações individuais, que os críticos se recusam a entrar.

3. As recusas enfáticas de Morini e Norton

Morini, como já estabelecemos, recusa a viagem e não participa dela. Ao dar uma justificativa diferente para Norton da que ofereceu a Espinoza e Pelletier, prefigura uma espécie de descolamento da inglesa em relação a seus dois colegas-amantes, que será levado a cabo no plano da vida amorosa e também do engajamento na busca por Archiboldi no México. Afinal, desde o primeiro dia no destino – a noite que passaram na capital – ela opta por ficar no quarto enquanto *El Cerdo*, Pelletier e Espinoza buscam, no sistema do hotel, pelos nomes que se haviam hospedado ali na data em que supostamente Archiboldi estivera. Enquanto os espera, assiste a um desentendimento entre um taxista e os seguranças do hotel que, aos poucos, vai se transformando, num *crescendo*, em uma cena violenta. Norton pensa em descer, mas acompanha-a de longe, prefere ficar no quarto. Enquanto isso, *El Cerdo* explica a Pelletier e Espinoza a guerra que há entre os taxistas e os porteiros dos hotéis.

A cena pode ser lida como um duplo de uma cena anterior, na qual os elementos violência, táxi, Pelletier e Espinoza são combinados de maneira diversa. Ela ocorre num momento chave da relação entre Norton, Pelletier e Espinoza, o momento no qual estes são confrontados pela inglesa sobre se sentiam ciúmes, o que leva a uma discussão que, progressivamente, vai se transformando em alegria. Naquele momento, a ligação dos três ofusca qualquer outro amante; Bolaño diz que “bebieron más de la cuenta, felices como niños, hablando de los celos y de las funestas consecuencias de éstos [...] Para no mencionar la dulzura y las he-

ridas abiertas que, em ocasiones, y bajo ciertas miradas, son golosinas” (p. 101). A situação ocorre depois de idas e vindas das relações de Norton com Pelletier e Espinoza; das conversas entre os dois homens; do fato de lhe terem dito que, em algum momento, ela teria que fazer uma escolha; do posterior afastamento de Liz dos dois, seguido pelo início de uma relação com um inglês, Alex Pritchard; do confronto verbal entre Espinoza e Pelletier, de um lado, e Pritchard, do outro; e, por fim, da reaproximação entre Norton e os dois. É o momento, portanto, no qual fica desenhada de maneira mais clara a possibilidade de um *ménage à trois* e, mais que isso, a do estabelecimento de fato de uma relação a três; ali, os três tomam um táxi em direção à casa de Norton. O que se segue, em uma página e meia é uma escalada muito veloz de violência (p. 102-103). Norton corrige o taxista paquistanês, que parece estar perdido e diz que Londres é um labirinto; Espinoza levanta uma discussão literária dizendo que o taxista havia citado Borges; o taxista intervém afirmando sua ignorância da literatura, mas, em contrapartida, seu conhecimento moral, que o permite ver que a passageira é uma puta e que os passageiros são cafetões; e, por fim, depois de alguma demora para compreender o que havia acontecido, os passageiros pedem que o taxista pare o veículo e Espinoza arranca o taxista do carro e, ganhando a ajuda de Pelletier depois, espanca e chutes o taxista, deixando-o inconsciente enquanto Norton grita e implora que parem.

As cenas não são simétricas, e sim variações sobre um mesmo tema. Há, ainda, um tema latente, a união e a separação dos amantes – e Bolaño faz questão de explicitá-lo na cena de Londres ao dizer que:

Quando cesaron de patearlo permanecieron unos segundos sumidos en la quietud más extraña de sus vidas. Era como si, por fin, hubieran hecho el *ménage a trois* con el que tanto habían fantaseado.

Pelletier se sentía como si se hubiera corrido. Lo mismo, con algunas diferencias y matices, Espinoza. Norton, que los miraba sin verlos en la oscuridad, parecía haber experimentado un orgasmo múltiple. [...] Sentían la piel tersa, suavísima al tacto, aunque en realidad los tres estaban sudando. (Bolaño, 2017, p. 103).

Assim, se o espancamento do taxista paquistanês em Londres é a realização do gozo, a entrevero no México é marcada pela apatia de Norton. Em Londres, o *ménage* acontece simbolicamente, e seus efeitos físicos são descritos em detalhes; a violência ocupa o lugar do ato sexual e é experimentada pelos três: Espinoza e Pelletier como perpetradores, Norton como *voyeur*. Na Cidade do México, novamente ela está na posição de *voyeur*, mas já não há nada de interessante para se ver, não há gozo possível. Pelletier e Espinoza ouvem com pou-

co interesse à explicação de *El Cerdo*. E, mais que isso, ali a violência parece ser controlada, perpetrada como parte de uma espécie de dança ou pacto, ao fim do qual o dinheiro resolverá tudo e o taxista sairá de lá. Em Londres, isso não estava garantido; também é o dinheiro o que dispara a ira de Espinoza (é ao ser informado pelo taxista do montante devido pela corrida que sua ira é disparada), mas a possibilidade de assassinato está no horizonte. Combinando os mesmos elementos, Bolaño faz ecoar o orgasmo anterior de Liz, a ligação compartilhada pelos três. No México, mais adiante (já em Santa Teresa) o *ménage* finalmente acontecerá numa descrição absolutamente apática, descrito por quatro linhas diluídas num período composto por várias orações sequenciadas cujo assunto principal não parece ser o ato sexual, mas a insônia de Liz Norton diante de um e-mail que recebera de Morini e que fala de trivialidades.

A aparente apatia da inglesa é diante de Pelletier e Espinoza. Em relação à cidade de Santa Teresa, ela muito rapidamente sente repulsa. Primeiro, sente que “*algo raro, que escapaba a su comprensión, estaba pasando*” (p. 151), mas direciona isso a todos os antecedentes da viagem (inclusive a negativa de Morini em acompanhá-los). Em seguida, Norton pensa “*tengo que marcharme de aquí*” (p. 154); “*Tengo que huir*” (p. 155). Quando fica claro que a busca deu com os burros n’água e Amalfitano levanta a hipótese de que *El Cerdo* tenha mentido, Liz se desconecta completamente da viagem. É nesse momento que, sem dizer nada, chama Pelletier e Espinoza para fazer o esperado *ménage*; é nesse momento, também, que a figura de Morini cresce em sua consciência. Ela procederá a ouvir a história de *El Cerdo* novamente, fará perguntas, participará do evento que é realizado para eles na universidade e percorrerá a cidade de carro, e irá, por fim, a um churrasco oferecido pela universidade, depois do qual terá, assim como os outros dois críticos, um pesadelo. Não irá, no entanto com Pelletier e Espinoza ao circo onde havia um suposto alemão, e irá embora no dia seguinte a essa empreitada. Quando Espinoza propõe que passem essa última noite juntos, ela recusa. Havia encontrado seu limite. Embora tivesse, diferentemente de Morini, aceitado a viagem, não estava disposta a mergulhar no lugar onde Archiboldi supostamente poderia estar. Era uma turista, e uma turista incomodada com um lugar que lhe parecia apenas uma coisa: ameaçador. Retorna à Europa e escreve ao francês e ao espanhol, contando-lhes que havia iniciado uma relação com Morini. Diante de seu limite, Norton buscou o único que não se havia proposto a partir na *wild goose chase* empreendida pelos archiboldianos; voltou para a segurança (pessoal e acadêmica), e para o único, daquele grupo, que era incapaz – fisicamente – de realizar uma atrocidade como a que lhe fez ter um orgasmo múltiplo num táxi.

4. Espinoza e Pelletier olhando o abismo

No dia seguinte ao *ménage a trois*, os três críticos vão a um mercado local. Lá, Pelletier compra uma pequena figura de barro e, Espinoza, um tapete. Ambos escrevem a Morini e anunciam ao italiano que dali a um par de dias iriam embora, sinalizando a falha de sua empreitada em busca de Archimboldi. Quando Norton os comunica que irá embora, voltam a dizer que eles também iriam logo, em não mais que três dias. Mas quando voltam do aeroporto de Tucson (ao qual haviam levado Liz para pegar seu voo), ligam para Amalfitano e, quando esse lhes diz que estará muito rapidamente com eles, respondem que não têm pressa.

Esse é talvez o último corte do enredo de “A Parte dos Críticos”. Primeiro porque o trio que se desenhara a partir do triângulo amoroso efetivamente se desfaz com o deslocamento de Norton de volta para a Europa; mas também porque é o momento no qual Bolaño passará a adotar uma estratégia narrativa de montagem, que seguirá até o fim, entre a vida de Espinoza e Pelletier no México e a carta que ambos recebem de Liz Norton comunicando sua união amorosa com Morini. O narrador sinaliza esse corte da seguinte forma:

A partir de ese momento la realidad, para Pelletier y Espinoza, pareció rajarse como una escenografía de papel, y al caer dejó ver lo que había detrás: un paisaje humeante, como si alguien, tal vez un ángel, estuviera haciendo cientos de barbacoas para una multitud de seres invisibles. *Dejaron de levantarse temprano, dejaron de comer en el hotel, entre los turistas norteamericanos, y se trasladaron al centro de la ciudad, optando por locales oscuros para el desayuno (cerveza y chilaquiles picantes) y por locales con grandes ventanales en donde los camareros, sobre el vidrio, escribían con tinta blanca los platos del menú, para las comidas. Las cenas las hacían en cualquier parte.* (Bolaño, 2017, p. 179)

O momento no qual acontece a virada na narrativa (e que o narrador sinaliza com a metáfora do cenário de papel rachado) coincide com o momento em que Espinoza e Pelletier parecem se distanciar do turismo e se embrenhar, enfim, na cidade. Coincide, também, com a ida de Norton, como se, na realidade, fosse a relação com ela a última coisa que os prendesse à condição de turistas. É como se os dois críticos descobrissem a artificialidade daquilo que haviam compreendido como sua realidade nos meses que os levaram até ali: sua relação com Norton (e não a busca por Archimboldi e suas carreiras acadêmicas) eram como um cenário de papel. A reação, curiosamente, não é retornar à Europa e às suas respectivas universidades, mas sim se aprofundar no México e cruzar a fronteira turística. Desse modo, além de se distanciarem dos locais turísticos, os dois aceitam os convites do reitor da universidade de Santa Teresa para realizar um conjunto de conferências que culminou com o pagamento por elas e com uma ida a um bar

onde, finalmente, ouvem falar da onda de feminicídios que assola a cidade. A entrega de seus cheques marca o fim dos compromissos acadêmicos ali. Ao mesmo tempo, o contato com a realidade da cidade, a perfuração da carapaça turística, vem através da metonímia dos crimes. Pelletier e Espinoza já não podem mais ser, como até ali, professores viajantes, acadêmicos turistas. A viagem do turista, bem como o congresso internacional da universidade, tem uma data de encerramento. E essa data havia chegado para os dois.

A ação natural seria o retorno; mas não é isso o que acontece. Como prefigurado por sua compra no mercado, Pelletier encontrará na leitura a solução de seu impasse. A princípio, interessa-se pelos crimes da cidade e manifesta a Espinoza sua vontade de compreender o que acontecia na cidade e recorre aos jornais. Quando termina de lê-los é que recebe o e-mail de Norton. Tomando um banho enquanto seu olhar se perde, pensa, primeiro, que não está tão triste quanto havia imaginado; depois, que “todo eso es irreal” (p. 185). A partir dali sua leitura não mais se dirigirá à compreensão dos crimes da cidade, mas às três obras de Archimboldi que trouxera em sua mala, e que lê num ciclo sem fim, numa espécie de comportamento compulsivo, enquanto retorna, de modo exacerbado, à sua condição de turista: passa o tempo inteiro no hotel, aproveitando sua infraestrutura e dando gorjetas grandes aos funcionários, e sempre cumprimentando Espinoza. Afirma ao amigo, quando perguntado sobre se preparava um artigo, que em princípio sim, mas que naquele momento não. Isola-se, retornando sem retornar, ou buscando um resquício do retorno que não seja a tomada do avião, até o momento em que tem uma espécie de crise nervosa, manifestada num sonho. Tranca-se em seu quarto, em silêncio, olhando para o teto, deixando Espinoza preocupado quando este não o encontra em lugar nenhum. O espanhol bate à porta de Pelletier, que não responde, e em seguida pergunta no lobby do hotel se o francês havia saído, recebendo resposta negativa. Preocupado, Espinoza acha que o amigo pode ter morrido, e pede que abram a porta. Encontram deitado na cama e olhando para o teto um Pelletier que explica que estava sonhando e descreve seu sonho: ia *de férias* às ilhas gregas. Retornava, uma vez mais, à condição do turista.

A compra de Espinoza no mercado, um tapete, também prefigura seu destino, mas de maneira diversa. Quando Pelletier decide que quer ler para compreender os crimes que acontecem na cidade, ele volta ao mercado para conversar com a vendedora de tapetes, Rebeca, e, se sentindo mal por talvez lhe ter afastado os clientes, realiza uma grande e exagerada compra. A partir daí, inicia uma relação com ela que evoluirá gradativamente até o nível sexual e amoroso. Quando pergunta a Rebeca, depois da segunda vez em que fazem sexo no carro que alugara, o que sua família pensa dele, introduz-se um elemento de materia-

lização na ligação entre os dois, o estabelecimento de uma conexão *real*. No dia seguinte, o espanhol compra cinco tapetes. Rebeca entende aquilo como uma espécie de despedida, e pergunta se ele está indo embora do México, ao que ele responde, de maneira inconclusiva, que algum dia terá que ir. É nesse dia que acontece o sonho de Pelletier. Se aquela fora a reação do francês de retorno à condição de turista, a de Espinoza vem logo em seguida. Primeiro, ele faz da quantidade absurda de tapetes que comprara uma série de presentes aos funcionários do hotel (buscando manter o anonimato); depois, volta ao mercado e promete a Rebeca que voltará ao México, “*Y puede que entonces nos casemos y tú te vengas a Madrid conmigo.*” (p. 205). Os dois atos são, no fim, mediados pelo dinheiro e pelos privilégios; são, também, irrealis, vazios, na medida em que os presentes que dá são produtos do próprio lugar e feitos pelas mãos do povo trabalhador (talvez os irmãos, mães, vizinhos dos funcionários do hotel) para os turistas; e que a promessa para Rebeca nem mesmo tem a força linguística de ser feita como realidade; a fundo, nenhum dos dois parece acreditar nas palavras ditas.

Assim como Pelletier, Espinoza retorna à condição de turista. Os dois amigos, em algum momento, decidem deslocar-se dessa condição e entrar em contato com a realidade mexicana, mas algo os distancia dela. Em sua conversa final, chegam à conclusão de que Archiboldi está ali, mas jamais seriam capazes de encontrá-lo. É como se, retornados à condição de turistas e preparados, ambos, para ir embora, tivessem que por um fim ao motivo de sua empreitada, dar-lhe um resultado; restabelecer-lhe a realidade e a segurança.

5. De volta à academia

Tendo percorrido as trajetórias dos críticos e sua recusa em abandonar a condição de turista, retornemos, agora, ao que nos levou a analisá-la de perto: o fato de Bolaño a desenhar, com os signos do turismo, a fronteira entre o interior e o exterior do mundo acadêmico. Coloca-se, pois, a questão: o que significam as recusas de Norton, Morini, Espinoza e Pelletier em termos das convenções e do horizonte de expectativas levantados pelo *academic novel*, e o que isso nos diz sobre os temas que o autor costuma trabalhar? Tomando de empréstimo uma outra formulação da pergunta e uma direção de resposta:

Why has Bolaño chosen the somewhat frivolous undertakings of a group of academics from the humanities, of European descent and professional status, as the staging ground from which his novel sets out to become a global odyssey? This question points to an atmosphere of depoliticization of academic labor and its ubiquitous camouflage, traversing the humanities during the 1990s. What masks itself, in one “world,” as humanistic competence and interpretive legitimacy in the realms of (institutionalized) higher thought is deconstructed

in an epistemic narration by a writer from the Hemispheric South. Bolaño, whose trajectory was marked by an erosion of his Chilean (national) “identity” and who, while living in Mexico, experienced the changing status of the Mexican-U.S. border dramatized by the implementation of NAFTA, connects with his last, posthumous novel different streams of deterritorialization. More pointedly, his writing from the Hemispheric South becomes invested in the concerns of the Global South to the extent that it “delinks” a central epistemic matrix of “northern” intellectual identity fashioning from being self-evident, turning a positive cosmopolitan identity—even in the parameters of postcolonial imagination—obsolete. (Herlinghaus, 2011, p. 107).⁴

A leitura proposta por Herlinghaus foca, por um lado, a noção de que o conhecimento desses acadêmicos é representado como uma espécie de técnica pura, que não os permite se conectar com a realidade; por outro, a ideia de desterritorialização. O enfoque adotado neste artigo se diferencia na medida em que propusemos, como centro desta leitura, a fronteira entre o mundo acadêmico e o mundo externo. Seguimos, no entanto, a proposta de Herlinghaus de que Bolaño seja um autor que escreve desde uma perspectiva do Sul Global, combinando-a à nossa que, lembremos, parte da levantada por Xerxenesky de que “A Parte dos Críticos” se constrói a partir das convenções de gênero do *academic novel*.

Se a fronteira entre o mundo acadêmico é delimitada a partir do turismo, é porque esses acadêmicos europeus vivem exatamente na fronteira, com sua atividade sendo definida sobretudo pelas suas viagens (para os congressos). O que chama a atenção para isso é a escolha de Bolaño de construir o enredo a partir do exagero dessas condições: o objeto de pesquisa, Benno von Archimboldi, se torna uma obsessão; os deslocamentos, que eram realizados para encontrar o restante da comunidade Archimboldiana e debater hipóteses, se transformam numa busca baseada não em interpretação e dados, mas num rumor. Assim como faz com as cenas envolvendo taxistas, Bolaño recombina os elementos constitutivos de sua narrativa, criando uma espécie de jogo de espelhos distorcidos ou de ecos assimé-

⁴ Porque é que Bolaño escolheu os empreendimentos um tanto frívolos de um grupo de acadêmicos das humanidades, de ascendência europeia e estatuto profissional, como palco a partir do qual o seu romance se propõe tornar-se numa odisseia global? Esta questão aponta para uma atmosfera de despolitização do trabalho acadêmico e da sua camuflagem omnipresente, que atravessou as humanidades durante a década de 1990. O que se mascara, num “mundo”, como competência humanística e legitimidade interpretativa nos domínios do pensamento superior (institucionalizado) é desconstruído numa narração epistêmica de um escritor do Hemisfério Sul. Bolaño, cuja trajetória foi marcada por uma erosão de sua “identidade” chilena (nacional) e que, enquanto vivia no México, experimentou a mudança de status da relação México-EUA, fronteira dramatizada pela implementação do NAFTA, conecta com seu último romance póstumo diferentes correntes de desterritorialização. Mais especificamente, a sua escrita do Sul Hemisfério investe nas preocupações do Sul Global na medida em que “desconecta” uma matriz epistêmica central da identidade intelectual do “Norte”, deixando de ser autoevidente, transformando-se em uma identidade cosmopolita positiva – até mesmo nos parâmetros da imaginação pós-colonial – obsoleta.

tricos. Num nível menor, o das cenas, isso não acontece apenas com as imagens de taxistas sofrendo violência: acontece com as compras de Pelletier e Espinoza no mercado, e acontece com os pesadelos que Norton, Pelletier e Espinoza têm na noite do churrasco ao qual vão a convite do reitor da universidade – que, de alguma forma, são comentários em relação ao que vão viver: a leitura, para Pelletier, os tapetes, para Espinoza, e a visão de um carvalho inglês, para Norton. Ao fazer isso, evidencia diferenças, fazendo com que seu leitor as materialize. No nível maior, o da construção do enredo que conecta as diversas cenas, Bolaño faz exatamente o mesmo: a visita ao pintor Edwin Johns ecoa, de modo distorcido, a busca por Archimboldi; as pequenas viagens para os congressos, com propósitos e datas muito fixos, ecoam a viagem para o México, com propósitos e datas movediças. Ao viajar ao México, os protagonistas se descolam da vida acadêmica, e o sinal disso é justamente a dissolução da fronteira que, na primeira metade de “A Parte dos Críticos”, ficara estabelecida. Turismo e congressos deixam de ser duas faces (a profissional e a pessoal) da vida dos que se dedicam à universidade.

Essa dissolução evidencia o status privilegiado desses críticos. Repetidamente, no México, eles são tratados como celebridades, autoridades máximas, e sempre que isso acontece, está explícito ou implícito o adjetivo *europeu*. Se podem se lançar nessa atividade é porque ocupam uma posição no mundo globalizado – a posição dos que possuem mobilidade. Podem prescindir do dinheiro porque suas condições de vida os tornam cidadãos ricos num país subdesenvolvido, ainda que pertençam à classe média europeia. Bolaño não precisa mencionar a desvalorização das moedas ou a assimetria de salários para as mesmas funções nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas escreve da perspectiva de alguém que conhece esses dados. A academia está, pois, bastante integrada à ideologia neoliberal da globalização, e reproduz, na sua lógica, as assimetrias do formato de processo de integração global levado a cabo nas últimas duas décadas do século XX.

A perspectiva de Bolaño traz, junto a essa, uma outra articulação dos fatos, que está justamente na recusa dos críticos a se imiscuir, de fato, na realidade mexicana. Quando aventam hipóteses sobre o motivo de Archimboldi ter ido ao México, colocam como primeira e mais fácil, ainda que mais descabelada, a de que ele tenha ido fazer turismo, “como tantos alemanes y europeos de la tercera edad.” (p. 142); o turismo e o adjetivo europeu novamente são justapostos. No entanto, ao desenhar outras hipóteses, levantam, entre outras, a possibilidade de que ele tenha ido ao México fazer pesquisa para um novo livro. Ali, os elementos para um crítico literário estão postos: o conhecimento da obra do escritor, a viagem a uma realidade que tem uma questão social muito aparente, a possibilidade de intercâmbio tanto entre os próprios críticos quanto com o colega da universi-

dade local. Pelletier se interessa pelos crimes por um único dia; Espinoza, nem isso. Quem parece sentir mais a questão – talvez justamente por se tratar de feminicídios e ser ela a única mulher do grupo – é Norton, que foge imediatamente. Na Itália, ela conversará com Morini sobre temas políticos, tanto quanto Pelletier e Espinoza, ao espancar o taxista paquistanês, evocam Salman Rushdie – mesmo sem gostar muito de sua literatura – e as feministas francesas. Não se trata, pois, de professores alienados, que são simplesmente incapazes de olhar para o mundo, mas sim de pessoas para quem sua atividade acadêmica não serve – ou não deveria servir – para interpretar uma região específica do mundo, aquela à qual se vai para fazer turismo na condição de riqueza relativa, e na qual não se deve ultrapassar a fronteira do hotel, dos restaurantes, dos presentes e das gorjetas.

Os professores universitários de Bolaño esbarram nas diferentes formas de violência: vão para uma região onde há feminicídios seriais, espancam um taxista quase até a morte e depois veem a violenta rivalidade entre taxistas e porteiros de hotel em Santa Teresa. Experimentam uma espécie de violência simbólica em seus congressos – descritos como disputas a partir de termos militares –, perpetrada através da palavra com os mais nobres motivos acadêmicos, e perpetram a violência física, sentindo-a como gozo sexual enquanto evocam temas acadêmicos. Justapondo o campo do conhecimento e da arte ao da violência, Bolaño cria, como costuma fazer em sua obra, uma tensão que desmistifica a ideia de nobreza *a priori* do que se cultiva, muitas vezes, como sendo o ápice do gênio humano. O que cria em “A Parte dos Críticos” é o acadêmico-turista. Se os professores universitários, especializados e dedicados por anos a um conjunto restrito de temas, deveriam ser capazes de ver o mundo através das lentes do que estudam, o que Pelletier, Espinoza e Norton fazem ao viajar ao México é ver, no mundo, apenas o seu tema, sua obsessão.

Estaria o autor alertando o mundo globalizado que a academia também teria um olhar assimétrico, e que a sua internacionalização trazia consigo o risco de, na verdade, ser apenas a expansão dos temas de pesquisa caros aos países centrais, cega aos problemas do Sul global mesmo quando eles estivessem diante de seus olhos? E não é exatamente essa cegueira que as epistemologias do Sul buscam superar? Bolaño, jogando com as convenções de um gênero que tematiza os próprios produtores do conhecimento, faz da epistemologia eurocêntrica o motor de um enredo. Se descaracteriza, ao longo das páginas, a própria atividade acadêmica, é para evidenciar que as assimetrias da globalização e as suas possibilidades perversas estão presentes, também, na economia global daquilo da produção e do estudo do conhecimento e da arte.

Referências

- ANTÉNE, Petr. *Campus Novel Variations: A comparative study of an Anglo-American Genre*. Olomouc: Palacký University Olomouc, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BEY, Hakim. Superando o Turismo. *Revista Carbono*, Imagens de Michael Hughes, Rio de Janeiro, v. 8, outono 2014. Disponível em: <http://revistacarbono.com/artigos/08-hakimbey-michaelhughes/>.
- BOLAÑO, Roberto. 2666. Nueva York: Vintage Español, 2017.
- HERLINGHAUS, Hermann. Placebo Intellectuals in the Wake of Cosmopolitanism: A “Pharmacological” Approach to Roberto Bolaño’s novel 2666. *The Global South*, v. 5, n. 1, p. 101-119, 2011.
- JAUSS, Hans-Robert. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. Ática: São Paulo, 1994.
- KRAMER, John E. *The American College Novel: an Annotated Bibliography*. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2004.
- LEUSCHNER, Eric. Body Damage: Dis-figuring the Academic in Academic Fiction. *The Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, v. 28, n. 3-4, p. 339-354, 2006.
- LODGE, David. Nabokov and the Campus Novel. *Cycnos*, v. 24, n. 1, 2008.
- LYONS, John. O. *The college novel in America*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1962.
- MCGURL, Mark. The Program Era: Pluralisms of Postwar American Fiction. *Critical Inquiry*, v. 32, n. 1, 2005. p. 102-129.
- ROSSEN, Janice. *The university in modern fiction: When power is academic*. New York: St. Martin’s Press, 1993.
- SHOWALTER, Elaine. *Faculty Towers: The Academic Novel and Its Discontents*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- THELIN John R; ANDERSON, Christian K. Campus Life Revealed: Tracking Down the Rich Resources of American Collegiate Fiction. *The Journal of Higher Education*, v. 80, n. 1, jan./feb., 2009, p. 106-113.
- THELIN, John. R; TOWNSEND, Barbara. K. Fiction to fact: College novels and the study of higher education. In: SMART, J. C. (Ed.). *Higher Education: Handbook of Theory and Research*. v. IV. New York: Agathon Press, 1988. p. 183-211.

TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do Discurso*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

WILLIAMS, Jeffrey J. The Rise of the Academic Novel. *American Literary History*, v. 24, n. 3, p. 561-589, 2012.

XERXENESKY, Antônio Carlos Silveira. *O Romance Monstruoso: 2666, de Roberto Bolaño*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2019. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-28052019-113648/publico/2019_AntonioCarlosSilveiraXerxenesky_VCorr.pdf. Acesso em 10 jan. 2023.



MANUEL PINTO, O NEORREALISMO PORTUGUÊS E O MODERNISMO FLORIANOPOLITANO

Natan Schmitz Kremer¹
Alexandre Fernandez Vaz²

Resumo: O artigo analisa as contribuições de Manuel Pinto, intelectual português hoje esquecido, nas páginas da *Revista Sul*, periódico literário modernista da Florianópolis de meados do século XX. Tensiona, a partir da obra crítica e poética do autor, a peleja entre neorrealismo português e vanguardas estéticas, que encenam o conflito que engloba o realismo socialista nas décadas de 1940 e 1950. As conclusões apontam para que, ainda que Pinto se oponha ao realismo/neorrealismo e defenda os experimentos de vanguarda como deformação do real, suas preocupações seguem voltadas à superação da sociedade de classes, mas ganham forma por fora dos esquemas teleológicos.

Palavras-chave: Manuel Pinto; Neorrealismo português; Vanguardas.

Resumen: El artículo analiza las contribuciones de Manuel Pinto, intelectual portugués hoy olvidado, en la *Revista Sul*, impreso literario modernista que se publicó en Florianópolis, Brasil, a mediados del siglo XX. Pone bajo tensión, partiendo de los ensayos y poemas del autor, la pelea entre el neorrealismo portugués y las vanguardias estéticas, que ponen en escena el conflicto que encierra el realismo socialista en las décadas de los 1940 y 1950. En las conclusiones, apuntamos para el hecho de que, aunque Pinto se oponga al realismo/neorrealismo y defienda los experimentos de vanguardia como deformación del real, sus preocupaciones se vuelcan a la superación de la sociedad de clases, pero se las presenta por afuera del esquematismo teleológico.

Palabras clave: Manuel Pinto; Neorrealismo português; Vanguardias.

¹ Doutorando em Ciências Humanas (Condição Humana na Modernidade) e graduando em Letras Português na Universidade Federal de Santa Catarina, é Mestre em Sociologia (2022) e Bacharel (2020) e Licenciado (2019) em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (CNPq/UFSC) e bolsista de doutorado da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (FUMDES/UNIEDU). Realizou estágio sanduíche na Universidad Nacional de San Martín, Argentina(12/22-07/23), com bolsa SWE/CNPQ, assim como frequentou, em 2016.2, a Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de la República, Uruguai (bolsa movilidad/AUGM) e estudou na Escuela Juana de Arco, no México (2011.2 e 2012.1). Interessa-se pelas temáticas que envolvem sociologia e literatura, modernismo e modernidade/literatura e sociedade, Walter Benjamin, estética, vanguarda e modernidades periféricas, estudando os anos 1950. Contato: natan.kremer@gmail.com

² Na UFSC desde 1998, onde hoje é Professor Titular, foi Coordenador Geral de Pesquisa do Centro de Ciências da Educação e membro da Câmara de Pesquisa da instituição. É professor dos programas de Pós-graduação em Educação (do qual foi subcoordenador por um breve período em 2020 e onde hoje atua como colaborador) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (Doutorado), e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea. É representante da UFSC no Núcleo Disciplinar de Educação para a Integração da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) ? (Portaria n 13/2019/SINTER, 19/12/2019)

Achegas

No nono número da *Revista Sul*, de agosto de 1949, publicou-se breve comentário enviado aos modernistas de Florianópolis pelo português Manuel Pinto:

Recebi o nº 6 de “SUL”, presumo que por indicação de Marques Rebelo.

Li tudo com muito interesse e, de um modo geral, gostei apeteendo-me com franqueza conhecer os outros números cujo custo enviarei logo que me seja indicado. O fim [a que] a publicação se propõe – o de sobretudo contribuir para a renovação da literatura e da arte da cultura geral –, é merecedor, sem dúvida, dos maiores aplausos. Realmente, por esse mundo a fora, a grande maioria persiste em manter-se fiel a formas de expressão artística e cultural que deixaram, por superadas, de corresponder ao surto de novas realidades e portanto, se esvaziaram e envelheceram pouco ou nada dizendo ou comunicando. Desempenharam galharda e honradamente seu papel mas, por isso mesmo, mercê de usura se consumiram e gastaram como tudo neste mundo vario e mutável, feliz ou infelizmente não importa. As cousas são o que são e não aquilo que nós gostaríamos que elas fossem. De modo que exatamente por meio de órgãos como “SUL”, é que as consciências novas poderão combater e vencer a impermeabilidade e incompreensão dessa grande maioria. (Pinto 1949a, s. p.).

A nota fala algo da configuração do modernismo florianopolitano. A *Revista Sul*, impressa entre 1948 e 1957, buscou apresentar à capital de Santa Catarina uma estética de vanguarda, ao mesmo tempo em que nela se buscava produzi-la, preocupados que estavam seus artífices, em um primeiro momento, com a emergência de uma vida urbana que acometia a cidade de então. Buscavam a forma estética para as novas sensibilidades ali provocadas, que amalgamaram na poesia e no conto, mas também no cinema e no teatro (Kremer; Vaz, 2020, 2022a), dando contornos aos estímulos modernos que ali se solidificavam: bares e cafés, uma erótica do urbano, a ponte Hercílio Luz como reformulação da própria estrutura geográfica da cidade. Já em seu primeiro ano, receberam a visita do escritor carioca Marques Rebelo, que, por intermédio de Jorge Lacerda, político catarinense residente no Rio de Janeiro, então capital da República, trouxe a Florianópolis uma exposição de arte contemporânea (Miguel, 1998). Um dossiê sobre a exposição, que resultou na fundação do atual Museu de Artes de Santa Catarina, foi publicado no sexto número da revista, ao qual Pinto se refere. Sua missiva o indica e, por meio das memórias de Salim Miguel, um dos principais expoentes da agrupação, sabemos que foi por intermédio de Rebelo que os jovens de *Sul* passaram a se corresponder com três escritores portugueses: o próprio Manuel Pinto, Augusto dos Santos Abranches e Antonio Simões Junior.

Augusto dos Santos Abranches encontrava-se, por decorrência da ditadura salazarista, em exílio na então Lourenço Marques, hoje Maputo, Moçambique. Lá, se dedicava a vários projetos culturais, com inserção na literatura, jornalismo e artes plásticas. Regina Dalcastagnè (2018) estuda a amizade de Abranches e Salim por meio de sua correspondência, apontando para a política que ali se colocava como desejo de revolução, inclusive como estímulo para as lutas anti-coloniais em África, tema igualmente discutido por Silvio Marcus Correa (2016) ao analisar o comparecimento de autores angolanos e moçambicanos na *Revista Sul*. Não estranha, portanto, que em ensaio publicado em jornal de Moçambique, e depois editado em livro pelo então Ministério de Educação e Cultura do Brasil (Abranches passa a residir em São Paulo a meados dos 1950), *Um retrato de Marques Rebelo* (Abranches, 1958), o português se valha do marxismo para pensar sobre a obra do amigo carioca. Também em Antonio Simões Junior encontramos uma abordagem marxista, assim como resquícios do existencialismo sartreano. Exilado em Buenos Aires pela mesma ditadura, em 1956 o português publicou, em espanhol e por editora de Montevidéu, *Vieja crónica de Olhão* (Simões Jr., 1956), romance no qual se vale de temas e ambiências que ligam sua obra ao neorealismo português. No livro, ambientado no Algarve durante a 2ª Guerra Mundial, um grupo de soldados de latas de sardinha enfrenta as mazelas da pobreza e da fome, da perseguição política e da prisão, da dessubjetivação e do exílio.

Em um primeiro momento, dissemos, o interesse dos jovens de Florianópolis estava sobretudo no amálgama modernista dos processos de urbanização. Marx e Sartre, contudo, começam a ganhar mais peso em suas leituras, o que resulta em paulatino deslocamento de suas preocupações, que passam a se voltar menos à vanguarda estética e mais ao valor político da arte, tentando grudá-la em maior grau à sociedade e sua transformação, à possibilidade de superação da estrutura de classes (Kremer; Vaz, 2022b). Essa política, a sua vez, é a do Partido Comunista do Brasil, e tem, inerente a si, uma estética, a do realismo socialista que, em terras nacionais, tinha em Jorge Amado seu representante, inclusive com obras traduzidas com patrocínio dos Partidos pelo mundo (Schwarz, 2012). Isso não indica que os polos sejam estanques e que em *Sul* o realismo socialista passe a ser a forma compulsória. Eglê Malheiros, outra expoente do movimento, era filiada ao PCB e, ainda que tenha se dedicado em poemas diversos à revolução e à luta de classes, às vezes com algum resquício teleológico, por outras encontra no gesto infantil uma política que foge dos maniqueísmos que ocupam os anos 1950, quando o realismo socialista já se convertera em estética oficial. Também Manuel Pinto, que seguia residindo em Portugal, parece se furtar dos posicionamentos ortodoxos que por vezes acometem alguns dos textos publicados em *Sul*.

A recepção do realismo socialista em Portugal fala algo das agruras que acometem o Ocidente a fins da primeira metade do século XX. Se se nota, por um lado, a aproximação de António Ferro, secretário de Propaganda Nacional da ditadura de Salazar, ao futurismo italiano de Marinetti (Adinolfi, 2008), cabe não esquecer como Walter Benjamin (2017a) aponta, no epílogo às teses que formam o ensaio sobre a reprodutibilidade técnica, o componente regressivo deste movimento de vanguarda, na medida em que, ligado que estava à estetização da política, guarda, em sua própria forma, a apologia à guerra. Esta apologia, que tangencia ainda que indiretamente a Ferro, estimula, a sua vez, a emergência de uma estética que se oponha a ela, uma estética que se coloca em oposição ao totalitarismo e que passa a se desenrolar, na contramão do salazarismo, na aproximação ao Partido Comunista Português, indicando oposição ao fascismo e ao imperialismo (Madeira, 2019).

É neste contexto de disputas estéticas que emerge, em Portugal, a expressão nacional do realismo socialista que, tendo a nomenclatura interdita desde o princípio por conta de sua aproximação à URSS, recebe lá a denominação de neorrealismo. É o que irá demonstrar Roberto Pontes (2005) ao discutir a relação entre o neorrealismo da década de 1940 e a terceira geração do realismo português, aquela de 1870. Se na segunda via-se um núcleo burguês, ligado à individualidade do personagem romanesco e a um pressuposto sobretudo descritivo/cientificista (próximo assim aos pressupostos científicos de Comte e estéticos de Zola), no neorrealismo haveria, em seu lugar, uma preocupação com a coletividade e com a possibilidade de se almejar futuro outro. Ora, no lugar da utopia de um paraíso perdido que acometera as obras do XIX, coloca-se, no neorrealismo, uma sedimentação concreta: a política que vem da URSS (ou seja: um empreendimento historicamente situado); e o almejar de um futuro outro (não se trata apenas de descrever a brutalidade à qual os sujeitos estão submetidos no capitalismo, mas de colocar a própria escrita como práxis): “o Neo-Realismo adota o método do materialismo dialético que tem por fim revelar o real em sua essência. Para tanto, admite a interpretação do real, bem como concebe a criação literária já como práxis transformadora. Portanto, da perspectiva da concepção básica, os dois movimentos são incompatíveis” (Pontes, 2005, p. 52).

Esta posição de um real que pode se revelar em sua essência, que ocupa o realismo socialista e sua recepção portuguesa, e que é adotada em alguma medida por Abranches e Simões Junior, é questionada, a sua vez, por Manuel Pinto. Ao que se saiba, Pinto não publicou livro algum. As informações biográficas sobre o autor são escassas, e, por meio daquelas divulgadas nas páginas de *Sul*, tampouco algo de muito concreto pode ser inferido. Sabemos apenas que viveu no sul de Portugal, tanto em Lisboa quanto na região do Algarve, e que seu nome

é precedido pelo prefixo Doutor (algo inusual no impresso), o que pode indicar profissão ligada ao Direito ou à Medicina. Na revista de Florianópolis, porém, encontramos algo de sua produção. Contribuiu, em texto, com poemas e ensaios breves, versando sobre a arte moderna, as vanguardas e a deformação, em posição que se furta ao registro realista. Publicou menos do que Abranches e Simões Junior, mas teve papel importante na divulgação da *Revista Sul* em Portugal. Nela, encontramos listagem de seus representantes em outros estados do Brasil e em alguns países nos quais o periódico era comercializado, como Argentina, Uruguai, as ainda colônias portuguesas em África, Angola e Moçambique. Na antiga metrópole, era Pinto o representante, posição que ocupou entre maio de 1950 e dezembro de 1957. Igualmente no impresso encontramos a coluna Recebemos e Agradecemos, que referencia livros e revistas enviados ao veículo florianopolitano. Vários destes compõem a biblioteca do casal Salim Miguel e Eglê Malheiros, sob os cuidados da Universidade do Estado de Santa Catarina, e nela encontramos alguns desses livros com dedicatórias, em letra por vezes de difícil leitura, assinadas por Pinto. Dentre eles, obras de neorrealistas portugueses, como Alexandre Cabral, Alves Redol, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Mário Dionísio, Manuel da Fonseca, Vergílio Ferreira.

Embora em sua ensaística Pinto defenda as vanguardas e a experimentação, envia ao Brasil autores ligados sobretudo ao neorrealismo. Mais que isso, no mesmo impresso em que faz a apologia das vanguardas e se afasta da representação realista, encontramos comentários que partem em direção até mesmo oposta, assinados por outros portugueses. Neste artigo questionamos, então, a peleja entre vanguarda e neorrealismo, partindo da presença de Manuel Pinto na *Revista Sul*. Começamos analisando o choque entre a leitura das vanguardas nos ensaios de Pinto e a posição de Lima de Freitas sobre as artes plásticas. Em seguida, passamos pela poesia de Pinto publicada em *Sul*, assim como pela de Carlos de Oliveira. As conclusões colocam a tensão entre literatura e política nos anos 1950, apontando para como, mesmo recusando o realismo socialista e a teleologia a ele inerente, há uma esfera de superação da sociedade de classes que se afirma em Pinto.

Vanguardistas e realistas

No décimo quinto número de *Sul* (março/1952), Dias Coelho assina breve nota sobre o artista plástico português Júlio Pomar. Ainda no volume encontramos reprodução da obra e, em comentário informativo de Coelho, lemos que o pintor, “bem enraizado na nossa época, dela sabe tirar como verdadeiro artista, tudo o que de sensível ela lhe pode oferecer”. Trata-se de “uma poesia jovem, sentida no contato com os problemas concretos do povo, [que] atravessa toda

o seu trabalho”. Ora, “profundamente humano e conhecedor por um trabalho exaustivo de tudo o que pode preocupar o artista pelo aspecto técnico, ele é dos pintores mais representativos que hoje existem em Portugal” (Coelho, 1952, p. 31).

Não se sabe como o comentário chegou a *Sul*. Seu conteúdo, contudo, interessa: ao mesmo tempo em que indica a preocupação de Pomar, destaca igualmente seu componente técnico, que rompe com o puro voluntarismo. Seu comentário foi, porém, o primeiro – e mais breve – de quatro textos pertencentes a mesma série – Artistas Portugueses –, e o único por ele assinado. No segundo, pertencente ao décimo oitavo número de *Sul* (dezembro/1952), Júlio Pomar muda de função e, antes comentado, passa a comentar sobre a obra de Lima de Freitas, cujos quadros ilustram o volume. Nele lemos:

Para um conteúdo rico de problemas humanos, tem sabido Lima de Freitas encontrar uma forma à altura de o traduzir. Ao contrário do que normalmente sucede com os pintores da sua geração, que se encontram ainda sob a tutela esmagadora da escola de Paris, Lima de Freitas assegurou já uma saudável posição de independência. A pesquisa de caráter puramente formal, cuja raiz não é senão uma concepção dessorada da vida e da história, uma concepção humanamente pobre, não tem cabimento em sua obra. Outros, e melhores, são os seus objetivos, como outra, e maior, é a sua concepção de vida, claramente revelada nas suas pinturas e nos seus desenhos.

Uma concepção jovem e esmagadoramente otimista. Nas convulsões do mundo atual, com clareza distingue o que está caduco do que traz a força das madrugadas. Impiedoso para as forças que negam o homem, marca-as a fogo com o cruel realismo que aprendeu no Bosch. Não destrói, somente pelo prazer de destruir; aliás, nada menos destrutivo que a sua obra, mensagem de esperança consciente. Esperança que ele sabe encontrar nas suas figuras de jovens sofrendores mas decididos, nas cenas de bairros operários, nas reuniões camponesas. Se os personagens trazem os estigmas duma existência tormentosa, não excluem a voz da razão confiante. (Pomar, 1952, p. 43-44).

Se Pomar aponta em Freitas, de forma elogiosa, um componente que se aproxima ao realismo socialista, antes de nos atentarmos à passagem vejamos algo que o próprio comentado escreve, no décimo nono número de *Sul* (maio/1953), sobre Cipriano Dourado:

[Cipriano Dourado] meteu mãos à obra. Em 1947 expõe pela primeira vez e ganha logo o 2º prêmio Roque Gameiro no valor de 2.000 escudos. Com esse dinheiro partiu para Paris, sem saber uma palavra de francês. Um ano depois voltava a Paris, permanecendo aí durante três meses. Apaixonou-se por Gauguin, Renoir, Picasso, por todas as ousadias, pelo abstracionismo

das “Réalites Nouvelles”. Depois, seguiu-se um inevitável reajustamento num artista tão integralmente votado à meditação dos problemas e ao porquê das coisas. Ao longo dos meses e dos anos foi revendo posições, voltando atrás para estudar e estruturar ideias e tornar mais sólidos os pontos de partida. [...] Hoje, Cipriano Dourado manifesta-se desinteressado em militar pela Escola de Paris – considerando como experiências úteis mas devolutas o cubismo, o surrealismo, o abstracionismo e todos os movimentos colaterais – e volve os olhos insatisfeitos, ansiosos e conflitantes para o futuro, em busca de algo que sabe estar ao alcance do artista de hoje que conseguir resistir às solicitações traiçoeiras de uma estilização da alienação e corresponder à confiança que os homens do povo nele depositam. (Freitas, 1953a, p. 40).

E ainda no comentário sobre Rogério Ribeiro, publicado no vigésimo primeiro volume (dezembro/1953), Freitas (1953b) insistirá na valoração do realismo, como oposição às vanguardas, e defenderá uma arte de mensagem direta. Curiosamente, Portinari é alçado por Freitas como exemplo.

O que o comentário sobre Freitas e, principalmente, os por ele assinados, colocam, é uma preocupação que advém do realismo socialista. Como aponta Martín Kohan em estudo sobre a relação entre vanguarda e revolução, tanto no pressuposto estético quanto no político estamos diante de um estar à frente, *avant-garde* que coloca em seu centro a ruptura. Não se trata, porém, de rupturas de mesma ordem. Estudando o futurismo russo em sua relação com a revolução de 1917, Kohan aponta como são diversas as relações assumidas com o passado: “tanto para la vanguardia estética como para la revolución política se trata de producir una misma ruptura radical con el pasado. Pero bajo una advertencia primordial, que la revolución política asume: que tampoco hay que ‘alejarse demasiado de la cultura del pasado’, puesto que es la que origina dialécticamente el presente” (Kohan, 2021, p. 52).

Há também uma coalisão em como futuristas russos e estrutura estatal pensam sua relação. Se, para os primeiros, estariam eles na vanguarda política, para Lenin, contudo, não se tratava mais do que um grupo que apoiara o empreendimento revolucionário. Ou seja, os futuristas consideravam expressar a estética da revolução, ao passo em que, para seu dirigente máximo, se tratava apenas de grupo de artistas que, ainda que não rechaçasse politicamente, tampouco produzia suas obras prediletas, encontradas, por exemplo, no realismo de Gorki. Com a morte de Lenin, o exílio de Trotsky – mais interessado nas vanguardas – e a ascensão de Stalin, contudo, é o realismo socialista que é alçado à posição de arte oficial, com data marcada: 1932. É então que os posicionamentos “protorrevolucionarios, en el plano político, se inclinarán por una literatura de realismo social, de ‘mensaje’ o de ‘denuncia’, vale decir, por la alternativa estética más conserva-

dora, no viendo en las vanguardias más que el lujo pequeñoburgués del jugueteo inofensivo con las formas” (Kohan, 2021, p. 56).

Não estamos longe da posição de Lima de Freitas. É pela negação das vanguardas, como forma alienada, que elogia o fato de que, embora Cipriano Dourado e Rogério Ribeiro tenham por elas passado, as abandonam para voltar o olhar ao povo, como se, na representação imediata – e não deformada, como defende Pinto – se poderia encontrar, na arte, a verdade histórica. O problema é que talvez a posição teórica de Freitas não seja tão cabível aos objetos empíricos sobre os quais escreve. O tema mereceria atenção de estudiosos da imagem, mas as pinturas e litogravuras dos artistas comentados publicadas em *Sul* não parecem tão realistas quanto o crítico sugere; inclusive sua referência a Portinari coloca em xeque a pretensa defesa de um realismo sem deformação. Ainda que o modernista brasileiro estivesse preocupado com as feridas da fome e com a hecatombe dos retirantes, não é pelo registro realista que o expressa. Para ficarmos em um estudo recente sobre suas ilustrações à obra de Machado de Assis, coloca-se ali antes um componente mimético da loucura de Simão Bacamarte, que gera um traço que se furta do realismo colocando, em seu lugar, uma esfera da infância, da ilustração como jogo, força expressiva (Vaz, 2022). Ou seja, antes de uma aposta no realismo se trata, isso sim, de uma relação íntima, mimética, com o objeto.

O nó da crítica de Freitas aponta, então, ao fato de que adota para seu texto o tom da estética do realismo socialista. Na passagem compilada, nota-se o tom de esperança e certeza, de uma convicção na vitória, na celebração do herói – do artista como herói, já que representaria o povo. Sua crítica rouba um traço da forma romanesca oficial, a edificação do herói, e projeta sobre os pintores que comenta, ainda que sem respeitar a materialidade do objeto: a vitória do indivíduo – de uma revolução que, em Portugal, não acontecera, e que, na URSS, resultara no totalitarismo. O realismo socialista, a crítica de Freitas sendo exemplo, é falso – na medida em que não logra expressar a subjetividade danificada, como teria feito, na leitura de Adorno, Beckett. No lugar, produz para o tempo uma teleologia, um último homem, um indivíduo alçado ao posto de herói e que ocupa o ponto final da História, que se coloca como caminho a ser seguido por toda a humanidade (Adorno, 2003). Nada menos vanguardista.

Daí que Kohan (2021), ao apontar que o realismo socialista se coloca mesmo como morte (*defunción*) da potência da vanguarda, comenta que a busca pelas forças da ebriedade, que no ensaio sobre o surrealismo Benjamin (1987) escrevera que deveriam ser conquistadas como possibilidade da política, está surrupiada no stalinismo. Na verdade, o próprio Benjamin (2017a), em outro ensaio, o sobre a reprodutibilidade técnica, sugere que, se o fascismo estetiza a política, caberia à arte a sua politização. Esta, contudo, não se dá no quadro do realismo:

A construção da vida passa neste momento muito mais pela força dos fatos do que pelas convicções. Concretamente, de fatos que quase nunca e em lugar algum chegaram a transformar-se em fundamento de convicção. Em trais circunstâncias, a autêntica atividade literária não pode ter a pretensão de se desenvolver num âmbito estritamente literário – essa é antes a expressão habitual da sua esterilidade. Uma eficácia literária significativa só pode nascer de uma rigorosa alternância entre ação e escrita. Terá de cultivar e aperfeiçoar, no panfleto, na brochura, no artigo de jornal, no cartaz, aquelas formas despreziosas que se ajustam melhor à sua influência sobre comunidade ativas do que o ambicioso gesto universal do livro. Só esta linguagem imediata se mostra capaz de responder ativamente às solicitações do momento. As opiniões estão para o gigantesco aparelho da vida social como o óleo para as máquinas: ninguém se aproxima de uma turbina e lhe verte olho para cima. O que se faz é injetar algumas gotas em rebites e juntas escondidos que têm de se conhecer bem. (Benjamin, 2017b, p. 9).

O aforismo Posto de gasolina, que abre Rua de mão única, auxilia a entendermos o movimento de Benjamin. O crítico reconhece uma mudança de sensibilidade na modernidade que, marcada pela vivência (*Erlebnis*), pela ligação direta ao fato, e não à convicção – ou seja, ao pensamento, ao desejo, àquilo que estaria no âmbito da experiência (*Erfahrung*) –, faz com que a materialidade canônica da literatura, o livro, seja tensionado, não propondo seu fim, mas entendendo que a arte deve também caminhar por outros lados, como o cinema. Não se trata, contudo, de uma defesa da representação realista. Rua de mão única bebe de Kafka em sua estruturação, por meio de aforismos e imagens breves que formam labirintos a se seguir; bebe do cinema, pela ideia de montagem, em que os aforismos compõem blocos internos de aproximação e repulsão que demandam inclusive que sejam remontados pelo leitor; bebe ainda do surrealismo, nas frequentes imagens em estado de atordoamento – causadas pelo delírio, por exemplo, da febre –, assim como pela onipresença do mundo onírico; e bebe ainda de Döblin na elaboração de uma estética da cidade na qual não importa tanto o objeto ali descrito, senão o impacto cobrado na criança e a forma como se afixara na memória. Ora, ao mesmo tempo em que Benjamin sugere a politização da arte e indica que a literatura deveria transpor o fechamento do livro, o crítico adota constantemente procedimentos de vanguarda que se colocam, politicamente, como recusa ao realismo.

É também uma antípoda ao realismo que se encontra em Manuel Pinto. Foram três os breves ensaios que publicou em *Sul*, todos girando em torno do mesmo tema: a jovialidade da arte, a presença do novo, a potência das vanguardas.

Em *Acerca do chamado modernismo e de sua incompreensão*, publicado no oitavo número de *Sul* (abril/1949), após afirmar que o modernismo se coloca como necessária renovação das formas estéticas e, por isso, são importantes os seus desdobramentos, escreve:

Não obstante, há muito ainda hoje quem o não queira reconhecer e se comporte, portanto, perante todo o movimento transformador do existente, como se ele outra coisa não representasse mais do que crise esporádica própria de todo organismo vivo e que, por conseguinte, um tratamento adequado sempre acabará por vencer e debelar. Estes são os obstinados de sempre – voluntariamente cegas e voluntariamente surdos, e que tendo por divisa o “*nihil novi sub sole*” de *Eclesiastes*, no seu mau sentido literal, quixotescamente se batem na carunchosa barricada das suas ideias feitas, superadas... (Pinto, 1949b, p. 7).

A crítica de Pinto não se refere diretamente aos comentários de Freitas, que são posteriores a ela. Pela referência ao *Eclesiastes* e a ambientação católica da recusa às vanguardas, indica o Estado Novo salazarista como alvo, que encontrava no catolicismo um de seus pilares políticos (Rezola, 2008) e que, nas artes, afastava-se da feminização estética das vanguardas, engendrando uma nova virilização da nação pela estatuariedade de pedra e cal que revivia o passado colonial (Flores, 2003). É curioso, contudo, como o argumento de Freitas está na antípoda daquele que Pinto desenvolve: se o primeiro defende a reconversão dos artistas que passaram pelas vanguardas – que teriam dado uma guinada ao povo após abandonar a escola de Paris –, para Pinto isso soa conservador. Criticando a ideia de que a vanguarda seria uma enfermidade e que os artistas deveriam procurar a cura – o que Freitas como que defende –, Pinto aponta, primeiro, a seu potencial político e, segundo, ao conservadorismo daqueles que às vanguardas se opõem. A potência das vanguardas é, precisamente, a de expressar o espírito do tempo:

Daí a pomponice, o desprazer com que se permitem subestimar e até achincalhar todas as criações da nova estética [...] não suspeitando, sequer, os pobres, quanto é triste o espetáculo que dão àqueles que, por mais despertos e conscientes do seu tempo, têm a felicidade de profundamente sentir e de verdadeiramente compreender essas criações, em cuja gênese estão, ou começam a estar subjacentes, as mais fundas angústias, os mais veementes anseios e íntimas esperanças, próprias desta época de perturbante tumulto e marcada transição. (Pinto, 1949b, p. 7)

Essa expressão, porém, não se dá pela edificação do herói, senão pela fraqueza do sujeito, por suas deformidades, angústias e impotências. Daí o caráter expressivo das vanguardas: o que fez o modernismo, sugere, foi abandonar for-

mas obsoletas, não mais expressivas, e experimentar novas tentativas de expressão – tentativas que não são definitivas, mas transitórias; que podem expressar um agora, mas que, novamente, deverão ser repensadas. Ora, é moderna “a arte que exprime a atualidade do seu [tempo], isto é, a transitoriedade dialética do ontem para o amanhã, do que foi para o que deve ser, do passado enfim para o futuro. Movimento eterno, permanente, incoercível” (Pinto, 1949b, p. 7).

A passagem explícita não se tratar de recusa do movimento dialético da arte. Sua crítica aos opositores das vanguardas aponta, isso sim, para uma crítica que, no quadro da própria esquerda, demanda uma arte que, antes de se colocar na esfera do indivíduo – como na abordagem defendida por Lukács, por exemplo – lograsse chegar ao sujeito e à possibilidade de expressão de sua debilidade: “Por isso, quer eles queiram quer não, a uma arte de quase decalque e representação exata da realidade, está sucedendo uma arte de aprofundamento e interpretação dessa mesma realidade e, portanto, a captação do que nela há de mais íntimo e essencial, atinente a um sentido verdadeiramente humano, atuante e transformador” (Pinto, 1949b, p. 7). Nessa arte com sujeito, vê-se a demanda por uma jovialidade do artístico.

O ensaio “Ser jovem”, publicado no décimo segundo volume de *Sul* (outubro/1950), a tematiza. Pinto indica que a jovialidade não está presa à idade ou ao desenvolvimento orgânico do corpo, visto que há novos-velhos, jovens de idade, mas adaptados ao estilo burguês, fadados ao conformismo; ao mesmo tempo em que há jovens de 40 ou 50 anos, na medida em que seguem almejando um mundo por vir. A jovialidade, assim, se refere à possibilidade de percepção do novo, do vindouro:

Ser jovem, portanto, é algo mais do que ser vigoroso e ágil de corpo porque é também, e sobretudo, ser vigoroso e ágil de espírito. É ser capaz de, em todas as circunstâncias, neutralizar toda a nocividade dos processos atentatórios do élan renovador que o anima e de, por conseguinte, resistir a todos os apelos de regresso ou estagnação; é saber estar atento e vigilante frente aos problemas mais prementes da vida – da sua vida e da dos outros e tudo fazer para que, nem a fraude nem o embuste jamais possam mistificar e impedir a sua justa e humana solução; é saber manter uma atitude de firmeza e coerência perante as ideias a fazer e de absoluta oposição e impermeabilidade perante as ideias feitas ou, melhor, desfeitas pela ação inexorável do tempo; é ter uma ânsia muito grande de conquista – da sempre procurada e nunca atingida conquista de um mais além; é saber estar pelo estudo acurado e persistente, em permanente contato com a corrente viva do pensamento vivo, para assim melhor poder apreender e denunciar todas as pseudo explicações do mundo e da vida que teimem em subsistir; é saber estimar e aproveitar do passado tudo quanto realmente for estimável e aproveitável, sem prejuízo do presente e do futuro antes, pelo contrário, em vista a esse mesmo

presente e a esse mesmo futuro; é ter um sentimento muito vivo, real e concreto da sua posição neste mundo e uma capacidade muito grande de trabalhar com entusiasmo por todos os mais justos e nobres ideais. (Pinto, 1950, s. p.).

A jovialidade se assemelha a sua concepção de vanguarda: é buscar a possibilidade de nascimento do novo. Não se trata, assim, de recusa de uma preocupação da esquerda, marcada inclusive por uma dimensão ética – os justos e nobres ideais aos quais se refere –; mas a vanguarda e a jovialidade se colocam, isso sim, na antípoda de formas anteriores, passadista, que já ao tempo pouco falam, como o realismo. A questão será discutida no ensaio “A pintura moderna e o homem normal”, publicado no décimo-terceiro número de *Sul* (abril/1951).

Nele, Pinto situa a ruptura de vanguarda como uma sensibilidade moderna: se a pintura, antes, se referia à imitação da natureza, tendo em seu juízo de valor a positividade da aproximação fiel ao retratado, a partir do fim do século XIX o mundo presencia uma série de mudanças que fazem com que a própria estrutura da arte se veja afetada:

Realmente, o pintor, mercê de certas determinantes, libertou-se de todas as fórmulas feitas, oficializadas, e tornou-se independente, quer delas, quer da realidade objetiva ensaiando outros meios e procurando alcançar outros fins. E quais teriam sido essas determinantes, que assim o levaram a romper com o estabelecido e a ir em busca duma nova e mais pertinente Ordem? [...]: a alteração sofrida no ritmo da vida, causada por uma cada vez maior aplicação das descobertas da ciência e da técnica às várias atividades; a euforia que a consciência de um cada vez maior domínio na natureza o fato provocou; a conseqüente ânsia de libertação e, portanto, a revolta contra o estabelecido; a procura, daí resultando, de outras formas e de outros processos mais consentâneos com a nova ótica e a nova sensibilidade; a inquietação que nos mais despertados e vibráteis gerara o pressentimento das perturbações que consigo havia de trazer (como de fato trouxe) o advento e a aplicação duma tão rica e revolvente técnica; as sondagens freudianas e bergsonianas nos mundos virgens, ou quase, do subconsciente e do irracional, correspondentes às feitas nos domínios vastos da natureza; o estudo da arte egípcia e, sobretudo, a divulgação, em Paris, da arte japonesa e, mais tarde, a influencia da escultura negra; e, finalmente, o aperfeiçoamento da máquina fotográfica, descoberta em 1892 por Niepce e Daguerre. (Pinto, 1951, p. 40).

O parágrafo apresenta de forma abreviada a história das vanguardas. Pinto, ao invés de empreender juízo negativo referente à experimentação estética que se desenvolvera desde o último quartel do XIX, opta por compreender como esta posição diz respeito a uma nova sensibilidade que já não pode representar

o mundo como até então o fizera. Joga em seu argumento, pois, o lugar da experimentação, marcado pelo inconsciente e pela arte não-ocidental, na medida em que o registro realista poderia ser efetuado pelo desenvolvimento técnico, a câmera fotográfica – ainda que, lembrando Benjamin (2017a), é a própria câmera aquilo que, embora possa empreender captura realista, possibilita a experimentação das vanguardas, na medida em que aproxima e distancia, tornando visível aquilo que não o seria ao olho nu, assim como possibilita a montagem e, com isso, a sobreposição não realista –; à arte cabe agora, diz Pinto, uma outra coisa, as vanguardas, aquilo que chamará de espírito novo. O problema é que, mesmo que elas já tivessem décadas de existência e boas obras, o homem comum, afirma, da experimentação não logra extrair a realidade ali contida. Essa postura levaria este homem a dizer que também ele pode efetuar obras daquela experimentação: que a arte de vanguarda seria uma arte sem técnica.

Pinto se opõe à questão por meio de dois argumentos. O primeiro, mais simples, refere-se à técnica ali aprendida e dominada pelo artista, que poderia expressar-se apenas após sólido domínio da tradição; que o traço infantil e primitivo das vanguardas –centrais na discussão estética atual – são formas empregadas para a produção de efeito, e não ausência de técnica. Mais interessante, contudo, é o segundo:

Dantes, quando ainda não havia “kodaks”, quem desempenhava o seu papel, e com honra, era o pintor. Fazia arte, no sentido que então tinha a palavra, em geral, e fazia história, perpetuando nos seus quadros a memória dos fatos e dos homens. As coisas mudaram porém muito, pelas razões já apontadas e por outras que seriam longo referir. Basta, portanto, que assentemos nisso: se arte é essencialmente, como há muito está demonstrado, a expressão de estados emotivos, e artista todo aquele que tem o dom de os apreender e comunicar através das suas criações, não poderá a pintura ser somente reprodução exata, ou quase, do mundo exterior, como pirrónicamente (sic) quer que seja o homem normal – mas o visto, o sentido intimamente ao contato com esse mundo. Por conseguinte, o pintor, pintando, fatalmente pinta a sua visão, ou seja, aquilo que a realidade sensível despertou na sua imaginação, recriando-a e não reproduzindo-a em toda a sua fria e inexpressiva objetividade. Não será portanto o mundo exterior que o pintor autêntico, verdadeiro, nos porá, nos tornará visível na tela, mas o seu mundo psíquico e mental, o que viu com os olhos da alma por via aos olhos da cara, ou seja o que de essencial e de íntimo há nesse mundo – tal qual o faz o poeta nos seus versos, o músico nas suas composições e o romancista nos seus romances. Nenhum deles se circunscreve, portanto, a decalcar a realidade objetiva, imediata, antes cria, pelo contrário, a partir dela, algo de novo, de vivo, de expressivo e, por conseguinte, de deformado e, até mesmo, de monstruoso. (Pinto, 1951, p. 41).

Pinto nos dá uma concepção de arte com sujeito, aquela que é, na crítica que faz Adorno ao realismo socialista, a grande ausência da estética oficial da URSS, à qual opõe o caso exemplar de Beckett:

La vanidad del individuo que acusa a la sociedad mientras su misma justicia se disuelve en la acumulación de la injusticia se todos los individuos, la desgracia, se manifiesta en declamaciones penosas como el poema a Alemania de Karl Wolfskehl. El demasiado tarde, el instante perdido, condena tal retórica movilizadora a la frase. Nada asemeja en Beckett. Incluso la opinión de que él representa negativamente la negatividad de la época se ajustaría al concepto según el cual en los países satélites del este, donde la revolución se realizó como un acto administrativo, uno debe ahora dedicarse a reflejar con frescura y alegría una época fresca y alegre. El juego de elementos de la realidad sin reflejarla, que no adopta ninguna posición y que encuentra su felicidad en la libertad de la actividad por decreto, revela más que cuando se revela tomando partido. Sólo callando puede pronunciarse el nombre del desastre. En el horror del último estalla el del todo; pero únicamente aquí, no en la mirada a los orígenes. El hombre, cuyo nombre genérico universal se ajusta mal al paisaje lingüístico de Beckett, no es para éste más li que ha devenido. Sobre el género decide su último día, como en la utopía. Pero en el espíritu tiene todavía que reflejarse le queja por que ya no sea posible quejarse. Ningún lloro funde la coraza, sólo queda el rostro en que se han secado las lágrimas. Eso es lo que se encuentra en el fondo de un comportamiento artístico que denuncian como inhumano aquellos cuya humanidad ya se ha convertido en un anuncio publicitario de lo inhumano, aunque todavía ni se lo imaginen. Entre los motivos de Beckett para la reducción al hombre bestializado, éste es sin duda el más íntimo. Forma parte del absurdo de su literatura que ésta esconda su semblante. (Adorno, 2003, p. 278-279).

Ao passo em que o realismo socialista se coloca como louvor irrefletido do herói, e que sua derivação, o realismo crítico, como expressão das mazelas naqueles países aos quais a revolução – teleologicamente – todavia não chegara, é na esfera do indivíduo em que ambas as formas se colocam, já que não há o sujeito como engendrador da obra, senão um esquema anterior que deve ser respondido de forma apriorística. Em Beckett, ao contrário, é a bestialidade do sujeito, seu fracasso no tempo atômico, o que pode dar forma à narrativa, que, antes de afirmar – como se propõem os romances de tese –, logra expressar as aporias da modernidade. É nesta segunda linha, a de uma arte com sujeito, que a crítica de Pinto se coloca, e o faz pela ideia de deformação: o artista moderno é aquele que deforma o mundo para que, no processo, possa dele sacar aquilo que não se vê. É nessa esfera do sujeito, então, que se guarda uma recusa ao realismo na crítica

de Pinto; é pela deformação do mundo que a modernidade pode expressar suas contradições.

Novamente, um artista brasileiro é alçado a exemplo de vanguarda: Lasar Segall. Suas pinturas sobre as guerras nas primeiras décadas do século XX, assim como o êxodo judaico de então, expressam, ainda que sob forma não realista, as catástrofes do tempo. Mas o artista também se dedicou ao retrato, um deles o de Mário de Andrade, aquele que, no Brasil, conceituará a deformação como chave das vanguardas:

Isso traz à baila um dos problemas mais importantes da modernidade. Eu justifico o emprego da deformação sistemática, tal como a usam expressionismo, futurismo, etc., para exprimir a fantasia dum louco. Essa utilização se justifica porque tais deformações, sob o ponto de vista vital, são inegavelmente alucinatórias. [...] A objetiva visual jamais nos deu o bandolim fracionado de Picasso ou as confetizações de Severini. Questão de ângulo de vista. O que nós buscamos e vemos numa obra de deformação não é a representação realístico-visual do mundo exterior, senão equilíbrios plásticos de volumes, linhas, cores e sínteses, novas ordenações artísticas, arte pura enfim. (Andrade, 2010 [1923], p. 28).

Ainda que Mário, como Pinto, aponte a um realismo da câmera que vai em direção contrária à de Benjamin (2017a), é pelo contraste com o aparato técnico que pode discutir a deformação, tomando-a como atributo das vanguardas: valendo-se de seus próprios recursos – volumes, linhas, cores, ou seja, um conjunto de técnicas, e não mero voluntarismo – a modernidade poderia, a partir do processamento do sujeito, ganhar sua forma expressiva na medida em que as vanguardas deformam o real que buscam mimetizar e, no movimento, logram expressá-lo.

Poesia e política

Pinto publicou quatro poemas em *Sul*. O primeiro deles, “Repouso de mim” (*Sul*-12, outubro/1950), vale-se de rimas toscas que, antes de produzir imagens sonoras expressivas, repetem o final de todos os versos o som [im], produzindo saturação pouco produtiva. Ainda que interessante por apresentar uma ideia de infância como parte constitutiva do sujeito – que o aproxima à obra de Eglê Malheiros (1952), que também a tematizara em *Manhã*, colocando-a como esfera da política –, o poema de Pinto carece de pujança estética.

No segundo, “Paz” (*Sul*-17, outubro/1952), sua poesia começa a ganhar forma mais elaborada. Ao mesmo tempo em que o título nos dá o tema do poema, em seu corpo não encontramos referência direta à palavra, senão uma série de

situações que a escondem: fala-se dos olhares que fuzilam, de mãos sangrentas, línguas torpes, ao mesmo tempo em que almeja a paz como vindoura, aquilo que poderia nascer do coração dos seres humanos. Nota-se o começo de uma guinada política que terá forma mais acentuada nos dois últimos poemas.

Em “Eu passo e vós não!” (*Sul-19*, maio/1953), lemos:

Ah, unhas negras do tempo,
fustigando a carne,
fustigando os ossos,
fazendo rugas!

RUGAS!...
Ah, filho, filho.
quem tão cedo te foste,
sem ver e andar as estradas do mundo!

Ah, nuvens a toldarem-me o solo
quente da felicidade
e a porem-me negro, – tão negro! –, o coração.

Ah, vida magra, vida magra,
de ossos em feixe e cinzas em monte!

NADA!...
Ah, sol que de tão alto ardes
e nem por isso a todos aqueces!

Ah, fúria e ânsia deste tempo
a apontar a esperança de outro melhor!...

.....
Oh, dias perros, dias perros,
eu passo e vós não!!... (Pinto, 1953, p. 23).

E há ambiência próxima em “E se de repente” (*Sul-27*, maio/1956):

Ah, mundo torto, imundo mundo,
em que somos e não somos,
estamos e não estamos!

Mundo de espuma, mundo de raiva,
de olhos ardendo e bocas fuzilando!

Mundo falso, desumano mundo,
de gritos em gume
e cobras no seio!

Mundo pulha, traiçoeiro mundo,
de pólvora aos montes
e nós na garganta!...

.....

Ah, e se de repente
do coração dos poetas saíssem
poemas como tiros em cheio
nos alvos em negro desta vida em branco?!... (Pinto, 1956, p. 53).

Os poemas podem ser lidos em conjunto. Em ambos, encontramos na primeira parte ambientação ligada às mazelas do mundo. Ao invés de celebração, o desencanto, expresso pela desumanidade, pela imundice, pelas traições (no segundo), pela carne e ossos fustigados, pelas rugas, pelo cansaço do corpo (no primeiro). A ambientação, antes de inventar um suposto estágio revolucionário latente, coloca, no lugar, desesperança – que não é recusa, mas que aponta à impossibilidade da materialização daquilo que é inclusive o desejado.

Esta impossibilidade se expressa sobretudo no primeiro dos poemas. Em ambos, encontramos um momento de corte, marcado pelas linhas pontilhadas. Em “Eu passo e vós não”, são os dias perros que colocam a tortura do corpo que, cansado, vê como ele mesmo está a passar, embora os dias se mantenham – ou seja, como envelhece o sujeito sem encontrar a concreção do desejo. Trata-se de um enfraquecimento do sujeito diante da materialidade cruel que não parece indicar superação. Em “E se de repente”, contudo, o efeito do corte do poema é o contrário. Ainda que a ambientação seja próxima, há aí um final mais esperançoso – que, é evidente, não se deixa iludir por uma superação que parece concreta/materializável, mas que logra lançar uma pergunta: e se de repente (é o título) dos poetas pudesse nascer o novo?

Ora, a poética de Pinto reforça seu argumento crítico sobre as vanguardas e insiste em uma dialética: pode, eventualmente, não como concreção, mas como virtualidade, surgir um mundo novo. Para expressar esta dialética que aposta em um futuro possível, se furta, contudo, do esquema teleológico do realismo socialista, e deixa a latência – incerta, imprevisível – do vindouro. E o faz, ainda, por meio de um sujeito nada heroicizado e, quiçá, infantil: como uma criança tateante, o poeta logra elaborar a pergunta: “E se?”. A sua estrutura é aquela da infância, a da possibilidade de imaginação de um mundo que pode ser questionado. Pelo sintagma “E se?”, há algo que poderia se colocar como alternativa ao vigente.

Considerações finais

Não estranha que, nas dedicatórias escritas aos livros de Carlos de Oliveira, Pinto escreva textos mais entusiasmados. Se na escrita para *A noite e a madrugada*, de Fernando Namora, Pinto a ele se refere apenas como um “belo documento” – nem de literatura o chama! –, assim como sobre o romance *Mudança* anota que “dizem bom”, e a *Encontros em Paris*, de Mário Dionísio, nem o comenta (os

livros de Alexandre Cabral foram enviados pelo próprio autor), com Oliveira é diferente. Em dedicatória ao romance *Casa na duna* escreve: “Para o Salim Miguel, este romance do mais valorizado nas críticas dos jovens – com o seu muito amigo, Manuel Pinto. Faro, 12 de dezembro de 1950”, tom que se repete naquela referente a Alcateia: “Ao Salim Miguel este romance de um dos mais talentosos escritores das novas gerações de Portugal, com um franco abraço do muito amigo, Manuel Pinto. Faro, dois de setembro de 1952”.

As dedicatórias, separadas por dois anos, indicam clara preferência pela obra de Oliveira, o que não é casual. Ao estudar a poesia neorrealista publicada pelo Novo Cancioneiro, Rosa Maria Martelo (1996) aponta a como especialmente na poesia de Oliveira, de João José Cochofel (que também publicou um poema em Sul) e de Álvaro Feijó se encontram traços mais fortes de um subjetivismo que, ainda que não neguem nem se oponham ao neorrealismo português (são a ele inclusive pertencentes), se afastam do registro mais imediato, didático, adotado por outros poetas e prosadores. A questão é perceptível nos poemas de Oliveira. No décimo quarto número de *Sul* (setembro/1951) lemos “Soneto”:

Acusam-me da mágoa e desalento,
como se toda a pena dos meus versos
não fosse carne vossa, homens dispersos,
e a minha dor a tua, pensamento!

Hei-de cantar-vos a beleza um dia,
quando a luz que não nego abrir o escuro
da noite que nos cerca como um muro,
e chegares a teus reinos, alegria!

Entretanto, deixai que me não cale:
até que o mudo fenda, a treva estale,
seja a tristeza o vinho da vingança.

A minha voz de morte é a voz da luta:
se quem confia a própria dor perscruta,
maior glória tem em ter esperança. (Oliveira, 1951, p. 39).

Que há um desejo da política nos versos – escritos em forma canônica – não resta dúvida. É em um mundo por vir, aquele no qual a luz que o eu lírico não nega poderá abrir a escuridão, que se guarda o tempo no qual o poema abandonará a melancolia que ali se faz presente. Mas a voz dos versos, como que respondendo a um adversário bastante preciso, marca sua posição: não há cristalização do herói, como tampouco alegria que possa se esboçar no hoje. O futuro é uma aposta, sua realização não está garantida: a glória, antes de edificação artificial do herói, é a esperança. Agora, restam as mazelas do que vivemos – a mágoa e o desalento é o que podem o expressar. Sem a edificação do herói do realismo so-

cialista, é na potência expressiva da impotência do sujeito que Oliveira encontra impulso para os versos. Nada muito distante do que ocupara Manuel Pinto.

Referências

ABRANCHES, Augusto dos Santos. *Um retrato de Marques Rebelo*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomares. *O corporativismo em português: estado, política e sociedade*. Lisboa: ICS, 2008, p. 115-144.

ADORNO, Theodor W. Intento de entender a Fin de Partida. In: *Notas sobre literatura*. Traducción de Manuel Sacristán. Obras completas, v. 11. Madri: Akal, 2003, p. 270-310.

ANDRADE, Mário de. *No cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENJAMIN, Walter. O surrealismo – o mais recente instantâneo da inteligência europeia. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 21-35.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época da possibilidade de sua reprodução técnica (5ª versão). In: *Estética e sociologia da arte*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a, p. 7-47.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Infância em Berlim: 1900*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017b.

CORREA, Silvio Marcus. Conexão Sul: o contributo africano para o modernismo sul-brasileiro. In: CORREA, Silvio Marcus; PAULA, Simoni Mendes de. *Nossa África*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 15-30.

COELHO, Dias. Artistas portugueses I – Júlio Pomar. *Revista Sul*, ano 5, número 15, março de 1952, p. 31.

DALCASTAGNÈ, Regina. O rumor da vida: sobre escrita, afetos e revolução. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 59-72, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/13218. Acesso em: fev. 2023.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Homens de pedra e cal do Estado Novo português: estatuária e virilização da nação. In: SZEZS, Christiane. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 343-368.

FREITAS, Lima de. Artistas portugueses III – Cipriano Dourado. *Revista Sul*, ano 6, número 19, maio de 1953^a, p. 39-40.

FREITAS, Lima de. Artistas portugueses IV – Rogério Ribeiro. *Revista Sul*, ano 6, número 21, dezembro de 1953b, p. 84-87.

KOHAN, Martín. *La vanguardia permanente: la posibilidad de lo nuevo en la narrativa argentina*. CABA: Paidós, 2021.

KREMER, Natan Schmitz; VAZ, Alexandre Fernandez. Amalgama da Florianópolis modernista (Grupo Sul, 1948-1957). In: VIEIRA, Ana Flávia; FREITAS, Miguel Archangelo. *Norbert Elias em debate: usos e possibilidades de pesquisa no Brasil*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, p. 355-380.

KREMER, Natan Schmitz; VAZ, Alexandre Fernandez. A dialética da Ponte (Grupo Sul, Florianópolis, 1948-1957). *Contexto*, Espírito Santo, v. 1, n. 42, p. 100-125, 2022^a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/36148>. Acesso em: fev. 2023.

KREMER, Natan Schmitz; VAZ, Alexandre Fernandez. Três momentos de Mário de Andrade na crítica de Salim Miguel (Grupo Sul, Florianópolis, 1948-1957). *Criação & crítica*, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 124-141, 2022b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/198389>. Acesso em: fev. 2023.

MALHEIROS, Eglê. *Manhã*. Florianópolis: Cadernos Sul, 1952.

MADEIRA, João. Os intelectuais e o Partido Comunista Português. In: MARTINHO, Francisco; FREIRE, Américo. *Intelectuais e marxismo no mundo lusófono*. Rio de Janeiro/Recife: ABEU/EDUPE, 2019, p. 113-142.

MARTELO, Rosa Maria. *A construção do mundo na poesia de Carlos de Oliveira*. Tese (Doutorado em Letras). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

MIGUEL, Salim. Raízes de um intercâmbio. In: *Variações sobre o livro*. São Carlos: EDUFSCAR, 1998, p. 35-44.

OLIVEIRA, Carlos de. Soneto. *Revista Sul*, ano 4, número 14, setembro de 1951, p. 39.

PINTO, Manuel. De Manuel Pinto – Algarve – Faro – Portugal – 17-3-49. *Revista Sul*, ano 2, número 9, agosto de 1949a, s. p.

PINTO, Manuel. Acerca do chamado modernismo e da sua incompreensão. *Revista Sul*, ano 2, número 8, agosto de 1949b, p. 7.

PINTO, Manuel. Ser jovem. *Revista Sul*, ano 3, número 12, outubro de 1950, s. p.

PINTO, Manuel. A pintura moderna e o homem normal. *Revista Sul*, ano 4, número 13, abril de 1951, p. 40-42.

PINTO, Manuel. Eu passo e vós não! *Revista Sul*, ano 6, número 13, maio de 1953, p. 23.

PINTO, Manuel. E se de repente. *Revista Sul*, ano 9, número 26, maio de 1956, p. 53.

POMAR, Júlio. Artistas portugueses II – Lima de Freitas. *Revista Sul*, ano 5, número 18, dezembro de 1952, p. 43-44.

PONTES, Roberto. Realismo de 70 e Neo-Realismo português. *Revista de Letras, Fortaleza*, v. 1, n. 27, p. 45-53, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2285>. Acesso em fevereiro de 2023.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomares. *O corporativismo em português: estado, política e sociedade*. Lisboa: ICS, 2008, p. 245-278.

SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In: *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-43.

SIMÕES Jr., Antonio. *Vieja crónica de Olhão*. Montevideo: Imprensa Letras, 1956.

VAZ, Alexandre Fernandez. Machado de Assis, Candido Portinari, Walter Benjamin: um pouco de loucura, outro tanto de infância em O Alienista. In: PINTO, Fábio Machado; WEBER, Melissa; JUSTINO, André. *Experiências educativas: infância e educação do corpo na obra de Portinari*. Florianópolis: Ateliê da Casa, 2022, p. 138-158.



O PROCESSO IDENTITÁRIO ENTRE SILENCIAMENTOS NA OBRA DE ABDULRAZAK GURNAH

Luccas César Bach¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo tecer uma análise do processo de identificação do sujeito (i)migrante no romance *Gravel Heart* (2017), de Abdulrazak Gurnah. A identidade na pós-modernidade é um movimento constante de sobreposição de fragmentos, criando a ilusão de uma unidade que, na figura do imigrante, torna-se amplamente volátil pela sua posição marginal na sociedade imperialista contemporânea. Estando à mercê dos humores sociais, o imigrante é posto em referência ao seu uso, ao seu trabalho, às vantagens que ele pode oferecer à comunidade. Em *Gravel Heart*, o processo de identificação de Salim é deslocado pelos seus relacionamentos. As expectativas impostas sobre ele buscam identificá-lo de acordo com os espaços que habita, e o modo que Salim encontra de barrar-se contra essas investidas é silenciando-se.

Palavras-chave: Migração; Identidade; Abdulrazak Gurnah; Literatura africana; Silenciamento.

Abstract: The present work aims to analyse the process of identity of the (im)migrant in the novel *Gravel Heart* (2017), by Abdulrazak Gurnah. Identity in postmodernity is comprised of a constant movement of overlapping fragments, creating the illusion of a unity that, in the image of the immigrant, becomes largely volatile due to its marginal position in contemporary imperialist society. Being at the mercy of social moods, the immigrant is placed in reference to their use, their work, the advantages they can offer to the community. In *Gravel Heart*, the identification process of Salim is displaced by his relationships. The expectations imposed on him aim to identify him according to the spaces he inhabits, and the way that Salim finds to block himself against these attacks is by silencing himself.

Keywords: Migration; Identity; Abdulrazak Gurnah; African literature; Silencing.

¹ Doutorando em Estudos Literários pela UFRGS (2021). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduado do Curso de Graduação em Licenciatura em Letras/Português/Inglês/Espanhol/Italiano UNIOESTE em 2014. Participação como membro do Grupo de Pesquisa Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens.

Considerações iniciais

As ondas nacionalistas que eventualmente atingem povos étnicos ou religiosos, muitas vezes compostas por movimentos que buscam quebrar com as amarras coloniais e imperiais de uma nação opressora, deixam no senso comum coletivo a impressão de que uma identidade possui raízes. Uma identidade nacional estaria enraizada em um povo ancestral, antigo e puro que teria um dia reinado gloriosamente sobre terras e riquezas majestosas. A identidade cultural, de forma semelhante, estaria enraizada também na tradição de antigos mitos originários.

Mas que povo se manteve de tal maneira isolado, em um vácuo temporal-espacial, a ponto de ser escolhido como o “puro”? E como se pode aceitar tal controle sobre a História, a ponto de ignorar guerras, pandemias, invasões, colonizações, entre tantos outros eventos que fizeram do mundo não uma soma de ancestralidades, mas uma diáspora cultural rica em diversidade? Por mais tentador que seja tomar identidades como produtos de povos vernáculos, essa simplificação não condiz com a realidade fragmentária do mundo pós-moderno e pós-colonial.

Isso não significa que a busca do indivíduo por uma identidade seja infrutífera, ou mesmo irracional. A necessidade por autoafirmação, por um grupo com o qual se relacionar, é instintivo da condição de *ser* humano. Deve-se apenas atualizar o que se entende por identidade, tendo em vista que o sujeito pode assumir várias identidades concomitantemente, assim como pode construir um *eu* em relação a vários *outros*. O escritor Abdulrazak Gurnah, tendo nascido e passado a adolescência em Zanzibar, partiu para a Inglaterra como refugiado. Seus 10 romances, seus contos e ensaios foram publicados em inglês – a língua do colonizador – e não em suaíli, mas sua escrita tem forte ambientação em seu país de origem. *Gravel Heart* (2017) retrata essa situação a partir do relato de Salim, um jovem imigrante que busca em Londres um escape do mundo corrompido e da trágica história familiar que ele tem em Zanzibar.

Essa literatura que Ottmar Ette chama de literatura sem morada fixa se propõe à “[...] compreender as línguas e territórios da literatura como espaços de migração e imigração para expressões de ‘língua estrangeira’ e ‘cultura estrangeira’, nos quais o ‘alheio’ lampeja como parte do ‘próprio’ sem, todavia, perder seu ‘alheamento’ no ‘próprio’.” (Ette, 2018, p. 43, grifo meu). Assim, a análise do processo de identificação da personagem principal será feita em constantes contrastes sem, entretanto, perder de vista seu aspecto único.

Identities, seus processos e suas buscas

Tendo em vista que o que se busca nesse trabalho é um estudo da identificação do imigrante em *Gravel Heart*, será necessária uma síntese do que se entende por identidade – seja nacional, cultural, religiosa, entre tantas outras. De acordo com Hall (2020), em uma perspectiva histórica, a maneira como se entendia um sujeito social era simplificada, visto de forma puramente racional. Uma identidade seria composta por um centro estável e constante na vida do ser humano desde seu nascimento. Linhas de estudo modernas passam a questionar a percepção centrada e unificada de tal indivíduo, uma vez que, sendo inserido em uma sociedade estruturada por diferentes formas de poder, por sistemas de significação e por correntes culturais, ele é mais um sujeito passivo no mundo do que agente em completo controle de sua vida.

O sujeito pós-moderno, portanto, sem ser um centro ao redor do qual o mundo se organiza, assesta-se ao construir identidades a partir de fragmentos de sua vida política, cultural, social, espiritual, ética.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (Hall, 2020, p. 11).

Movimentos por direitos humanos são sintomáticos do longo período de hegemonia do patriarcado branco que tomou a sociedade como refém. Os movimentos feministas, LGBTQIA+, negro, operário, ambientalista, estudantil, entre tantos outros, além de suas respectivas pautas para a subversão dessa hegemonia, têm importante papel em questionar identidades. Os espaços pós-modernos para essa discussão não terminam uma vez que o sujeito se diz latino, europeu, africano, mas expandem-se para um debate enriquecedor sobre diversidade. Enunciar as maneiras que nos fazem diferentes é uma maneira de valorizar a multiplicidade em que se (sobre)vive, fugindo de uma assimilação totalitária sobre “termos guarda-chuva”; já entende-se, por exemplo, a importância do feminismo negro ou do feminismo marxista para um feminismo de várias vozes que, mesmo tendo um objetivo comum, reconheça que certas mulheres lidam conjuntamente com opressões racistas e classistas. Afinal, o sujeito existe – ou *pode existir* através da globalização e do uso da internet – em espaços variados, em contextos diversos, e entre pessoas de uma infinidade de filiações.

Mesmo identidades nacionais podem coexistir em um indivíduo. Refugiados muitas vezes vivem em um entrelugar; entre a nação em que se cria-

ram e a que os recebeu, entre dois povos que, independentemente de quão diferentes possam ser um do outro, os interpretarão como concidadão ou como imigrante. E esse movimento migratório é uma ruptura, pois mesmo retornando para seu país serão os que partiram e voltaram, os que não são completamente nossos, sendo que carregam algo de estranho/estrangeiro consigo. Sobre os que não mais retornam a sua terra natal, pessoas dispersas, Hall escreve que “[...] são obrigadas a *negociar com as novas culturas* em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades.” (Hall, 2020, p. 52, grifo meu). O ato de negociar, em princípio, implica, sim, ceder algo de si – costumes, idioma, reconhecimento –, assim como receber algo em troca – proteção, algum sucesso financeiro. Um ganho apesar da perda, uma vez que não se perderão completamente? Mais do que isso, negociar implica diálogo, não uma imposição. O imigrante é também sujeito de direitos, um ser político e cultural, que jamais será neutralizado uma vez que se insere em uma sociedade nova.

Seguíssemos simplesmente pelo pensamento enraizante, em que identidades possuem suas “origens” firmemente estabelecidas e, com isso, imóveis, teríamos um imigrante que, preso ao seu local de nascimento e à cultura regional que englobou geograficamente sua pátria, seria incapaz de se reenraizar. Por isso, como Édouard Glissant (2021, p. 34) discute em seu livro *Poética da Relação*, é preferível abordar o processo de identificação do sujeito a partir do conceito rizomático proposto por Deleuze e Guattari: “O pensamento do rizoma estaria no princípio do que eu chamo de poética da Relação, segundo a qual toda identidade se desdobra numa relação com o Outro.” Glissant, pensador que nasceu na Martinica – território caribenho sob controle francês –, fez parte de seus estudos em Paris e escreveu em francês, entende que a raiz, no exílio ou na errância, *falha*. O processo identitário ocorre, assim, nesses encontros do sujeito com o que o cerca. Glissant (2021, p. 34) afirma que “[a] identidade não é mais apenas permanência, ela é dotada de variação, sim, uma variável, controlada ou desesperada.” Complementando, portanto, a definição anterior baseada nas palavras de Stuart Hall, identidades mudam, ondulantes entre os contrastes do mundo, nem sempre de maneira “racional” (controlada). Memórias, ideologias, orgulhos; tantas camadas ao *ser* humano são carregadas de emoções aquém do seu controle racional. Nem tudo é escolha. Identidades também são refletidas sobre o sujeito.

A figura do imigrante no imaginário popular funciona como um espelho. O refugiado como “ameaça social” ecoa os racismos estruturais do sistema em que vivemos.² Sua posição é, na realidade, definida pela sua “demanda”, uma

² Percebe-se que o maior problema à noção do “refugiado” é ele não ser “europeu” o suficiente – estes, sim, são dignos de empatia. Veja fala do ex-procurador da Ucrânia: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/02/e-muito-tocante-ver-europeus-de-olhos-azuis-sendo-mortos-diz-ex-procurador-da-ucrania.html>.

vez que o imigrante “[...] é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.” (Sayad, 1998, p. 54). Portanto, quando uma comunidade aceita como necessária a “mão-de-obra” estrangeira, todos (tanto o migrante quanto o povo que o recebe) compartilham a ilusão da migração definitiva. Afinal, assim segue o discurso, esse sujeito se comportará como um vetor cultural que contribuirá e, caso dedique-se suficientemente, compartilhará dos lucros a serem obtidos com seus sacrifícios. É de se esperar, contudo, que a prosperidade seja passageira. Talvez seja a margem de lucro reduzida, uma diminuição no poder de compra, algum serviço essencial que encareça, um aumento na taxa de desemprego; mas as “inconveniências” da existência dos migrantes, geralmente justificadas na cobrança e no uso do dinheiro público, acabam mais evidentes do que seu trabalho, e a ilusão se desfaz. A migração passa a ser uma medida provisória.

Como Abdelmalek Sayad (1998, p. 55) em um trabalho revelador sobre a posição social do imigrante, *A imigração*, afirma: “Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos.” O discurso torna-se seletivo – um peso em listas dos custos e valores do, agora, problema referente aos imigrantes – e, por vezes, violento.

A identidade, já estabelecida como fragmentada, torna-se amplamente volátil no imigrante. Há, naturalmente, um aspecto “exterior” sobre a identidade, um contraste entre culturas que define comunidades.³ Deve-se enfatizar, entretanto, que, estando à mercê dos humores sociais, o imigrante é posto em referência ao seu uso, ao seu trabalho, às vantagens que ele pode oferecer à comunidade. Em *Gravel Heart* pode-se analisar sob essa perspectiva o processo de identificação do narrador em primeira pessoa, Salim, cujo maior questionamento é, precisamente, o motivo que o fez migrar.

Espaços identitários ou identidades espaciais

Romance publicado originalmente em 2017, *Gravel Heart*, como outras obras do escritor laureado com o Nobel da Literatura em 2021, Abdulrazak Gurnah⁴, relata a jornada de um jovem inexperiente a um lugar estranho, que preda sobre sua inocência juvenil, criando um entrelugar existencial. Tornar-se imigrante foi, para Salim, menos desejo do que anuência. Entre os silêncios que o

³ Hall (2003) faz um levantamento teórico extenso – entre Foucault, Laclau, Mouffe e Butler – sobre o aspecto externo do processo de identidade em seu texto “A questão multicultural”.

⁴ Obras como *Memory of Departure*, de 1987, e *Paradise*, de 1994, por exemplo, também trazem a figura do imigrante disperso. No primeiro, o personagem rompe com ambos os espaços e segue em errância trabalhando em um barco; no segundo, uma jornada brilhantemente feita sobre transição para a maioridade, traz a mesma espécie de conflito entre espaços africanos.

rondam em Zanzibar, os silêncios que carregará na Inglaterra, Salim *aceita* – pela falta da sua retórica – as identidades como imigrante, como negro, como africano, como muçulmano que lhe são associadas.

Analisemos primeiramente os espaços. Salim narra sua própria trajetória de Zanzibar a Londres. Da África à Europa. Do terceiro mundo ao berço imperialista. De ilhas reclusas e paradisíacas à metrópole cosmopolita. A imagética oposição entre esses espaços é inevitável uma vez que esses pares estão fortemente associados a conceitos-chaves no debate pós-moderno e pós-colonial (fugindo-se, finalmente, da mentalidade tradicionalmente ignorante e fascista que busca associar elementos racistas, elitistas e imperialistas aos polos África/Oriente e Europa/Ocidente de maneira a reforçar uma narrativa altamente preconceituosa contra o primeiro⁵). Mas, uma vez entendido quão plural o mundo pós-moderno se apresenta, percebe-se que tal divisão é, em primeiro lugar, muito menos cristalina do que se esperaria após tão superficiais descrições. As fronteiras entre esses polos são turvas e enganosas, e as noções popularmente associadas a eles são apenas narrativas criadas e impostas sobre o imaginário coletivo. Em segundo lugar, ao sujeito não basta uma identidade, quer ela seja nacional ou regional.

Zanzibar, mais do que uma ilha na costa leste africana, será a familiaridade do lar. Para Salim, a casa de sua infância é um espaço íntimo e fechado contra o barulho do desenvolvimento cosmopolita do restante da região: “Os telhados de zinco da nossa casa e da outra em frente quase se encontravam no alto para criar uma silenciosa câmara crepuscular que refrescava o ar e *teria intimidado um estranho com sua sensação de intimidade e clausura*”⁶ (Gurnah, 2017, p. 18, grifo meu). A associação dessa rua estreita, de casas tão próximas que parecem formar um residencial à parte, ao sentimento de intimidade é relevante em três diferentes níveis, um levando ao outro. Primeiramente, por contraste, tal reclusão como uma memória distante e, portanto, não mais alcançável, estende à intimidade do lar a necessidade de ser protegida do “estranho”. O estranho nesse complexo seria o *estrangeiro* – o europeu, o britânico, o imperialista –, que não saberia lidar com o africano em sua completude humana, tendo uma vida familiar, social e, especialmente, sentimental, uma vez que o discurso do colonizador reproduz o que

⁵ Não busco, de forma alguma, negar ou contornar divisões como Norte/Sul, colonizador/colonizado, pois isso, como coloca Edward Said em sua obra-prima, *Orientalismo* (2007), teria o resultado de “[...] intensificar as divisões e torná-las viciosas e permanentes.” (p. 435). O que é necessário é romper com discursos que buscam colocar valores supremacistas sobre um em detrimento do outro, que tentem “justificar” – o quão absurdo isso soa hoje é uma grande conquista – noções que coloquem o não-europeu ou norte-americano, o não-branco, mulheres e pessoas de outras identidades de gênero, o não-hétero, entre outras tantas e tamanhas diferenças que não caberiam em tão pequeno espaço, como sujeitos dominados.

⁶ “The tin roofs of our house and the one opposite almost met overhead to create a quiet twilight chamber which cooled the air and *would have intimidated a stranger with its sense of intimacy and enclosure.*”

foi colonizado como um “selvagem” para poder justificar a violência exportada.

Um nível adiante teremos a relevância da primeira casa na construção do nosso imaginário como exposto por Gaston Bachelard em *A Poética do Espaço* (1993). De acordo com o filósofo francês, a primeira casa é o canto do mundo, o *nosso* canto no mundo, que “[...] mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida.” (Bachelard, 1993, p. 26). Seria nas intimidades dos cômodos da casa que o sujeito se permitiria sonhar, criar, imaginar; assim como desenvolver seus medos e receios. O preciosismo com o qual Bachelard lê essa conexão talvez não seja atual, em contraste com o moderno e seu caos, mas é interessante como pode-se perceber a ênfase dada por Salim sobre a proximidade dos seus conterrâneos no seu canto do mundo. Há uma forma de intimidade expressa nas ruas, no espaço concreto, assim como no estilo de vida, nos maneirismos, no uso desse espaço pela sua comunidade:

Nenhum carro poderia descer por essas estradas, que nem haviam sido planejadas para isso. Essas eram ruas construídas para o arrastar e bater de pés humanos, e para corpos esfregarem ombros uns contra os outros, e para vozes murmurarem e reverberarem suas cortesias, xingamentos e gritos. Qualquer transporte de carga que fosse necessário era feito por carrinhos de mão e músculos humanos. [...] Era assim quando eu era criança, quando as estradas eram quietas e vazias, não tão cheias e sujas como ficaram depois.⁷ (Gurnah, 2017, p. 19).

Nesse mundo corpóreo feito de e para toque de peles, o som de vozes, a tensão dos músculos, o sujeito se esbalda em liberdade de movimento. Contra essa memória, Salim se depara com uma Europa de posses, em que, além do caos do trânsito, “[t]odo lugar que você vai *você tem que abrir caminho entre as multidões* e tomar conta de suas posses”⁸ (p. 59, grifo meu). Corpos já não mais se esfregam em um contato contínuo, mas se empurram, se afastam, em busca do próprio caminho. O indivíduo passa a se fechar em si mesmo, com os frutos de seu trabalho e sucesso financeiro – afinal, esse seria o motivo de ser do mundo capitalista cujo parto se deu também na Inglaterra.

Da rejeição ao estranho, da intimidade enclausurada, o terceiro nível se dá na hesitação em abrir-se ao diálogo. Salim usará do silêncio como autopreservação contra o estranhamento do mundo externo. Ao não responder os xingamentos do tio, ao evitar falar em sala de aula, ao não colocar seus problemas e dores

⁷ “No car could come down these lanes nor was ever intended to. These were streets built for the shuffle and slap of human feet, and for bodies to rub shoulders against each other, and for voices to murmur and reverberate their courtesies and curses and outcries. Any freighting that was necessary was done by handcarts and human muscles. [...] That was how it was when I was a child, when the lanes were quiet and empty, not as crowded and dirty as they became later”.

⁸ “[e]verywhere you go you have to *push your way through crowds* and hold on to your possessions”.

aos pais, Salim reproduz o ambiente fechado de quando andava nu, exposto pelas ruas, e escutava a risada do pai, quando não sentia a dor e o ressentimento do abandono. Nesse vácuo existencial criado pelo contínuo silenciamento, Salim pode deixar-se exposto, mas sem permitir entrada às pessoas que conhece na Inglaterra.

Londres poderia ser simplesmente um oposto à ideia de intimidade em Salim. Ao menos inicialmente. A capital será, sem dúvidas, exaltada pelo progresso tecnológico e cosmopolita. Em sua carta para a mãe que permanece em Zanzibar, Salim relata diferenças que são esperadas de alguém nascido e criado em uma região temporalmente distanciada dos efeitos da globalização: “Trens que viajam sob o solo! Nós estamos tão atrasados!”⁹ (p. 59). Além do frio, do barulho, do trânsito da cidade grande, o impacto cultural alcançará Salim dentro da casa dos tios – o estranho que rompe as fronteiras da casa que, assim, perde sua intimidade –, através dos costumes e ideais ingleses, como o uso de talheres. Na mesa, entre os seus parentes, entre seu tio que, como ele, fora criado em Zanzibar, Salim vê todos esperando para aproveitar e se divertir com o momento fatídico: “Eu sorri também, pois até eu sabia da comédia inevitável do momento da faca-e-garfo que iniciava alguém como eu na vida da Europa”¹⁰ (p. 57). A simplicidade aparente desse momento condiz com a complexidade temática da escrita de Gurnah. Sem nos adentrar demasiadamente nas personagens presentes nesse momento, pode-se apontar que, da família composta por um casal de imigrantes e seus dois filhos nascidos e criados na Europa, as crianças seriam as únicas que poderiam não compreender a dificuldade de se adaptar a um modo diferente de se alimentar. Ainda assim, todos bebem da narrativa em que o hábito de usar talheres é uma marca civilizatória; Salim seria, portanto, o inculto, o “selvagem”. O riso difamatório de seu tio, Amir, rotula essa “selvageria” como derrisória. A comicidade que Salim reconhece nesse “rito de passagem” coexiste com aquela noção binária que coloca o europeu como, novamente, culto e racional, acima do restante, selvagem e emocional. Amir, tendo crescido na mesma casa que Salim, não parece hipócrita para nenhum dos presentes, tendo sido tão bem assimilado pela ideologia inglesa.

Talvez a forma mais acurada de ler as percepções do narrador seja entender que tal binaridade é uma ilusão – uma ilusão presente no âmbito social, cultural, político e econômico, mas frágil ao olhar atento. Há, claro, barreiras culturais que chocam e deslocam o imigrante. Mas Londres não é simplesmente europeia, ela é um encontro de fragmentos do mundo.

⁹ “Trains that travel under the ground! We are so backward!”.

¹⁰ “I smiled too because even I knew about the unavoidable comedy of the knife-and-fork moment that initiated someone like me into the life of Europe”.

Londres está cheia de pessoas do mundo todo. Eu só não tinha esperado ver isso, Indianos, Árabes, Africanos, Chineses, e eu não sei de onde todos os europeus vêm mas eles não são todos Ingleses. [...] é como vislumbrar uma página em uma enciclopédia infantil ilustrada sob o título Pessoas do Mundo.¹¹ (p. 59).

Os espaços com os quais Salim dialoga são, portanto, uma comunidade reclusa e razoavelmente sem grandes influências globalizantes em Zanzibar, e uma estação atravessada por vetores diaspóricos que se cruzam, chegam e partem e permeiam o caos urbano no centro cultural da Inglaterra/Europa. São fragmentos transfronteiriços do que Benedict Anderson (2008, p. 32) denomina comunidades políticas imaginadas, soberanas e limitadas espacialmente. Percebe-se que, nas memórias dos pais de Salim, Zanzibar está suspensa, desestabilizada pela guerra da independência, pelo poderio militar unido ao discurso nacionalista radical. A população vive com o medo da perseguição política e com a instabilidade econômica – motivos que atingiram diretamente tanto o avô materno de Salim quanto o paterno.

As escolas governamentais, as acomodações hoteleiras e as zonas turísticas que surgiram ou cresceram exponencialmente com a globalização expandiram os caminhos de comunicação da terra natal de Salim com as nações imperialistas. Através desses veículos, a influência hegemônica alcança-o, por exemplo, de forma passiva, por meio dos livros escolares, que traziam crianças brancas passando as férias na praia, com seus cabelos louros voando com o vento, ou nas fazendas de seus avós. Longe da realidade de Salim, definitivamente: “Durante as férias escolares, íamos à escola de estudos do Alcorão o dia todo, não à beira-mar, onde nosso cabelo crespo e encaracolado não voava atrás de nós enquanto corríamos [...]”¹² (p. 21). Assim, o processo de exportação de correntes de pensamento colonial toma conta de um importante núcleo disseminador de poder – a escola – e estabelece-se como uma presença através do turismo que desbocará na região de Salim de forma a romper com seu sentimento de familiaridade: “O governo relaxou as regulamentações cambiais e pessoas de países ricos quiseram entrar e dar uma olhada em nossa pequena ilha abandonada. Foi também naquele ano quando eu tinha sete anos que meu pai nos deixou”¹³ (p. 34). Como um rompimento duplo, o afastamento paterno e a aproximação europeia tanto unem

¹¹ “London is full of people from everywhere in the world. I just had not expected to see that, Indians, Arabs, Africans, Chinese, and I don’t know where all the European people come from but they are not all English. [...] it is like a glimpse of a page in an illustrated children’s encyclopaedia under the title People of the World”.

¹² “During school holidays we went to Koran school all day, not to the seaside where our frizzy curly hair did not stream behind us as we ran [...]”.

¹³ “The government relaxed foreign exchange regulations and people from rich countries wanted to come in and take a look at our derelict little island. It was also in that year I was seven that my father left us”.

quanto separam.

Nas palavras de Aimé Césaire (2020, p. 9), “A Europa é indefensável”. A violência exportada da Europa para suas colônias estabeleceu um contato anti-humanista, imoral e decrépito entre os povos. Na mentalidade colonial, o colonizado é “coisificado”, um instrumento; e o colonizador é seu capataz. Portanto, apesar da multiplicidade encontrada nos espaços em que Salim vive, há, sim, uma dualidade que parece reverberar no imaginário coletivo: o selvagem – o que comete a grave gafe de não ter aprendido o uso de talheres na infância – e o culto – o que não apenas domina a habilidade, mas que decide que ela será símbolo de civilização. O processo de identificação de Salim é um choque entre o mundo transcultural que ele habita, um entrelugar, e a dualidade implantada pelo colonialismo, um não-lugar.

Assumir identidades entre silêncios

Assim começa sua narrativa: “Meu pai não me queria”¹⁴ (Gurnah, 2017, p. 15). Sem entender os fantasmas e segredos que assombram seus pais, Salim passa grande parte da sua vida acreditando ser um estorvo para ambos. A rejeição sentida se desenvolve e amadurece nos constantes silêncios construídos ao seu redor não apenas, mas especialmente pelos seus pais. A mãe se recusa a explicar ao menino o motivo da partida do pai, “[...] suplicando a ela enquanto ela sentava em um silêncio taciturno” (p. 33)¹⁵; e a figura do pai, uma sombra do que ele fora, a vagar pela cidade sem reconhecer o filho, acaba apenas o envergonhando: “Ele não falava de boa vontade e andava através das multidões com sua cabeça baixa e seus olhos deliberadamente vagos, sem desejar ver”¹⁶ (p. 35). A decaída de seus pais foi acionada por Amir, mas eles deixaram-se levar passivamente aos seus destinos; sua mãe aquiesceu tragicamente ao reclame do amante, enquanto seu pai preferiu calar-se, fugir da lembrança de seu fracasso – “Eu estava cercado por silêncios e não parecia estranho eu não poder fazer perguntas sobre eventos passados não mencionados”¹⁷ (p. 42).

De forma semelhante, Salim fará uso desse silêncio para manter tópicos sensíveis à distância, assim como lhe foi ensinado. Ele não se afirmará como um homem negro ou como imigrante – isso caberá às pessoas que ele encontra. Sem fazer amizades duradouras ou estabelecer um relacionamento significativo, Salim segue na superficialidade de amizades temporárias e encontros românticos superficiais.

¹⁴ “My father did not want me”.

¹⁵ “[...] pleading with her while she sat in sullen silence”.

¹⁶ “He did not speak willingly and walked through crowds with his head lowered and his eyes deliberately vacant, not wishing to see”.

¹⁷ “I was surrounded by silences and it did not seem strange that I was not to ask questions about unspoken events in the past”.

Uma delas me disse, enquanto tirava minha camisa e enfiava a mão no meu jeans, que ela teria ido para a cama comigo se eu não fosse negro, mas já que eu era, ela não iria. [...] Ela voltou a me beijar depois disso e eu não fiz nenhum esforço para resistir, mesmo que a honra exigisse que eu a repelisse e me afastasse com altivez.¹⁸ (p. 95).

Assumir uma identidade e ter orgulho dela é um discurso poderoso. Ele seria, entretanto, uma presunção de lutas sociais? O choque de Salim – ele incorpora, afinal, a razão pela qual se debate a necessidade do lugar de fala – em perceber o interesse por essas causas e movimentos por direitos humanos deve causar reflexão. Retomando a citação anterior de Césaire: como haveria de defender uma Europa que agora, após séculos de colonialismo usufruindo sua licença para violência desinibida sobre povos conquistados, clama por justiça? O silêncio de Salim está enraizado em seus pais, sim, mas tal efeito também é perpetuado no espaço acadêmico: “Quando eu falava soava errado [...] Eu não tinha o auto-domínio dos outros alunos e eu me sentia desconfortável entre eles”¹⁹ (p. 91). Se o imigrante pelo qual os direitos estão em debate não se sente compreendido, não se sente confortável para expressar suas opiniões, a práxis foi esquecida em prol da academicidade. Retornamos, portanto, à dualidade entre cultos e incultos; os detentores do poder das palavras e os que as usam de forma “errada”.

Tudo é complicado e as perguntas simplificam o que só é compreensível através da intimidade e da experiência. Nem a vida das pessoas está livre de acusação, culpa e erros, e o que pode ser entendido como simples curiosidade pode parecer exigência por uma confissão. Você não sabe o que pode liberar fazendo uma pergunta estúpida. Era melhor deixar as pessoas em silêncio.²⁰ (p. 91).

Pareceria vazio analisar o silêncio de Salim simplesmente como herança familiar, pois há silenciamento na sua reclusão. A sua relutância em questionar outros imigrantes sobre seus passados, o que o impediu de formar laços de confiança entre pessoas com quem morou ou conviveu por longos períodos de tem-

¹⁸ “One of them told me, as she was pulling my shirt out and reaching into my jeans, that she would have gone to bed with me if I weren’t black, but since I was, she wouldn’t. [...] She went back to snogging me after that and I made no effort to resist even though honour required that I should repel her and walk haughtily away”.

¹⁹ “When I spoke it sounded wrong [...] I did not have the self-possession of the other students and I felt uncomfortable among them”.

²⁰ “Everything is complicated and questions simplify what is only comprehensible through intimacy and experience. Nor are people’s lives free from blame and guilt and wrong-doing, and what might be intended as simple curiosity may feel like a demand for a confession. You don’t know what you might release by asking a stupid question. It was best to leave people to their silences”.

po, parte do seu respeito pela intimidade alheia e pelo reconhecimento da dor que memórias podem engatilhar no sujeito. O sujeito em sua existência multifacetada será mais do que uma justificativa à indignação do acadêmico, distante em seu interesse por justiça. Um diálogo entre essas duas perspectivas é enriquecedor, com a condição de que o indivíduo tenha suas experiências e sua fala (seu modo de se expressar) respeitadas.

Por outro lado, o ato de responder, de erguer a voz contra as injustiças e opressões sofridas, seria um ato de rebeldia. Em *Erguer a Voz* (2019), bell hooks trabalha esse movimento de se fazer ser ouvida pela perspectiva da mulher negra – cuja fala sempre foi presente, o problema era ser ouvida. Nessa obra, a autora afirma que erguer a voz “é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.” (p. 39) – uma noção preciosa, digna de ser reafirmada mais a frente: “falar é a marca da liberdade, de se fazer sujeito.” (p. 264). O falar como movimento de autoafirmação é também ato político. O “indivíduo objeto” transgrede as normas que o silenciam e assume sua própria voz, seja ela qual for. Enquanto não o faz, ele adapta sua fala à do dominador.

Em qualquer situação de colonização, de dominação, o oprimido, o explorado desenvolve vários estilos de relato, falando de outra maneira para aqueles que têm o poder de oprimir e dominar, uma maneira que permite que seja compreendido por quem não conhece sua maneira de falar, sua língua. (hooks, 2019, p. 49).

Amir, tio de Salim, entretanto, adquire seu sucesso de carreira e uma vida luxuosa não ao erguer sua voz, mas ao copiar a fala do dominador. A própria figura do naturalizado – mas, de acordo com ele, jamais um imigrante –, Amir e a esposa buscam em Salim uma maneira de se redimir pelo que fizeram com a mãe do rapaz. Ao assimilar a mentalidade inglesa, exigem produtividade e, especialmente, aquiescência do sobrinho – afinal, a falta desses dois elementos designam um imigrante (a procedência do indivíduo pouco importa no que diz respeito à classificação) e *ser* imigrante é uma falta imperdoável no mundo europeu.

Amir e a esposa se sentem no direito de decidir o que Salim irá vestir, o que irá estudar, como deve se portar. Eles constroem a identidade do rapaz de acordo com suas expectativas, que refletem, mesmo que indiretamente, o que o mercado inglês busca na recém-chegada mão de obra. O desejo de Salim de estudar literatura – uma matéria, de acordo com Amir, sem praticidade no mundo do capital – é temporariamente reprimido pelo rapaz, que aceita as imposições da família do tio e adere aos planos feitos por Amir. Nesse início, Salim ainda sente a rejeição paterna o empurrando para longe, para fora de Zanzibar, para Londres, e sua preocupação inicial estava em agradar seus anfitriões.

Nas mãos dos guardiões generosos, Salim se torna a personificação de um

manequim, não apenas vestido como um, mas também modelado e exposto de forma que condiz com o que é esperado dele. A espontaneidade das suas primeiras fotos na neve marca seu primeiro conflito com o tio. Amir rechaça-o pelo sorriso nervoso, infantil, que Salim traz no rosto: “‘Esse sorriso eliminou qualquer sinal de personalidade ou estilo’, ele me disse. ‘Você parece um palhaço. Por que você está sorrindo assim?’”²¹ (Gurnah, 2017, p. 60). Em outro dia de sol, Salim é instruído a modelar para uma nova foto na mesa do quintal, agora com seus livros, “[...] então me sentar lá sem sorrir e trabalhando duro”²² (p. 61).

Dentre as exigências, os retoques, o remodelamento, Salim esforça-se para assumir essa identidade maquinária, ou seja, a de um cidadão altamente produtivo em relação às demandas do mercado internacional, sem afetações emotivas ou necessidades para além do corpo: um sujeito máquina, um imigrante “quase inglês”. A vergonha que ele carrega não diz respeito tanto ao não se encaixar nesse papel, mas pelo teatro em que todos participavam ao seu redor: “Talvez qualquer roupa teria me envergonhado naquele momento, porque a vergonha penetrara mais profundamente do que o que eu vestia, tinha mais a ver com a estridência dominante do ar estranho ao meu redor”²³ (p. 58). Seus tios adotando uma narrativa de eventos em que não precisavam assumir grandes responsabilidades pelo destino da mãe de Salim; inserindo-se na cultura da nação dominante de forma a reproduzir os mesmos preconceitos culturais; e a farsa de Salim em seus estudos de negócios, pelos quais não tinha interesse algum. Essas peças, mentiras e omissões, reproduzidas dentro do núcleo familiar de Amir procuram manter Salim em um espaço de obediência, na ilusão de estar recebendo o grande privilégio do tio afetuosos. Elas caem, entretanto, à medida que Salim explora o terreno além da vida opressora em que seus tios vivem. Entrando em contato com outros africanos, outros migrantes, Salim percebe ter habitado um espaço deslocado, “protegido” da realidade cruel que o cercava: “[...] quão protegida minha vida tinha sido, e isso me fez sentir como se algo me tivesse sido negado em vez de poupado, como se eu fosse de alguma forma inadequado”²⁴ (p. 62-63).

A revelação de sua tia, Asha, sobre o caso entre seu irmão e a mãe de Salim é entregue de forma quase jocosa, como um segredo bobo, um caso de amor proibido. Mas o questionamento tímido do rapaz – sua mãe teve, afinal, alguma escolha? – desperta uma reação violenta de Asha. Ora, se tivesse de fato sido

²¹ “‘That grin has obliterated any sign of personality or style,’ he told me. ‘You look like a buffoon. Why are you grinning like that?’”

²² “‘[...] then seat myself there unsmiling and hard at work’”.

²³ “‘Maybe any clothes would have embarrassed me at that time because the embarrassment lay deeper than what I wore, it was more to do with the overbearing shrillness of the strange air around me’”.

²⁴ “[...] how sheltered my life had been, and that made me feel as if I had been denied something rather than spared, that I was somehow inadequate”.

um caso romântico, uma decisão entre corpos livres, uma “opção” por parte da mãe de Salim, o que a faria acusá-lo de ingratidão? Salim permanece em silêncio, escutando as acusações de sua tia – como poderia ter sido tão audacioso com as pessoas que o acolheram e o alimentaram por tanto tempo?

Porque sou fraco e sem vergonha, e ensinei a mim mesmo a comer merda, pensei, mas não disse, não podia dizer. Porque me alimentaram deferência e derrota no leite de minha mãe. Porque minha mãe queria isso para mim e ela já viu tristeza suficiente. Agora estou aqui como um vagabundo à sua mercê.²⁵ (p. 68)

A rebeldia de Salim em questionar Asha e de não se adaptar ao ramo de estudo escolhido por Amir faz dele uma pária; se ele não é um dos “bons”, um cidadão útil capaz de fazer e ganhar dinheiro, resta a ele o título de imigrante. Assim é como Amir o trata pela última vez antes de expulsá-lo de casa: “Imagino que você tenha se misturado com viciados em drogas e criminosos, a cidade está cheira deles. Agora você pode se juntar a eles e ser um *imigrante desempregado traiçoeiro de verdade*”²⁶ (p. 69, grifo meu). A maneira desinibida com a qual Amir transita entre os polos supostamente opostos marca sua assimilação à narrativa do dominante. Na voz do naturalizado, ser “imigrante” é associado a tudo o que foi ensinado a temer como ameaças à civilização europeia: o desempregado, o criminoso, o trapaceiro e, agora, o imigrante, são as caricaturas usadas para amedrontar a classe média, pois eles são os responsáveis por tomar seus bens, se apossar do dinheiro conquistado através do trabalho duro e roubar empregos de pessoas por se sujeitarem a salários mais baixos. Agora, além da moral questionável, esses vilões caricaturados se tornam também antagonistas do proletariado: preguiçosos, mal-empregados que não tomam orgulho nos frutos de seu trabalho. Entretanto, a realidade da rotina do imigrante é outra.

Salim passa a morar com outros imigrantes e reconhece que todos seriam vistos pelo tio como “perdedores e indigentes, pessoas sem talento, imigrantes, nenhum deles indo a lugar algum”²⁷ (p. 77). Esses sujeitos enfrentam uma série de dificuldades pessoais e emocionais, feitas mais complicadas pelas longas horas de trabalho – “todos nós quatro estávamos vivendo a vida em alguma desordem, trabalhando longas horas, lutando com dívidas e fantasias de alcançar su-

²⁵ “Because I am feeble and shameless, and have taught myself to eat shit, I thought but did not say, could not say. Because I have been fed deference and defeat in my mother’s milk. Because my mother wanted this for me and she has seen enough sadness. Now I am here like a vagabond at your mercy”.

²⁶ “I expect you got mixed up with drug addicts and criminals, this city is full of them. Now you can join them and be a *proper cheating unemployed immigrant*”.

²⁷ “losers and paupers, people without talent, immigrants, none of them going anywhere”.

cesso”²⁸ (p. 76). O imigrante na realidade em que Salim é jogado é um trabalhador aparentemente incansável, eventualmente levado à exaustão física e enterrado na terra em que tem dificuldade de chamar de sua. E a salvação desse futuro vazio é conseguir produzir lucro, alcançar bens, imóveis, algum tipo de sucesso profissional. A alternativa é uma morte lenta, um último suspiro no corpo magro e surrado que ainda hesita sobre qual nação é de fato seu lar: “Serei um dos hilotas da Inglaterra como o Sr. Mgeni se não fizer algo a meu respeito, até que um dia a Inglaterra me mate também”²⁹ (p. 111).

A morte de sua mãe faz Salim voltar a Zanzibar. A doçura do retorno não acalma sua ansiedade, sua vontade por duas pátrias. Já o retorno à Inglaterra e a morte do pai o levam a uma importante reflexão: “Eu deveria ter ficado. De que serviria alguém como eu para esta Inglaterra? Mas também de que adiantaria alguém como meu pai em qualquer lugar? Algumas pessoas têm uma utilidade no mundo, mesmo que seja apenas para encher uma multidão e dizer *yeah*, e outras não”³⁰ (p. 205). Por “utilidade”, entende-se que Salim reproduz o que foi trabalhado por Sayad, como colocado acima, sobre a visão tida pela sociedade sobre o migrante, ou seja, como uma unidade de trabalho.

Considerações finais

Em sua extensa bibliografia, Abdulrazak Gurnah explorou as leituras sociais do emigrante africano em espaços tomados pela narrativa colonial. O que se percebe em obras como *Gravel heart* é que, ao sujeito imigrante, pouco espaço é deixado para que ele se descubra um sujeito de poder. Os papéis estereotipados são disseminados de maneira opressora e do imigrante se espera que prove a veracidade dessas molduras identitárias. A “exceção” dessa identidade pré-formada é quando ele se aproxima do modelo europeizado, senso assimilado cultura e politicamente.

O silenciamento de Salim permite que essas imposições identitárias se sobreponham, encaixando-o nas leituras que os outros fazem de si. Guardando seus sentimentos e opiniões para si, calando suas vontades e deixando-se desaparecer na opacidade da expectativa dos outros, ele mantém sua distância e, assim, protege-se, ainda que pela própria inação. Ao final, entretanto, seus impulsos são reduzidos ao sistema que o consumiu, e sua “utilidade” é reduzida à produção e ao sucesso econômico possíveis do seu corpo.

²⁸ “all four of us were living lives in some disarray, working long hours, struggling with debt and fantasies of making good”

²⁹ “I will become one of England’s helots like Mr Mgeni if I don’t do something about myself, until one day England kills me too”.

³⁰ “I should have stayed. What use was someone like me to this England? But then what use was someone like my father anywhere? Some people have a use in the world, even if it is only to swell a crowd and say *yeah*, and some people don’t”.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

ETTE, Ottmar. *EscreverEntreMundos: literaturas sem morada fixa*. Trad. Rosani Umbach, Dionei Mathias e Teruco Arimoto Spengler. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Trad. Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GURNAH, Abdulrazak. *Gravel heart*. Londres: Bloomsbury, 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org). Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

hooks, bell. *Erguer a voz – pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

SAID, Edward. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



VARIEDADES DEL ESPAÑOL EN ENSEÑANZA L1: ENTRE LA ACTITUD SOCIOLINGÜÍSTICA Y LA GRAMÁTICA

María López García¹

Resumen: El artículo, enmarcado en la propuesta glotopolítica, propone considerar los usos reales de la lengua para el trabajo escolar sobre gramática. La hipótesis de base asume que abordar la variedad regional, implica revisar el concepto de norma y de estándar que subyace al ejercicio escolar, tradicionalmente asociado a un estándar transnacional fijado en instrumentos de gramatización poco sensibles a las variedades. Para desarticular esa didáctica de lo general, el artículo argumenta la necesidad de pensar el estándar como una variable gradual y móvil, y devolverle su naturaleza política. El trabajo repasa en primer lugar el concepto de norma de Coşeriu y sus repercusiones en el ámbito de la romanística. Luego expone, a partir del caso de la variedad porteña, el modo en que las condiciones materiales determinan las jerarquías entre los centros de distribución de norma del español en tanto lengua pluricéntrica. Por último, en el marco de la lingüística crítica, sugiere lineamientos generales para el trabajo metalingüístico en el aula.

Palabras clave: Enseñanza del español; Variedades del español; Pluricentrismo; Glotopolítica; Lingüística crítica.

Resumo: O artigo, enquadrado na proposta glotopolítica, propõe implementar usos reais da língua no trabalho escolar de gramática. A hipótese utilizada como base assume que abordar a variedade regional implica rever o conceito de norma padrão subjacente ao exercício escolar, tradicionalmente associado a um padrão transnacional fixado em instrumentos de gramatização pouco sensíveis à diversidade. Para desmontar essa didática do geral, o artigo defende a necessidade de pensar a norma como uma variável gradual e móvel, e restaurar sua natureza política. O artigo analisa inicialmente o conceito de norma de Coşeriu e suas repercussões no campo do línguas românicas. Em seguida, a partir do caso da variedade porteña, expõe como as condições materiais determinam as hierarquias entre os centros de distribuição do padrão do espanhol como língua pluricêntrica. Por último, no contexto da linguística crítica, sugere orientações gerais para o trabalho metalingüístico na sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de espanhol; Variedades do espanhol; Pluricentrismo; Glotopolítica; Linguística crítica.

¹ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/ Doctora de la Universidad de Buenos Aires.

Introducción

Este artículo es parte de una investigación de mayor alcance sobre la enseñanza de lengua española como lengua materna en los niveles primario y secundario en Buenos Aires. En etapas anteriores de nuestro trabajo (*cf.* López García, 2015) analizamos los factores históricos, técnicos y políticos que determinaron la elusión programática de las variedades regionales de la lengua registrada en libros escolares posteriores a la Ley de Educación del año 2006, y en el currículo nacional de los dos niveles (e incluso en el currículo de formación docente de nivel primario).

En ese recorrido investigativo encontramos que el currículo escolar nacional para esos niveles suele prever dos tipos de intervención de los profesores en la construcción del saber gramatical: abordar la gramática circunstancialmente para apoyar otro contenido disciplinar (escritura, análisis de texto, etc.), o trabajar exclusivamente el aparato metalingüístico independientemente de un contexto comunicativo que habilite la aparición de reflexiones gramaticales.

El artículo que estamos presentando se centra en un tercer aspecto que no suele vincularse con la enseñanza de la gramática: la reflexión sobre la variedad lingüística. En efecto, los contenidos relacionados con las variedades están asociados, tanto en los documentos curriculares obligatorios para todo el territorio argentino en los niveles primario y secundario, como en las representaciones de los docentes, a variables actitudinales tales como el reconocimiento, el respeto o la valoración (*cf.* López García 2015, 2019, 2020). Por esta razón, nuestro interés es postular, en coincidencia con los trabajos provenientes de la lingüística crítica (Andrade; Zavala, 2019; Faraco, 2007, García, 2007; Leeman, 2005, 2018; Rosa, 2016), la productividad del trabajo gramatical sobre usos lingüísticos reales de la comunidad escolar inmediata. Entendemos que la ejercitación a partir de usos lingüísticos de la comunidad permitirá poner en evidencia el vínculo, al que la escuela suele desatender, entre el saber metalingüístico y la reflexión sobre la diversidad lingüística.

Este interés obliga a apelar a un marco de análisis que permita integrar los distintos aspectos involucrados en el fenómeno de la enseñanza de y desde las variedades: las representaciones sociales sobre lengua(s) y variedad(es) regionales, el derrotero histórico político del currículo escolar, las condiciones políticas de gestión del estándar castellano en las escuelas (en nuestro caso particular, las escuelas argentinas), y los intereses económicos puestos en juego en la enseñanza escolar y difusión de un estándar, entre otros condicionamientos. El artículo acude entonces a la propuesta glotopolítica (Guespin; Marcellesi, 1986; Arnoux, 2016; Arnoux; Del Valle, 2010). Esta disciplina estudia las intervenciones públicas y privadas sobre el lenguaje en tanto expresiones y articulación de procesos so-

ciales, políticos, históricos, económicos que las abarcan y que habilitan su aparición. Desde el punto de vista de este modelo, la lengua es una variable móvil que refleja tensiones y disputas por establecer cierto orden social, y por eso debe ser analizada siempre con atención a otros factores.

La hipótesis general que planteamos en este artículo es que, si se busca enseñar español L1 en la escuela desde una perspectiva de la variedad y a partir de ejemplos de uso reales de la comunidad, será preciso revisar los conceptos de norma y de estándar que subyacen a la enseñanza escolar, tradicionalmente asociados a un estándar transnacional fijado en instrumentos de gramatización poco sensibles a la diversidad. Para desarticular la didáctica de la lengua general y homogénea, el artículo propone como estrategia restituir al concepto de estándar su naturaleza política y, en esa lógica, comenzar a pensarlo como una variable gradual y móvil.

A tal fin, el trabajo repasa en primer lugar el concepto de norma acuñado por Eugenio Coşeriu y las repercusiones de su teoría en investigaciones sobre los estándares generadas en el ámbito de la romanística. Luego expone algunas condiciones ideológicas y materiales que permiten caracterizar la variedad porteña del español para diferenciarla respecto de otros centros de distribución de norma de esta lengua pluricéntrica. Por último, enmarcado en las propuestas de la lingüística crítica, el artículo sugiere lineamientos generales para el trabajo metalingüístico en el aula de nivel primario y secundario.

Consideraciones preliminares: las variedades como sistemas

Es imposible pensar un trabajo escolar sobre la lengua que no presuponga la dimensión dialectal. Tanto en el trabajo incidental sobre la gramática, es decir, cuando se acude a una reflexión metalingüística para saldar cuestiones puntuales que se presentan en el desarrollo de otros contenidos, como en la reflexión tendiente a formalizar zonas específicas del sistema lingüístico, la intervención siempre ocurre desde un contexto dialectal. En otras palabras: cualquier arista de trabajo sobre la gramática, ya sea en relación con la práctica de lectura/escritura o la reflexión sobre el sistema, se gestiona siempre desde alguna localización geográfica, histórica y político lingüística, independientemente de que este posicionamiento sea consciente o sea considerado por el hablante, el docente o el estudiante como “sentido común”.

Tal como ha planteado Österreicher (2002) inspirado en la propuesta de Coşeriu (que veremos inmediatamente), las variedades constituyen un continuo dentro de espacios regionales, representacionales e históricos; es decir que cada variedad gestiona geográficamente e históricamente las marcas lingüísticas que hacen a la inmediatez comunicativa y la máxima distancia comunicativa, polos de un

espacio variacional continuo (cf. Méndez García, 2012; Méndez García; López Serena, 2019).

En sus trabajos sobre el estatus del andaluz Araceli López Serena (2017) acude a los aportes de Coşeriu y a la lectura que Österreicher hace de este romanista señero. Sobre esas bases, López Serena busca determinar el “estatus variacional” de esta variedad del español. Entiende que, para reconocer el lugar que ocupa cierto rasgo lingüístico en los usos dentro de un “espacio variacional” específico, es preciso interpretar el “hecho lingüístico” (Österreicher, 2002, p. 286) no como un mero dato lingüístico, un rasgo material de la lengua, sino como un elemento en un sistema, resultado de un derrotero histórico político particular y en contacto directo o indirecto con otros “espacios variacionales”. En otras palabras, desde el marco de la lingüística de las variedades de corte alemán (inspirada en el funcionalismo coseriano), el aspecto relevante de un fenómeno no es su identidad material, sino los rasgos que emergen en la confluencia con su historicidad y el espacio de variación lingüística en el que se inscribe. Las normas ejemplares de cada región (que no son las normas prescriptivas) surgen en la tensión con otras normas y en la evolución particular no solo del rasgo, sino del complejo “hecho lingüístico”.

Esta perspectiva resulta central para pensar la articulación de elementos en el sistema lingüístico, siempre regional, en el contexto de una lengua pluricéntrica como el español, sobre cuyos estándares la escuela² tiene la misión de reflexionar. Este tipo de modelos permiten poner en foco el hecho de que toda actividad escolar sobre la lengua implica tener activada la certeza de que cada elección/selección lingüística (consciente o no) ocurre siempre en el marco de una variedad.

Así, un ejercicio sobre texto narrativo supone, en el español del Río de la Plata, la organización de un paradigma verbal que distribuye los pasados entre pretérito perfecto simple para las marcas de acción puntual (*fue*), imperfecto simple para descripción (*vivía*), estar + gerundio para acción continua (*estaba yendo por el bosque cuando el lobo...*) y perífrasis de pasado ir + a + infinitivo para futuro en el pasado (*ella iba a tomar el camino corto, pero...*). Esa selección y distribución de valores en el paradigma regional debe ser estudiada no como un hecho peculiar y observable desde una pauta extradialectal, sino como un hecho lingüístico tal como se presenta.

Sin embargo, no es usual que la escuela encare la diversidad lingüística desde una perspectiva atenta al hecho de que todas las variedades tienen estatuto

² Entendida en un sentido amplio, que abarca el currículo de enseñanza, la formación docente, los instrumentos de consulta lingüística diseñados para el espacio escolar, o las licitaciones para compras estatales de materiales de lectura escolar. Todas ellas, instancias en las que se toman decisiones acerca de cuál es el modelo de lengua, en este caso, española, que se transmitirá a través de las instituciones escolares.

gramatical y norma propia. Sucede más bien lo contrario. Por ejemplo: los pronombres personales y posesivos integran, en la variedad porteña, un paradigma híbrido entre voseo y tuteo.³ Lo que ocurre frecuentemente es que, a su realidad lingüística, a los usos propios y frecuentes en su región, los hablantes les oponen una referencia externa (generalmente tomada de los instrumentos normativos) para interpretarlos como errores o desvíos (cf. López García, 2015, 2019, 2020). Los hablantes sindicán los usos normales e incluso los usos cultos de su región como desacoplados respecto de la norma ejemplar.

La norma y lo normal

El romanista rumano Eugenio Coşeriu (1962) desbroza en su famoso capítulo “Sistema, norma y habla” el concepto saussureano de lengua. Entiende la lengua como “sistema abstracto de operaciones funcionales” (Coşeriu, 1962, p. 62) en el que algunos elementos son “pertinentes” en el sentido de que constituyen las reglas sine qua non de funcionamiento, mientras que otros, a los que designa como “no pertinentes” o “no funcionales”, aunque no modifican las “reglas del juego” son percibidos como hechos de habla anormales o fuera de lo que es constante en las realizaciones individuales. Un hablante del Río de la Plata, por ejemplo, reconoce como posible para el español la conjugación *ite* para la segunda singular de imperativo de *ir*, pero la interpretará como extraña a su uso dialectal, para el que lo usual sería *andá* o *andate*.

Adicionalmente, esos elementos “no pertinentes” repetidos en las realizaciones individuales no son ocasionales o únicos, sino frecuentes y constantes en el habla colectiva de determinada región y, en ese sentido, de algún modo, obligatorios. Así, en el español la palatoalveolar fricativa no requiere distinción entre variante sorda [š] y sonora [ž], sin embargo, en el Río de la Plata ese distingo es altamente pertinente en tanto se le indexan rasgos sociolingüísticos y es posible identificar constantes en el uso de esas dos variantes.

Coşeriu distingue allí lo general de lo regular: entiende que “hay varias normas parciales (sociales, regionales), dado que la norma, por su misma índole, es menos general que el sistema”; y en tanto un hecho lingüístico existe en el marco de una norma, significa que “existe de alguna manera en el sistema, en el conjunto de posibilidades y oposiciones funcionales de la lengua española” (Coşeriu, 1962, p. 77-78).

Es preciso distinguir aquí la “norma” coseriana respecto de la prescriptiva, en el sentido de que la propuesta de Coşeriu (1962, p. 86) registra que entre “las variantes admitidas por el sistema, tanto desde el punto de vista significativo

³ Por ejemplo, “atrás tuyo” es el uso más frecuente, también puede escucharse “atrás de vos”, pero sería extraño “detrás de ti”. Es normal un uso como “X gusta de vos”, pero es percibido como extraño “X gusta tuyo”, presente en variedades del Uruguay.

como desde el punto de vista formal, una suele ser la normal, mientras que las demás o resultan anormales, o tienen un determinado valor estilístico". Por su parte, Méndez García y López Serena (2019), en su trabajo a propósito del estatuto variacional del andaluz occidental, destinan provechosos apartados a la distinción entre el concepto de norma coseriana en tanto que acervo lingüístico reflejado en el comportamiento individual y lo que él da en llamar "norma deóntica", esto es: guía o modelo de cómo se "debe" hablar, lo que designa como el "ser" y el "deber ser" lingüístico. Retomando el trabajo fundamental de Lara acerca el concepto de norma, Méndez y López Serena deslindan: "La diferencia fundamental entre ambas es que la norma normal se constata, mientras que la norma ejemplar o normativa se construye discursiva e intersubjetivamente a partir de la "idea de lengua" que subyace en la comunidad de habla y proporciona subrepticamente principios de normatividad, inherentes al ser social de la lengua con respecto a los cuales se valoran y juzgan las disidencias" (Méndez García; López Serena, 2019, p. 85-86).

Esta distinción interesa a los fines de este trabajo en tanto proponemos reforzar y brindar estrategias para reflexionar sobre la norma regional, la lengua que "es".

Mercado, prestigio e instrumentos lingüísticos: el caso porteño

Para postular una reflexión escolar sobre las variedades lingüísticas es preciso poner la mirada en el vínculo particular que se establece entre la variedad regional y los materiales empleados para la enseñanza escolar.⁴ En otros trabajos hemos mostrado que las regulaciones practicadas a través de esos instrumentos repercuten en las representaciones de la variedad, afectando directamente el ejercicio escolar de enseñanza en el área de lengua.⁵ La configuración de la norma porteña se desarrolla en tensión con otras normas presentes en los instrumentos lingüísticos empleados en la escuela. La contienda con otras normas de influencia es parte del "espacio variacional" de la variedad hablada en Buenos Aires. Entre los múltiples aspectos que intervienen en el espacio que conforma ese estándar podemos mencionar dos: por un lado, la discordancia entre su alcance geográfico

⁴ Si bien en este caso nos ocupamos en particular del caso de la variedad porteña, es dable pensar con Muhr (2015) que este tipo de vínculo entre norma de realización e instrumentos de gramatización ocurre en la mayoría de las variedades no dominantes de lenguas pluricéntricas.

⁵ Cf. López García, 2015. Asimismo, en López García (2021) analizo el impacto de los condicionamientos económicos y tecnológicos internacionales (tales como los préstamos del Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo) en las decisiones curriculares y de formación docente que toma el estado argentino. A través del análisis de legislación vigente en la Ciudad de Buenos Aires busqué poner en evidencia los procesos de centralización de la formación docente y de la transmisión de contenidos, así como la internacionalización de evaluaciones, entre muchos otros factores externos e internos que determinan la continuidad de modelos lingüísticos centralistas y uniformes.

y las representaciones negativas que le están asociadas y, por otro, las dificultades para producir instrumentos de distribución de pauta normativa.

Estándar porteño: amplia difusión y representaciones desprestigiantes

Ciertas marcas dialectales porteñas están indexadas diastráticamente debido a que la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y algunos distritos de la Provincia de Buenos Aires gozan, comparativamente con el resto del país, de preeminencia simbólica y económica. Ese destaque es resultado de distintos factores históricos y económicos, que en la actualidad se advierten en la posesión de la parte de los medios masivos de comunicación y de la industria cultural del país (radio, televisión, cine, teatro, edición, traducción, etc.). Por esa razón la Ciudad de Buenos Aires y los distritos que la rodean se constituyen en polos de atracción para interesados en bienes de consumo de todo el país y de los países limítrofes. Un dato no menor es que en esos distritos están radicadas las universidades más prestigiosas del país y mejor posicionadas en la escala internacional (Universidad de Buenos Aires y Universidad de La Plata). Estas condiciones coadyuvan a la irradiación de la variedad lingüística de la región, que se proyecta hacia otras provincias como La Pampa, sur de Santa Fe, sur de Entre Ríos y la región patagónica.

No obstante, esa hegemonía simbólica y económica no redundan en las representaciones sociales que sus hablantes o los hablantes de otras variedades proyectan sobre el estándar lingüístico porteño. Dicho estándar está connotado negativamente debido a que es percibido (incluso por sus propios hablantes) como disidente respecto de las formas deseadas para el español.⁶ En el español de Buenos Aires, entonces, confluyen rasgos propios de un polo de difusión de norma (Lara, 2015) – como el alcance de su onda expansiva – con propias de las variedades no dominantes de una lengua pluricéntrica (cf. Muhr, 2015; López García, 2020) – tales como el desprestigio y la sindicación de desvío-. Esta tensión puede interpretarse, con Bochmann, a partir de la distinción entre conceptos imbricados como hegemonía y prestigio:

Con Marcellesi, [Bochmann] define “las capas lingüísticamente hegemónicas son aquellas cuya actividad lingüística se toma como modélica, a aquellas que se consideran centro gravitacional de la lengua y que son hegemónicas desde el punto de vista del lenguaje sin necesariamente ser dominantes desde el punto de vista del poder” (Marcellesi 1976: 92). Debemos recordar que hegemonía en este caso aparece como característica de un grupo social que es su portador y no como característica de un idioma para lo cual es más adecuado el concepto de prestigio (prestigio de una lengua, de una variedad). La pregunta que surge

⁶ En López García (2013) se exponen los resultados de las distintas encuestas sobre representaciones lingüísticas que se han llevado adelante en el territorio argentino desde los años 80.

inmediatamente es “si el prestigio de un idioma sería en general posible sin la existencia de un grupo de poder lingüísticamente hegemónico como portador”. (Consello da cultura galega, 2017).

Para el caso de la variedad porteña, su hegemonía es relativa y parcial, en oposición a otros centros como Madrid, Barcelona, Ciudad de México, o Bogotá, en la producción y distribución de lengua española. Su prestigio, por otra parte, se gestionó y se gestiona en un complejo derrotero histórico-político de representaciones al interior y al exterior de su territorio (cf. Blanco, 1985; Glozman; Lauria, 2012; López García, 2015; Moure, 2004). Este distingo permite entrever la complejidad de una variedad como la porteña, cuya hegemonía se advierte en el impacto que alcanza a través de medios e instrumentos de proyección (Lara, 2015) y cuyo prestigio se mide siempre en contienda (que pierde) con otras variedades americanas, y todas ellas a su vez con la mirada puesta en Madrid y sus instrumentos de referencia. Por eso es posible que traducciones, materiales escolares y programas de televisión reproduzcan la variedad rioplatense y sean consumidos indiscutidamente al interior y al exterior del territorio y, al mismo tiempo, esta variedad no goce del prestigio relativo al alcance de sus productos.

Instrumentos de distribución de pauta normativa

En la práctica escolar, el estándar es, por definición, punto de referencia al que se debe tender. A tal fin, se requiere que el estándar se encuentre descripto, inscripto y, eventualmente, prescripto en instrumentos de difusión. Esta sola variable entraña distintos problemas a la hora de ser implementada. Por un lado, la condición pluricéntrica del español, que tan solo en el territorio argentino reconoce al menos cinco variedades (Fontanella, 1987; Vidal de Battini, 1964), acota el alcance y la validez de los instrumentos de divulgación (y, con ellos, la norma prescriptiva ahí representada).

Por otro, las condiciones materiales de las regiones hablantes de estándar no dominante dificultan la producción de instrumentos. El mercado editorial (concentrado en grupos económicos transnacionales) retiene los medios para producir un universo de materiales escolares (libros de texto, diccionarios, formación y apoyo para docentes, contenido virtual, etc.) de manera que el mercado es el regulador, por default, del estándar de difusión escolar.⁷ Por esta razón los usos normales (en el sentido coseriano) en los distintos registros no coinciden

⁷ Para más detalle, véase López García (2015). Allí recupero, desde un encuadre glotopolítico, las operaciones llevadas adelante a lo largo de la historia argentina por parte de agentes políticos, científicos y del mercado editorial para retener el control de la pauta curricular y los instrumentos de gramatización asociados. En ese trabajo expongo, además, las gestiones discursivas llevadas adelante desde los años 2000 por libros de texto del nivel primario para instalar una pauta lingüística que elude la presencia de las variedades. En otro trabajo (López García, 2019) muestro, a través del análisis discursivo de libros y ejercicios escolares de nivel primario y medio, que la escuela argentina fortalece un estándar lingüístico global (distribuido por grupos editoriales concentrados) en desmedro del conocimiento y la valoración de los estándares regionales del español. Allí muestro que el éxito de esa operación homogeneizante y monocéntrica radica en que la enseñanza escolar de los contenidos gramaticales forma hablantes inseguros del dominio de su propia lengua.

necesariamente con la variedad presente en los instrumentos diseñados o distribuidos para la enseñanza y la consulta en la región: la lógica detrás de esta discordancia es la búsqueda de amortización de la producción de materiales, lo que se logra sosteniendo una forma compatible para distintas regiones, o incluso presentando y alentando la consulta de prescripciones presentes en instrumentos peninsulares.

Por último, la amplia mayoría de las instituciones americanas no cuenta con la infraestructura que le permitiría describir su estándar y producir herramientas de difusión, lo que repercute en cierta adaptabilidad de sus hablantes al consultar instrumentos de regulación lingüística. En efecto, los hablantes acuden a una norma exocéntrica en diccionarios, gramáticas o manuales de estilo, y se habitúan a una lectura oblicua, una lectura acrítica del hecho de que la lengua representada en esos materiales no expone los usos de su región. Las formas lingüísticas de las variedades no dominantes, si es que aparecen en los instrumentos, lo hacen en apartados laterales.

Adicionalmente, la coexistencia de estándares, la dificultad material y el apremio temporal para generar diccionarios, descripciones de la variedad y estrategias de reflexión sobre las mismas que sean suficientes y actualizados convierte a los soportes tradicionales en materiales poco competitivos. En efecto, el veloz desarrollo de las tecnologías de la difusión de la palabra escrita y oral obliga a pensar en instrumentos parciales, relativos y móviles.

Estándares móviles y normatividad

Tomando en consideración los factores comentados acá arriba, entendamos que un primer paso para el trabajo escolar sobre las variedades es revisar críticamente con docentes y estudiantes el concepto de estándar que subyace a las prácticas escolares.

Fernández (2017, p. 139), a propósito de la definición del estándar como operación ideológica, resume la intervención de las variables históricas y geográficas:

Definir como “puro”, convertir ese momento en patrimonio e intentar preservarlo intacto para las generaciones futuras es el resultado de un conjunto de manipulaciones ideológicas, como las siguientes (i) dotar a este producto de intemporalidad (o por lo menos de profundidad histórica incuestionable); (ii) ligarlo a un espacio que se semiotiza como el sitio por excelencia de una lengua y de una cultura.

Atendiendo además a la idea de que los hechos lingüísticos surgen y circulan dentro de un espacio variacional, el estándar podría considerarse un sistema relativamente estable de formas y usos lingüísticos, y no un sistema discreto de oposiciones binarias y fijas (cf. Amorós Negre, 2014; Py, 2000). Su uso está, en efecto, sometido a necesidades genéricas (esto es: relación entre forma, tema y

estructura del texto en función de un contexto de empleo), individuales (que se reflejan en el dispositivo enunciativo, en el despliegue de recursos pragmáticos, etc.), y de las pujas sociales representadas en sus rasgos lingüísticos, entre muchos otros condicionantes.

Por estas razones consideramos que sería más ajustado pensar el estándar como una operación dinámica, gradual y relativamente estable en sus distintos aspectos. La frecuencia de aparición de ciertos rasgos lingüísticos y las representaciones asociadas a los rasgos se mueven en un continuo que involucra otros estándares con los que está de algún modo en tensión (debido a su coexistencia en medios de comunicación, en la geografía, o al lugar que cada uno ocupa en la distribución jerárquica de los estándares en la evolución histórica de la lengua). Y, del mismo modo, podrían gestionarse dinámicamente los instrumentos que lo regulan, así como los empleos que hacen de él sus hablantes.⁸

En el marco de un acercamiento crítico respecto de las condiciones de producción de materiales y estrategias de trabajo sobre la variedad, una de las actividades metalingüísticas que podría ser productivo alentar en la escuela es evaluar la pertinencia y eficacia (para la región o para cierto uso específico) de los instrumentos de regulación lingüística.

En la medida en que los medios de comunicación hegemónicos producen y distribuyen una versión de la lengua, las comunidades periféricas se habitúan a no reconocerse en esa forma que la lengua adopta en estos materiales: no perciben que el orden de las acepciones o las oraciones dispuestas como modelo no reflejan sus usos (*cf.* López García, 2009); rechazan vehementemente las traducciones y doblajes que reproducen la norma (coseriana) que los rodea geográficamente, y reclaman (como si fuera propia solo porque es frecuente) la norma del mercado lingüístico (que naturaliza el doblaje “neutro” o la traducción peninsular). Por esa razón, entendemos que es preciso desandar la lectura oblicua respecto de los usos con que los hablantes de las variedades no dominantes encaran estos instrumentos.

Un aula atenta a la variedad debe fortalecer lecturas capaces de reconocer la distancia entre la variedad que se refleja en el material y la norma regional; desarticular la representación “esquizoglósica” (Haugen, 1972) constitutiva de los hablantes de variedades periféricas de la relación entre la lengua que hablan y los instrumentos que consultan; e, idealmente, entrever qué motivos geopolíticos-económicos-históricos hay detrás de las decisiones normativas de esos instrumentos.

⁸ Otro aspecto a ser tenido en cuenta es el hecho de que diccionarios, gramáticas, libros de estilo, libros de texto, etc. no solo inscriben distintos estándares, sino que, además, presentan diferentes materialidades y soportes que condicionan su velocidad para incorporar cambios. Es central entonces que los hablantes sean capaces de ponderar estas variables a la hora de emplearlos.

Sensatez y sentimientos

Company, prestigiosa miembro de la Academia Mexicana de la Lengua y colaboradora en distintas obras normativas de esa institución y la peninsular, señala, a propósito de la dificultad de representar en los distintos instrumentos el “carácter multinormativo” de la lengua española, y que “definir bajo una voz y remitir en la otra genera fuertes problemas de ‘orgullos nacionales heridos’ porque permite inferir valoraciones discriminatorias para las voces no definidas y solo remitidas” (Company Company, 2019, p. 3).

Monteagudo (2015) aporta una clave de lectura para este tipo de afirmaciones. En un capítulo sobre las lenguas en la España de la segunda República, el lingüista gallego retoma el posicionamiento de Miguel de Unamuno acerca de la noción de sentido nacional. Encuentra en los discursos del escritor y filósofo español:

Uuna dicotomía que opone los legítimos sentimientos asociados a la religión del Estado-nación, y los condenables resentimientos que están en el origen del cuestionamiento del dogma central de esa religión, la unidad de España. [...] Esa oposición se despliega en el contraste entre los sentimientos positivos asociados a España y al español, y los «resentimientos lugareños» (1931e: 98), propios de «pueblos resentidos» (1931d: 93-94). La carencia de empatía hacia estos se expresa en un tono muy agresivo: «yo creo que hay que herir sentimientos y resentimientos», asegura al tratar la cuestión de la oficialidad de las lenguas en el Parlamento. (Monteagudo citado en Del Valle 2015, p. 128).

En efecto, los ejercicios de las normatividades periféricas son interpretados en clave pathémica, en la serie discursiva que alinea “dialecto”, “(re)sentimiento” y “barbarie” frente a la serie complementaria “lengua”, “razón” y “civilización”.

Entendemos que una mirada crítica y relativa de los estándares, y de sus consecuencias para los procesos normativos no busca defender espacios identitarios nacionales (que, por cierto, no son homogéneos ni monolingües).

Precisamente, no es una cuestión de actitud para acceder e interactuar con las herramientas provistas por las distintas instituciones regulatorias, no se trata de que se hiere un orgullo nacional (si es que hubiera alguno, y si es que se pudiera herir por el hecho de interponer una acepción terminológica poco frecuente). Sino de que, en la frecuentación de recursos de consulta alejados de la norma de uso, se naturaliza una jerarquía de variedades más o menos cercanas al modelo inscripto en los instrumentos. A distancia de los discursos panhispánicos, que alientan la paridad dialectal y el pluricentrismo, los instrumentos replican un ordenamiento de las variedades en el cual Madrid sigue ocupando el centro o el ápice (García, 2007; Méndez García, 2012; Méndez García; López Serena, 2019).

Por fuerza, la tercera acepción, la nota, el asterisco, la bolaspas serán interpretados como alternativas, como hechos laterales y no como normas de uso. El problema de no considerar la condición gradual y móvil de los estándares no solo impacta en las identidades, sino que se constituye en obstáculo metodológico para el despliegue de un verdadero pluricentrismo. El obstáculo no radica en la existencia de materiales académicos, sino en los discursos monocéntricos que los albergan, en la escasa oferta alternativa de las otras normas regionales, y en el sostenimiento de un modelo de consulta pasiva de materiales fijos y monofónicos que es, precisamente, lo que la escuela debería tratar de desarticular para poder ocuparse de la diversidad lingüística.

Propuestas de intervención en el aula

Consultar críticamente diccionarios

Bonnin y Lauria (2015, p. 297) en su trabajo sobre diccionarios online se preguntan por el modo en que los procesos de construcción, desarrollo y consolidación de los Estados nacionales han moldeado nuestra percepción de los fenómenos lingüísticos y analizan las nuevas prácticas sobre el lenguaje y las lenguas que se presentan a la mirada moderna.

Siguiendo la lógica de estos investigadores, es dable pensar que los diccionarios ya no cumplen la función de estabilizar la lengua en un territorio que se necesite unificar, ni la de configurar un relato cultural identitario. Los cambios geopolíticos y los espacios móviles y permeables antes definidos por los Estados-nación han cambiado y están cambiando la función de esos instrumentos. Aunque la percepción de los hablantes en relación con las prácticas en su propia lengua son resultado de un ejercicio escolar y de medios de comunicación bicentenarios, están actualmente expuestos a nuevas formas de circulación de la pauta de regulación lingüística. Por estas razones sería conveniente replantear los modelos de gestión y uso de estos materiales, dotarlos de permeabilidad ante los irrevocables y veloces cambios en el acceso a las tecnologías de la palabra escrita.

Una posibilidad es tender hacia un formato colaborativo de gestión y consulta que dinamice las variables involucradas en el estándar y las elecciones más o menos convenientes para las distintas situaciones discursivas. El desarrollo de habilidades de lectura crítica de materiales hace posible la consulta escolar válida de instrumentos de gramatización disponibles en línea, lo que de algún modo democratiza el acceso a esos saberes y los libera de su contexto institucional de alojamiento y distribución. Esto último favorece asimismo la puesta en circulación de estándares no dominantes, cuya dotación económica y simbólica es poco competitiva respecto de otros en el mismo espacio lingüístico.

Una propuesta didáctica gestionada desde las variedades, desde el ejerci-

cio activo del pluricentrismo, no puede considerar los diccionarios como fuentes lexicográficas de un sistema único y homogéneo, sino como resultados parciales de derivas lexicográfico-histórico-políticas (Lauria, 2022). Una consigna escolar no será “consultá el diccionario” sino “consultá los diccionarios”, “consultá, compará, evaluá los diccionarios disponibles”, “armemos una definición tomando ideas o frases de distintos diccionarios”. Esto implicará alentar y sostener instancias de enseñanza aprendizaje que no necesariamente sean lugares de certeza, sino de construcción colectiva (más adelante nos referiremos nuevamente a este punto).

Una práctica posible es la participación en la gestión de diccionarios abiertos y colaborativos disponibles online.⁹ Este ejercicio estimula, tanto en estudiantes como en docentes, distintas habilidades disciplinares: asumir una disposición de extrañamiento respecto de la propia variedad (necesaria para toda reflexión metalingüística), consulta e incorporación de terminología lexicográfica específica, y gestión de estrategias de escritura en la adaptación al género discursivo particular, entre otras. Pero, fundamentalmente, esta clase de ejercicios obligan a los hablantes a tomar una actitud activa respecto de los instrumentos de regulación de su propia variedad.¹⁰ Esta disposición podría habilitar un tipo de participación proactiva y consciente de las fuentes y dispositivos móviles y relativos en las consultas sobre la propia lengua.

Analizar usos lingüísticos reales

En encuestas a hablantes de distintas regiones de la Argentina¹¹ se ha comprobado que la definición “gramática es el arte de hablar bien la lengua” presente en muchas gramáticas escolares (tomadas, a su vez, de distintas ediciones decimonónicas de la Gramática académica) ha sobrevivido y es causa de grandes frustraciones porque instaura la idea de que es necesario saber gramática para dominar la lengua propia. Por esa razón, parte del desafío de desandar el vínculo entre la lengua que se habla, la que se (re)conoce en las herramientas de inscripción y difusión, y la que se aprende en la escuela atañe a al ejercicio de la conciencia metalingüística.

⁹ Bonnin y Lauria (2015, p. 302) reconocen, a partir de los veloces avances en relación a los soportes digitales, la cada vez más usual práctica de llevar adelante colaborativamente “las tareas que involucran el lenguaje”, como los subtítulos, por ejemplo. Notan, además, el hecho de que estas nuevas tecnologías suponen un posicionamiento más activo por parte del lector, que continuamente tiene que tomar decisiones sobre la conveniencia, la pertinencia, la validez de los datos a los que se enfrenta. En efecto, estos espacios de gestión de formas del lenguaje (o su regulación) exceden los tiempos, la fijación, el alcance territorial, los modos de participación y las formas de prestigio que hasta hace muy poco tiempo revestían los instrumentos de gramatización como el diccionario y la gramática.

¹⁰ Es muy común que en los primeros acercamientos los estudiantes-hablantes acudan al humor o a la definición de palabras soeces como un modo de resolver la descolocación respecto de su lugar usualmente receptivo.

¹¹ Cf. nota 5.

La gramática escolar se ocupó (y, actualmente, por inercia, continúa ocupándose) de dar a conocer el aparato metalingüístico y entrenar su aplicación a segmentos lingüísticos diseñados a tal fin (cf. Di Tullio, 2001; Kornfeld, 2020; López García, 2019). Un trabajo desde una perspectiva crítica, es decir, una perspectiva que entienda que toda intervención sobre el lenguaje es histórica, está situada geopolíticamente y persigue o se acomoda a algún propósito, requiere exponer las condiciones históricas y políticas que rodean al estándar y a la gramática escolar. Esto significará trabajar en la escuela sobre el mito de que estudiar gramática garantiza el buen uso, y comenzar a entender al estándar lingüístico como una operación político-identitaria respecto de los usos “reales” de la lengua, liberando así al hablante de la responsabilidad de no hablar apropiadamente (de no haberse apropiado, cf. Ennis, 2014) de su lengua.

Si aceptamos esa premisa, una opción de trabajo escolar es abordar los usos lingüísticos regionales con las herramientas metalingüísticas de las que disponen los estudiantes en el nivel que se encuentren. Entendemos que es posible analizar los usos cotidianos a partir de un dispositivo gramatical acotado.¹²

Con ello, por un lado, se deja expuesta la gramaticalidad de los usos corrientes; por otro, al apelar al conocimiento intuitivo del hablante y combinarlo con su acervo metalingüístico, se fortalece su seguridad en el acceso a la lengua, lo que, a nuestro juicio, constituye el primer paso hacia gestionar una posición crítica respecto de los instrumentos y un conocimiento de la norma de realización.

Ángela Di Tullio (2001) sugiere, entre otros ejercicios, proponerles a los estudiantes operar como el gramático: comparar oraciones posibles (¿En qué puedo ayudarle?/¿En qué puedo ayudarlo/a?; *A ver si me ayudás/A ver si me colaborás*); identificar lo “extraño” en oraciones inusuales o que “suenan raras”; hacer juicios de gramaticalidad (*Por favor, andá a comprarme una leche que me quedé sin* o *María me dijo de ir al cine*); ordenar estructuras (*Inusualmente, se levantó temprano toda la semana/Se levantó inusualmente temprano toda la semana*). Estas operaciones son muy elocuentes en relación a los procesos de construcción de sentido que surgen del ordenamiento sintáctico, del valor de los pronombres, de la proyección del léxico sobre la sintaxis. Adicionalmente, estos contrastes ponen de manifiesto el hecho de que las variedades no están conformadas por meras diferencias léxicas o suprasegmentales, sino que son sistemas integrales que alcanzan diferentes órdenes de lo lingüístico y lo pragmático.

¹² En los primeros niveles de primaria, por ejemplo, será posible discutir el valor lingüístico y social de la pronunciación, aspiración o deleción de *s* como marcador de plural en casos como *lo 'ojo' / lo 'árbol'*; mientras que en nivel secundario se cuentan con herramientas metalingüísticas para analizar, por ejemplo, el movimiento de la preposición o el dativo de interés en *andá a comprarme leche que me quedé sin* y determinar el efecto pragmático y las opciones normativas involucradas.

En aulas multilingües (como suele ser el caso de la mayoría de las aulas pretendidamente monolingües castellanas de Buenos Aires), pobladas por hablantes de diferentes regiones y, en la mayoría de los casos, en contacto con distintas lenguas (originarias, y de inmigraciones pasadas y recientes), también puede resultar productivo comparar estructuras usuales en distintas variedades del español. Esa tarea pondrá en evidencia el hecho de que los parámetros de aceptabilidad entre las variedades son diferentes, lo que hace impropio pensar los usos en términos de correcto e incorrecto, y obliga a pensar que los hechos lingüísticos están atravesados por variables del orden de lo sistemático, lo genérico y lo pragmático.

Visibilizar la condición política del estándar

Como venimos comentando, a los usos lingüísticos normales, frecuentes en una región, se les superpone un dispositivo normativo escolar, no siempre coincidente. La escuela argentina se encargó desde fines del siglo XIX, programáticamente, de distribuir entre todos los habitantes de la nación la pauta lingüística que serviría de patrón de pertenencia simbólica a la ciudadanía. Una alternativa superadora de las ideologías decimonónicas del estándar (ligadas a proyectos de estados nación actualmente desdibujados en un mapa global) es la que proponen las pedagogías críticas.

De acuerdo con las distintas versiones de esta corriente (Andrade; Zavala, 2019; Faraco, 2007; García, 2007; Leeman, 2005, 2018; Rosa, 2016), la imposición del estándar va de la mano de la despolitización de la escuela como institución del Estado y, con ella, la despolitización de la lengua. En efecto, estándar borra los rastros que lo identifican como forma de poder asentada en rasgos lingüísticos. Partiendo de esa hipótesis, la propuesta de las pedagogías críticas es hacer visibles los aspectos políticos silenciados.

Desde esta perspectiva, a la escuela le compete dar cuenta del cruce de variables lingüísticas, históricas, geográficas y político/ideológicas a los fines de mostrar que el estándar, esa variedad deseada, formulada como patrón de referencia, es resultado de un programa. La escuela argentina, en efecto, desempeñó desde fines del s. XIX un rol crucial como difusora de las pautas de comportamiento lingüístico. Y no solo desde y hacia el español, sino también hacia las otras lenguas del territorio (*cf.* Carrió, 2014; Unamuno, 2011):

Investigar el plurilingüismo en Argentina en general y en la educación en particular implica necesariamente preguntarse por las variedades del castellano y sus relaciones diversas y complejas con las lenguas aborígenes y las lenguas de la inmigración (histórica y contemporánea) [...] no existe un castellano escolar que pueda ser enseñado o aprendido como segunda lengua, el lugar de esta lengua en las dinámicas de exclusión se hace

evidente. (Unamuno, 2011, p. 47).

Un paso posible para avanzar hacia una enseñanza desde las variedades es identificar qué lenguas, qué variedades y qué representaciones sobre lenguas y variedades pueblan el aula donde vamos a impartir, a construir, conocimiento metalingüístico.¹³ La expectativa es que, a raíz de las reflexiones suscitadas, se despierte el interés y la curiosidad por indagar fenómenos gramaticales de las lenguas y las variedades del aula, y se desarrollen estrategias para evaluarlos independientemente de una referencia única y exocéntrica. El objetivo general es activar didácticas que tiendan a generar un aula donde la diversidad sea un proyecto de trabajo, de diagnóstico, de observación de rasgos lingüísticos y pragmáticos (y también disposición física del cuerpo individual y ubicación en el aula, el volumen de la voz y los silencios de los estudiantes, las miradas, entre muchos otros rasgos que se expresan en la lengua, pero constituyen posiciones sociales, que la escuela revalida).

Una intervención didáctica: instalar la duda positiva

Debemos reconocer, no obstante, el hecho de que la enseñanza de la gramática involucra no solo formación disciplinar y conciencia del rol glotopolítico que desempeña el docente. La enseñanza de la gramática ocupa también parte del espacio específico de la didáctica de la lengua. Delia Lerner (2003) afirma al respecto que los saberes disciplinares no son suficientes para guiar el proceso de aprendizaje en los estudiantes, como tampoco lo es aplicar mero sentido común al trabajo de aula.

Inspirada en la propuesta decisiva de la didáctica de la matemática en general y de Brousseau en particular, Lerner señala con acierto que la didáctica ha sido problema de opinión más que de estudio científico (Lerner, 2003, p. 78) y que es preciso elaborar criterios didácticos de intervención, así como determinar la forma más adecuada para planificar, comunicar y evaluar los contenidos.¹⁴ Una propuesta de trabajo sobre usos reales, sobre ejemplos fallidos, sobre data lingüística que no está alojada en ningún instrumento de gramatización, se aparta

¹³ En Beresñak (2018, 2019) pueden verse algunas actividades implementadas en aulas porteñas de primaria y secundaria. Ambos volúmenes fueron gestionados en el contexto de un proyecto de investigación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, que incluyó cursos de formación docente y acompañamiento situado. El propósito de las actividades fue ofrecer ejercicios puntuales para facilitar el trabajo sobre representaciones sociolingüísticas, el debate sobre prejuicios lingüísticos, y la observación y análisis de hechos lingüísticos cotidianos.

¹⁴ Entendemos que, para este tipo de prácticas, la evaluación contemplará la apropiación creativa o productiva de los conocimientos gramaticales, el reconocimiento de rasgos propios de la variedad, la transferencia de estrategias de análisis de distintos casos, la discusión sobre las diferencias entre la norma escolar y las formas que emplean los hablantes, entre otras posibles respuestas ante las actividades.

de la certeza, de la categorización fija, de la normalización (todas ellas, operaciones tradicionales de la adquisición escolar de los conceptos). Y esa inestabilidad genera incertidumbre tanto en docentes como estudiantes. Dicho en términos de Lerner:

¿Cuál es el origen de la incertidumbre generada por nuestra propuesta? Ubicar al alumno como productor de conocimientos significa concederle un margen de libertad intelectual mucho mayor de lo que es habitual en la escuela [...] que corra el riesgo de equivocarse sabiendo que el error será considerado como natural y como punto de partida de una nueva reflexión. (Lerner, 2003, p. 181).

Para el maestro, esto significa:

reconocer la necesidad de tener en cuenta las diferencias entre las conceptualizaciones y estrategias puestas en acción por sus alumnos y buscar formas de ayudarlos a reconstruir progresivamente el saber que trata de comunicarles [en el caso de los saberes sobre las variedades y lenguas esta ‘incertidumbre’ se profundiza en tanto (todavía) no hay tradición escolar de enseñanza o de reflexión, sino que suele asociarse a contenidos actitudinales o prejuicios circulantes en la sociedad]. [A]sumir la distancia entre la enseñanza y el aprendizaje implica una considerable pérdida de seguridad: el maestro se siente inquieto porque no puede ya preverlo todo, porque se plantea interrogantes sobre lo que realmente han entendido sus alumnos, porque no puede garantizar que todos aprendan lo necesario. (Lerner, 2003, p. 181-182).

Parte de la propuesta didáctica será instalar la duda positiva como parte del proceso de reflexión sobre la gramática. Esta premisa metodológica obligará a ejercitar distintas estrategias para explicar ejemplos que no se ajustan a los modelos gramaticales, a emplear el pizarrón como borrador de trabajo y no como instancia de referencia única y acabada. Será especialmente fructífero analizar y comparar usos coloquiales, porque es precisamente en estos casos “laterales” donde se manifiesta la sutil red de lazos que conforman el sistema y que el hablante domina.

Como noté luego que la gente culta, sobre todo los profesores de castellano, no tenían ningún interés por el estudio de la “jerigonza corrompida de la plebe”, porque simplemente despreciaban porque no comprendían que el estudio de los dialectos vulgares da los materiales más interesantes para comprender la evolución histórica del lenguaje humano (Lenz [1919] *apud* Ennis, 2014).

Consideraciones finales

Profesores, gramáticos y dialectólogos del ámbito hispánico han anotado desde hace más de cien años la pertinencia de considerar los estándares regionales para una eficaz formación lingüística escolar, así como la productividad de apelar a la intuición lingüística del hablante para guiar la reflexión gramatical:

Bien se ve que he dado preferencia al lenguaje familiar y a las causas diarias que lo provocan [...]. He querido con ello que el alumno deseche la idea de que la posesión de las reglas gramaticales es privilegio de doctos y de sabios; que se convenza, antes bien, de que ellas están al alcance de todas las formas; desde las más modestas hasta las más ricas; desde las más llanas hasta las más aladas y sutiles. (Pérez de Bertelli, 1916, p. 8).

Este ejercicio se ha de hacer formando oraciones con sentido claro, y, a ser posible, con un sentido que se pueda referir a una situación concreta. Con oraciones de esta calidad, hacer construcciones paralelas de *estar* y de *ser* con el mismo adjetivo, y analizar su diferente significado conforme al sentimiento que los alumnos mismos tienen de la lengua. (Alonso; Henríquez Ureña, 1938, p. 124).

Tal variabilidad normativa, convenientemente codificada, lejos de atentar a la unidad del idioma, contribuiría a establecer una mayor intercomprensión entre las diversas modalidades del español hoy en uso. (Catalán, 1964, p. 249)

En la primera etapa, que podría corresponder a la enseñanza primaria, debe enseñársele al niño las formas del nivel culto de su propia región, o sea el sistema aceptado en la zona como culto. (Rona, 1965, p. 336)

El maestro generalmente no tiene preparación lingüística suficiente para comprender en qué consisten los fenómenos dialectales, y se encuentra, por lo tanto, virtualmente desarmado para su tarea específica. (Rona, 1965, p. 341).

Para ello, es necesario que los profesores de enseñanza primaria y los profesores de lengua en el nivel secundario tengan una formación lingüística que no se limite al exclusivo estudio de la estructura interna de la lengua, sino que les permita comprender la existencia de una estandarización policéntrica, de la variación lingüística, y de los factores que inciden en ella y el modo en que debe abordarse en la enseñanza de la lengua materna. (Fontanella de Weinberg, 1983, p. 50).

Sin embargo, el impacto de la lingüística saussureana en la tradición argentina (Ciapuscio, 2011; Blanco, 2005; López García, 2012) y su rápida transferencia al ámbito escolar instaló hacia los años sesenta un estudio de la lengua que desestima las manifestaciones materiales de la forma. Ese paradigma científico

es el que subyace al análisis de oraciones modélicas y respuestas únicas para los ejercicios escolares. Más adelante, el currículo escolar prescripto por la administración educativa de la última dictadura militar (1976-1983) políticas impidió que la escuela argentina dialogara con la sociolingüística durante los años setenta y hasta principios de los ochenta. Paralelamente, como hemos mostrado en otros trabajos aquí referidos, el mercado editorial fue desplegando durante los últimos decenios un creciente dispositivo en el diseño y control de los materiales escolares al punto de que en la actualidad son empresas transnacionales las que interpretan el currículo escolar e instalan su exégesis homogeneizante.¹⁵

Tal como proponen las pedagogías críticas, una opción es comenzar por devolverle al estándar su componente programático. La ortografía y la gramática prescriptiva no son percibidas en las situaciones de enseñanza escolar de lengua como variables de un proyecto mayor de unidad, de estabilidad lingüística (y potencial herramienta de proyección política continental, Blommaert, 2010). Por el contrario, la escuela deslinda esa matriz discursiva que vincula la unidad lingüística con un programa político que la contiene y explica. Por esa razón es preciso recuperar, a la vez que se enseña el aparato metalingüístico y se difunden estrategias para el análisis, el concepto de gramática como herramienta de acceso a la propia lengua, a la variedad regional y a las otras lenguas en tensión dentro y fuera del territorio.

Referencias

ALONSO, Amado y Pedro Henríquez Ureña. *Gramática castellana (Segundo curso)*. Buenos Aires: Losada, 1938.

AMORÓS NEGRE, Carla. El estándar: tipología y definiciones. Su vinculación con la norma. *Revista Española de Lingüística*, n. 39, v. 2, p. 37-61, 2014.

ANDRADE, Luis y Virginia ZAVALA. De la lingüística a las aulas: ideologías en la educación peruana. *Lexis*, v. XLIII, v. 1, p. 87-116, 2019.

ARNOUX, Elvira y José DEL VALLE. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. *Spanish in Context* n. 7, v. 1, p. 1-24, 2010.

ARNOUX, Elvira. Hacia una gramática castellana para la escuela secundaria: opciones y desplazamientos a mediados del siglo XIX. *Boletín de Filología*, Tomo XLIX, v. 2, p. 19-48, 2014.

¹⁵ Los operadores más salientes de la regulación del español suscriben inequívocamente al discurso pluricéntrico. Sin embargo, los trabajos sobre la relación entre variedades dominantes y no dominantes del español como lengua pluricéntrica (Méndez García de Paredes 2012, Muhr 2015, Greußlich 2015), y los poco frecuentes estudios de caso que permiten entender la estandarización como un continuo (Österreicher 2002, Amorós Negre en Muhr 2015), confirman la persistencia de representaciones y acciones unificadoras.

ARNOUX, Elvira. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Matraga*, n. 38, p. 18-42, 2016.

BERESÑAK, Marina et al. *Las lenguas que somos. Prácticas del lenguaje*, Serie aportes. Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires, Subsecretaría de Planeamiento e Innovación Educativa, 2018.

BERESÑAK, Marina et al. *Las variedades que analizamos. Prácticas del lenguaje*, Serie aportes. Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires, 2019.

BLANCO, María Imelda. La enseñanza de la lengua nacional en los colegios secundarios argentinos. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*. v. 14, n. 1, p. 73-254, 2022.

BLANCO, Mercedes Isabel. Actitudes lingüísticas en la primera mitad del siglo XIX en la Argentina. *Cuadernos del Sur*, n. 18, p. 131-149, 1985.

BLOMMAERT, Jan. *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge, 2010.

BONNIN, Juan Eduardo y Daniela LAURIA. Diccionarios un line: hacia una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 36, p. 293-322, 2015.

CARRIÓ, Cintia. Lenguas en Argentina. Notas sobre algunos desafíos. In: KORNFIELD, Laura (Comp.) *De lenguas, ficciones y patrias*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014, p. 149-184.

CATALÁN, Diego. El español en Canarias. In: *Presente y futuro de la lengua española V*. Madrid: Ofines, 1964.

CIAPUSCIO, Guiomar et al. La gramática: investigación y enseñanza en la obra de Ofelia Kovacci. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, año 3, v. 1, p. 29-52, 2011.

COMPANY COMPANY, Concepción. Jerarquías dialectales y conflictos entre teoría y práctica. Perspectivas desde la Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE). *Journal of Spanish Language Teaching*: s/p, 2019.

CONSELLO da cultura galega. Conversas com Xesús Alonso e Klaus Bochmann: Hexemonía lingüística e os donos da linguaxe", 17 outubro, 2017.

COŞERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.

DI TULLIO, Ángela. Una receta para la enseñanza de la lengua: la delicada combinación entre el léxico y la gramática. *Lingüística en el aula*. Monográfico: *Epa... ¿y la gramática?* Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, año 4, n. 4, 2001.

ENNIS, Juan Antonio. El uso, la propiedad y el valor en el debate de la lengua americana. *Anclajes*, v. XVIII, n. 2, p. 19-34, 2014.

FARACO, Carlos. Por uma pedagogia da variação lingüística. In: CORREA, Djane (Org.). *A relevância social da lingüística. Linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola, p. 21-50, 2007.

FERNÁNDEZ, Mauro. Una revisión crítica de los argumentos en pro del mantenimiento de la diversidad lingüística (y cultural). In: VÁZQUEZ, Graciana (Comp.). *Encuestas, discursos y estudios glotopolíticos. La lengua gallega y otras lenguas minorizadas*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, p. 133-162, 2017.

FONTANELLA DE WEINBER, María Beatriz. *El español bonaerense: cuatro siglos de evolución lingüística (1580-1980)*. Buenos Aires: Hachette, 1987.

FONTANELLA DE WEINBERG, María Beatriz. Variación lingüística y estandarización, sus implicancias en la enseñanza del español como lengua materna. In *Fundamentos lingüísticos para una política idiomática en la comunidad hispanohablante*. Santiago, Universidad de Chile, p. 43-51, 1983.

GARCÍA, Ofelia. Lenguas e identidades en mundos hispanohablantes desde una posición plurilingüe y minoritaria. In: LACORTE, Manel (Ed.). *Lingüística aplicada del español*. Madrid: ArcoLibros, p. 377-405, 2007.

GLOZMAN, Mara y Daniela LAURIA. *Voces y ecos. Una antología de los debates sobre la lengua nacional (Argentina, 1900-2000)*. Buenos Aires: Cabiria y Biblioteca Nacional, 2012.

GREUSSLICH, Sebastian. The Pluricentricity of Spanish in the Americas-Current Perspectives on Variety Dominance, Standardization, and the Media. In: MUHR, R. et al. *Pluricentric languages in the Americas*. Graz/Berlin: PCL-Press, p. 47-74, 2022.

GUESPIN Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Pour la glottopolitique. *Langages* n. 83, p. 5-34, 1986.

HAUGEN, Einar. *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

LARA, Luis Fernando. *Lengua histórica y normatividad*. México: COLMEX, 2004.

LARA, Luis Fernando. Variación, multicentrismo y multipolaridad. *Temas del español contemporáneo*. México: COLMEX, p. 9-29, 2015.

LAURIA, Daniela. *Lengua y política. Historia crítica de los diccionarios del español de la Argentina*. Buenos Aires: EUDEBA, 2022.

LEEMAN, Jennifer. Critical language awareness in SHL: Challenging the linguistic subordination of US Latinxs. In: POTOWSKI, Kim (Ed.). *Handbook of Spanish as a Minority/Heritage Language*. New York: Routledge, p. 345-358, 2018.

LEEMAN, Jennifer. Engaging Critical Pedagogy: Spanish for Native Speakers. *Foreign Language Annals* n. 38, v.1, p. 35-45, 2005.

LERNER, Delia. *Leer y escribir en la escuela: lo real, lo posible y lo necesario*. México: FCE, 2003.

LÓPEZ GARCÍA, María. El pluricentrismo como desafío frente a políticas educativas unificadoras. *Actas del VIII Congreso Internacional de la Lengua Española (CILE)*. Córdoba, Argentina, 2021.

LÓPEZ GARCÍA, María. La clase de lengua como espacio de resistencia a la mirada monocéntrica y unipolar del español. *Didacticae: Revista de Investigación en Didácticas Específicas*, n. 8, p. 78-96, 2020.

LÓPEZ GARCÍA, María. La Real Academia Española dice. El discurso pluricéntrico en manuales escolares argentinos. In: GREUSSLICH, S.; LEBSANFT, F. *El español, lengua pluricéntrica. Discurso, gramática y léxico en medios de comunicación masiva*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2019. p. 95-120.

LÓPEZ GARCÍA, María. *Nosotros, vosotros, ellos. Representaciones del español rioplatense en libros de texto escolar*. Buenos Aires, Miño y Dávila, 2015.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Algunas cuestiones pendientes en el modelo distancia vs. Inmediatez. Los parámetros situacionales que determinan las formas de la variación concepcional. In: GRUBER, Teresa et al. (Ed.). *Was bleibt von Nähe und Distanz? Mediale und konzeptionelle Aspekte sprachlicher Variation*. Tübingen: Gunter Narr, p. 171-204, 2021.

MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, Elena y Araceli LÓPEZ SERENA. ¿Puede hablarse y desde cuándo de una norma para Andalucía occidental? In: CODITA, Viorica (Ed.). *La configuración histórica de las normas del castellano*. Valencia: Tirant Humanidades, p. 79-107, 2019.

MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, Elena. Los retos de la codificación normativa del español: cómo conciliar los conceptos de español pluricéntrico y español panhispánico". In: LEBSANFT, Franz et al. (Ed.). *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2012. p. 281-312.

MOURE, José Luis. Norma lingüística y prescripción en la Argentina: una historia imperfecta. *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo LXXXIV, Cuaderno CCXC, p. 255-279, 2004.

MUHR, Rudolph et al. *Pluricentric Languages: New Perspectives in Theory and Description*. Frankfurt/M.: Peter Lang, 2015.

ÖSTERREICHER, Wulf. El español, lengua pluricéntrica: perspectivas y límites de una autoafirmación lingüística nacional en Hispanoamérica. El caso mexicano. *Lexis* XXVI v. 2, p. 275-304, 2002.

PÉREZ DE BERTELLI, R. *Hacia la ciencia del lenguaje. Ejercicios de análisis gramatical*. Tucumán, 1916.

PY, Bernard. La construction interactive de la norme comme pratique et comme représentation. *Acquisition et interaction en langue étrangère* [En ligne], n. 12, 2000.

RAE Y ASALE. Prólogo al *Diccionario Panhispánico de Dudas*. Bogotá: Santillana, 2005.

RILL, Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana. Sección temática Nuevos estudios sobre actitudes lingüísticas, n. 23, 2014.

RONA, José Pedro. Relación entre la investigación dialectológica y la enseñanza de la lengua materna", en *Simposio de Cartagena*. Bogotá, Programa Interamericano de Lingüística y Enseñanza de Idiomas, Instituto Caro y Cuervo, p. 338, 1965.

ROSA, Jonathan. Standardization, Racialization, Languagelessness: Raciolinguistic Ideologies across Communicative Contexts. *Journal of Linguistic Anthropology*, n. 26, v. 2, p. 162-183, 2016.

UNAMUNO, Virginia. Hablar correctamente es entender bien los términos que usan los blancos. *Letras, Santa María* v. 21, n. 42, p. 45-71, 2011.

